

Relatório de Gestão 2020



Justiça,
Cidadania
e Serviço

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia | www.tre-ba.jus.br |  @trebahia  @trebahia  /trebahia  /tvtreba

Relatório de Gestão 2020



Justiça,
Cidadania
e Serviço

Apresentação

Com fundamento na Instrução Normativa TCU n.º 84, de 22 de abril de 2020 c/c a Decisão Normativa TCU n.º 187, de 9 de setembro de 2020, este Relatório apresenta aos órgãos de controle e ao público em geral a prestação de contas do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, referente ao exercício de 2020, com o objetivo de evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos públicos recebidos, bem como o resultado das ações empreendidas para cumprir os objetivos estabelecidos pelo órgão, possibilitando uma visão clara e concisa do valor gerado para a sociedade em curto, médio e longo prazos.

O Relatório de Gestão apresenta a seguinte estrutura:

- ▲ Palavra do Presidente
- ▲ Visão geral organizacional e ambiente externo
- ▲ Riscos, oportunidades e perspectivas
- ▲ Governança, estratégia e desempenho
- ▲ Informações orçamentárias, financeiras e contábeis
- ▲ Anexos, apêndices e *links*

Palavra do Presidente

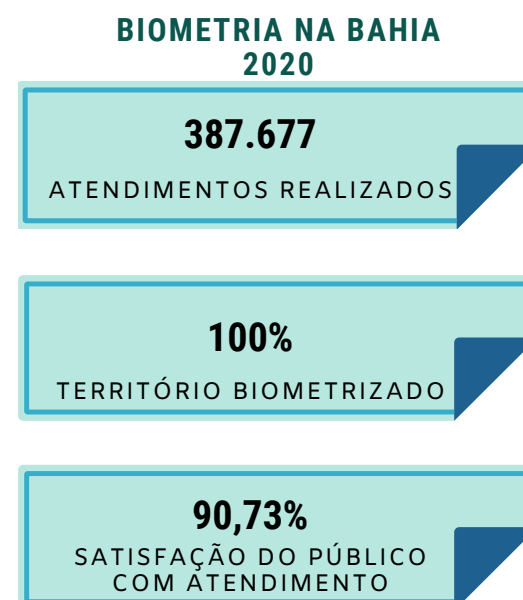
Apresentamos o Relatório de Gestão deste Tribunal sob a forma de Relato Integrado, fruto do trabalho conjunto das unidades que compõem esta Corte, demonstrando o avanço no gerenciamento do Órgão e os resultados alcançados no exercício de 2020, conforme Instrução Normativa TCU n.º 84/2020 e Decisão Normativa TCU n.º 187/2020.

Em consonância com o planejamento estratégico deste TRE-BA, e com vistas à concretização da sua Missão, no exercício de 2020, o Tribunal privilegiou ações com **foco nos resultados para os cidadãos e usuários de serviços**, bem como ao atendimento das demandas e diretrizes de órgãos de controle, especialmente TCU, CNJ e TSE.

Ainda no primeiro trimestre, deu-se a **conclusão do 3º e último ciclo da Revisão Biométrica no Estado da Bahia** e, conseqüentemente, do Projeto estratégico “Biometria na Bahia”. Nesta última etapa, foram biometrizados eleitores de **242 municípios**. Com o encerramento do projeto, o TRE-BA foi o primeiro dos tribunais de grande porte a concluir a revisão do eleitorado em **100% do território sob sua jurisdição**. Ressalte-se que, por conta da reformulação do projeto, ocorrida em 2019, o alcance da meta foi possível antes do prazo estabelecido pelo TSE, com respeito ao eleitor, sem longas filas e de forma mais acessível.

Além disso, o Órgão não se descuidou do seu papel em prol da **conscientização do cidadão** – um dos aspectos contidos em sua Visão – e do **fomento de ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis**.

Graças ao alcance das mídias sociais e ao massivo trabalho das unidades envolvidas, os números superaram as expectativas. Dentre as ações realizadas, destacaram-se os projetos, campanhas e cursos voltados ao esclarecimento do processo eleitoral e do papel da Justiça Eleitoral, bem como ao **fomento à participação feminina no poder** (metas específicas da JE). O **enfrentamento à desinformação** também foi uma missão que a Justiça Eleitoral assumiu frente à difusão de notícias falsas agravadas pela pandemia.



Em meados de março, com o advento da pandemia da Covid-19 e a necessidade de isolamento social, o TRE-BA precisou rever parte do seu planejamento para o ano e direcionar esforços e recursos para possibilitar o **trabalho remoto** e a **ampliação/disponibilização de serviços on-line** para seus clientes. Nesse sentido, foram **ampliados os canais de acesso**, desenvolvidos sistemas e ferramentas (a exemplo do **Balcão Virtual**) que **permitiram e facilitaram o acesso a todos os serviços** dessa Justiça Especializada, a despeito da situação emergencial vivida.



A implementação do **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**, a **migração do acervo processual do 1º Grau do meio físico para o PJe** (o TRE-BA foi o primeiro Regional Eleitoral a fazer isso) foram medidas

fundamentais que possibilitaram a continuação das atividades administrativas e jurisdicionais do Órgão mesmo à distância, sem qualquer prejuízo à produtividade e à saúde de servidores, magistrados e colaboradores.

Vale salientar que o **Programa de Qualidade de Vida no Trabalho**, alinhado ao objetivo estratégico de “proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro”, já havia sido um aspecto priorizado pelo Conselho de Governança do TRE-BA na Reunião de Análise da Estratégia realizada em fevereiro de 2020. Assim, além das atividades inicialmente previstas no PQVT, este Regional realizou diversas **ações de enfrentamento à pandemia**, como a priorização do trabalho remoto, a elaboração e divulgação do Protocolo Clínico de Manejo da Covid-19, a aquisição e distribuição de equipamentos de proteção individual e a veiculação da campanha “TRE de mãos limpas e contra o Coronavírus”.



Palavra do Presidente

Na seara da prestação jurisdicional, **o Tribunal cumpriu todas as Metas Nacionais estabelecidas para a Justiça Eleitoral em 2020** e atingiu as metas de todos os indicadores de desempenho estratégicos, com exceção do i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (1º Grau), cujo resultado se justifica em razão de que mais de 45 mil processos de prestação de contas de campanha das Eleições 2020 foram apresentados no final de dezembro, não tendo havido tempo hábil para julgamento até o encerramento do exercício.

Além do cumprimento das Metas Nacionais, o TRE-BA foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça em avaliações realizadas pelo Órgão. Tratando-se de transparência das ações e atividades desenvolvidas, este Tribunal foi premiado como o tribunal de melhor desempenho no **Ranking da Transparência do Poder Judiciário**, conquistando o **1º lugar**, com pontuação de 98,56%, entre os 93 tribunais e conselhos de justiça avaliados.



No tocante ao **Prêmio CNJ de Qualidade**, este Tribunal foi agraciado na **Categoria Ouro**, atingindo 752 pontos, equivalentes a 80% da avaliação geral e ficando em 4º lugar em relação aos Tribunais Regionais Eleitorais. Esta é a sexta vez consecutiva em que o Eleitoral baiano é reconhecido pelo CNJ por buscar excelência na gestão e no planejamento, traduzida na sistematização e disseminação das informações e no incremento da eficiência da prestação jurisdicional.

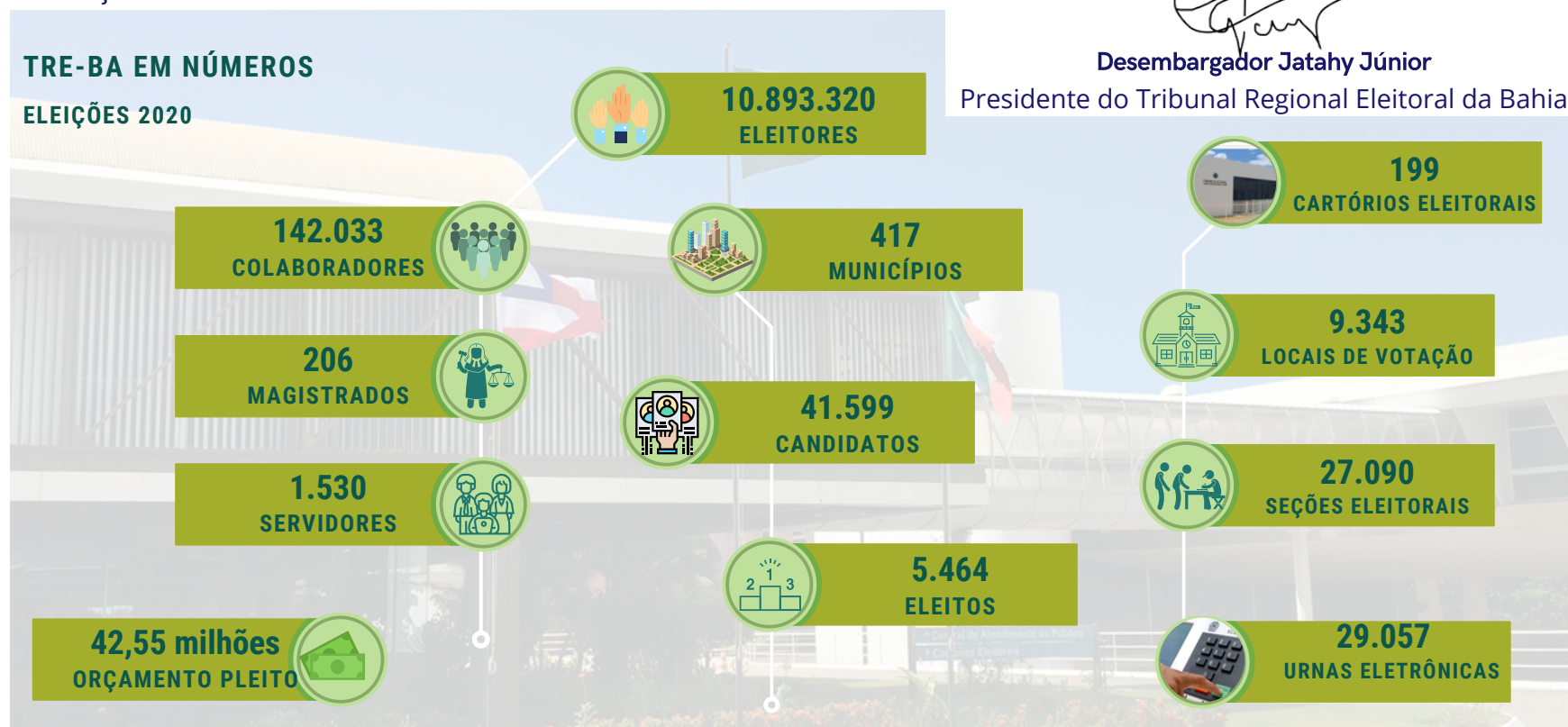
Sem dúvidas, o maior desafio do ano para o TRE-BA foi conciliar as **eleições municipais** - esperadas por mais de **10 milhões de eleitores** para eleger candidatos em **417 cidades da Bahia** - com a preservação da saúde pública em um **ano transformado pela pandemia da Covid-19**. Nesse contexto, diversas medidas foram adotadas por toda a Justiça Eleitoral que, além do seu corpo de servidores e magistrados contou, na Bahia, com a ajuda de milhares de colaboradores, destacando-se que, no referido pleito, mesmo com a pandemia, houve um **incremento dos mesários voluntários**

de 113% em relação às eleições municipais anteriores, denotando os resultados das campanhas realizadas e a consciência da importância da cidadania.

Por tudo quanto aqui falado e conforme será exposto, com mais detalhes ao longo do presente Relato Integrado, **apesar dos desafios atrelados à realização das eleições municipais e também à pandemia da Covid-19, o exercício de 2020 foi muito exitoso para o TRE-BA** que conseguiu atingir **66,7%** dos seus objetivos estratégicos (alcançando as metas de **76,5%** de seus indicadores) e, por consequência, exercer sua Missão e realizar sua Visão, atentando, especialmente, para a **prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, sem descuido da busca pela eficiência da gestão e governança institucionais e da observância da qualidade do gasto público**.

Ante o exposto, como representante máximo da governança deste Tribunal Regional Eleitoral, declaro minha responsabilidade em assegurar a integridade do relatório integrado e afirmo a aplicação do pensamento coletivo em sua preparação e apresentação, destacando a conformidade deste relatório com a Estrutura Internacional para Relato Integrado, apresentando-o como instrumento de prestação de contas à sociedade sobre todas as atividades que compõem e definem a missão constitucional da Justiça Eleitoral da Bahia.

TRE-BA EM NÚMEROS ELEIÇÕES 2020



Desembargador Jatahy Júnior

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Sumário

Visão geral organizacional e ambiente externo

1. Quem somos	7
2. Nossa missão, visão e valores	8
3. Estrutura organizacional	8
i) Organograma	9
4. Cadeia de valor	11
5. Estrutura de governança	12
6. Modelo de negócio	13
7. Relação com o ambiente externo	14
8. Relação com destinatários dos bens ou serviços	15
9. Determinação da materialidade das informações	16

Riscos, oportunidades e perspectivas

1. Gestão de riscos e controles internos	18
i) Principais ações em gestão de riscos em 2020	19
ii) Principais oportunidades e ações de aproveitamento	22
iii) Contexto, fontes de riscos e de oportunidades	22

2. Perspectivas futuras 23

Governança, estratégia e desempenho

1. Planejamento estratégico institucional	25
i) Mapa Estratégico	26
2. Como o TRE-BA buscou atender sua missão e visão	27
i) Objetivos estratégicos priorizados em 2020 e principais iniciativas relacionadas	28
3. Como a Governança contribuiu para a geração de valor em 2020	29
i) Atuação da governança em 2020	30
ii) Indicadores de Governança	31
iii) Avaliações de órgãos de controle	34
4. Ações de supervisão, controle e correção	36
5. Atendimento aos órgãos de Controle	37
6. Resultados e desempenho da gestão	39
i) Estratégia em foco	39
a) Painel de indicadores	40
b) Foco em objetivos estratégicos	41

ii) Resultados das principais áreas de atuação	79
a) Gestão orçamentária e financeira	79
b) Gestão de custos	88
c) Gestão de pessoas	91
d) Gestão de licitações e contratos	97
e) Gestão patrimonial e infraestrutura	102
1. Gestão da tecnologia da informação	105
2. Sustentabilidade ambiental	113

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

1. Declaração do Contador	117
2. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis	118
3. Demonstrativos contábeis	121
4. Notas explicativas às demonstrações contábeis	131

Anexos, apêndices e links 137

Capítulo 1

Visão geral organizacional e ambiente externo

Quem somos



TRE-BA

Sede: 1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - CAB, Salvador/BA - CEP: 41.745-901 - Brasil

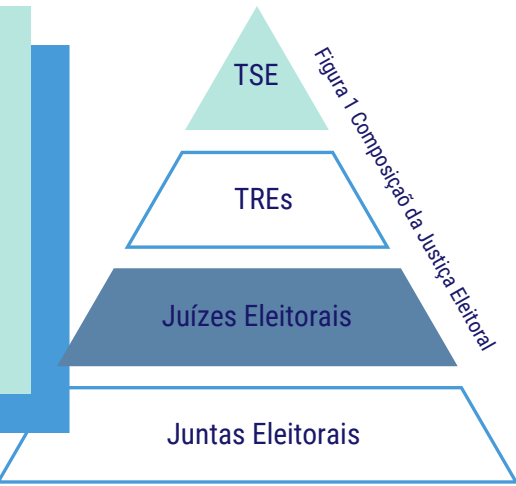
CNPJ: 15.873.971/0001-13

199 Zonas Eleitorais

417 Municípios

4º maior Colégio Eleitoral

O **Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA)** é um **Órgão integrante do Poder Judiciário Federal**, nos termos do art. 92, V, da Constituição Federal de 1988. Juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral, os outros Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais, **compõe a Justiça Eleitoral**, prevista no art. 118 da Constituição Federal.



No primeiro grau de jurisdição, atua por meio de zonas eleitorais, unidade que pode englobar mais de um município ou parte dele. Atualmente, a Justiça Eleitoral Baiana é composta por 199 zonas. Em segunda instância, o TRE-BA, que tem sede em Salvador, capital do Estado da Bahia, é composto por 07 (sete) desembargadores eleitorais, sendo 02 (dois) desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, 02 (dois) juízes de direito, 01 (um) juiz do Tribunal Regional Federal e 02 (dois) advogados (art. 120 da CF).

A competência e atribuições da Justiça Eleitoral estão disciplinadas no art. 121 da Constituição Federal, no Código Eleitoral e em outras normas complementares. Tem como **finalidade primordial garantir o respeito à soberania popular e assegurar os direitos de cidadania** - essencialmente o de votar e ser votado -, contemplando, assim, o planejamento, a organização e a execução das eleições e das consultas populares (**competência administrativa**) e a realização de ações de cunho social com o propósito de promover o desenvolvimento da consciência política dos eleitores. Além disso, exerce **competência jurisdicional** (consistente no julgamento dos feitos pertinentes à matéria eleitoral), **regulamentar** (quando edita normas para disciplinar o processo eleitoral) e **também consultiva** (materializada no pronunciamento, sem caráter decisório, diante de questões que lhe são apresentadas em tese). A composição, organização e funcionamento do TRE-BA, bem como os procedimentos relativos ao julgamento dos processos de sua competência também estão disciplinados em seu Regimento Interno.

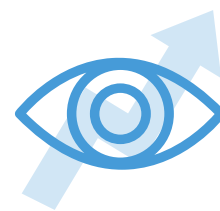
Nossa missão, visão e valores

Atento às suas competências estabelecidas, o TRE-BA definiu sua Missão para o ciclo do Planejamento Estratégico 2016-2021 de modo a refletir a sua razão de existir e o que ele se propõe a entregar aos seus clientes. Já a Visão de futuro é uma síntese das aspirações do Tribunal. Sua finalidade é orientar os esforços da organização, alinhando ações e projetos e a alocação dos recursos disponíveis, com vistas ao aprimoramento constante e à prestação de serviços de qualidade à sociedade.



MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.



VISÃO

Ser reconhecido como uma instituição pública independente e imparcial, referência na prestação de serviços e na conscientização para a cidadania.



NOSSOS VALORES

- Ética
- Imparcialidade
- Transparência
- Respeito ao Ser Humano
- Responsabilidade Socioambiental

Figura 2 Missão, Visão e Valores do TRE-BA

Os valores institucionais são espécies de pilares fundamentais, que permeiam todas as atividades desenvolvidas pelos servidores, colaboradores e magistrados, no interior do Órgão ou em nome dele, caracterizando-se como as convicções e as crenças aceitas e estimuladas por todos os integrantes da instituição.

Estrutura organizacional

Há duas formas de perceber a estrutura organizacional do TRE-BA: uma visão hierárquica-funcional, a partir do entendimento da sua Estrutura Regimental e Organograma; e uma visão transversal, a partir do entendimento dos seus macroprocessos de negócio, organizados na forma da sua Cadeia de Valor. Essas duas visões são diretamente relacionadas, complementares e fundamentais para a realização das suas atividades institucionais com eficácia, eficiência e efetividade.

A atual estrutura organizacional da Secretaria do Órgão, resultado de uma reestruturação administrativa ocorrida em 2019, contempla o desenvolvimento do corpo funcional, privilegiando a observância da missão, dos valores e da visão de futuro do Tribunal e das técnicas organizacionais, em consonância com os critérios de hierarquização das unidades em linha de, no máximo, três níveis - Secretaria, Coordenadoria e Seção – com vistas a aproximar os âmbitos decisório e operacional e agilizar a tomada de decisão.

As competências das unidades que compõem a estrutura do Tribunal estão disciplinadas nos seguintes normativos:

- Resolução Administrativa nº 01/2017 (Regimento Interno do Tribunal) - disciplina aspectos como composição, organização e funcionamento do Tribunal.
- Resolução Administrativa nº 28/2019 (Regulamento da Secretaria) – regulamenta a estrutura organizacional, competências das unidades e atribuições dos titulares de funções comissionadas.
- Resolução Administrativa nº 01/2015 (Regulamento Interno da Corregedoria)
- Resolução Administrativa nº 31/2018 (Regulamento Interno da Escola Judiciária Eleitoral)
- Resolução Administrativa nº 21/2016 (Regulamento Interno da Ouvidoria)

Organograma

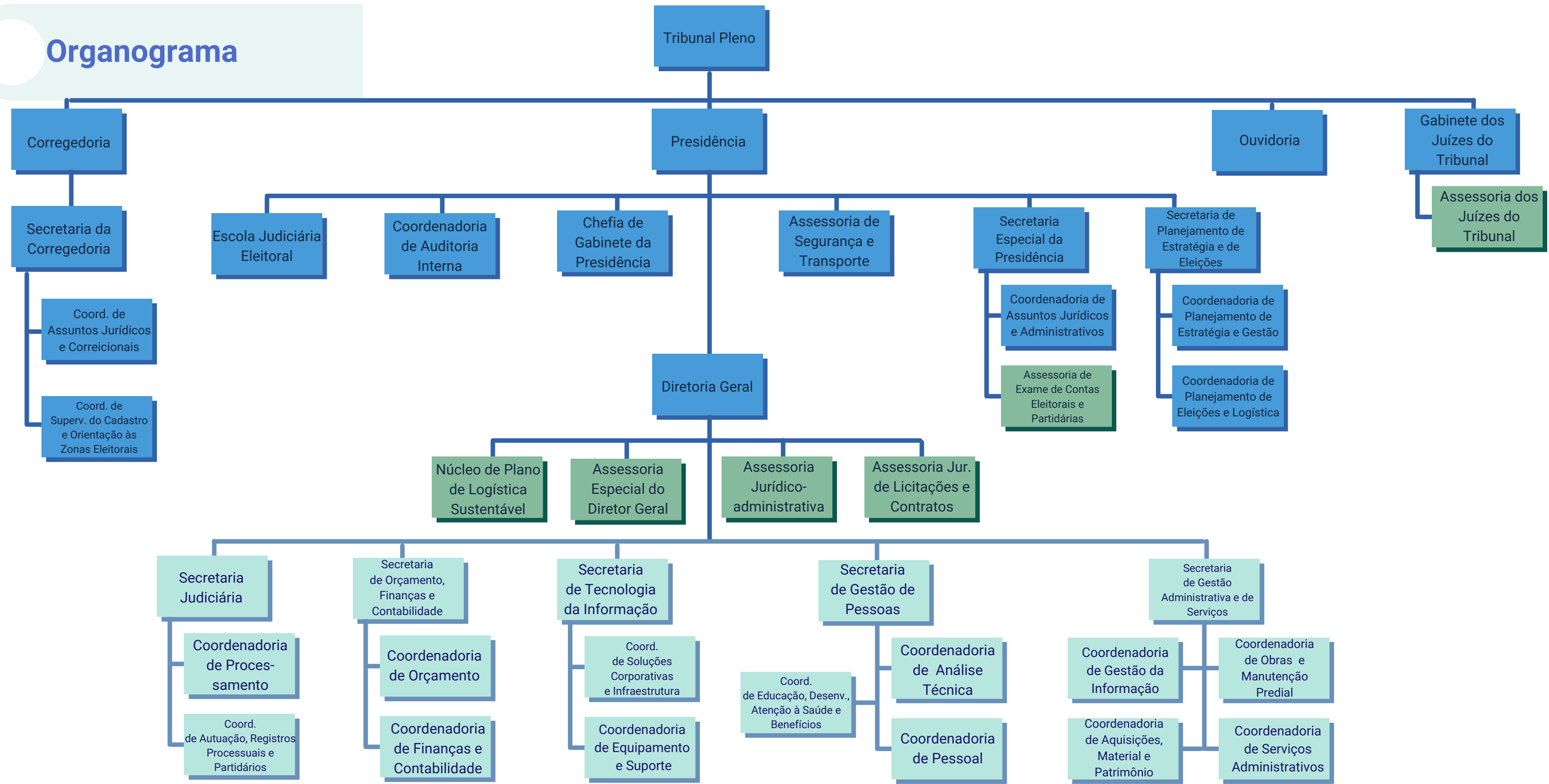


Figura 3 Organograma do TRE-BA

Para ver o organograma completo do TRE-BA e os contatos das unidades, acesse <https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/organograma-contatos/organograma-tre-ba>

Tribunal Pleno



Des. Jatahy Júnior
Presidente



Des. Roberto Maynard Frank
Vice-Presidente e Corregedor
Regional Eleitoral



**Freddy Carvalho
Pitta Lima**
Ouvidor



**Henrique Gonçalves
Trindade**
Cooperador



**Ávio Mozar José
Ferraz de Novaes**
Diretor da EJE-BA



**Zandra Anunciação
Alvarez Parada**
Desembargadora Eleitoral



**José Batista
Santana Júnior**
Vice-Diretor da EJE-BA



**Cláudio Alberto
Gusmão Cunha**
Procurador Regional Eleitoral

MPE

Principais instâncias administrativas



Raimundo de Campos Vieira
Diretor-Geral



**Luiz de Holanda
Moura**
Chefe de Gabinete
da Presidência



**Maurício Neves
Rabello do Amaral**
Secretaria de
Planejamento de
Estratégia e de
Eleições



**Marta Maria
Barreiros Gavazza
de Brandão Lima**
Secretaria Judiciária



**Mirella Sophia
Peregrino Ferraz
Cunha**
Secretaria de
Gestão de Pessoas



**Luciana Maria
Freitas Fonseca**
Secretaria de
Tecnologia da
Informação



**Maria Thaís
Pinheiro Habib**
Secretaria da
Corregedoria
Regional



**Víctor Araújo
Mesquita Xavier**
Secretaria Especial
da Presidência



**Carla Lustosa
Pinto da Silva**
Secretaria de
Orçamento, Finanças
e Contabilidade



**Robelza Oliveira
Santos Rocha**
Secretaria de Gestão
Administrativa e de
Serviços



**Catiúscia Dantas
Abreu Oliveira**
Coordenadoria
de Auditoria Interna

Cadeia de valor

A Cadeia de Valor do TRE-BA foi definida, por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico Institucional – ciclo 2016/2021, com base nas suas competências e atribuições, bem como em sua estrutura organizacional. Ela representa o relacionamento das principais atividades desenvolvidas pelo Tribunal para a geração de valor e satisfação das necessidades dos seus clientes. Está dividida em dois níveis. O 1º nível é formado por 8 macroprocessos, distribuídos nas categorias Governança, Apoio e Finalístico. Já o 2º nível resulta do desdobramento desses macroprocessos, dando origem a 31 processos, conforme figura abaixo.

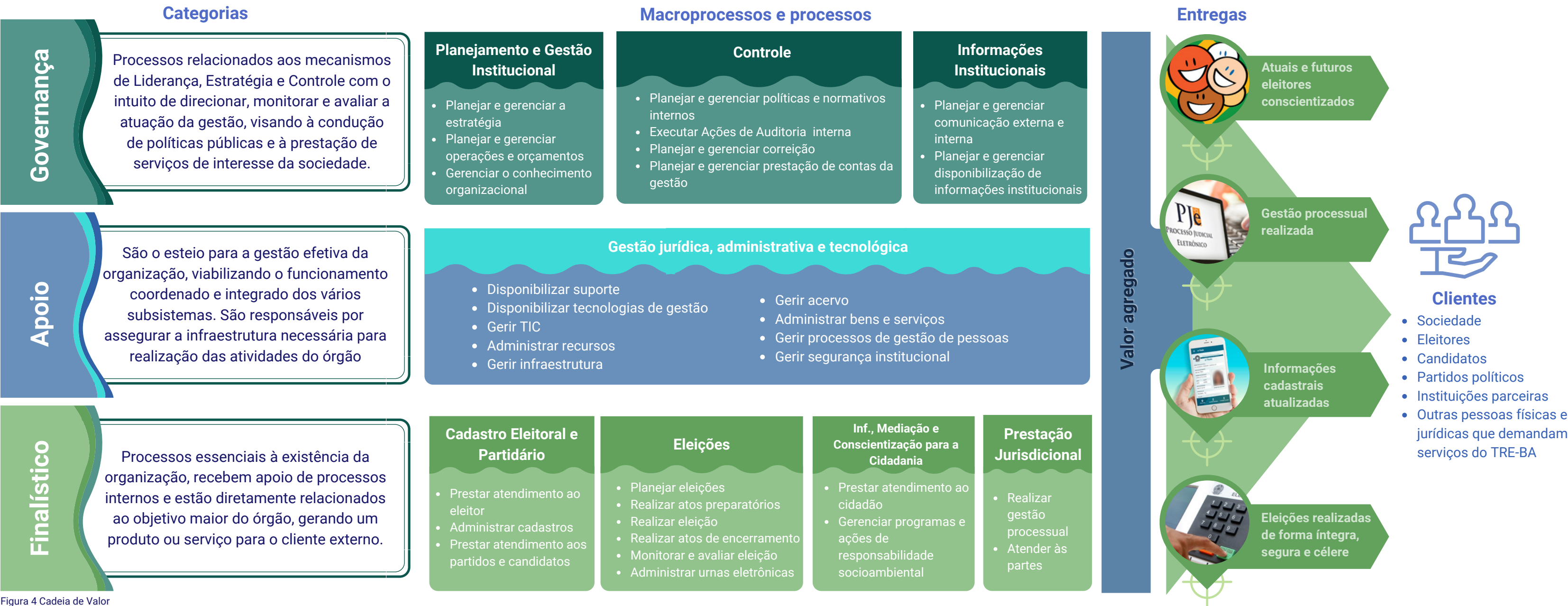


Figura 4 Cadeia de Valor

Estrutura de governança

O Sistema de Governança e Gestão do Tribunal foi instituído em 2018, através da Resolução Administrativa nº 15/2018, com base nas normas de regência que disciplinam a matéria no âmbito do Poder Judiciário (especialmente editadas pelo CNJ) e nas melhores práticas de governança e gestão, incluindo o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do TCU. Em 2019, foi necessário adequar a composição das instâncias internas de governança, para compatibilizá-las à nova estrutura orgânica do TRE-BA, sendo a matéria atualmente regulamentada pelas Resoluções Administrativas n.º 17/2018 (alterada pela Resolução Administrativa n.º 29/2019) e n.º 33/2019.

A Governança no TRE-BA, de forma análoga ao que é aplicado para os demais órgãos e entidades da Administração Pública, diz respeito a um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de atender às necessidades e expectativas dos clientes.

A figura ao lado apresenta as principais instâncias de governança no contexto do TRE-BA, demonstrando, de forma estruturada, os diversos atores que exercem funções de governança e gestão do Órgão e como se relacionam para a realização de sua Missão e alcance de sua Visão, promovendo os Valores Institucionais.

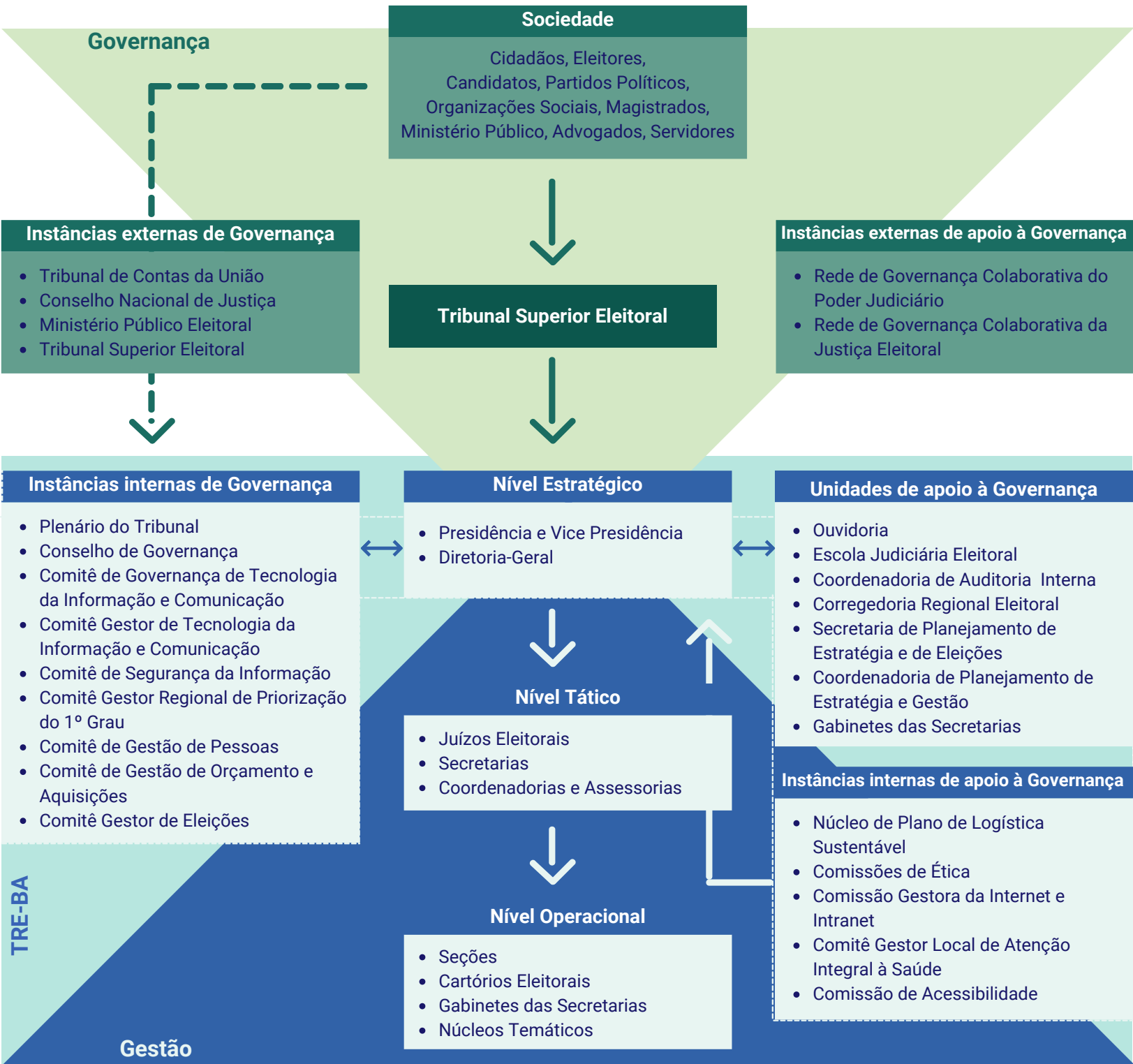


Figura 5 Estrutura de Governança do TRE-BA

Relação com o ambiente externo



O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19, que impôs, às pressas, a necessidade de cumprimento do isolamento social. Esse contexto, ao tempo em que trouxe drásticas restrições e riscos aos processos de negócio do Órgão, adiantou o aproveitamento de oportunidades que, embora já existentes e possíveis de serem utilizadas, aguardavam maior amadurecimento da Administração Pública e também da sociedade para se concretizarem. Para adaptar-se à situação enfrentada, o TRE-BA priorizou o trabalho remoto à maioria de seus servidores, criando condições para mitigar o risco de contágio sem que os processos de trabalho fossem comprometidos. Ainda, ampliou o atendimento on-line a cidadãos, eleitores, advogados e partes interessadas, por meio do desenvolvimento de sistemas e da adoção de ferramentas que permitiram o acesso a esta Justiça Especializada a despeito da pandemia e da necessidade de isolamento social.

O avanço da inclusão digital, o surgimento de novas tecnologias, o aumento da preocupação com o meio ambiente, do controle social e do grau de exigência da sociedade aparecem como atributos registrados em SWOT's das unidades do TRE-BA desde 2015. O cenário de enxugamento da máquina pública e de restrição orçamentária, embora mais recente, também não é novidade para o Órgão, que já vinha buscando melhorias para cumprir sua Missão com menos recursos.

Outro fator externo que embasou ações do TRE-BA em 2020 foi a propagação de desinformação e de discursos de ódio nas Eleições, seja por disputas políticas ou pela intenção de desacreditar a urna eletrônica e o processo eleitoral brasileiro. A difusão do uso das redes sociais e aplicativos de mensagens agrava ainda mais essa ameaça, que afeta a democracia e a credibilidade da Justiça Eleitoral, enfrentada através de maciças campanhas de esclarecimento, ampliação de canais e aprimoramento das formas de diálogos com a sociedade, bem como parceria com agências de checagem de notícias.

Também merecem registro, como norteadoras da atuação do Órgão em 2020, as exigências e premiações promovidas pelo CNJ e pelo TCU. Em atenção a elas, o Tribunal, por exemplo, aprimorou a transparência ativa (o que possibilitou o alcance do 1º lugar no *Ranking* da Transparência do Judiciário). Por causa do estabelecimento das Metas Nacionais, também foi impulsionado a aumentar sua produtividade e julgar processos com mais celeridade, priorizando aqueles que poderiam implicar a perda de mandato eletivo ou inelegibilidade. Com relação ao cumprimento das Metas Específicas da JE, fomentou a participação feminina no poder e promoveu campanhas para ampliar os conhecimentos da sociedade sobre funcionamento do processo eleitoral. Por fim, embasado nas avaliações realizadas e nos questionários aplicados pelos órgãos de controle para dimensionar o nível de governança e utilização de boas práticas de gestão pelos órgãos da Administração Pública, o TRE-BA elaborou planos internos e adotou uma série de ações para melhoria nesses aspectos a curto, médio e longo prazos.

Relação com destinatários dos bens ou serviços

PORTAL DA JUSTIÇA ELEITORAL

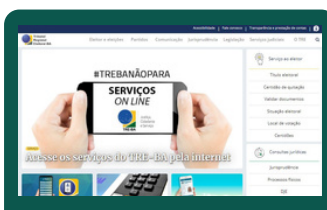
www.tre-ba.jus.br

Acesso a

- Título Net
- Certidões
- Quitação débitos
- Serviços judiciais

Consulta a

- Título e Local de Votação
- Andamento processual
- Portal da Transparência
- Perguntas frequentes
- Dados sobre eleições
- Locais e horários de atendimento



Para evitar a propagação do Coronavírus, o TRE-BA priorizou o atendimento on-line ao invés do presencial. Nesse sentido, foram realizados atendimentos por meio do Título Net, sistema disponibilizado pelo TSE, e pelo ColetaDOC, desenvolvido pelo próprio Regional. Ambos os sistemas destinavam-se a oferecer ao eleitor, de forma remota, a possibilidade de solicitar o alistamento eleitoral, transferir o município de votação, revisar os dados cadastrais ou regularizar inscrição cancelada, garantindo ao cidadão a possibilidade de votar nas Eleições 2020. Com isso, os cartórios foram autorizados a realizar as operações no Cadastro Nacional com base nos requerimentos encaminhados por meio eletrônico, sem a necessidade do comparecimento do eleitor.

ATENDIMENTO AO ELEITOR

74.981

TOTAL DE ATENDIMENTOS ON-LINE NO PERÍODO DE 20/04 A 06/05/20 (FECHAMENTO DO CADASTRO ELEITORAL)



REDES SOCIAIS



Instagram

www.instagram.com/trebahia

28.300

SEGUIDORES



YouTube

www.youtube.com/tvtreba

8.900

INSCRITOS



Twitter

twitter.com/trebahia

3.700

SEGUIDORES



Facebook

www.facebook.com/trebahia

21.500

SEGUIDORES



Recadastramento Biométrico

387.677

ELEITORES BIOMETRIZADOS EM 2020

649.335

TOTAL DE ELEITORES ATENDIDOS 2020

BALCÃO DE ATENDIMENTO VIRTUAL

www.balcaovirtual.tre-ba.jus.br/

Possibilita o atendimento virtual em relação a diversos serviços prestados pelo TRE-BA, inclusive que não digam respeito ao alistamento eleitoral.

CARTA DE SERVIÇOS

www.tre-ba.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos/cartas-de-servicos

Informa a sociedade sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral Baiana e a forma e obtê-los.

CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO

71 3373 - 7000

Colocada à disposição do público para prestar esclarecimentos sobre o serviço eleitoral e informar local de votação.

24.610

LIGAÇÕES RECEBIDAS PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO, SENDO 81% ATENDIDAS E 19% TRANSBORDADAS

OUIDORIA TRE-BA

Atende demandas relativas a reclamações, sugestões e elogios.

3.079

DEMANDAS RECEBIDAS ATRAVÉS DO SISTEMA DA OUIDORIA

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Atende pedidos de informação, em conformidade com a Lei n.º 12.527/2011.

367

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO ATENDIDOS EM 2020

ATENDENTE VIRTUAL



A **Ouvidoria** do TRE-BA lançou, em 2020, mais uma ferramenta para aproximar o cidadão do TRE-BA. A atendente virtual **Clara**, disponível 24 horas, todos os dias da semana, orienta o eleitor, auxiliando quanto aos serviços prestados pelo Órgão, a exemplo de emissão de documentos, esclarecimentos de dúvidas, consulta de local de votação, indicação de *links* de acesso, seguidos do passo a passo e telefones de contato. Caso não consiga esclarecer as solicitações, Clara direciona o cidadão para atendimento humanizado, realizado de segunda a sexta-feira das 7h às 19 horas.

48.341

ATENDIMENTOS REALIZADOS ATRAVÉS DA ASSISTENTE VIRTUAL CLARA

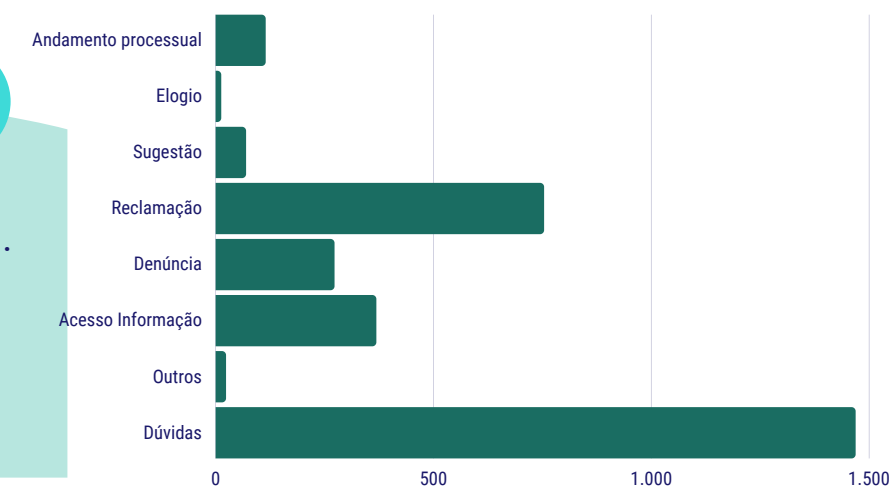


Gráfico 1 Demandas recebidas através do sistema da Ouvidoria

Determinação da materialidade das informações

A matriz para definição dos temas abordados neste Relato Integrado foi elaborada com base na Cadeia de Valor do Órgão, identificando-se os processos de trabalho e atividades que gerem valor para a sociedade a curto, médio e longo prazos e contribuam para o cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais. Também se buscou registrar as prioridades da gestão definidas para o exercício de 2020, em alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional, com as boas-práticas de governança e gestão e com as diretrizes instituídas para a Justiça Eleitoral pelo TSE e órgãos de controle externo (CNJ e TCU).

Bem por isso, restaram identificados os temas demonstrados na **Matriz de Materialidade**, constante na figura abaixo.

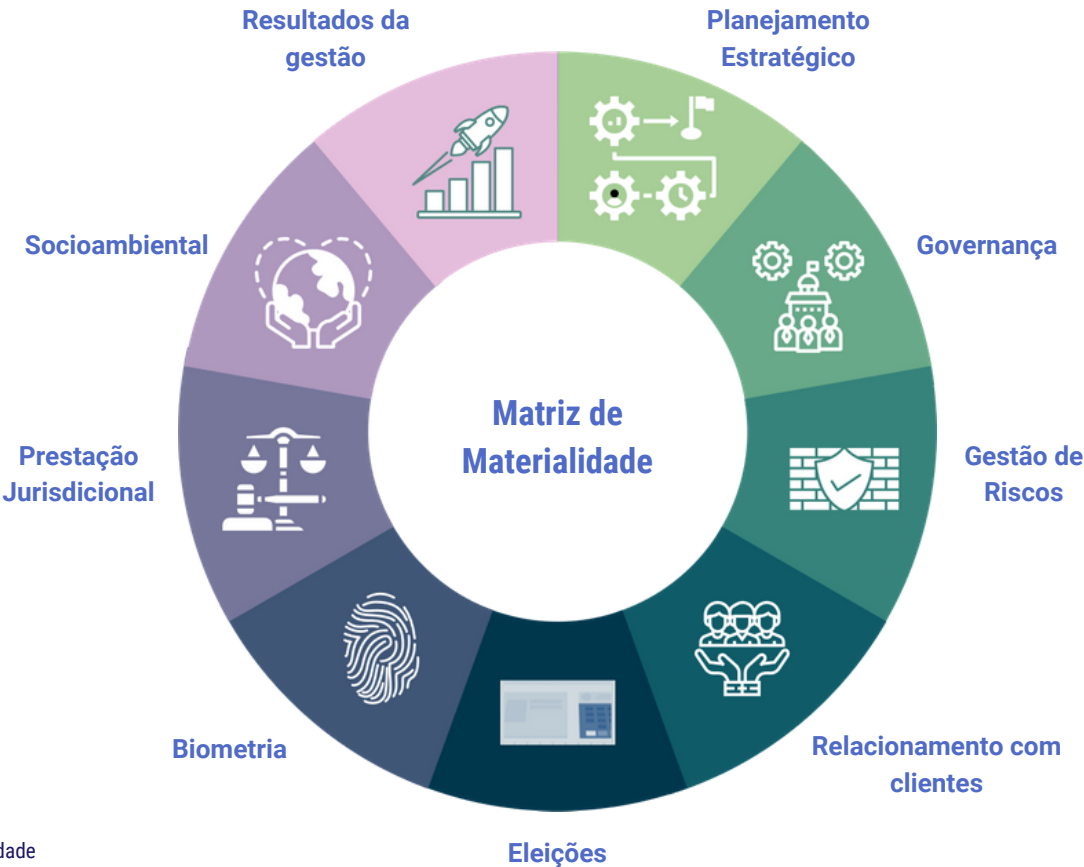


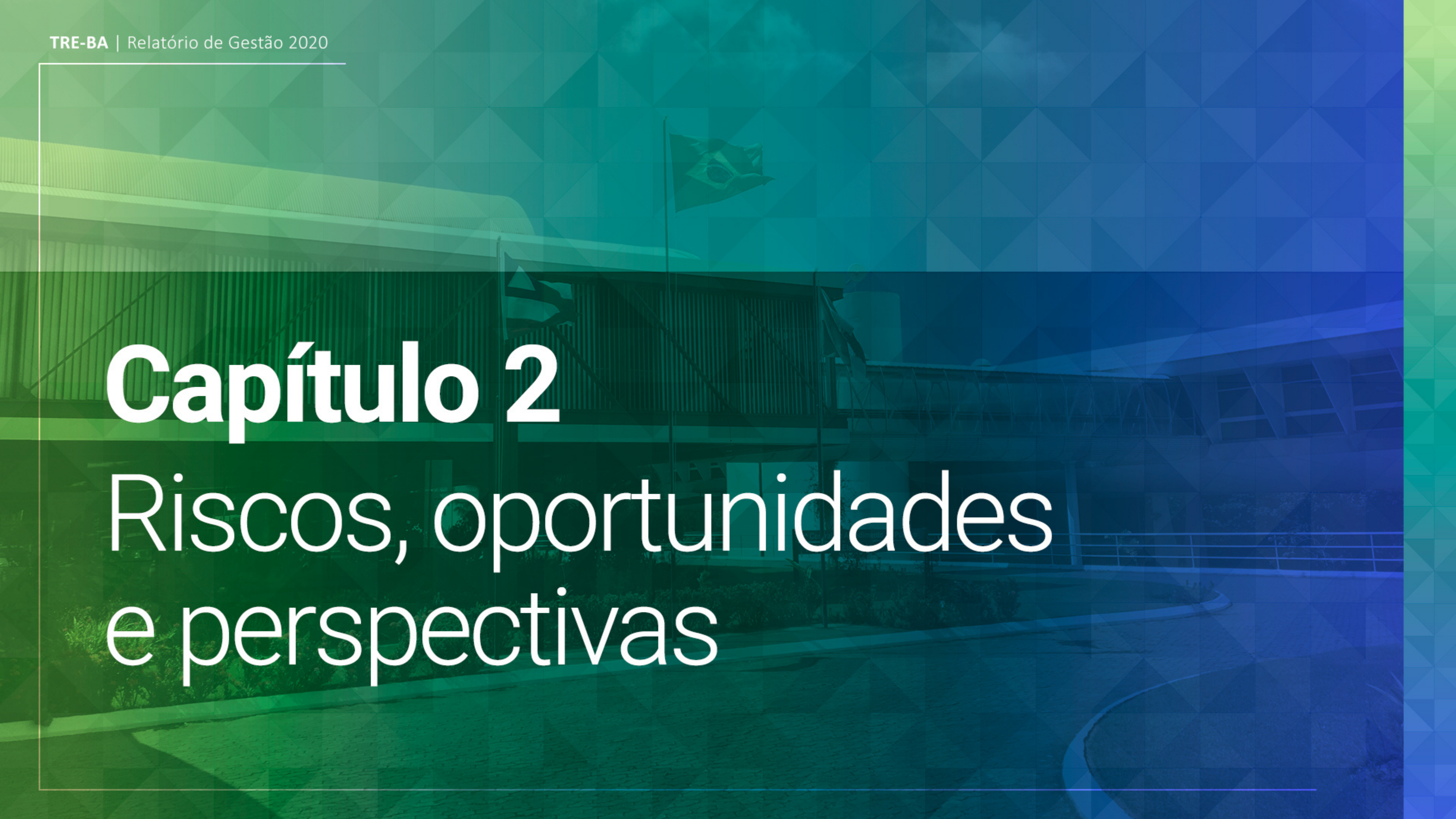
Figura 6 Matriz de Materialidade

O TRE-BA seguiu as orientações do TCU para a disposição desses temas por capítulo e, no tocante às informações a serem divulgadas, buscou contemplar os cenários nacional e institucional, as lições aprendidas, as projeções de futuro e os pontos positivos e negativos das iniciativas envolvidas.

Quanto aos limites do presente Relato Integrado, este Regional adotou abordagem ampla, visando à demonstração da totalidade dos gastos, informando a sociedade e dando maior transparência dos atos de gestão ao cidadão e aos órgãos de controle.

Com relação ao processo de elaboração do documento, em si, pode ser visualizado, de forma resumida, através da ilustração a seguir.





Capítulo 2

Riscos, oportunidades e perspectivas

Gestão de riscos e controles internos

O Sistema de Gestão de Riscos (SGR) do TRE-BA foi instituído pela Resolução Administrativa n.º 16/2018 e revisado pela Resolução Administrativa n.º 27/2019. A metodologia desenvolvida e utilizada pelo Órgão para gerenciamento de riscos, dentre outras fontes, baseou-se na Norma ABNT ISO 31000:2009 e no Manual de Gestão de Riscos do TCU, encontrando-se detalhada no Manual de Gestão de Riscos do TRE-BA (MGR).

O SGR adota o modelo das 3 linhas do Instituto de Auditores Internos (IIA) para estruturar e conferir responsabilidades aos participantes do processo de gerenciamento dos riscos inerentes às atividades do Órgão.

MODELO DAS 3 LINHAS DO IIA

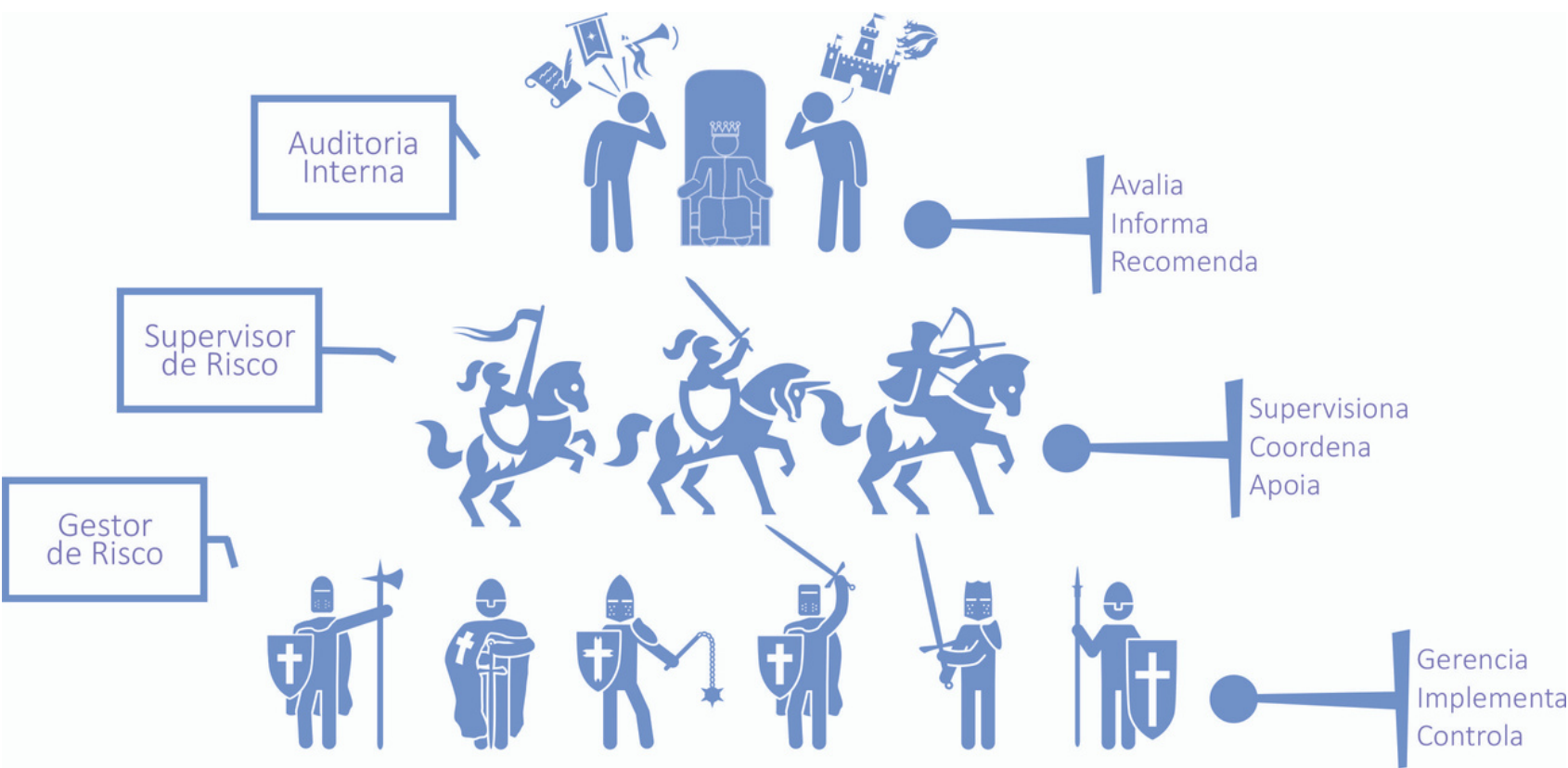


Figura 7 Modelo das 3 linhas do IIA

 1ª LINHA - Chefes de Seção - Coordenadores - Gerentes de Projetos - Demais responsáveis por ações e iniciativas GESTORES DE RISCOS Funções que gerenciam e têm propriedade sobre os riscos, realizando a gestão operacional e os procedimentos relativos aos controles internos, que são desenvolvidos sob sua orientação. Nesse nível se identificam, avaliam e tratam os riscos inerentes aos processos de trabalho do gestor.	 2ª LINHA - Presidente - Juízes Eleitorais - Secretários - COPEG - Outros SUPERVISORES DE RISCOS Funções que supervisionam os riscos, garantindo que a primeira linha funcione como pretendido. Seu papel é coordenar as atividades de gestão de riscos, orientar e monitorar a implementação das práticas de gestão de riscos por parte da gestão operacional.	 3ª LINHA - Coordenadoria de Auditoria Interna AUDITORIA INTERNA Funções que fornecem avaliações independentes e objetivas sobre os processos de gestão de riscos, controles internos e governança, às unidades de governança e à Alta Administração.
--	--	--



Ainda em 2018, as unidades do Tribunal elaboraram seus respectivos Planos de Tratamento de Riscos (PTR's), após disseminação interna da metodologia, por meio de encontros presenciais com as unidades da capital e de Oficina à Distância em Gestão de Riscos destinada às Zonas Eleitorais do interior do Estado.

No ano seguinte, os PTR's apresentados foram analisados e serviram de insumos para o desenvolvimento do Plano de Gestão de Riscos-Chave, que veio a ser aprovado pelo Conselho de Governança em Reunião de Análise da Estratégia. Também em 2019 foi promovida a revisão do SGR e do MGR, e a Gestão de Riscos passou a fazer parte do escopo dos projetos de melhoria de processos priorizados pelo Programa Estratégico "Evolução da Maturidade dos Processos".

Principais ações em gestão de riscos em 2020

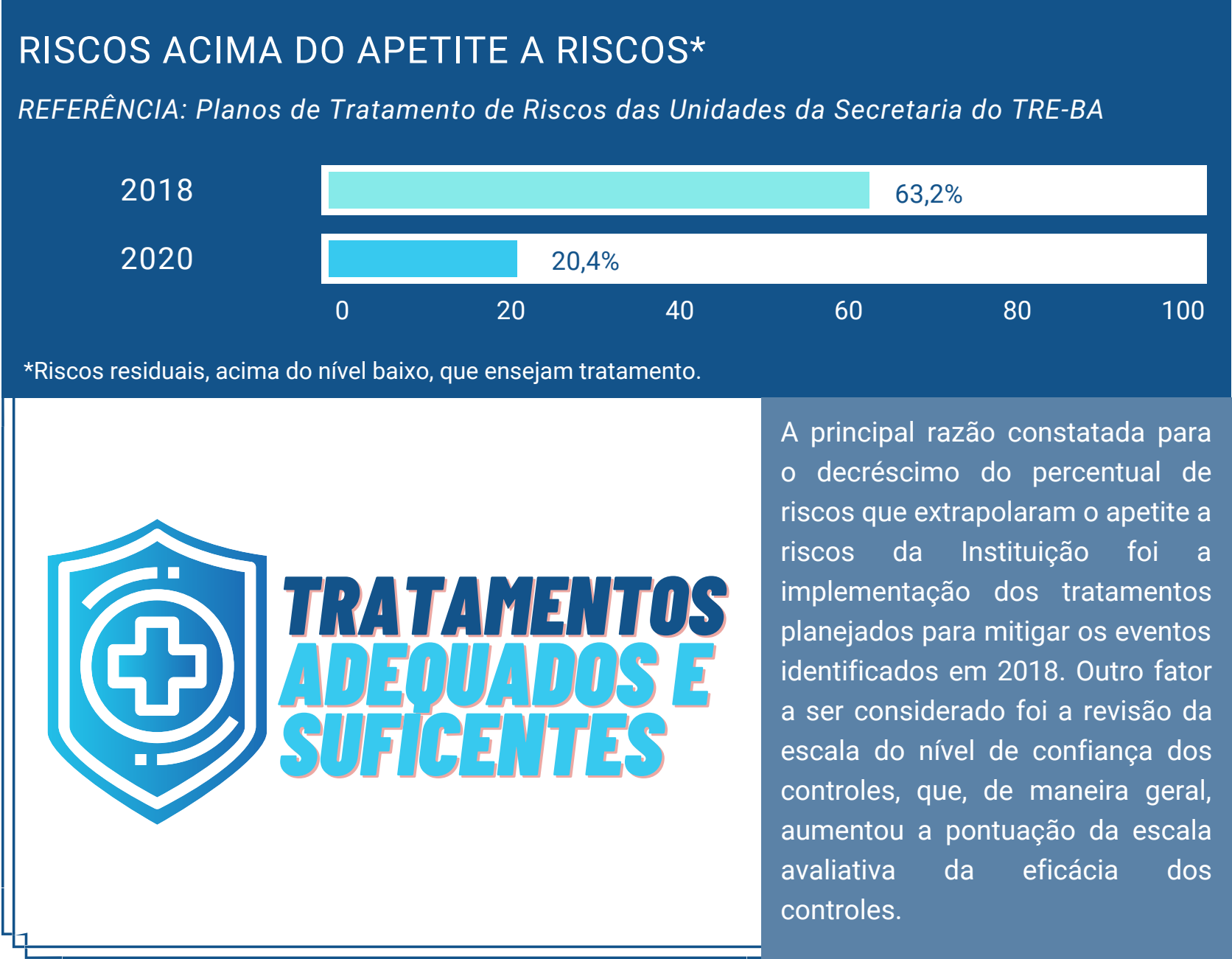
Em 2020, foi promovida a revisão e o primeiro ciclo de monitoramento dos PTR's das unidades do TRE-BA, elaborados em 2018. Na oportunidade, os gestores de riscos das unidades da Secretaria revisaram o contexto dos respectivos processos de trabalho priorizados, reavaliaram os riscos originariamente identificados e puderam julgar se os tratamentos planejados em 2018 foram suficientes para mitigar os riscos a um nível aceitável para a Instituição.

Por meio de questionário digital, os supervisores de riscos apresentaram relatórios que serviram de insumos para o monitoramento dos riscos do Órgão. Ao todo foram 410 riscos revisados e monitorados, inerentes às atividades de 38 processos organizacionais, relacionados a 19 macrounidades do Tribunal.



Monitoramento dos riscos das unidades

O resultado do monitoramento do PTR's das unidades sugere que a gestão de riscos tem sido eficaz, na medida em que se mostrou capaz de reduzir significativamente o percentual de riscos que apresentaram, em 2018, nível acima do limite aceitável pelo Tribunal, conforme quadro a seguir:



Quadro 1 Monitoramento dos Riscos das Unidades

Monitoramento dos riscos-chave do TRE-BA

A evolução na gestão dos riscos das unidades repercutiu no Plano de Gestão de Riscos-Chave (PGRC) da Instituição. Mesmo não tendo havido revisão em 23 riscos-chave identificados pelas Zonas Eleitorais em 2018, por conta dos trabalhos eleitorais dessas unidades, o PGRC apresentou evolução, como mostra o gráfico a seguir, que compara os níveis dos riscos-chave em 2018 e em 2020.



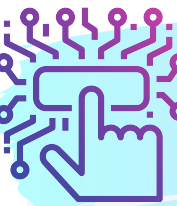
Quadro 2 Quadro comparativo de Riscos-Chave

Principais riscos enfrentados

 RISCO	 CAUSAS	 OBJETIVO IMPACTADO	RISCO INERENTE (sem considerar controles)	 CONTROLES e TRATAMENTOS	RISCO RESIDUAL (após controles)
Disseminação de desinformação sobre a segurança da urna eletrônica e o processo eleitoral	Desconfiança e desconhecimento da população sobre o processo eleitoral; <i>fake news</i> ; uso de aplicativos de mensagens e redes sociais para difusão de notícias falsas; má-fé de candidatos	Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade	Probabilidade: Muito Alta Impacto: Alto	Campanhas informativas em redes sociais; ampliação dos canais de comunicação com o eleitor, inclusive via <i>WhatsApp</i> ; criação de página on-line "Fato ou Boato" para o combate à desinformação; fiscalização de propaganda eleitoral	Alto
Aproveitamento insuficiente de oportunidades de informatização de serviços e processos	Deficit de pessoal da área de TIC; desconhecimento dos gestores sobre os processos sob sua gestão, devido à alta rotatividade de pessoal; capacitação insuficiente	Promover a melhoria dos serviços de TIC	Probabilidade: Alta Impacto: Alto	Estabelecimento de prioridades pelo Comitê Gestor de TIC; contrato de terceirização para desenvolvimento de <i>software</i> ; mapeamento de processos; Projeto TI Valoriza; PAC - Plano Anual de Capacitação de TIC	Médio
Descontinuidade de políticas de governança e gestão	Mudança bienal da Presidência; ausência de critérios objetivos para designação a cargos e funções comissionadas; constantes reestruturações organizacionais	Melhorar o desempenho dos processos organizacionais	Probabilidade: Média Impacto: Muito Alto	Institucionalização do PEI e de planos estratégicos setoriais; mapeamento e manualização de processos; necessidade de deliberação em RAE para alteração do PEI	Médio
Utilização pelo TRE-BA de instalações físicas inadequadas quando aos padrões de acessibilidade	Insuficientes locais de votação com padrões de acessibilidade e falta de ingerência do TRE-BA para adequá-los; Inexistência de imóveis nos padrões de acessibilidade para funcionamento de cartório no interior; Impossibilidade de realização de adequações em imóveis locados, por limitação da estrutura existente	Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis	Probabilidade: Alta Impacto: Médio	Vistorias de locais de votação; Ofícios para adequações de locais de votação quanto à acessibilidade; ampla divulgação pelas ZE's do interesse em locar imóvel para funcionamento de cartório; Estudos para adoção da modalidade "Built to Suit" (Construído para Servir); alocação de eleitores em seções especiais	Médio
Regressão no nível de maturidade de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC (IGovTIC)	Deficit de pessoal da área de TIC; surgimento de demandas de TIC não previstas; sobrecarga que enseje a não realização de ações para manter o nível de maturidade do iGovTIC; capacitação insuficiente; descontinuidade da gestão	Aperfeiçoar a governança de TIC	Probabilidade: Média Impacto: Muito Alto	Estabelecimento do Sistema de Governança de TIC; Elaboração de plano de ação para evolução da governança; Definição de prioridades pelo Comitê Gestor de TIC; Mapeamento de processos; Projeto TI Valoriza; PAC de TIC ; Iminente elaboração de PTR em segurança da informação.	Médio
Julgamento intempestivo de processo que possa incorrer em perda de mandato eletivo ou inelegibilidade	Rito processual extenso e instrução complexa dos processos; rotatividade de Juízes Eleitorais; ferramenta deficiente de extração de dados; gestão de processos insuficiente nas zonas	Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa	Probabilidade: Média Impacto: Muito Alto	Criação do NAJUC - Núcleo de Apoio Jurídico e ao Cadastro Eleitoral - e de grupos de apoio aos gabinetes de Juízes-Membros; monitoramento da SJU e da SCR; reuniões periódicas com membros da Corte; realização de inspeções	Médio
Ataque cibernético	Ciberterrorismo; Intenção de causar o descrédito da Justiça Eleitoral; Intenção de usar de forma fraudulenta dados custodiados pelo TRE	Fortalecer a segurança do processo eleitoral	Probabilidade: Alta Impacto: Muito Alto	Suspensão de acesso a sistemas internos, internet e redes sem fio nos dias que antecederam as eleições; VPN's e VDI's desligadas na véspera do pleito; orientações para atualização de senhas e de antivírus, dentre outros tratamentos adotados	Baixo
Insuficiente alinhamento das unidades ao planejamento estratégico	Deficiência quanto à disseminação na equipe operacional do planejamento, metas e indicadores estabelecidos; Foco na execução; insuficientes visão sistêmica e cultura estratégica	Assegurar a adoção de boas práticas de gestão	Probabilidade: Média Impacto: Alto	Elaboração participativa do PEI 2021-2026; desdobramento da estratégia nas unidades organizacionais; divulgação interna da estratégia; realização das RAES; capacitação em planejamento estratégico	Baixo
Tomada de decisões equivocadas acerca da gestão de processos judiciais quanto à celeridade e produtividade da prestação jurisdicional	Ferramenta de extração de dados inadequada para a gestão de processos judiciais; priorização de processos baseada em informações não confiáveis; sistemas processuais não parametrizados para obtenção de dados estatísticos; gestão de processos insuficiente nas zonas; lançamentos equivocados no sistema processual	Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Probabilidade: Média Impacto: Alto	Contínuo monitoramento do acervo processual; apoio da STI para desenvolver a aperfeiçoar soluções de informática destinadas à extração de dados confiáveis para a tomada de decisão	Muito Baixo

Principais oportunidades e ações de aproveitamento

Evidenciados, na página anterior, os riscos enfrentados, listamos a seguir as principais oportunidades identificadas no exercício e as ações de aproveitamento já realizadas ou previstas para acontecer:



Oportunidade:

AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS ON-LINE

Ações de aproveitamento:

- Desenvolvimento do "Balcão Virtual", "Coleta DOC" e "Coleta TTE";
- Atendimento via *WhatsApp* pela Ouvidoria;
- Adoção do "E-Título" e "Título NET";
- Migração do acervo processual para o meio digital, permitindo o acesso on-line;
- Realização de eventos de educação eleitoral on-line.



Oportunidade:

IMPLANTAÇÃO DO TELETRABALHO

Ações de aproveitamento:

- Uso de rede virtual privada (VPN) para acesso remoto à rede interna;
- Implantação do sistema de processos administrativos acessível pela Internet;
- Utilização de ferramentas de reunião virtual;
- Promoção de capacitações on-line;
- Realização de inspeções virtuais.



Oportunidade:

AUMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Ações de aproveitamento:

- Intensificar a realização de eventos voltados à preservação do meio ambiente e à importância da participação individual nas práticas ambientais sustentáveis;
- Proposição de normativos mais rígidos sobre o racionamento de energia e de água.

Contexto, fontes de riscos e de oportunidades

Ao final de 2020, foram colhidas informações das diversas áreas do TRE-BA para atualização do contexto no qual o Órgão busca atingir seus objetivos e para a identificação das principais fontes de riscos e de oportunidades a serem levadas em conta para o exercício de 2021. Dentre os atributos listados, destacam-se, como exemplo, os representados na matriz SWOT que segue:



Figura 8 Matriz SWOT atualizada em 2020

Perspectivas futuras

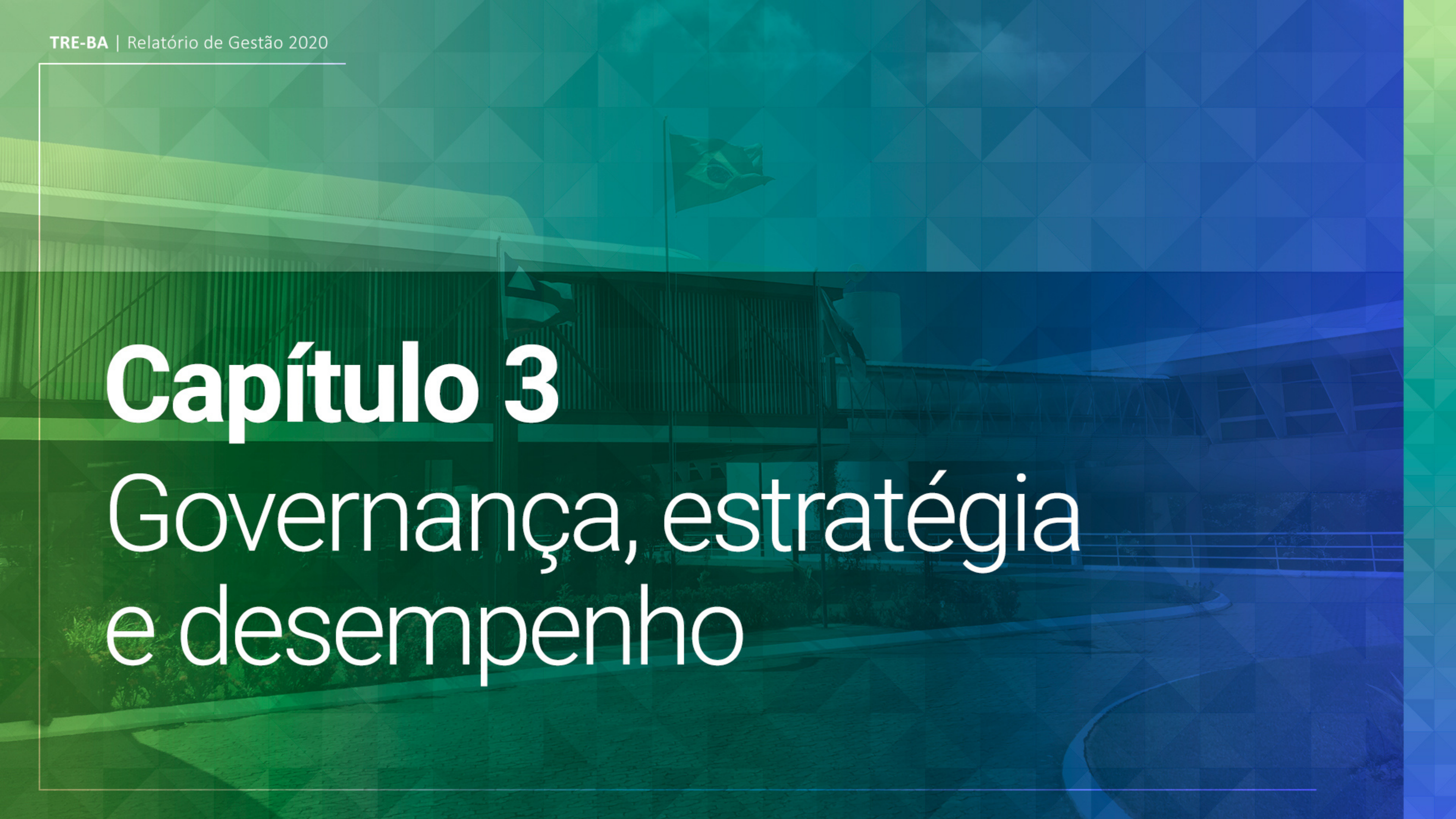


Em 2021, será elaborado o novo planejamento estratégico do TRE-BA, que irá direcionar a Instituição durante o ciclo 2022-2026. Muitos fatores que nortearam o atual planejamento, vigente de 2016 a 2021, permanecem atuais e devem ser novamente considerados nas diretrizes a serem estabelecidas no ciclo que está por vir.

A busca pela eficiência no serviço público, impulsionada pela participação social na definição de políticas públicas e no controle das ações do Estado, torna-se cada vez mais oportuna, principalmente diante do cenário de enxugamento do aparelho público e do aumento do grau de exigência do cidadão-usuário. A inclusão digital da população tende a ampliar a orientação da gestão pública a seus clientes, como preconiza a almejada Administração Gerencial. A necessidade de atender a critérios de sustentabilidade, acessibilidade, inclusão e transparência também aumentam com o passar dos anos, seja pela pressão de movimentos sociais espontâneos, seja por imposições legais. Atender a tantas e tamanhas expectativas no contexto que se prevê passa obrigatoriamente por grandes - e até disruptivas - mudanças. A desburocratização da máquina pública e o uso de novas tecnologias certamente serão as principais aliadas para a realização dos ajustes demandados.

No âmbito do TRE-BA, a efetiva implantação do teletrabalho em prol da economia de orçamento e do meio ambiente é uma solução viável de acontecer a curto prazo, especialmente após um ano de experiência exitosa com o trabalho remoto. A simplificação e automação de processos pode ser uma resposta eficaz à diminuição de recursos, inclusive humanos, que deve continuar para o setor público, e é um ponto a evoluir no Órgão. A maior aproximação com seus clientes, por meio da ampliação dos canais de acesso a seus serviços, deve prosseguir, especialmente pela atuação institucional em redes sociais e em aplicativos de mensagens. O uso da inteligência artificial também é um recurso relevante, já incentivado pelo CNJ, e que deve ser considerado a médio e longo prazos, conquanto ações pontuais já ocorram no Tribunal sobre este aspecto. O incentivo à inovação, à criatividade e à desburocratização nunca foram tão importante para o Tribunal. Essas práticas, aliadas às exigências recentemente advindas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, demandam o fortalecimento da área de TIC e grande evolução em segurança da informação, temas que devem ser priorizados pela instituição em 2021.

Espera-se, com essas e outras medidas, que a Justiça Eleitoral da Bahia consiga estar alinhada à conjuntura que desponta, assegurando a continuidade do cumprimento de sua missão institucional de garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.



Capítulo 3

Governança, estratégia e desempenho

Planejamento estratégico institucional

VISÃO GERAL DO PROCESSO DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA

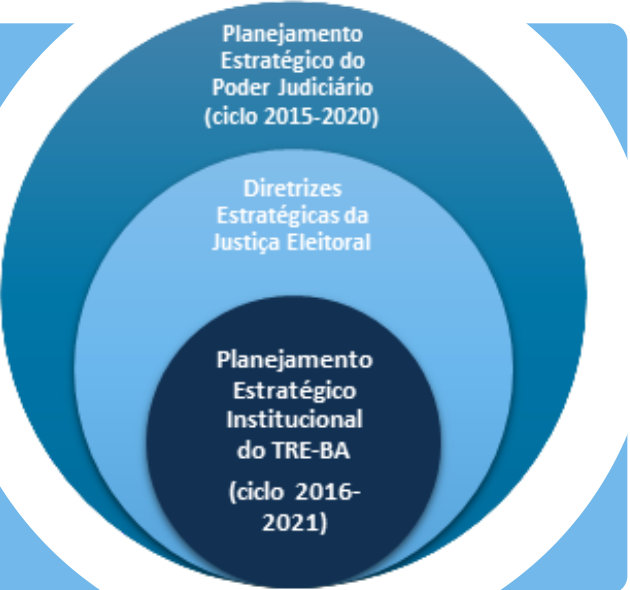
O QUE É

Planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão que traça os objetivos a serem alcançados pela organização, levando-se em conta seus pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças a que está sujeita, de maneira a direcioná-la para o cumprimento de sua missão institucional e para o atingimento de sua visão de futuro, pautando suas ações em princípios ou valores a serem seguidos por todos que a integram.



DIRECIONADORES

Além das competências legais e regimentais do Órgão, o PEI do TRE-BA levou em conta a Estratégia do Poder Judiciário (ciclo 2015-2020), instituída pela [Resolução CNJ n.º 198/2014](#), as diretrizes estratégicas da Justiça Eleitoral, bem como políticas nacionais e outras orientações e determinações do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal de Contas da União.



PROCESSO DE ELABORAÇÃO

O atual [Planejamento Estratégico do TRE-BA](#) foi concebido para o período de 2016 a 2021 e foi instituído pela [Resolução Administrativa n.º 14/2015](#). Sua elaboração ocorreu nos anos de 2014 e 2015 e contou com a participação de magistrados do 1º e 2º graus, servidores lotados na secretaria do Tribunal e nos cartórios da capital e do interior, que atuam nos níveis estratégico, tático e operacional, e representantes da associação de classe dos servidores.

ALINHAMENTO DA ESTRATÉGIA

O desdobramento da estratégia é um meio de viabilizar o atingimento dos objetivos. Assim, o PEI também orienta os planos institucionais e as propostas orçamentárias, de modo que as prioridades estratégicas sejam devidamente implementadas. Alguns dos principais planos do TRE-BA são: [planos estratégicos setoriais](#), [Plano de Logística Sustentável](#), [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação](#), [Plano Integrado de Eleições](#), [Plano Anual de Contratações](#), [Plano Anual de Capacitação](#).

Mapa estratégico

O Plano Estratégico do TRE-BA compreende 15 objetivos, que sintetizam o que a instituição pretende alcançar ao longo de um determinado período de tempo, assim como os desafios primordiais a serem enfrentados para o alcance da sua visão de futuro e para o cumprimento da sua missão. Esses objetivos estão escalonados em três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento), conforme **Mapa Estratégico** ao lado.

Para possibilitar o alcance desses objetivos, foram definidos projetos a serem priorizados no ciclo e indicadores estratégicos que representam o desempenho do Tribunal em relação às metas definidas.

Em 2020, o PEI do TRE-BA teve 26 projetos em andamento e 38 indicadores estratégicos medidos.

A Estratégia do Órgão é monitorada continuamente, através do acompanhamento bimestral da execução dos projetos, inclusive com identificação e reporte de riscos que possam interferir nos seus cursos, com apresentação de planos de respostas, apreciados pela Alta Administração. Os resultados atinentes aos indicadores de desempenho estratégicos também são levantados, trimestralmente, acompanhados de reflexões e justificativas sobre os fatores que facilitaram ou dificultaram o atingimento das metas traçadas.

O desempenho da Estratégia Institucional é avaliado, pelo menos, quadrimestralmente, nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) pelo Conselho de Governança que, se for o caso, toma decisões preventivas para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.



Figura 9 Mapa Estratégico do TRE-BA

Como o TRE-BA buscou atender sua missão e visão

A partir da análise das entregas do Tribunal e de seus desafios no porvir, o planejamento do TRE-BA para o exercício 2020 visou à realização da sua missão e focou nos resultados para os cidadãos e usuários dos seus serviços. Além disso, foram consideradas as demandas e diretrizes dos órgãos de controle e superiores, especialmente do TCU, do CNJ e do TSE.

Assim, o Tribunal incumbiu-se da tarefa de assegurar a garantia dos direitos da cidadania, objetivo estratégico maior do TRE-BA e norteador de toda atuação organizacional. Foram priorizados os objetivos institucionais relacionados ao fortalecimento da segurança no processo eleitoral, à prestação de atendimento de excelência ao público, à consolidação da boa imagem do Órgão junto à sociedade; ao aumento da celeridade e da produtividade na prestação jurisdicional; ao combate à corrupção e à improbidade administrativa; e ao fomento das ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis. Apesar de não estar diretamente relacionado às finalidades primordiais do TRE-BA, o objetivo estratégico que visa a proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro também foi priorizado no exercício, tendo em vista que seu indicador de desempenho até então não tinha sido medido e a preocupação com a preservação da saúde dos servidores, recursos limitados e indispensáveis para a consecução das atividades do Órgão.

A realização das eleições municipais de forma íntegra, segura e célere, a conclusão do Projeto Biometria na Bahia, a realização de ações de conscientização para a cidadania e de esclarecimentos acerca do processo eleitoral, a facilitação do acesso à Justiça, por meio da ampliação de serviços digitais, e o julgamento célere e efetivo de processos denotam a estratégia estabelecida para alcançar melhor performance nos objetivos acima referidos, tendo recebido atenção especial da Administração, gestores e demais colaboradores em 2020.

Importante ressaltar que, com o advento da pandemia da Covid-19, o planejamento inicialmente definido precisou ser revisto e adequado ao novo contexto, e para que o Tribunal conseguisse realizar as suas entregas com a qualidade e eficiência almejadas foi fundamental impulsionar, ainda, o objetivo relacionado à melhoria dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os objetivos estratégicos não priorizados no período não ficaram descuidados, considerando que projetos estratégicos ou iniciativas relacionadas a eles também foram contemplados no ano.

Toda essa mobilização foi realizada sem perder o foco na qualidade do gasto público e em sintonia com o aperfeiçoamento da gestão e da governança institucional.



Objetivos estratégicos priorizados em 2020 e principais iniciativas relacionadas

Ser reconhecido como uma instituição pública independente e imparcial, referência na prestação de serviços e na conscientização para a cidadania

Nossa
visão

Objetivos
priorizados

direcionadores
no
exercício

32 principais
iniciativas,
ações e
projetos
relacionados



Fortalecer a
segurança do processo
eleitoral

- Eleitores recadastrados biometricamente em larga escala
- Eleições municipais realizadas de forma íntegra, segura e célere

- Projeto "Biometria na Bahia"
- Plano Integrado de Eleições
- Plano Sanitário do TRE-BA
- Ações e campanhas de combate à Desinformação e fake news



Prestar
atendimento de
excelência ao público

- Canais eficazes de diálogo com a Justiça Eleitoral
- Capilaridade da prestação de serviços eleitorais
- Rede de prestação de serviços otimizada
- Monitoramento da satisfação dos clientes
- Estatísticas de serviços prestados disponibilizadas

- Projeto "Fala, Cidadão!"
- Projeto "TRE-BA em Rede"
- Projetos de obras



Aumentar a
celeridade e a
produtividade na
prestação jurisdicional

- Processo de prestação jurisdicional continuamente melhorado
- Priorização do 1º grau
- Sobrecarga de processos judiciais nas zonas eleitorais identificada e equacionada

- Projeto "Evolução da Maturidade dos Processos"
- Projeto "Justiça em Dia"
- Migração do acervo processual físico para eletrônico



Contribuir
para o combate à
corrupção e a improbidade
administrativa

- Processos de prestação de contas continuamente melhorados
- Sobrecarga de processos de prestação de contas identificada e equacionada
- Condutas orientadas por um código de ética institucional
- Combate aos efeitos negativos provocados pela desinformação

- Projeto "Evolução da Maturidade dos Processos"
- Projeto "Justiça em Dia"
- Projeto "Ética no TRE-BA"



Fomentar ações de
responsabilidade social e
práticas ambientais
sustentáveis

- Ações de conscientização para cidadania ampliadas
- Práticas ambientais sedimentadas
- Acessibilidade
- Fomento à participação feminina no processo eleitoral (Meta Específica 2)

- Projeto "Melhor acessibilidade"
- Projeto "Eleitor do Futuro"
- Projeto "Partiu Mudar"
- Projeto "Menor Cidadão"
- Projeto "Politiza Mulher"
- Plano de ação para cumprimento da Meta Específica 2
- Plano de Logística Sustentável - PLS



Consolidar a
boa imagem do TRE-BA
junto à sociedade

- Informações institucionais disponibilizadas de forma abrangente, clara e tempestiva para a sociedade
- Diretrizes, processos, ferramentas e padrões de comunicação externa estabelecidos
- Promoção campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral (Meta Específica 1)

- Monitoramento e evolução da transparência ativa
- Regulamentação interna da gestão de conteúdo no sítio da internet do TRE-BA
- Audiências públicas
- Plano de ação para cumprimento da Meta Específica 1



Proporcionar um
ambiente de trabalho
saudável e seguro

- Organização do trabalho humanizado
- Instalações físicas adequadas e seguras em todas as unidades
- Condições ergonômicas de trabalho
- Aprimoramento das relações socioprofissionais
- Saúde do servidor monitorada e melhorada

- Projeto "PQVT - Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor"
- Projeto "PQVT - Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho"
- Projeto "PQVT - Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde"
- Plano de ação para promoção da Qualidade de Vida no Trabalho
- Projeto "Evolução da Maturidade dos Processos"
- Projetos de obras



Promover a melhoria dos
serviços de TIC

- Processos internos de TIC otimizados
- Promoção de infraestrutura de TIC para realização de trabalho remoto
- Ampliação dos serviços on-line para clientes

- Projeto Residência de TIC
- Implantação do Sistema SEI
- Desenvolvimento sistema Coleta DOC
- Desenvolvimento sistema Coleta TTE
- Desenvolvimento do Balcão Virtual

Como a governança contribuiu para a geração de valor em 2020

Nos termos do Referencial Básico de Governança, publicado pelo TCU, a governança no setor público é a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas.

Assim, a boa governança pública pressupõe a existência de uma liderança forte, ética e comprometida com os resultados, bem como de uma estratégia clara, integrada, eficiente e alinhada aos interesses sociais e estruturas de controles que possibilitem o acompanhamento das ações, o monitoramento dos resultados e a tempestiva correção de rumos, quando necessário.

No TRE-BA, o Sistema de Governança e Gestão está regulamentado pela Resolução Administrativa n.º 33/2019. As atividades essenciais de governança (dirigir, avaliar e monitorar) são realizadas, com apoio das instâncias internas de governança, pelo Tribunal Pleno e Alta Administração, representada pela Presidência, Vice-Presidência e Diretoria-Geral. As funções de planejar, executar e controlar são realizadas pelas secretarias do TRE-BA, que também são apoiadas pelas instâncias internas de governança. Nesse contexto, tais instâncias exercem fundamental papel para que o Órgão atinja os seus objetivos e, conseqüentemente, atenda a sua Missão e Visão.

Ao Conselho de Governança, principal instância de governança no Tribunal juntamente com o Plenário, compete discutir e definir questões afetas à estrutura interna de governança, estabelecer diretrizes sobre segregação de função para tomada de decisões críticas, aprovar modelo de seleção e avaliação de desempenho para membros das instâncias gerenciais e de modelo de execução e monitoramento, propostos pelas respectivas áreas ou por comitês gestores e/ou comissões temáticas. Também é ele quem acompanha e analisa o alcance dos objetivos estratégicos, ações e metas nas Reuniões de Análise da Estratégia. As demais instâncias, no âmbito de suas competências, também impulsionam a efetivação da estratégia por meio de deliberações e iniciativas, tendo se destacado, em 2020, os aspectos demonstrados na página seguinte.

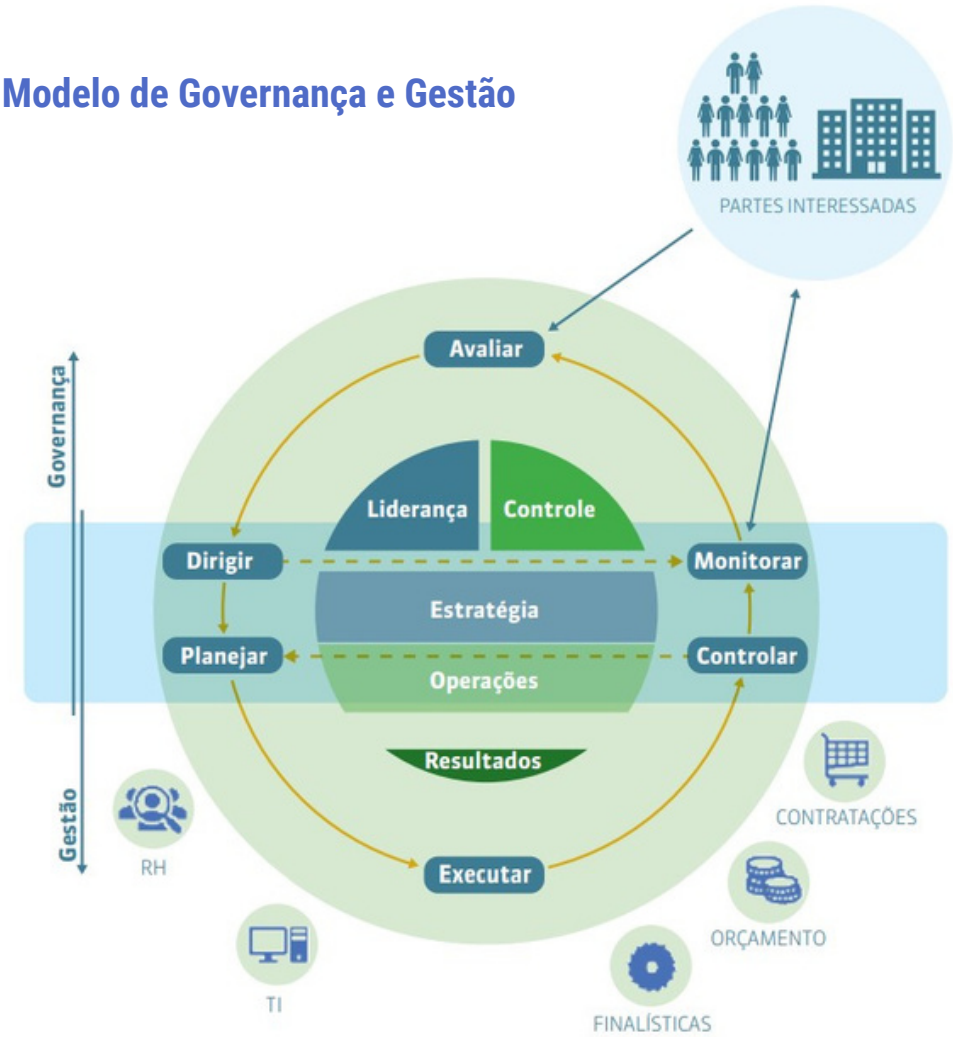


Figura 10 Modelo de Governança e Gestão
Fonte: TCU, Referencial Básico de Governança, 3ª ED, pág. 20.

Com o fito de viabilizar o funcionamento pleno de todas as instâncias internas de Governança do TRE-BA, em atendimento ao que dispõe a norma interna, foi necessário realizar, em 2020, processos seletivos para a designação dos componentes do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e do Comitê de Gestão de Pessoas, conferindo maior representatividade às zonas eleitorais e às associações de classe no processo de tomada de decisão relativo a metas estratégicas, planejamento das eleições e gestão orçamentária.

Reformulação do Comitê de Gestão de Pessoas (Portaria n.º 282/2020)

Nova composição do Comitê Gestor Regional de priorização do 1º grau (Portaria n.º 275/2020)

Atuação da governança em 2020



Conselho de Governança

- Participação nas RAEs - efetivo monitoramento da Estratégia
- Revisão de 3 indicadores e 7 projetos estratégicos
- Aprovação do Plano de Contratações e suas revisões
- Apreciação do Plano Orçamentário
- Deliberação para alçar projetos de obras à condição de estratégicos
- Priorização da designação dos novos membros do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau e do Comitê Gestor de Pessoas
- Priorização de aspectos relacionados à QVT
- Deliberação pela criação de grupo de estudos para solucionar o problema de obtenção de dados estatísticos processuais



Comitê Gestor de Eleições

- Acompanhamento das diretrizes estabelecidas para as Eleições 2020
- Deliberações sobre demandas referentes às Eleições 2020
- Monitoramento do Plano Integrado das Eleições 2020



Comitê de Gestão de Orçamento e Aquisições

- Aprovação do Plano de Contratações, alinhado aos objetivos estratégicos e ao orçamento
- Deliberações para inclusão /exclusão de processos de contratação no PLANCONT
- Estabelecimento da obrigatoriedade, a partir de 2021, do Estudo Técnico Preliminar – ETP para todas as contratações do TRE-BA.



Comitê de Gestão de Pessoas

- Ratificação do Plano Setorial da Secretaria de Gestão de Pessoas
- Ratificação do Plano de Ação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT 2020
- Aprovação do Plano de Ação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT 2021
- Aprovação da realização mensal de reunião “Como posso melhorar? A SGP quer ouvir você”.
- Determinação para elaboração de planejamento com vistas à vacinação de todos os servidores do Tribunal em caso de disponibilização da vacina contra a Covid-19 pelos órgãos públicos, atentando à ordem de prioridade estabelecida.



Comitê de Segurança da Informação

- Proposição de normas relativas à segurança da informação
- Proposição e adoção de iniciativas para aumentar o nível da segurança da informação, especialmente, em relação ao pleito eleitoral



Comitê de Governança de TIC

- Deliberações para criação e manutenção evolutiva de sistemas para atender demandas eleitorais e de unidades solicitantes
- Análise de auditorias de TIC
- Monitoramento de desempenho de TIC
- Priorização de sistemas e de ações voltadas para o trabalho remoto emergencial
- Aprovação da revisão dos processos de trabalho de TIC
- Aprovação dos estudos para implantação de soluções de TIC.



Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde

- Avaliação das causas de afastamento dos servidores por motivo de saúde.
- Acompanhamento das demandas do CNJ relacionadas à saúde de servidores e magistrados
- Avaliação das normas, procedimentos, campanhas e orientações implementadas para prevenção ao contágio da Covid-19
- Acompanhamento das ações para cumprimento do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT 2020
- Acompanhamento das medidas para retorno de servidores, magistrados e colaboradores ao trabalho presencial.



Núcleo de Plano de Logística Sustentável

- Promoção de ações para execução do Plano de Logística Sustentável
- Monitoramento do desempenho do Tribunal em relação ao Plano de Logística Sustentável
- Aprovação da proposta revisão do PLS 2018-2021
- Difusão de práticas ambientais no TRE-BA
- Proposição de normativos e iniciativas relacionadas à matéria



Comissões de Ética

- Promoção de ações para disseminação do Código de Ética e de Conduta
- Análise de processos administrativos sobre a matéria
- Proposição de edição de normativos ou iniciativas relacionadas ao assunto.



Comissão de Acessibilidade

- Promoção de acessibilidade nos locais de votação das Eleições 2020
- Monitoramento das condições de acessibilidade nas Eleições 2020.



Demais instâncias /unidades internas

- Mapeamento e análise de riscos do processo de monitoramento da Estratégia
- Proposição de revisão dos Sistemas de Governança e de Gestão de Riscos
- Disponibilização de canais efetivos de comunicação com a sociedade
- Realização de ações com vistas à transparência e *accountability*
- Realização de auditorias internas, com avaliação e monitoramento de riscos e controles internos
- Realização de Correições.



Para saber mais sobre competências e deliberações dos Comitês e Comissões do TRE-BA, acesse <https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/comissoes-e-comites/comissoes-e-comites>

Indicadores de governança

Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas - IGG

Desde o último ciclo de Levantamento Integrado de Governança e Gestão Públicas, realizado pela Corte Superior de Contas, em 2018, o TRE-BA vem trabalhando no sentido de traçar diretrizes para adotar os controles sugeridos. A referida avaliação busca aferir o nível da maturidade das instituições públicas quanto à governança pública institucional, de contratos, de pessoas e de tecnologia.

Naquele Levantamento, o Tribunal apresentou resultado em estágio “intermediário”, alcançando 59% do IGG (índice integrado de governança e gestão públicas). Este resultado foi interpretado pela Alta Administração como um alerta e grande oportunidade de melhoria. Desde então, o Órgão vem elaborando e executando planos de ação para evoluir o seu nível de governança e gestão e, em 2020, não foi diferente, a despeito da pandemia.

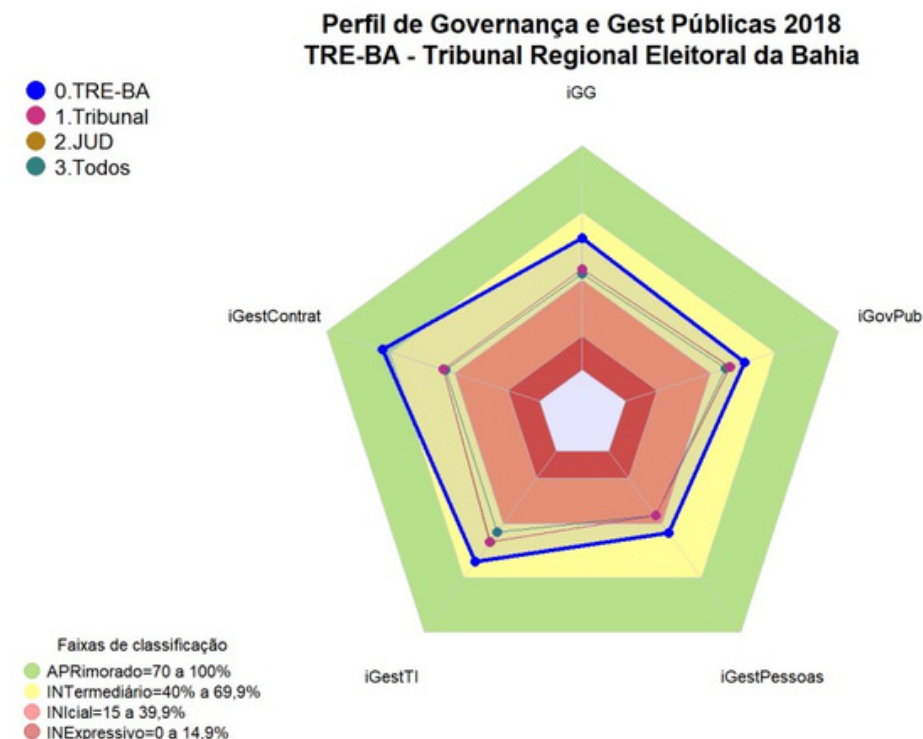


Gráfico 2 Perfil de Governança e Gestão Públicas 2018
Fonte: TCU. Relatório Individual da autoavaliação; pág 4. Brasília:2018. Disponível em <<
[https://www.tcu.gov.br/igg2018//18-TRE-BA%20\(Tribunal%20Regional%20Eleitoral%20da%20Bahia\).pdf](https://www.tcu.gov.br/igg2018//18-TRE-BA%20(Tribunal%20Regional%20Eleitoral%20da%20Bahia).pdf)>>

Apesar do adiamento do Levantamento, pelo TCU, no ano de 2020, o TRE-BA, com o intuito de acompanhar sua capacidade de governança e gestão, realizou autoavaliação voluntária, respondendo o questionário disponibilizado pelo referido Órgão de controle em seu sítio da internet ([clique aqui](#)). Nessa última autoavaliação, o TRE-BA alcançou o percentual de 67% no IGG.

Relatório Individual Levantamento de Governança e Gestão Públicas TRE-BA - Exercício: 2020

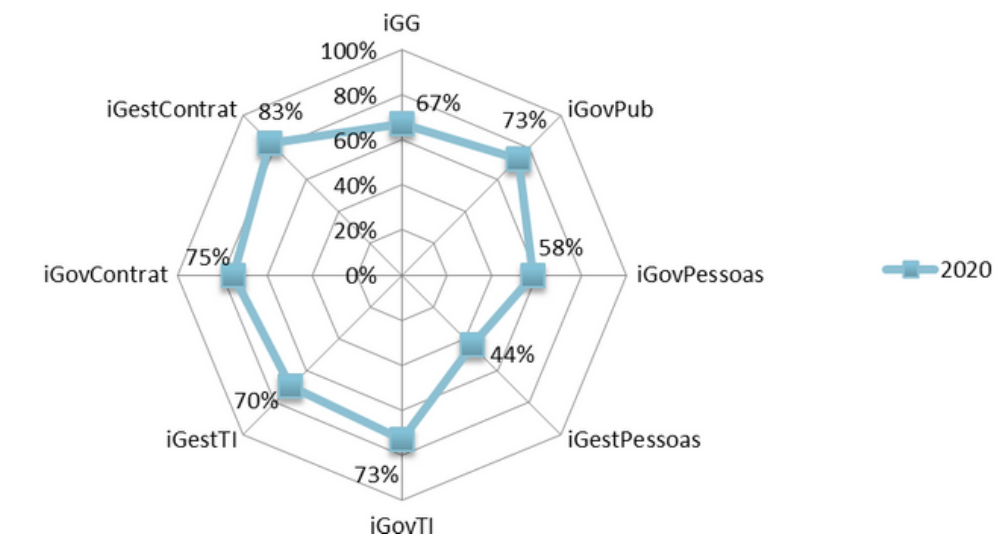


Gráfico 3 Relatório Individual. Levantamento de Governança e Gestão Públicas TRE-BA 2020

Da análise comparativa entre os dados apurados no exercício de 2020 e os índices alcançados no ciclo integrado ocorrido em 2018, verifica-se que houve uma considerável evolução do nível de governança e gestão deste Tribunal, fruto da implementação de boas práticas de liderança, estratégia e *accountability*, bem como de práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações.

TRE-BA Evolução da Capacidade de Governança e Gestão 2018 X 2020

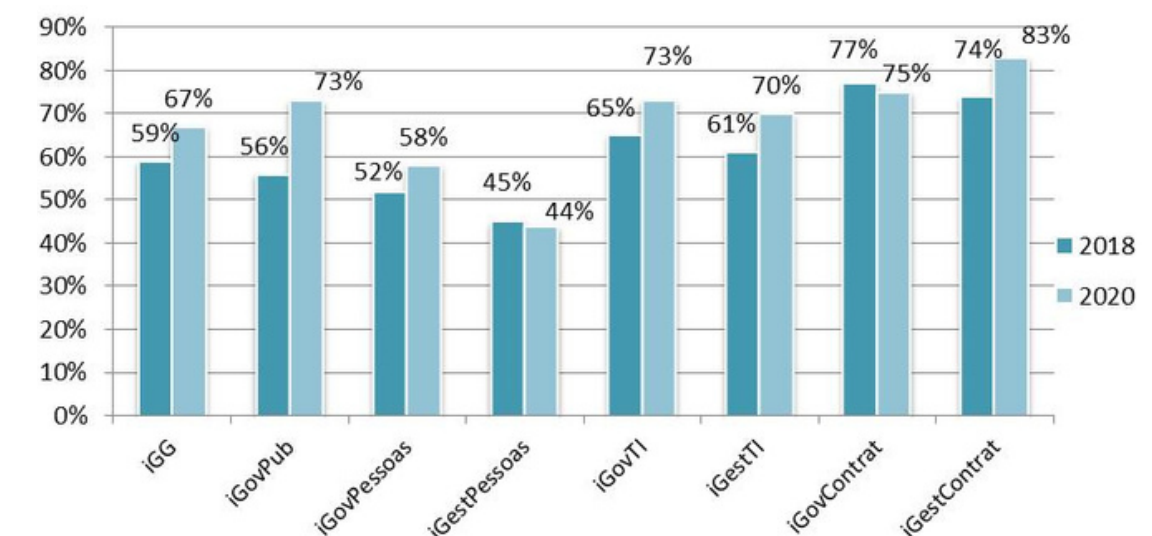


Gráfico 4 Evolução da Capacidade de Governança e Gestão 2018 X 2020

Boas práticas de liderança, estratégia e controle adotadas em 2020



O percentual de 67% para o IGG mantém o TRE-BA em estágio INTERMEDIÁRIO, quando avaliado o seu nível de capacidade em governança. Assim, além de representar uma evolução do nível de maturidade institucional em governança e gestão, o resultado do IGG alcançado em 2020 revela a possibilidade e necessidade de melhoria nesses aspectos, com a proposição de medidas e ações voltadas para impulsionar os requisitos deficientes, bem como para manter aqueles já tidos como aprimorados.

Nesse sentido foram realizadas reuniões com as unidades competentes, para minuciosamente identificar as questões passíveis de melhoria na versão do questionário disponibilizado pelo TCU para o ano de 2020, assim como traçar planos factíveis para evolução a curto e médio prazo, com o propósito de alcançar estágio APRIMORADO de capacidade de governança no ciclo do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública – ciclo 2021 (IGG > 70%). Foi elaborado plano de ação com iniciativas relacionadas às práticas de liderança, estratégia e *accountability*, para implementação e acompanhamento no ano de 2021.

PLANO DE BOAS PRÁTICAS

META: Alcançar nível Aprimorado no IGG 2021

Liderança	Estratégia	Controle
- Elaborar e tornar público os perfis profissionais dos gestores e normatizar a seleção de gestores com base em perfil profissional; - Atualizar e tornar público os perfis profissionais das unidades; - Elaborar e implantar projeto gestão de desempenho no TRE-BA; - Elaborar plano para cada uma das funções (subsistema) de gestão de pessoas: recrutamento e seleção e gestão de benefícios (ato normativo, projeto, objetivos, indicadores e metas de desempenho); - Implantar o DFT no TRE-BA, conforme cronograma do TSE; - Elaborar rotina para monitoramento de indicadores: rotatividade de pessoal por departamento ou unidade organizacional; horas de treinamento por servidor; dias de afastamento por licença à saúde por servidor; - Elaborar plano de ação para implementação de condições mais flexíveis e estimulantes para realização de trabalho, com vistas ao aumento do desempenho; - Avaliar resultado do PQVT (Programa de Qualidade de Vida no Trabalho) - Exercício: 2020; - Elaborar ato normativo para o Programa Movimentar (lotação e relocação de servidores nas unidades organizacionais).	- Revisar o Plano de Gestão de Riscos-Chave do TRE-BA; - Implementar Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócio; - Incluir o processo de gestão de riscos como etapa da formulação do próximo ciclo da formulação da estratégia; - Elaborar normativo disciplinando o monitoramento da estratégia; - Elaborar estudo para viabilizar a inclusão de meta relacionada à redução de despesa para o longo prazo (12 anos ou mais) para o planejamento estratégico do próximo ciclo; - Implantar o CONUSE (A Resolução Administrativa n.º 36/2018 estabelece as regras para a implantação do Conselho de Usuários dos Serviços Eleitorais da Justiça Eleitoral da Bahia (CONUSE), integrado por representantes dos usuários dos serviços da Justiça Eleitoral e que tem entre os seus objetivos formular sugestões e propor melhorias dos serviços prestados.) - Regulamentar a necessidade de realização de estudos preliminares para as contratações em geral, incluindo a elaboração de Mapa de Riscos.	- Propor diretrizes e elaborar plano de dados abertos; - Promover a alteração do Regulamento da Ouvidoria, com vistas a possibilitar a aplicação de sanções a quem produzir denúncia falsa ou evidência que sabe ser falsa e não retaliação a denunciantes de boa-fé; - Elaborar manual de sindicância e processo administrativo digital, assegurando a realização de capacitação periódica aos servidores envolvidos; - Realizar a Auditoria Financeira integrada com conformidade, que resultará na certificação das contas, nos termos da IN TCU nº 84/2020; - Instituir processo de avaliação de desempenho da unidade interna de Auditoria pela Conselho de Governança; - Solicitar o PAC-AUD 2021: capacitação para elaboração do programa de qualidade de auditoria para implementação no Órgão; - Elaborar o plano de integridade; - Aprimorar os mecanismos de controle relacionados à área de contratações, incluindo verificação de riscos relacionados à capacitação e desempenho de papéis funcionais de gestores e colaboradores envolvidos.

Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - iGovTIC-JUD

No ano de 2020, o TRE-BA manteve o nível aprimorado no Levantamento de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD 2020), realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a obtenção do índice de 0,80.

A realização anual desse diagnóstico tem a finalidade de aferir o nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento especificadas e, conseqüentemente, o da evolução dos viabilizadores da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário, com base em práticas de governança e de gestão previstas em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos internacionais de boas práticas, composto por tópicos subdivididos entre o domínio de Governança e Gestão de TIC e de Infraestrutura de TIC.

O índice de maturidade alcançado em 2020 foi idêntico ao do ano de 2019, consolidando o nível de maturidade aprimorado para o TRE da Bahia.

Nota do Órgão		Nível de Maturidade		
0,80		Aprimorado		
Dimensões Avaliadas		Nota	Nível de Maturidade	
1. Das Políticas e Planejamento		0,98	Excelência	
2. Das Estruturas, Macroprocessos e Processos		0,88	Aprimorado	
3. Das Competências, Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas		0,84	Aprimorado	
4. Dos Riscos, Monitoramento e Auditoria – Controle da Gestão		0,83	Aprimorado	
5. Dos Sistemas, Integração e Nivelamento		0,84	Aprimorado	
6. Dos Serviços de Infraestrutura		0,93	Excelência	
7. Dados Gerais (Detalhamento)		0,37	Baixo	
Classificação 2020				
Segmento		Porte	Geral	
10º (de 27)		14º (30)	39º (de 92)	
Evolução iGovTIC-JUD				
2016	2017	2018	2019	2020

Quadro 4 Resultados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia no iGovTIC-JUD 2020

Fonte: Site do CNJ. https://paineis.cnj.jus.br/QuvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shIGTGraficos

Ressalte-se que, embora havendo continuidade nesse patamar, houve evolução nas dimensões 4 e 5 e um decréscimo nas dimensões 2 e 7. A permanência desse índice desafia o TRE-BA a implementar novas atividades para que melhor direcionem os gestores no planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento de Planos de Ações que impulsionem o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos pela Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD).

Registre-se que, em decorrência da pandemia e do ano eleitoral, a área de TI foi fortemente impactada com demandas eleitorais, buscando soluções que possibilitassem o desenvolvimento de trabalho remoto por parte de seu quadro funcional e ferramentas para atendimento de público interno e externo.

Além disso, os critérios atualmente utilizados pelo CNJ para definição da quantidade mínima ideal de servidores na área de TIC (requisito que pontua na dimensão 7) vem prejudicando o Órgão, pois leva em conta o quantitativo de advogados cadastrados no Sistema PJe, cujo suporte operacional não é prestado no âmbito dos regionais, mas apenas no do TSE.

Média de resultados TRE-BA iGovTIC-JUD por dimensão e anos 2016/2017/2018/2019/2020

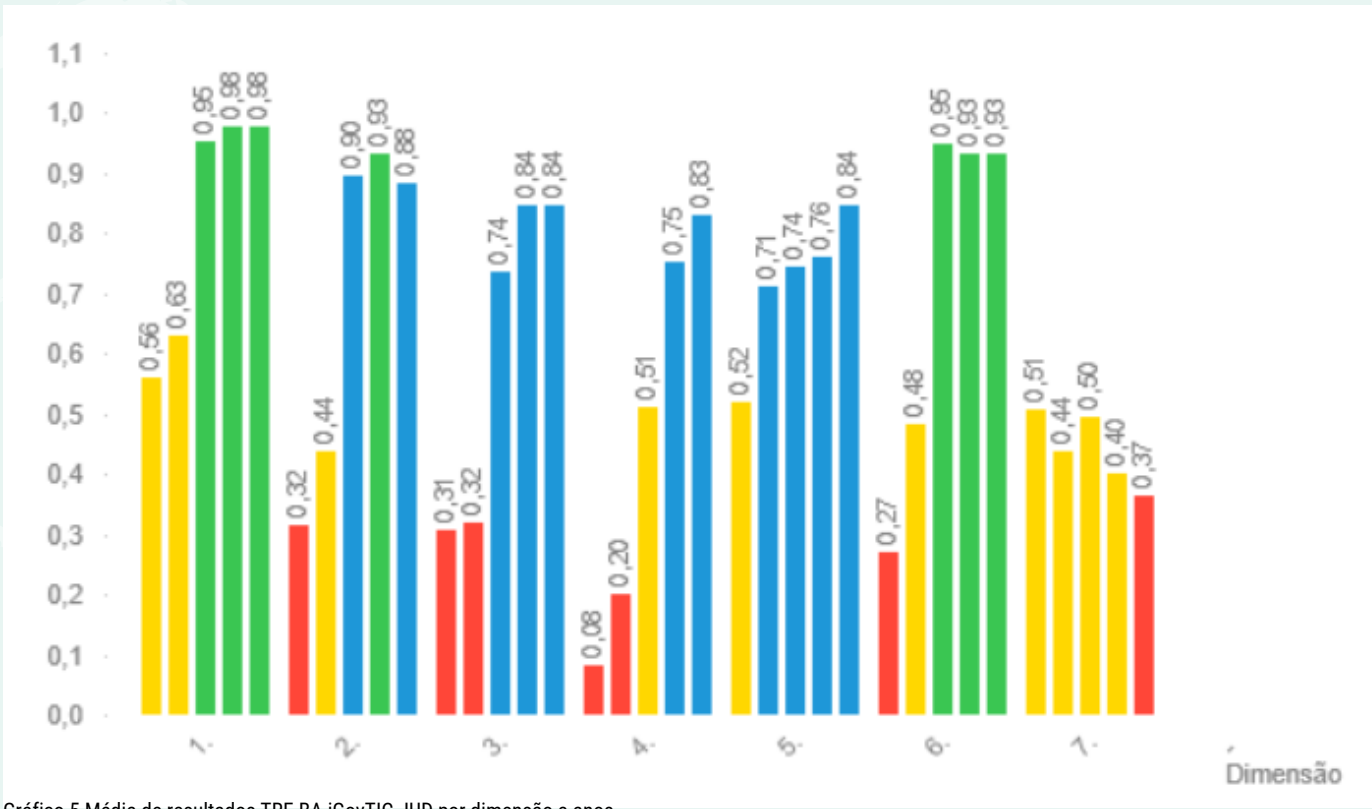


Gráfico 5 Média de resultados TRE-BA iGovTIC-JUD por dimensão e anos

Fonte: Site do CNJ. https://paineis.cnj.jus.br/QuvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shIGTGraficos

Avaliações de órgãos de controle

Ranking da Transparência

No intuito de dar mais transparência às ações e atividades que desenvolve, vez que a publicidade é um dos princípios fundamentais regentes da Administração Pública, o TRE-BA tem prezado pelo atendimento aos normativos que regulamentam o acesso à informação (Resolução CNJ n.º 215/2015 e Lei n.º 12.527/2011), fomentando internamente a busca pelo aprimoramento da transparência institucional, principalmente a transparência ativa.

Como resultado das ações desenvolvidas, em 2020, o Tribunal atingiu o índice de 98,56% no cumprimento dos itens exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e conquistou o **1º lugar** na 3ª edição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, entre os 93 tribunais e conselhos de justiça avaliados. O TRE-BA atendeu 79 dos 80 critérios avaliados, apresentando evolução de 5,94 pontos percentuais entre os anos de 2019 e 2020.

O Ranking foi instituído pela Resolução CNJ n.º 260/2018, e avalia o grau de informação que os tribunais brasileiros e conselhos divulgam aos cidadãos, objetivando incentivar que a informação franqueada pelos órgãos seja disponibilizada de forma padronizada, ágil, clara e de fácil compreensão, com uso de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

O avanço do Tribunal com relação à transparência é resultado dos esforços das áreas responsáveis pela publicação de conteúdos, de acordo com as diretrizes traçadas pela Alta Administração e pelas instâncias internas de Governança, e da realização de monitoramento quadrimestral dos conteúdos publicados no sitio do Regional. No exercício, foi ainda editada a Portaria n.º 391/2020, disciplinando a gestão de conteúdo no Portal do TRE-BA, com vistas a garantir a atualização e integridade das informações disponibilizadas.



Em 2019, o percentual atingido pelo Regional foi de 92,62% e, em 2018, 87,59% de requisitos cumpridos. A evolução dos índices ao longo dos três últimos anos demonstra o compromisso do TRE-BA em garantir o acesso à informação, conforme estabelecido.

Ranking da Transparência
- evolução % de atendimento TRE-BA 2018/2019/2020

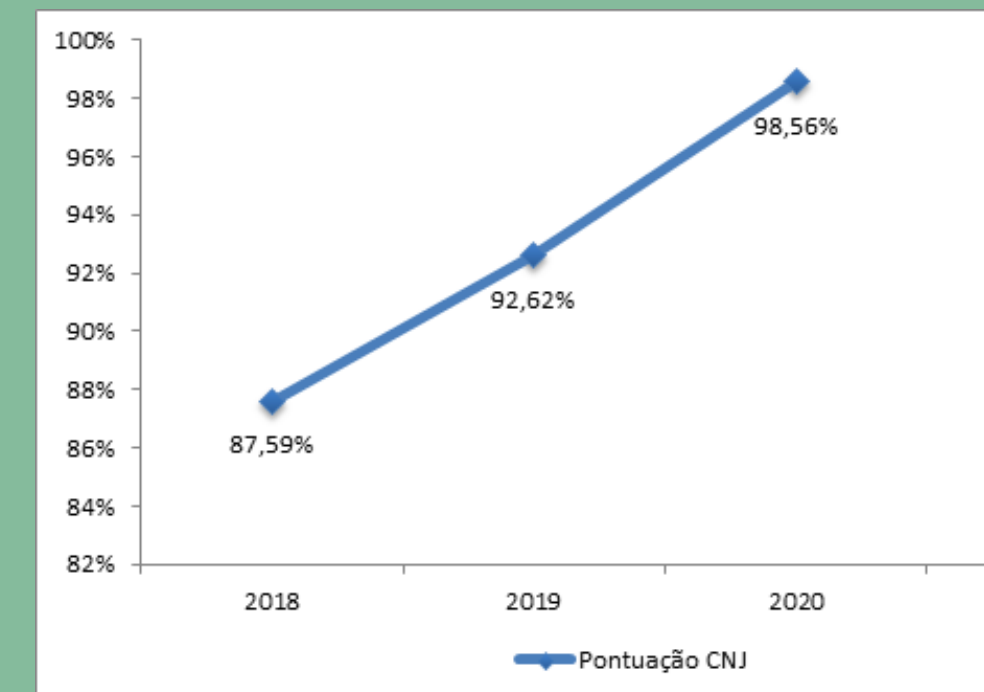


Gráfico 6 Evolução do TRE-BA no Ranking da Transparência 2018-2020

- O TRE-BA disponibiliza **Guia da Transparência** com o detalhamento dos critérios avaliados pelo CNJ e os *links* para acesso às informações. Acesse [aqui](#).

Prêmio CNJ de Qualidade



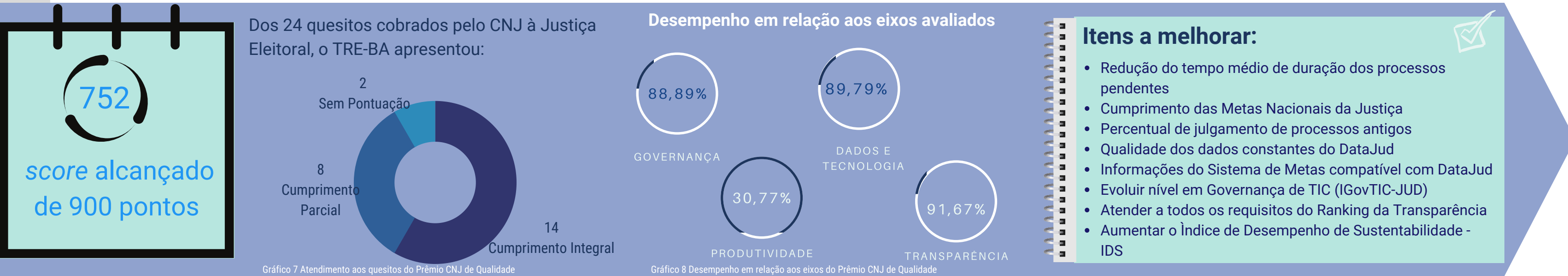
Em 2020, o TRE-BA foi congratulado com a categoria “Ouro” no “Prêmio CNJ de Qualidade”, em decorrência do atingimento de 752 pontos, equivalentes a 80% da avaliação geral. Tal pontuação permitiu ao Eleitoral Baiano alcançar o 1º lugar na categoria “Ouro” e o 4º lugar dentre todos os tribunais regionais eleitorais.

Regulamentado por meio da [Portaria CNJ n.º 88/2020](#), o Prêmio CNJ de Qualidade – Ano 2020 tem por finalidade estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e no planejamento, bem como reconhecer os tribunais pela qualidade da gestão administrativa e judiciária, produção de dados estatísticos e transparência das informações. A avaliação do CNJ foi segmentada em quatro eixos temáticos: Governança; Produtividade; Transparência; e Dados e Tecnologia.

Com a nova sistemática do Prêmio, os 27 TREs apenas concorriam entre si. O Prêmio Excelência seria conferido ao Regional que alcançasse a maior nota, desde que atendesse a, pelo menos, 90% dos requisitos exigidos. O Diamante foi conferido aos 3 tribunais que obtiveram as maiores pontuações relativas e superaram 70%. O Ouro, foi conferido aos tribunais situados entre a 4ª e a 10ª colocações e superaram 60% da pontuação. Já o Prata, aos tribunais situados entre a 11ª e a 18ª maiores pontuações relativas e que alcançaram, pelo menos, metade dos pontos.

Essa foi a sexta vez que o Eleitoral baiano foi reconhecido pelo CNJ em premiação desse tipo, ocupando lugar de destaque dentre os órgãos do Poder Judiciário. O resultado alcançado reflete o compromisso do Tribunal em prestar um serviço de qualidade, primando pela busca da excelência na gestão e no planejamento, traduzida, especialmente, na sistematização e disseminação das informações e no incremento da eficiência da prestação jurisdicional.

Prêmio CNJ de Qualidade 2020 – Números TRE-BA



Ações de supervisão, controle e correção

Dentre as atribuições das instâncias internas de governança e de apoio à governança está a realização de ações de supervisão, controle e correção com vistas à garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

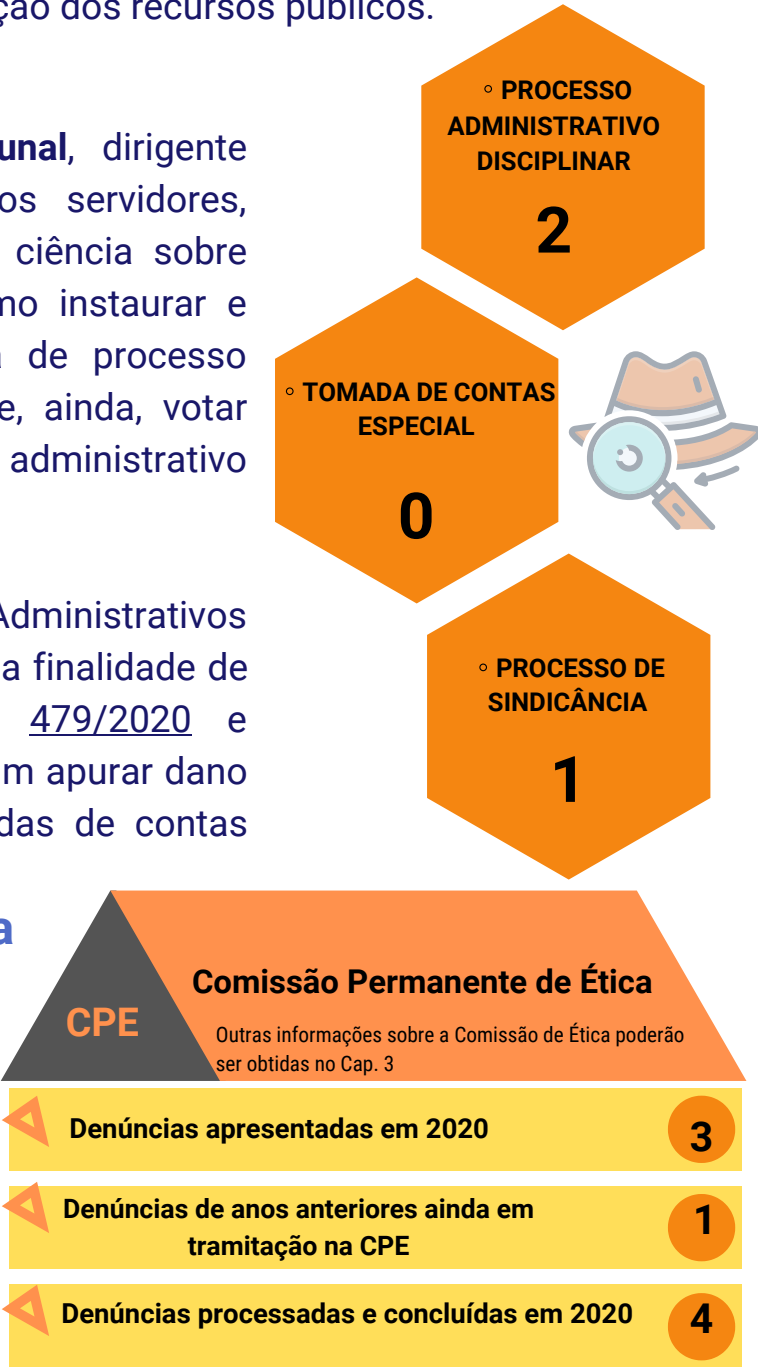
Atuação do Presidente do Tribunal

Nesse contexto, compete ao **Presidente do Tribunal**, dirigente máximo do Órgão, aplicar penas disciplinares aos servidores, promover a apuração imediata dos fatos que tiver ciência sobre irregularidade atribuída a juiz do Tribunal, bem como instaurar e processar sindicância, relatar proposta de abertura de processo administrativo disciplinar contra aquela autoridade e, ainda, votar na instauração e no julgamento de processo administrativo disciplinar contra juiz do Tribunal e juiz eleitoral.

Em 2020, foram instaurados 02 (dois) Processos Administrativos Disciplinares e 01 (um) Processo de Sindicância com a finalidade de apurar fatos noticiados (Portarias n.º 61/2020, 479/2020 e 482/2020). Os processos mencionados não objetivaram apurar dano ao Erário, bem como não houve abertura de tomadas de contas especiais com essa finalidade no exercício.

Atuação da Comissão Permanente de Ética

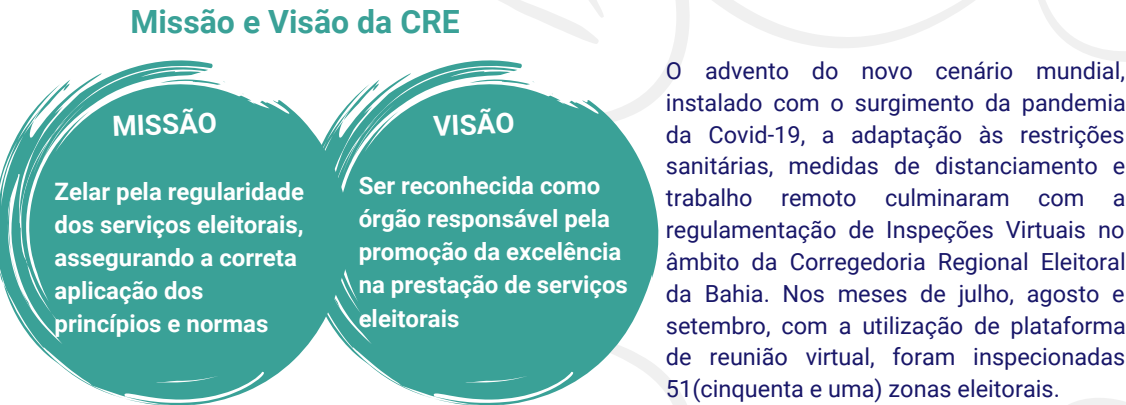
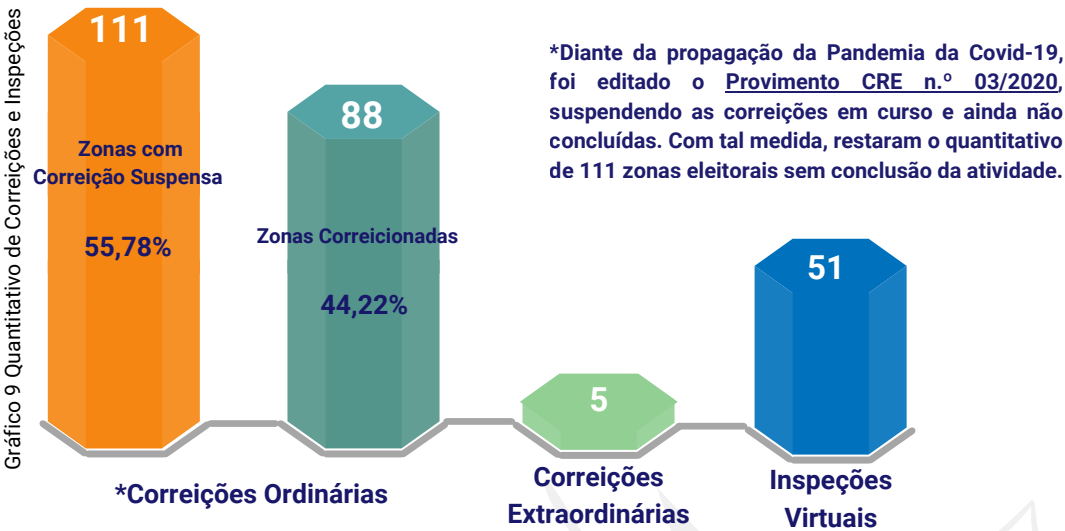
A **Comissão Permanente de Ética (CPE)** constitui instância interna de apoio à Governança do Tribunal, sendo responsável pela análise e deliberação em processos administrativos relativos a infrações éticas e pela apreciação de consultas formuladas para esclarecimento de dúvidas acerca da conformidade de condutas. Ao lado, elencadas as denúncias apresentadas à CPE.



Atuação da Corregedoria Regional Eleitoral

A **Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)** é uma unidade interna de apoio à governança no TRE-BA. Incumbe ao Corregedor a inspeção e a correção dos serviços eleitorais do Estado; zelar pela fiel execução das leis e das instruções, assim como pela boa ordem e celeridade dos serviços eleitorais; observar se os juizes eleitorais, membros de juntas eleitorais e servidores das zonas eleitorais mantêm exatidão no cumprimento de seus deveres e promover a apuração imediata dos fatos que tiver ciência sobre irregularidade atribuída a juiz eleitoral.

Em cumprimento ao disposto no Provimento CRE-BA n.º 02/2019 foram realizadas inspeções e correções conforme gráfico abaixo:



CORREIÇÕES ORDINÁRIAS
Consiste na fiscalização das atividades cartorárias de forma periódica, sendo realizada no mês de março, conforme Provimento CRE n.º 02/2019
CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS
Consiste na fiscalização excepcional das atividades cartorárias. Ocorre sempre que houver conhecimento de erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados.
INSPEÇÕES
Têm como objetivo verificar fatos que interessem à instrução de processos em trâmite na Corregedoria-Geral ou na Justiça Eleitoral, e também para observar o funcionamento dos órgãos administrativos e jurisdicionais, de modo que seus serviços sejam aprimorados, independentemente de haver, ou não, irregularidades.

Outra unidade interna de apoio à governança que exerce importante papel em relação à avaliação dos controles internos é a **Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD)** do TRE-BA. Suas ações podem ser vistas em relatório específico, disponível no site do Tribunal. Clique [aqui](#) para acessar.

Atendimento aos órgãos de controle

Apontamentos do Tribunal de Contas da União

As recomendações/determinações provenientes do TCU são recebidas pelo Gabinete da Presidência e encaminhadas para atendimento pelo setor competente, bem como monitoradas pela Coordenadoria de Auditoria Interna.

No curso de 2020, foram encaminhados pelo TCU oito indícios de irregularidade, seis deles já atendidos por este Tribunal, remanescendo dois em apreciação pela Administração. Além disso, foram proferidos pela Corte Externa de Contas, e recebidos via Conecta-TCU, os Acórdãos TCU n.º 1.345/2020 - Plenário; 827/2020 - 2ª Câmara; 798/2020 - Plenário e 78/2020 - Plenário, todos já atendidos após cumprimento das determinações pelas unidades competentes.

Verificou-se também a recepção e promoção de diligências visando ao cumprimento por este Tribunal das seguintes demandas oriundas do TCU:



Ofício n.º 0268/2020-TCU/Sefti, de 23/10/2020

Processo TC n.º 036.620/2020-3

Assunto:

Comunica a realização de fiscalização, do tipo Auditoria, com o objetivo de avaliar a efetividade dos procedimentos de *backup* e *restore* dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, mais especificamente sobre suas principais bases de dados e sistemas críticos.

Cumprimento:

Resposta do questionário eletrônico disponibilizado para coleta de informações gerais sobre os controles implementados em relação aos procedimentos de *backup* do TRE-BA.



Ofício n.º 57046/2020-TCU/Seproc, de 14/10/2020

Processo n.º TC 016.801/2020-2

Assunto:

Solicita esclarecimentos quanto ao cumprimento do subitem 9.1.2 do Acórdão n.º 199/2011-TCU-Plenário, o qual determina que nos processos de requisição de pessoal conste justificativa acerca das necessidades enfrentadas pelo cartório eleitoral, bem como a relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desempenhadas no serviço eleitoral, assim como o período necessário para realizar a atividade.

Cumprimento:

Envio de cópias de processos de requisição de pessoal que evidenciam o atendimento pelo TRE-BA da determinação do TCU.

Vale ressaltar, ainda, que foram remetidos a este Regional, através do CNJ, os Acórdãos TCU n.º 1.408/2020, 1.111/2020, 1.424/2020, 2.175/2020, 4.397/2020 e 1.599/2019, os quais foram direcionados às unidades pertinentes para ciência e providências cabíveis, não restando determinação ou encaminhado oriundo da Corte de Contas sem adoção de providências para seu devido atendimento.

Atos Normativos do Conselho Nacional de Justiça

Como órgão integrante do Poder Judiciário, o TRE-BA observa as determinações e recomendações expedidas pelo CNJ. Nesse sentido, relacionamos a seguir as ações realizadas por este Tribunal em atenção ao quanto disciplinado pelo Conselho.



Tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade

Resolução CNJ n.º 287/2019

Ação Implementada

- Atualização do Manual de Práticas Cartorárias de acordo com as diretrizes estabelecidas.



Teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário

Resolução CNJ n.º 227/2016

Ação Implementada

- Instituição do teletrabalho por meio da Resolução Administrativa TRE-BA n.º 03/2020. Todavia, para ter efetividade, o teletrabalho deverá ser regulamentado por meio de instrução normativa, a qual se encontra em processo de elaboração.



Padronização do conjunto de identificação de magistrado do Poder Judiciário

Resolução CNJ n.º 315/2020

Ação Implementada

- Elaboração de minuta de normativo para novo padrão de identificação de magistrados.



Medidas preparatórias e ações iniciais para adequação às disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

Recomendação CNJ n.º 73/2020

Ações Implementadas

- Instituição de grupo de trabalho para estudo e identificação das medidas necessárias à implementação da LGPD, mediante Portaria n.º 443/2020, da Presidência.
- Elaboração de plano de ação cujas medidas estão sendo executadas conforme cronograma previsto, a fim de que seja apresentado relatório final que subsidiará o CNJ na formulação de uma política nacional sobre o tema.

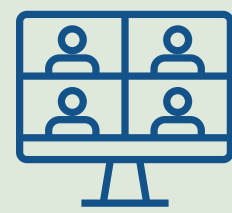


DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário - SIESPJ

Resolução CNJ n.º 331/2020 e Portaria CNJ n.º 160/2020

► Ações Implementadas

- Envio dos dados processuais ao DATAJUD.
- Elaboração de plano de ação para atendimento das tarefas de correção e saneamento de dados constantes do sistema, observado o cronograma do CNJ.



Sistemas de videoconferência no Poder Judiciário

Resolução CNJ n.º 337/2020

► Ação Implementada

- Implantação do sistema de videoconferência mediante aquisição de 22 contas do serviço anual ZOOM, com função de *webmeeting*, distribuídas às Secretarias e Zonas Eleitorais através de uso compartilhado, cujo acesso é feito por senha personalizada e individualizada, garantindo a segurança, privacidade e confidencialidade das informações compartilhadas.



Condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave

Resolução CNJ n.º 343/2020

► Ação Implementada

- Elaboração de minuta de instrução normativa a fim de regulamentar a concessão de condições especiais de trabalho a magistrados e servidores no âmbito do Tribunal, a ser apreciada pela Presidência.



Cooperação judiciária nacional

Resolução CNJ n.º 350/2020

► Ação já adotada

- Constituição do Núcleo de Cooperação Judiciária da Justiça Eleitoral do Estado da Bahia, mediante Resolução Administrativa TRE-BA n.º 8/2016. O atual Juiz Cooperador foi designado por meio da Portaria n.º 27/2020, da Presidência.



Atendimento virtual aos advogados, procuradores, defensores públicos, membros do MP e da Polícia Judiciária no período da pandemia

Recomendação CNJ n.º 70/2020

► Ação Implementada

- Edição da Portaria n.º 174/2020, da Presidência, regulamentando o atendimento por webconferência aos advogados, partes, candidatos, partidos políticos, agentes públicos e prestadores de serviço no âmbito da Secretaria e das Zonas Eleitorais do TRE-BA.



Política e Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário

Resolução CNJ n.º 291/2019

► Ações Implementadas

- Instituição da Comissão Permanente de Segurança, mediante Portaria n.º 273/2020, da Presidência.
- Instituição do Plano de Segurança Institucional, mediante Res. Adm. TRE-BA n.º 28/2020.

► Ação já adotada

- Realização do Programa de Reciclagem dos Agentes de Segurança, que visa desenvolver competências para atuação do profissional de segurança na atividade de inteligência e segurança institucional, assim como promover a atualização anual dos servidores ocupantes dos cargos de Técnico Judiciário – Especialidade Segurança, de acordo com a Lei n.º 11.416/2006.

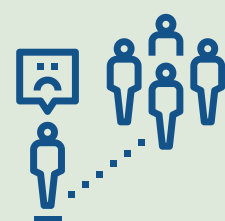


Diretrizes e Normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental

Resolução CNJ n.º 324/2020 e Resolução CNJ n.º 316/2020

► Ação Implementada

- Edição da Portaria n.º 430/2020, da Presidência, instituindo a Comissão de Gestão da Memória do Tribunal, a quem compete, dentre outras atribuições, coordenar a política de Gestão da Memória da Instituição; fomentar a interlocução e a cooperação entre as áreas de Arquivo, Museu, Memorial, Biblioteca e Gestão Documental do Órgão; e aprovar critérios de seleção, organização, preservação e exposição de objetos, processos, documentos museológicos, arquivísticos ou bibliográficos, e depoimentos que comporão o acervo histórico permanente do Tribunal.

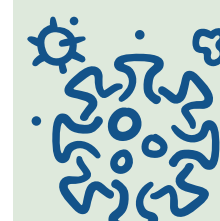


Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação

Resolução CNJ n.º 351/2020

► Ações Implementadas

- Previsão no Plano Anual de Capacitação 2021, elaborado em 2020, de ações de capacitação que abordem os temas da prevenção e enfrentamento da discriminação e do assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade.
- Inclusão no planejamento 2021-2023 da SGP da realização de campanhas de conscientização da necessidade de respeito em relação à diversidade.
- Adoção de providências para adequação da composição do Grupo de Prevenção ao Assédio Moral, constituído pela Portaria n.º 194/2018, da Presidência, às exigências do normativo.



Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão no caso Coronavírus

Portaria CNJ n.º 57/2020

► Ações Implementadas

- Envio ao CNJ de cópias dos documentos relacionados ao assunto Coronavírus, elaborados no âmbito deste Regional, para inclusão no Observatório Nacional.
- Inserção de aviso no painel dos advogados do PJe do Tribunal (2º Grau), relativo à necessidade do uso do assunto "Covid-19", quando for o caso.
- Disponibilização do Painel COVID, contendo dados referentes aos processos de 1º e 2º graus com o assunto COVID-19, a partir do PJe, com acesso a relatório dinâmico.



Implementação de programas de aprendizagem voltados à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens

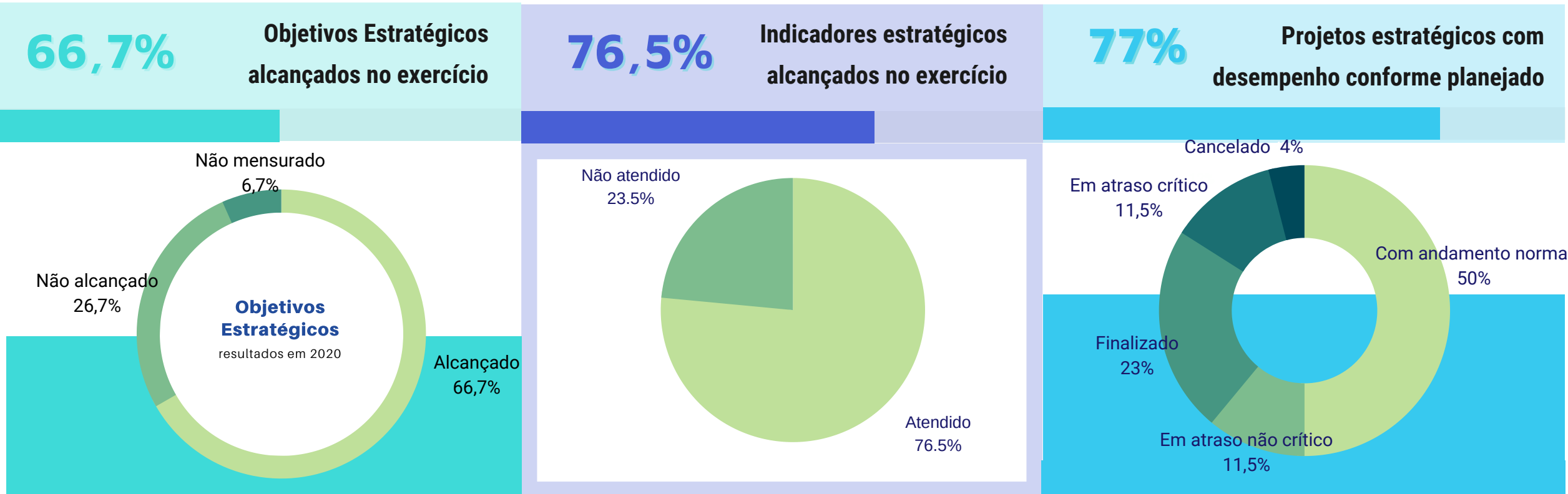
Recomendação CNJ n.º 61/2020

► Ação já adotada

- O Tribunal mantém o Projeto Menor Cidadão (Resolução Administrativa TRE-BA n.º 02/2013), programa de estágio direcionado a estudantes com idade entre 16 e 18 anos, oriundos de família de baixa renda, que estejam cursando o 1º, 2º ou 3º ano do ensino médio ou ensino médio profissionalizante em instituições públicas. Todavia, o mencionado programa não observa integralmente os parâmetros estabelecidos na Recomendação.

Resultados e desempenho da gestão

Estratégia em foco



LEGENDA

- FINALIZADO
- COM ANDAMENTO NORMAL
- EM ATRASO NÃO CRÍTICO
- EM ATRASO CRÍTICO
- CANCELADO

FAROL DE PROJETOS	
p1 - Melhores Práticas	
p.2 – Capacitação Bialnal de Gestores	
p.4 – Desdobramento da Estratégia	
p6.1 – PQVT - Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor	
p6.4 – PQVT - Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho	
p6.5 – PQVT - Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde	
p7 - Governança em Gestão de Pessoas	
p8 - Gestão por Competência	
p10 - Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)	
p14 – Melhoracessibilidade	
p16- Política de Controle de Estoque	
p19 – ProQuali - Programa de Qualificação do Plano, Orçamento e Gasto do TRE-BA	
p22 - Servidor 2.0	
p24 - Evolução da Maturidade dos Processos	
p25 - Biometria na Bahia	
p27.1 - Justiça em Dia - 1º Grau de Jurisdição	
p27.2 - Justiça em Dia - 2º Grau de Jurisdição	
p29 – Ética no TRE-BA	
p30 - TRE-BA em Rede	
p31 - Fala, Cidadão!	
STI/001/2020 Residência em TI	
SGA001/2020 – Projeto Obras – Reforma Edifício Anexo III do TRE-BA	
SGA002/2020 – Projeto Obras – Reforma Fórum Eleitoral de Jacobina	
SGA003/2020 – Projeto Obras – Reforma Edifício Sede do TRE-BA	
SGA004/2020 - Projeto Obras – Reforma Fórum Eleitoral de Vitória da Conquista	
SGA005/2020 - Projeto Obras – Reforma Fórum Eleitoral de Porto Seguro	

Gráfico10 Desempenho dos objetivos estratégicos no exercício

Para fins de aferição do alcance dos objetivos estratégicos são consideradas as médias das pontuações obtidas do conjunto de indicadores de cada objetivo estratégico. Nesse sentido, da análise geral do desempenho da Estratégia Institucional do TRE-BA referente ao exercício de 2020, verifica-se que 66,7% (10 objetivos) alcançaram os resultados propostos para o período, 26,7% (4) não atingiram as metas estabelecidas e 6,7% (1) não foi mensurado.

Dos 40 indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional, 34 foram monitorados, 4 não eram aplicáveis para o exercício e 2 estão em estudos para implementação. Dentre os indicadores monitorados, 76,5% (26 indicadores) alcançaram as metas estabelecidas e 23,5% (8 indicadores) não atingiram os resultados esperados.

Com relação aos projetos estratégicos, observa-se que, dos 26 projetos estratégicos considerados, 13 (50%) estão com andamento normal, 3 (11,5%) estão com atrasos não considerados críticos e outros 3 (11,5%) com atrasos críticos. Cabe ressaltar que 6 (23%) das iniciativas foram finalizadas em 2020 e 1 (4%) cancelada, pois se verificou que não era mais pertinente.

Painel de indicadores

Evolução do desempenhos dos indicadores 2016-2020

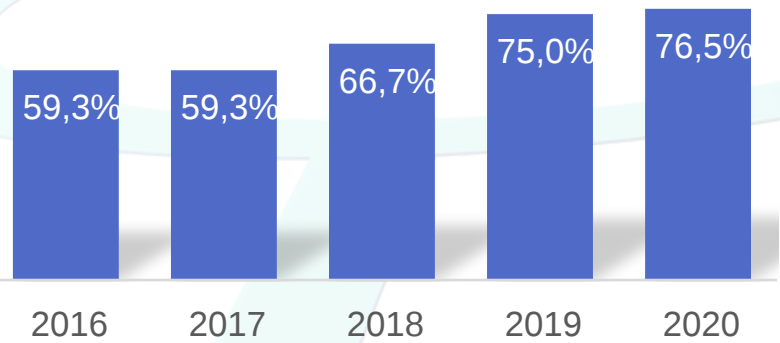


Gráfico 13 Evolução do desempenho dos indicadores 2016-2020



Indicadores que alcançaram a meta

- I1. Taxa de atendimento às metas de cidadania
- I3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA
- I4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (2º Grau)
- I5. Taxa de agilidade no Julgamento (1º e 2º Graus)
- I6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento (1º e 2º Graus)
- I7. Taxa de julgamento de processos antigos (1º e 2º Graus)
- I8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo (2º Grau)
- I9PP. Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos (2º Grau)
- I10. Número de ações de promoção de valores éticos
- I11. Taxa de satisfação dos clientes
- I12. Índice de eleitores com cadastro biométrico
- I13. Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade
- I15. Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade
- I16. Número de pessoas atingidas por ações sociais
- I17AA. Número de ações ambientais
- I17AS. Número de ações sociais
- I18. Taxa de implementação de qualidade de vida no trabalho
- I21. Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional
- I22. Número de ações de gestão de riscos
- I25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário
- I28. Número de normas de segurança da informação instituídas
- I32. Taxa de Alcance das metas do PLS 2018-2021
- I34. Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral

Indicadores que não alcançaram a meta

- I2. Taxa de confiança no TRE-BA
- I4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (1º Grau)
- I19. Taxa de satisfação e motivação do servidor
- I20. Taxa de governança em gestão de pessoas
- I23. Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)
- I27. Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA
- I29. Taxa de cumprimento das metas do PETI
- I30. Taxa de execução financeira



Indicadores não aplicáveis ou não mensurados no exercício

- I8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo (1º Grau)
- I9CAMP. Taxa de julgamento de prestação de contas de campanha de partidos políticos (1º e 2º Graus)
- I9NE. Taxa de julgamento de prestações de contas de candidatos não eleitos (1º e 2º Graus)
- I14. Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas



Os resultados individualizados dos indicadores estratégicos, bem como as justificativas para o não alcance das respectivas metas ou, ainda, para eventual não mensuração no exercício, podem ser obtidos na parte atinente ao Foco em Objetivos Estratégicos.

Foco em objetivos estratégicos

No exercício, o desempenho do órgão foi muito positivo, colhendo-se resultados acima das metas estabelecidas, conforme pode ser visualizado na figura ao lado, que retrata o alcance dos objetivos estratégicos em 2020. Nas páginas seguintes serão apresentados os resultados alcançados pela gestão em relação a cada um desses objetivos (com a exibição dos indicadores estratégicos, análise do desempenho e principais iniciativas relacionadas). Após, serão abordados com maior ênfase os resultados de destaque no ano (principalmente relacionados a processos finalísticos do órgão) e a demonstração da eficiência e conformidade legal de áreas relevantes da gestão.

Relativamente ao objetivo **“Assegurar a garantia dos direitos de cidadania”**, ressalta-se que seus resultados são analisados de acordo com os resultados do desempenho dos demais objetivos estratégicos. No caso, o objetivo é mensurado pelo indicador “Taxa de atendimento às metas de cidadania”, que alcançou o resultado de 94%, superando a meta estabelecida para o exercício que era de 70%.

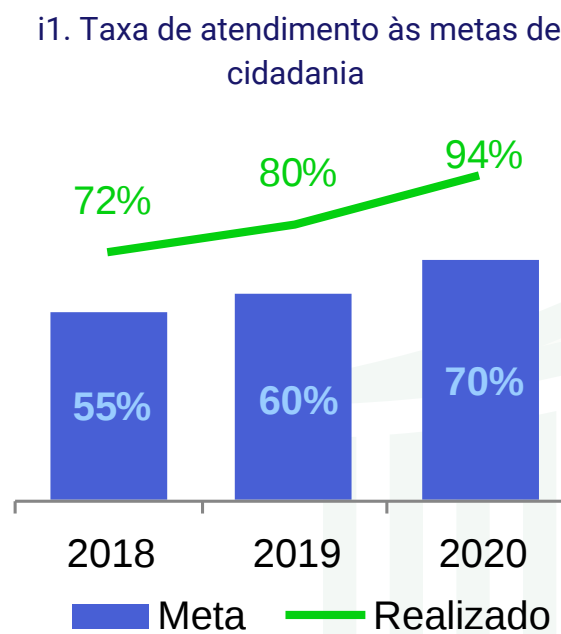


Gráfico 14 i1 Taxa de atendimento às metas de cidadania



Figura 11 Desempenho dos Objetivos Estratégicos em 2020

CONSOLIDAR A BOA IMAGEM DO TRE-BA JUNTO À SOCIEDADE

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Informações institucionais disponibilizadas de forma abrangente, clara e tempestiva para a sociedade • Diretrizes, processos, ferramentas e padrões de comunicação externa estabelecidos • Promoção de campanhas de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eleitoral (Meta Específica 1).

JUSTIFICATIVAS

Permitiram os resultados: 1) O monitoramento e a evolução da Transparência ativa e a regulamentação interna da gestão de conteúdo no sítio da internet do TRE-BA; 2 a 6) Plano de ação para cumprimento da Meta Específica 1, realização de audiências públicas, apoio do TSE e de diversas unidades do Tribunal (SPL, EJE, OUV e Cartórios Eleitorais), cumprimento do Plano de Comunicação e monitoramento e ajustes constantes através das redes sociais oficiais, a aplicação da pesquisa de satisfação a todos os eleitores que agendaram atendimento para o recadastramento biométrico e a ampliação dos serviços on-line disponibilizados, considerando a suspensão de atendimento presencial na pandemia.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Ampliar campanhas de esclarecimento sobre a segurança do processo eleitoral, o funcionamento da urna eletrônica e o papel da Justiça Eleitoral • Cumprir novamente a Meta Específica 1 • Enfrentar a desinformação e as fake news • Continuar com o efetivo monitoramento interno da Transparência • Difundir os protocolos de segurança adotados em razão da pandemia • Promover audiências públicas para esclarecimento da atuação da Justiça Eleitoral.

RESULTADOS

1) 1º lugar no Ranking da Transparência do CNJ, dentre todos os Tribunais do país, com atendimento a 98,56% dos quesitos; 2) Cumprimento da Meta Específica 1 (i34), com promoção de esclarecimentos sobre o processo eleitoral; 3) Alcance da meta estratégica do i3: 327 entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA (130% de alcance da meta), com presença positiva do Tribunal na imprensa; 4) Baixo índice de abstenção às urnas em relação ao esperado por conta da pandemia; 5) Boa participação de público e de autoridades nas audiências públicas; 6) Aplicada a “Pesquisa de Confiança no TRE-BA” (i2), 2.030 dos 3.343 respondentes afirmaram confiar ou confiar totalmente na Justiça Eleitoral, perfazendo 60,72% de confiança (86,74% de alcance da meta).

INDICADORES ASSOCIADOS

I2. Taxa de confiança no TRE-BA

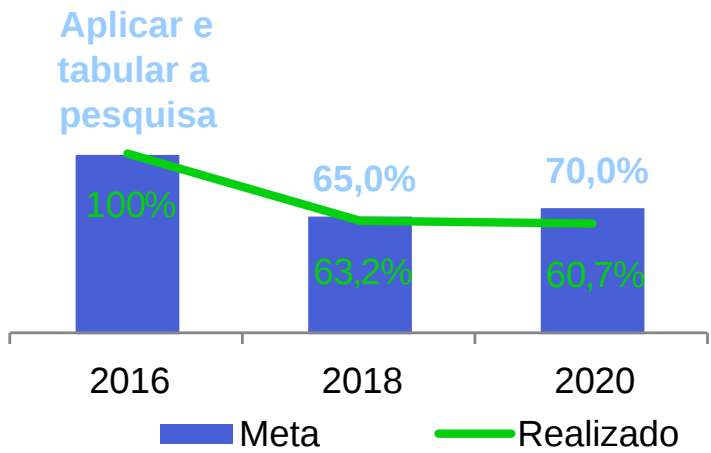


Gráfico 15 I2. Taxa de confiança no TRE-BA

I3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA

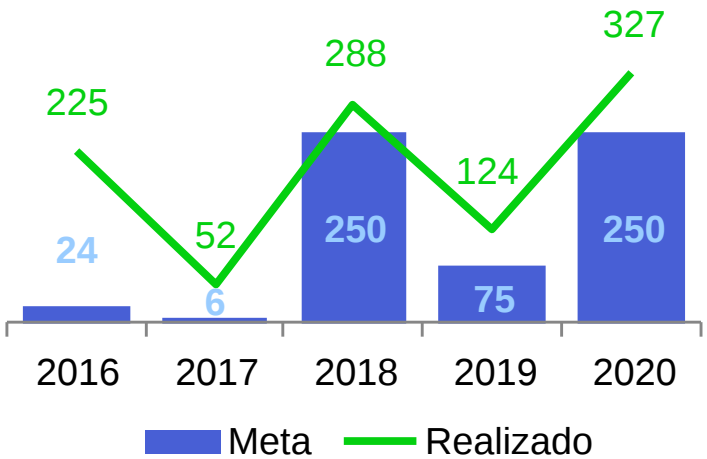


Gráfico 16 I3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA

I34. Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral (Meta Específica 1/2020 da JE/CNJ)

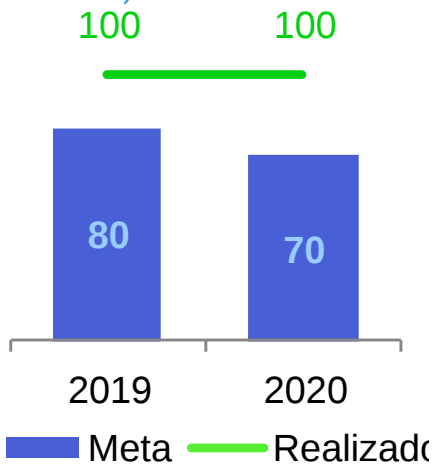


Gráfico 17 I34. Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral (Meta Específica 1/2020 da JE/CNJ)

DESAFIOS FUTUROS

• Continuar com o efetivo monitoramento interno da Transparência e evoluir o desempenho do órgão em relação aos critérios avaliados pelos órgãos de controle • Permanecer cumprindo a Meta Específica 1/2021, da JE. • Intensificar ações, com linguagem acessível, sobre os mecanismos de segurança adotados na realização de eleições informatizadas • Ampliar esclarecimentos sobre voto impresso, direitos e deveres do eleitor, acesso aos serviços online e o papel da JE.

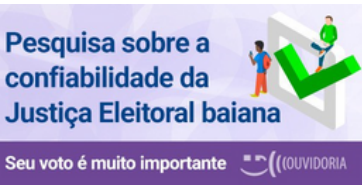
Uma das principais iniciativas adotadas pelo TRE-BA com vistas a consolidar sua boa imagem junto à sociedade foi o aperfeiçoamento da transparência do órgão, com o constante monitoramento do atendimento aos critérios da LAI e de outras normas e a regulamentação interna da matéria, inclusive prevendo a abertura de dados, conforme já mencionado anteriormente nesse Relato. As outras ações de destaque foram as seguintes:

REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



Em 2020, o TRE-BA realizou 8 audiências públicas com o objetivo de tratar sobre o encerramento da revisão biométrica em regiões do Estado (2), assuntos relacionados às Eleições Suplementares de Pilão Arcado (1) e logística das Eleições 2020 no cenário da Covid-19 (5). Os eventos, que possibilitaram melhor esclarecimento sobre o papel da Justiça Eleitoral, foram voltados para a classe política e representantes da sociedade civil. Alguns deles tiveram transmissão ao vivo pelo canal do TRE-BA no Youtube.

PESQUISA DE CONFIANÇA



A cada dois anos, em períodos eleitorais, o TRE-BA realiza pesquisa para medir o grau de confiança da sociedade na Justiça Eleitoral Baiana. Em 2020, a pesquisa foi realizada através de questionário online, no período de 30/10 a 30/11. Das 3.343 pessoas que responderam a pesquisa, 2.030 (60,72%) afirmaram confiar na Justiça Eleitoral. Os respondentes reconhecem os benefícios da biometria para evitar fraudes nas eleições (79,21%), a agilidade da JE na apuração das eleições (78,64%) e sua importância para a preservação da democracia (75,32%). De outro lado, aspectos relativos à prestação jurisdicional pela JE e à segurança da urna ainda estão sob certa suspeita aos olhos dos respondentes. O levantamento subsidiará ações institucionais para consolidar a boa imagem dessa Justiça Especializada junto à sociedade baiana.

CAMPANHAS DE ESCLARECIMENTO (META ESPECÍFICA N.º 1/2020)

Uma das Metas Específicas da Justiça Eleitoral para o ano de 2020 foi a promoção de campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral e o papel dessa Justiça Especializada. Entre as peças produzidas no ano, estão vídeos, spots, revistas, cartazes, e, para as redes sociais (Instagram, Facebook e Twitter), cards e vídeos. Parte das campanhas foram produzidas pelo próprio TRE-BA e veiculadas também por TVs e rádios locais de forma espontânea, sem custos para o Tribunal. Outra parte, foram campanhas nacionais, produzidas pelo TSE e replicadas pelo Regional baiano em suas redes.

Veja ao lado um pouco mais sobre as principais campanhas.

SIMPLIFICA



Tem como proposta simplificar os assuntos mais polêmicos relacionados à JE, por meio de podcasts com duração de cerca de 5 minutos, publicados às segundas-feiras.

Programa disponibilizado via Instagram, Facebook e Twitter. Esclarece as principais dúvidas dos eleitores, partidos e candidatos sobre pontos importantes da legislação eleitoral, aproximando a JE do público em geral.

INSTANTE ELEITORAL



GIRO DE NOTÍCIAS

Programa do TRE-BA, disponível no aplicativo Spotify. Com duração de cerca de três minutos, leva ao cidadão um resumo semanal sobre o que de mais importante aconteceu no Regional baiano. As edições são publicadas às sextas-feiras.

A MÍDIA E AS ELEIÇÕES



O evento "A Mídia e Eleições" faz parte do cronograma de ações do TRE baiano em anos de votações. O projeto tem o objetivo de promover debates públicos com a presença de jornalistas, magistrados, acadêmicos, técnicos da Justiça Eleitoral e sociedade civil. Em 2020, foi visto por mais de 15 mil pessoas e, por causa da pandemia, aconteceu de forma online, com conteúdos publicados no site do projeto e nas redes sociais do Regional.

AGLOMEROU? TÁ CANCELADO!

Por causa da pandemia, das eleições e campanhas eleitorais, o TRE-BA criou a campanha 'Agglomerou? Tá cancelado!' com o intuito de conscientizar os candidatos ao pleito municipal sobre a importância de respeitar as medidas sanitárias, a fim de se evitar a propagação do coronavírus. A campanha contou com vídeo divulgado nas redes sociais com a hashtag #aglomeroutácancelado.

AGLOMEROU? TÁ CANCELADO!

Candidato, respeite as regras sanitárias vigentes no Estado da Bahia. Evite formar aglomerações e ajude a proteger o bem-estar dos seus eleitores.



CAMPANHAS NACIONAIS



PRESTAR ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA AO PÚBLICO

- Cadastro Eleitoral e Partidário
- Eleições
- Informação, Mediação e Conscientização para a Cidadania
- Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

- Canais eficazes de diálogo com a Justiça Eleitoral • Capilaridade da prestação de serviços eleitorais • Rede de prestação de serviços otimizada • Monitoramento da satisfação dos clientes • Estatísticas de serviços prestados disponibilizadas.

JUSTIFICATIVAS

1) Favoreceram o resultado 1, a aplicação da pesquisa de satisfação a todos os eleitores que agendaram atendimento para o recadastramento biométrico e a ampliação dos serviços on-line disponibilizados, considerando a suspensão de atendimento presencial na pandemia. 2) Já o resultado 2, foi facilitado pela priorização do referido processo finalístico pelo Conselho de Governança e pelo envolvimento do Escritório de Processos e da Ouvidoria na consecução da atividade. 3 e 4) Os resultados alcançados nesses itens foram possíveis em virtude da execução do Projeto "TRE-BA em rede". 5) A ampliação dos serviços on-line foi imperiosa em decorrência da pandemia da Covid-19 e possível em virtude do trabalho realizado pela área de TIC, inclusão digital, avanço tecnológico e ferramentas implementadas pelo TSE.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

- Mapear e otimizar processo de trabalho finalístico do Tribunal • Informatizar a pesquisa de satisfação presencial do usuário e aumentar sua abrangência • Alcançar a meta estratégica de 89% de Satisfação do Eleitor com o atendimento prestado em 2020 (i11).

RESULTADOS

- 1) 90,74% de Satisfação do Eleitor com o atendimento prestado (i11), correspondendo a 101,95% de alcance da meta estratégica; 2) Mapeamento e melhoramento do processo "Tratamento de Demandas pela Ouvidoria"; 3) Definição dos critérios necessários à instalação e ao funcionamento de posto de atendimento descentralizado no âmbito do TRE-BA (Resolução Administrativa TRE-BA n.º 2/2020); 4) Mapeamento de 27 processos elencados na Carta de Serviços dos Cartórios Eleitorais da Bahia; 5) Ampliação dos serviços on-line.

INDICADOR ASSOCIADO

I11. Taxa de satisfação dos clientes

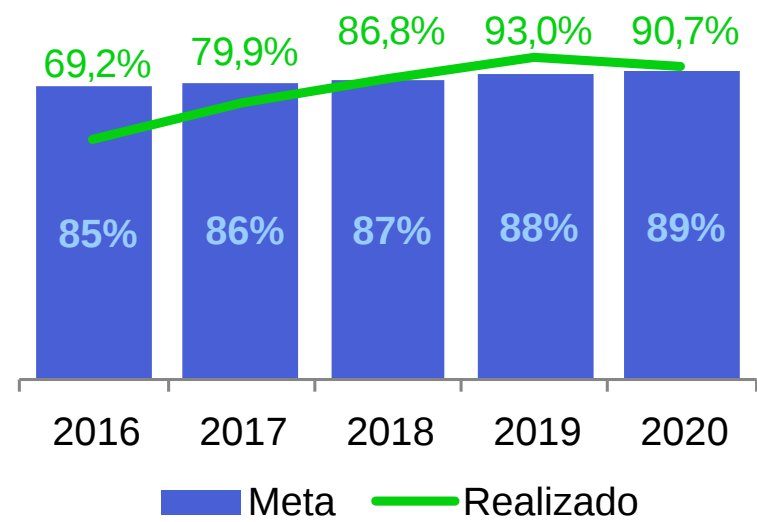


Gráfico 18 I11. Taxa de satisfação dos clientes

PRINCIPAIS INICIATIVAS

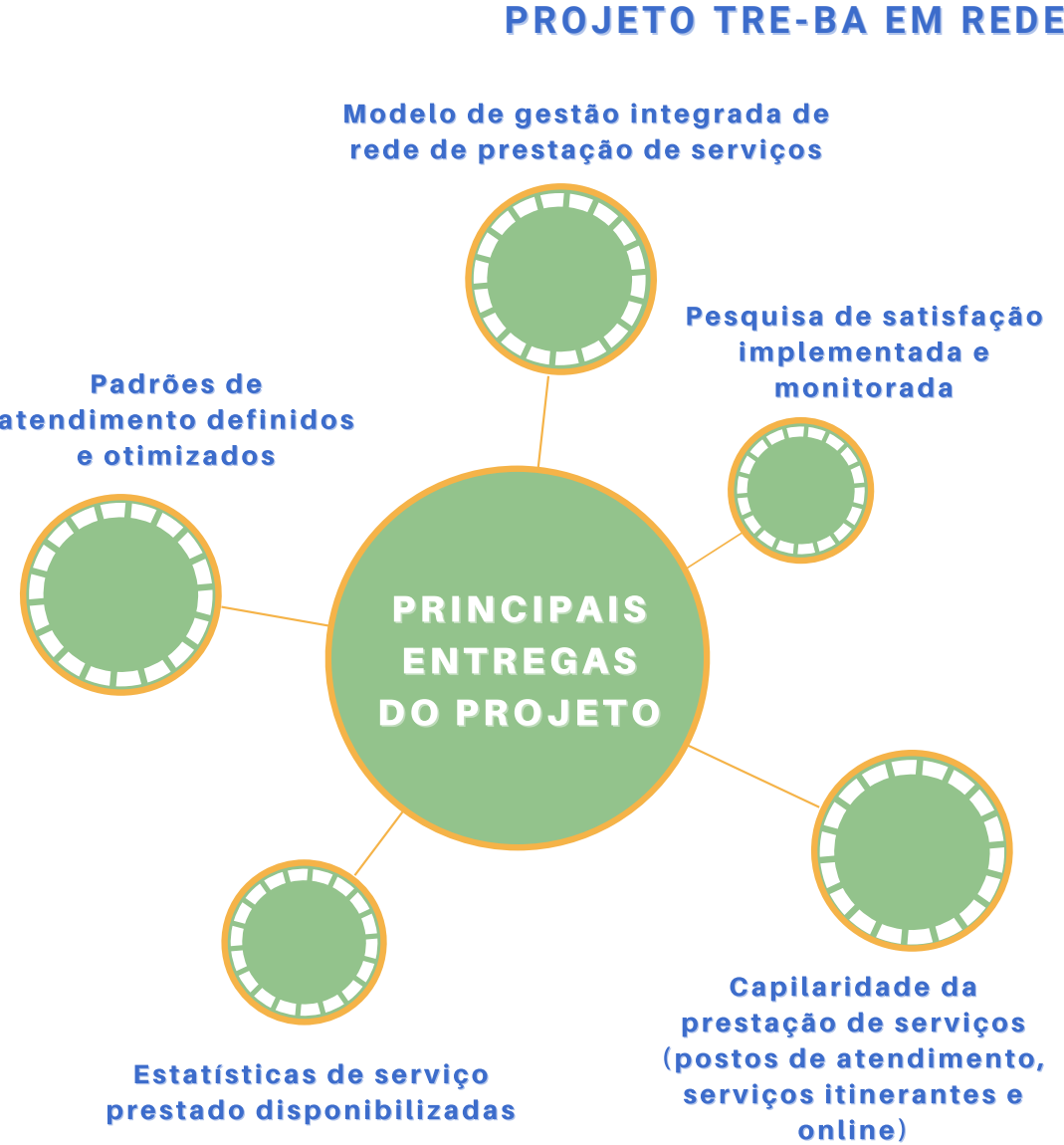


DESAFIOS FUTUROS

- Implementar novos canais de atendimento, facilitando e democratizando o acesso do cidadão • Manter o resultado de, pelo menos, 90% de satisfação do Eleitor com o atendimento prestado em 2021 (i11) • Capacitar continuamente, em atendimento ao público, servidores efetivos lotados em Zonas • Ampliar o número de serviços disponibilizados por meio on-line.

Esse objetivo tem 2 projetos estratégicos em andamento, os projetos "TRE-BA em Rede" e o "Fala Cidadão". Além desses, em virtude de uma decisão do Conselho de Governança, que alçou os projetos de obras com valores acima de 330 mil à condição de estratégicos e considerando que tais obras também visam a melhorar as condições dos prédios onde funcionam a Justiça Eleitoral da Bahia para que os seus serviços possam ser prestados com melhor qualidade aos clientes, entende-se que tais iniciativas também contribuem com o objetivo, mas serão tratadas na parte referente à Gestão Patrimonial. Ainda merece destaque a ampliação do acesso à Justiça, por meio da disponibilização de diversos serviços on-line (resultado da pandemia e do aprimoramento dos serviços de TIC - objetivo estratégico específico), sejam eles de caráter nacional (Título NET, E-título, por exemplo) ou implementados em âmbito local (Coleta DOC, Balcão Virtual, Coleta TTE, etc). Maiores informações sobre os serviços prestados podem ser obtidas na parte "Relação com Destinatários dos Bens ou Serviços" do Capítulo 1 deste Relato (pág. 15)

O projeto, iniciado em 2019 e gerenciado pela Seção de Atenção ao Cliente, contempla um modelo de gestão integrada da rede de prestação de serviços eleitorais com respectivos processos e procedimentos; sistema para suporte aos processos de prestação de serviços eleitorais e geração de estatísticas, bem como a implantação e aplicação de pesquisa de satisfação aprimorada. A iniciativa já aplicou e institucionalizou a pesquisa de satisfação aprimorada e a definição de critérios para o funcionamento dos canais de atendimento foi concluída, em janeiro/2020, com a publicação da Resolução Administrativa n.º 2/2020 e a elaboração do Manual de abertura de canais de atendimento, para padronizar e orientar a atuação dos Cartórios Eleitorais. Além disso, foram mapeados 27 processos que estão elencados na carta de serviços do 1º Grau.



PROJETO FALA, CIDADÃO

Gerenciado pela Ouvidoria, a iniciativa, dentre outros aspectos, prima pela disponibilização de canais eficazes de diálogo com o TRE-BA, contribuindo, ainda, para a transparência (passiva) do Órgão. Além disso, o Projeto "Fala Cidadão" visa à implantação de sistema informatizado para recebimento de demandas e resposta ao cidadão. A ferramenta, que está sendo desenvolvida pela Fábrica de Software contratada pelo Tribunal, possibilitará, também, suporte às atividades da Ouvidoria, bem como a geração de estatísticas de reclamações, denúncias, dúvidas, sugestões e elogios recebidos. A conclusão do projeto, prevista para meados de 2021, depende apenas da homologação da referida ferramenta.

Objetiva disponibilizar canais eficazes de diálogo com a Justiça Eleitoral da Bahia, através de sistema informatizado

```
graph TD; A[Gerenciado pela Ouvidoria, a iniciativa...] --- B[Objetiva disponibilizar canais eficazes de diálogo...]; B --- C[Ilustração com ícones de comunicação e uma mão apontando para um botão]
```

CONTRIBUIR PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR

Controles

Prestação Jurisdicional

Planejamento e Gestão Institucional

Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

- Processos de prestação de contas continuamente melhorados
- Sobrecarga de processos de prestação de contas identificada e equacionada
- Condutas orientadas por um código de ética institucional
- Combate aos efeitos negativos provocados pela desinformação.

JUSTIFICATIVAS

1 e 2) Favoreceram os resultados 1 e 2, o comprometimento de membros, assessorias e servidores envolvidos e o monitoramento contínuo da Secretaria Judiciária, mediante elaboração de plano de ação e realização de reuniões periódicas com os Membros da Corte; 3) Quanto aos resultados listados no item 3, favoreceram a execução do Projeto "Ética no TRE-BA", o engajamento dos membros da CPE, além de parceria com a ASCOM, inclusive no combate à desinformação e às fake news. De outro lado, impactaram, sem comprometer os resultados almejados, o reduzido número de integrantes e o acúmulo de atribuições dos membros da CPE; 4) Favoreceram o resultado 4 a execução do Projeto "Evolução da Maturidade dos Processos", a priorização do mapeamento e melhoramento desse processo finalístico pelo Conselho de Governança, além do comprometimento do Escritório de Processos e das unidades diretamente envolvidas no processo de trabalho (ASCEP, SJU e Gabinetes dos Membros).

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

- Julgar a integralidade dos processos de prestações de contas e outros que possam implicar a perda de mandato eletivo, no primeiro grau, referentes às Eleições 2016 e anteriores
- Dispor de ferramenta tecnológica que possibilite o efetivo monitoramento do acervo e do cumprimento das metas, inclusive de processos eletrônicos
- Capacitar magistrados e servidores de 1º Grau na matéria
- Realizar ações de disseminação do Código de Ética e de Conduta
- Mapear e gerir os riscos do processo de apreciação de contas partidárias.

RESULTADOS

1) Cumprimento antecipado da Meta Nacional 4 (i8), aplicável apenas ao 2º grau, ainda em 2019; 2) Julgamento de 140% das prestações de contas de partidos políticos no 2º grau, ultrapassando em 40% a meta estabelecida para o i9PP; 3) 3 ações de promoção de valores éticos, superando a meta do i10; Cartilha "Ética e Gestão Pública Aplicáveis à Justiça Eleitoral" e Informativos "Vamos Falar Sobre Ética" e "Ética nas Eleições"; participação da Comissão Permanente de Ética (CPE) em 3 eventos de ambientação, 8 processos de apuração e na observância constante do Código de Ética; apresentação de proposta de revisão do Código de Ética; 4) Mapeamento e melhoramento do processo de trabalho "Julgamento de contas anuais partidárias – 2º grau".

INDICADORES ASSOCIADOS

I8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 2º grau (Meta Nacional 4)

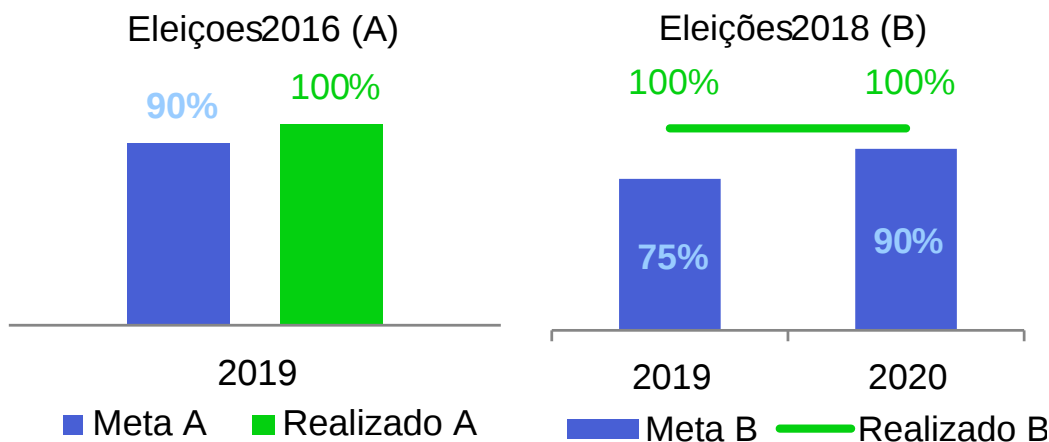


Gráfico 19 I8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 2º grau (Meta Nacional 4)

I9PP. Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos - 2º grau

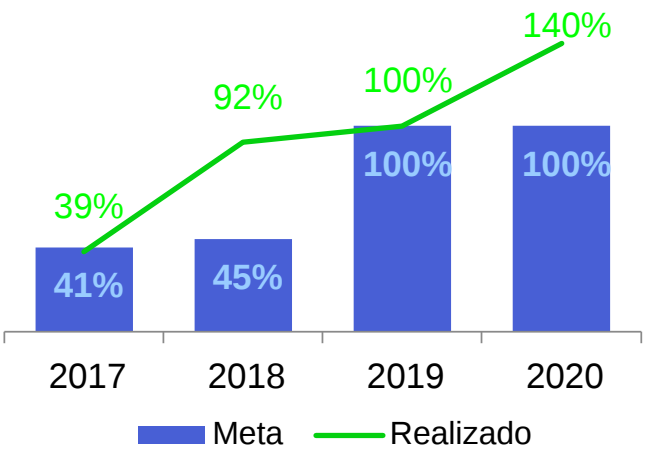


Gráfico 20 I9PP. Taxa de julgamento das prestações de partidos políticos - 2º grau

I10. Número de ações de promoção de valores éticos

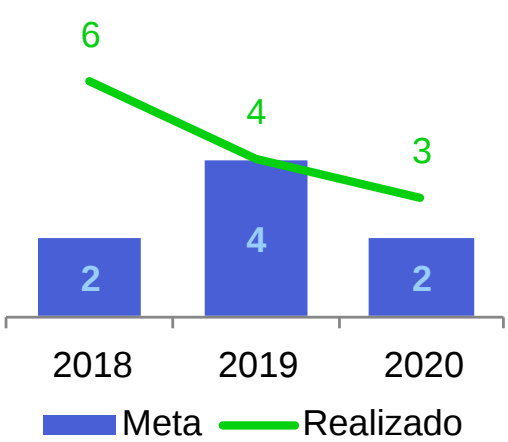


Gráfico 21 I10. Número de ações de promoção de valores éticos

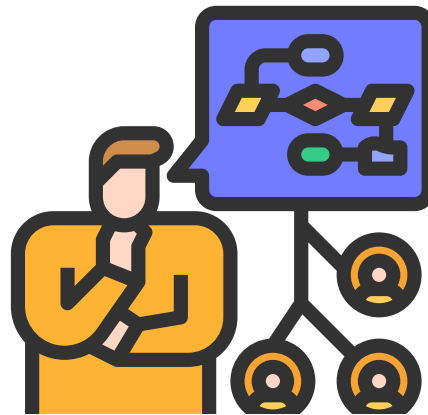
DESAFIOS FUTUROS

Cumprir a Meta Nacional 4/2021 no 1º grau, já que todos os feitos relacionados ao 2º grau foram julgados ainda em 2019 • Elaborar o Plano de Integridade do órgão e medir sua execução • Realizar ações de esclarecimento com foco no combate à corrupção e à improbidade administrativa • Aprimorar a fase de execução dos processos de prestação de contas • Desenvolver/aperfeiçoar ferramenta de TIC para a correta extração de dados jurisdicionais • Consolidar um ambiente organizacional ético, minorando a instauração de processos apuratórios e agregando valor aos serviços prestados pelo TRE-BA • Priorizar a participação dos membros nas atividades próprias da CPE e ampliar seu número de integrantes.

O objetivo estratégico de Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa está relacionado à prestação jurisdicional do Órgão, especialmente no que tange à lisura do processo eleitoral e persecução dos crimes eleitorais, priorizando a tramitação dos feitos que tenham por objeto a prestação de contas eleitorais, cassação do diploma ou do mandato, decorrente de ato de corrupção, e a decretação de inelegibilidade. De outro lado, o objetivo também visa a assegurar a probidade daqueles que atuam para o órgão ou em seu nome.

Nesse contexto, em 2020, as principais iniciativas relacionadas a este objetivo foram os projetos estratégicos "Evolução da Maturidade dos Processos Organizacionais", "Ética no TRE-BA" e "Justiça em Dia". Como esse último projeto também contribui para "Aumentar a Celeridade e a Produtividade na Prestação Jurisdicional", o seu eixo relacionado a atuação no 1º grau de jurisdição será abordado quando da apresentação dos resultados desse objetivo.

PROJETO EVOLUÇÃO DA MATURIDADE DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS



Com essa iniciativa, gerenciada pela Seção de Gestão de Processos, da Qualidade e de Riscos, o Tribunal objetiva aprimorar os procedimentos adotados, referenciado em requisitos de economicidade, conformidade, sustentabilidade e eficiência, por meio da modelagem de processos, gestão de riscos e indicador de desempenho. Em 2020, um dos processos escolhidos pelo Órgão para ser trabalhado no âmbito desse projeto foi o processo de **Julgamento de Prestação de Contas Anuais Partidárias realizado pelo 2º Grau de jurisdição**.

Da apresentação das contas pelos partidos políticos até o julgamento que resulta na primeira decisão proferida tendente a pôr fim ao processo, todas as atividades do fluxo de trabalho encontram-se descritas no [manual elaborado](#), conforme procedimentos internos realizados entre as unidades participantes e a regulamentação vigente, em especial a [Resolução TSE n.º 23.604/2019](#).

A melhoria desse processo de trabalho contribui para o combate à corrupção e à prática de atos ilícitos, uma vez que, da análise das contas anuais partidárias em cotejo com os recibos e documentação apresentadas, a Justiça Eleitoral afere a conformidade da utilização das receitas recebidas pelas agremiações, inclusive através do fundo partidário ou de doações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, e, conforme o caso, determina a devolução do dinheiro, aplicação de multa, suspensão do recebimento de cotas pelo Fundo Partidário ou do registro do partido.

PROJETO JUSTIÇA EM DIA - 2º GRAU

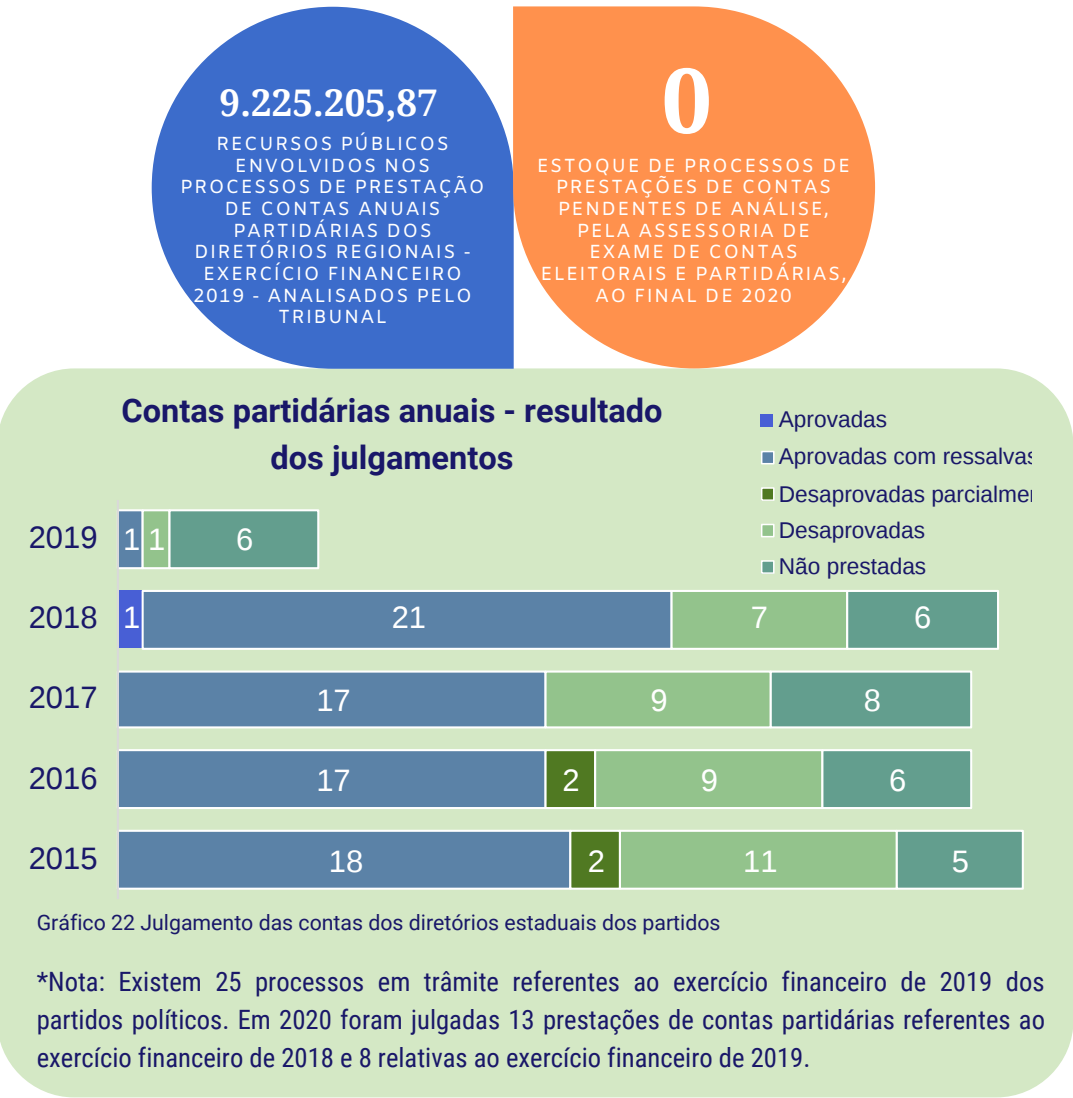
O projeto "Justiça em Dia" se subdivide em eixos de atuação no 1º e 2º graus de jurisdição, sendo que, no 2º grau, a proposta era processar e julgar todos os processos atinentes às Prestações de Contas concernentes às Eleições de 2018 dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Eleitoral. Esse eixo, gerenciado pela Coordenadoria de Processamento, estava previsto para encerrar seu ciclo de vida no 2º semestre de 2021, mas as entregas foram concluídas ainda em outubro de 2019, o que revela os excelentes resultados alcançados pelo projeto. O encerramento formal da iniciativa ocorreu em fevereiro/2020, oportunidade em que o Termo de Encerramento foi aprovado pela Alta Administração.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATOS E ÓRGÃO PARTIDÁRIOS

A ocorrência das eleições municipais no mês de novembro implicou na postergação do prazo para a apresentação das prestações de contas de campanha do pleito de 2020. Nesse sentido, ficou estabelecido que o conjunto das prestações de contas de campanha dos candidatos e dos partidos políticos fosse apresentado até o dia 15/12/2020, cabendo à Justiça Eleitoral priorizar o exame e julgamento das prestações de contas dos candidatos eleitos, até 12/02/2021.

Contas de campanha - principais ações internas

- Divulgação das normas e sistemas informatizados ao público interno e externo
- Criação de infraestrutura para suporte aos trabalhos de recepção, fiscalização e análise das prestações de contas
- Capacitação dos servidores da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias, da Comissão Permanente de Prestação de Contas e dos Cartórios Eleitorais



PROJETO ÉTICA NO TRE-BA

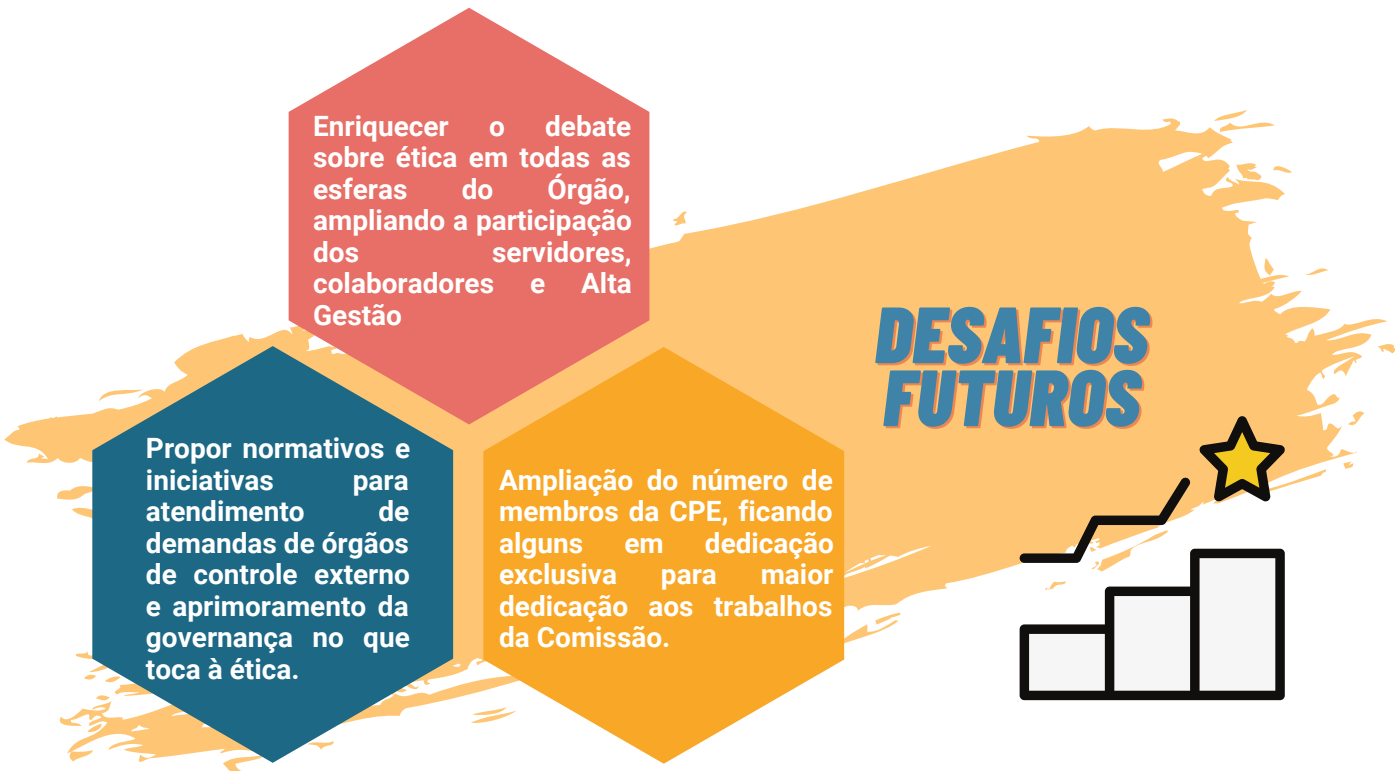
O projeto, executado no período de 2018 a 2020, gerenciado pela Comissão Permanente de Ética do Tribunal, tinha como propósito estabelecer rotina de disseminação do Código de Ética do TRE-BA entre servidores, magistrados, estagiários, terceirizados e colaboradores e, dessa forma, favorecer a adoção de comportamentos e atitudes pautadas nos valores e princípios éticos que norteiam e fundamentam o trabalho desenvolvido pelo Órgão. Nos seus dois anos de execução, o projeto muito contribuiu para fomentar a discussão acerca dos valores éticos, no âmbito da Justiça Eleitoral baiana, fazendo com que o tema pudesse estar, cada vez mais, presente no cotidiano dos processos de trabalho, em alinhamento com o quanto preconizado pela estratégia organizacional. Tais ações continuarão sendo executadas pela Comissão, instância interna de apoio à Governança do TRE-BA.



O ícone mostra três pessoas sentadas atrás de uma mesa, representando a Comissão Permanente de Ética.

COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA

- Composta por 5 membros, sendo 3 titulares e 2 suplentes (Portaria TRE-BA n.º 350/2020).
- Competência: responsável por promover ações para disseminação do Código de Ética, pela análise e deliberação em processos administrativos relativos a infrações éticas, pela apreciação de consultas formuladas para esclarecimento de dúvidas acerca da conformidade de condutas, além da proposição de normativos complementares ou de iniciativas relacionadas à ética, no âmbito da Justiça Eleitoral da Bahia.
- Atuação, em 2020, em 8 processos relativos a denúncias de supostas infrações éticas.



AUMENTAR A CELERIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Prestação Jurisdicional

Planejamento e Gestão Institucional

Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

- Processo de prestação jurisdicional continuamente melhorado
- Priorização do 1º grau
- Sobrecarga de processos judiciais nas zonas eleitorais identificada e equacionada.

JUSTIFICATIVAS

1 a 5) Facilitaram os resultados de 1 a 5: comprometimento de membros, assessores, juízes e servidores; monitoramento efetivo do acervo processual; viabilização do trabalho remoto e da utilização de sistemas web na pandemia (PJe e SEI); inspeções virtuais; reuniões com juízes e conscientização sobre a importância de atendimento das metas; criação do NAJUC - Núcleo de Apoio Jurídico e ao Cadastro Eleitoral e de grupos de suporte ao 1º e 2º graus; execução do projeto “Justiça em Dia – 1º grau”; correção de inconsistências decorrentes da migração dos processos físicos, bem como de códigos de julgamento lançados equivocadamente no PJe. De outro lado, impactaram negativamente, demandando esforços para contornar: a ausência/deficiência de ferramentas para extração eletrônica dos dados jurisdicionais; o adiamento do pleito, com prazos exíguos para julgamento no mesmo exercício; e o aumento na quantidade de casos novos em relação às eleições anteriores.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

- Migrar todo o acervo processual físico do 1º Grau para o PJe
- Realizar primeiras eleições municipais com processo judicial eletrônico implantado nas Zonas
- Julgar os processos das Eleições 2020 nos prazos definidos no Calendário Eleitoral
- Implantar novo modelo de gestão, tendo em vista os resultados do I Planejamento Participativo CRE-Zonas Eleitorais e do Desdobramento da Estratégia na SCR e nas Zonas
- Dispor de ferramenta tecnológica que possibilite o efetivo monitoramento do acervo e do cumprimento das metas, inclusive de processos eletrônicos
- Capacitar magistrados e servidores de 1º Grau.

RESULTADOS

- 1) Cumprimento das Metas Nacionais 1 (i6) e 2 (i7), em ambos os graus
- 2) Menor taxa de congestionamento apurada no ciclo para o 2º grau (i4): 3,33%
- 3) 99,95% de agilidade de julgamento no 2º grau (i5), com 104,12% de alcance da meta
- 4) Julgamento dos processos das Eleições 2020 nos prazos definidos no Calendário Eleitoral
- 5) Migração de todo o acervo físico do 1º Grau para o PJe.

INDICADORES ASSOCIADOS

I4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 1º grau

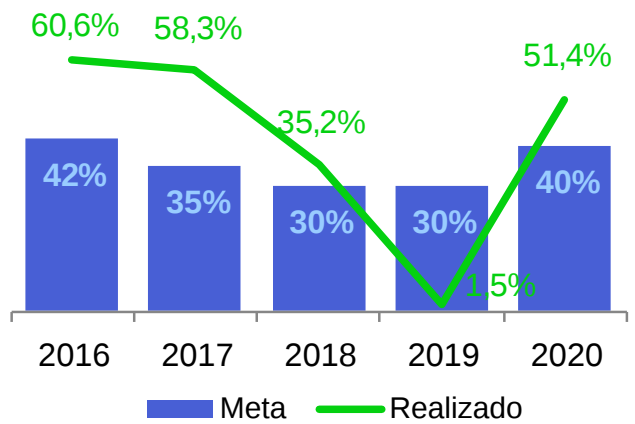


Gráfico 23 I4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 1º grau

I4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 2º grau

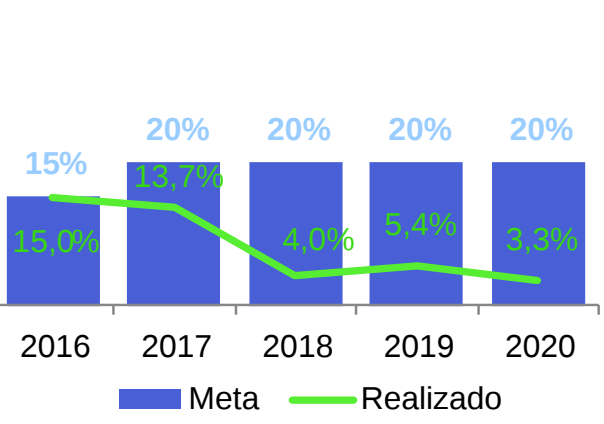


Gráfico 24 I4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 2º grau

I5. Taxa de agilidade no Julgamento - 1º grau

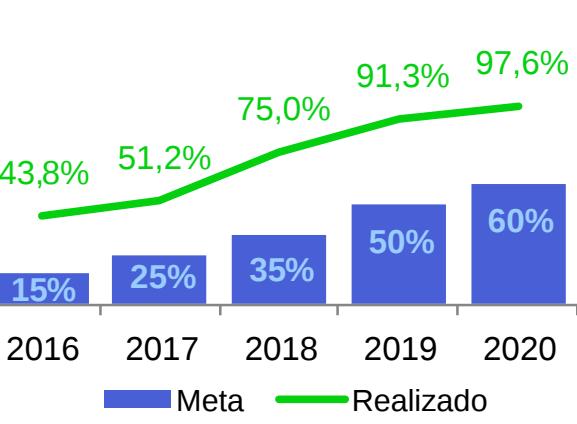


Gráfico 25 I5. Taxa de agilidade no Julgamento - 1º grau

I5. Taxa de agilidade no Julgamento - 2º grau

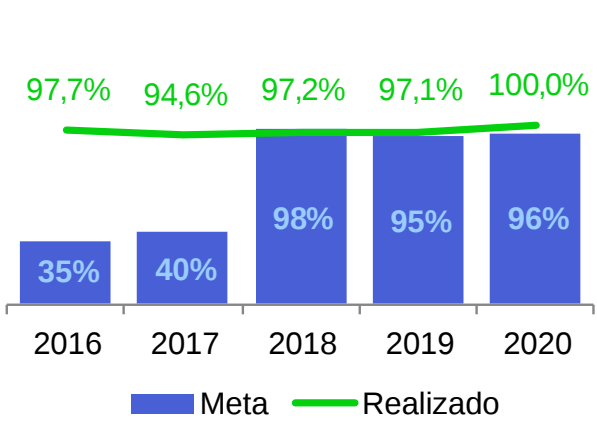


Gráfico 26 I5. Taxa de agilidade no Julgamento - 2º grau

DESAFIOS FUTUROS

- Permanecer cumprindo as Metas Nacionais 1 e 2/2021 (i6 e i7)
- Reduzir a taxa de congestionamento no 1º grau e manter os bons níveis no 2º grau (i4)
- Alcançar novamente as metas de agilidade no julgamento, em ambos os graus (i5)
- Desenvolver/aperfeiçoar ferramenta de TIC para a correta extração de dados jurisdicionais
- Manter o monitoramento eficaz do acervo processual, as inspeções virtuais e o apoio jurídico às Zonas

16. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 1º grau (Meta Nacional 1/CNJ)

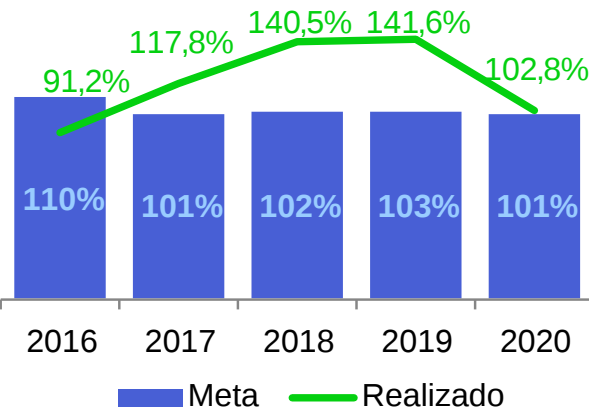


Gráfico 27 16. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 1º grau (Meta Nacional 1/CNJ)

16. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 2º grau (Meta Nacional 1/CNJ)

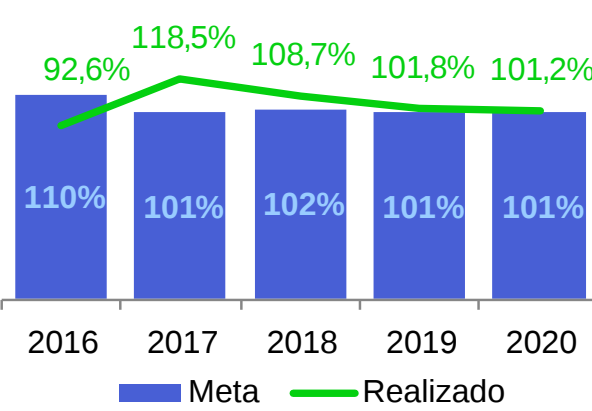


Gráfico 28 16. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 2º grau (Meta Nacional 1/CNJ)

17. Taxa de julgamento de processos antigos - 1º grau (Meta Nacional 2/CNJ)

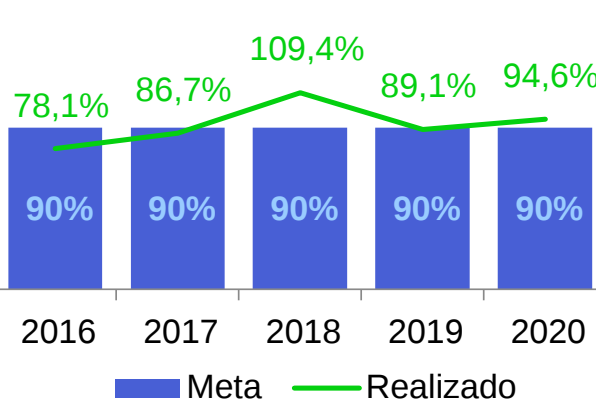


Gráfico 29 17. Taxa de julgamento de processos antigos - 1º grau (Meta Nacional 2/CNJ)

17. Taxa de julgamento de processos antigos - 2º grau (Meta Nacional 2/CNJ)

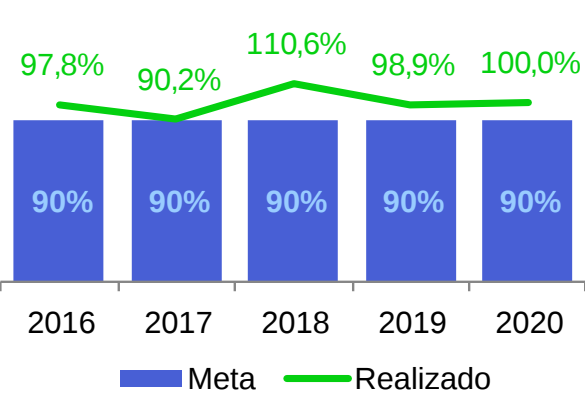


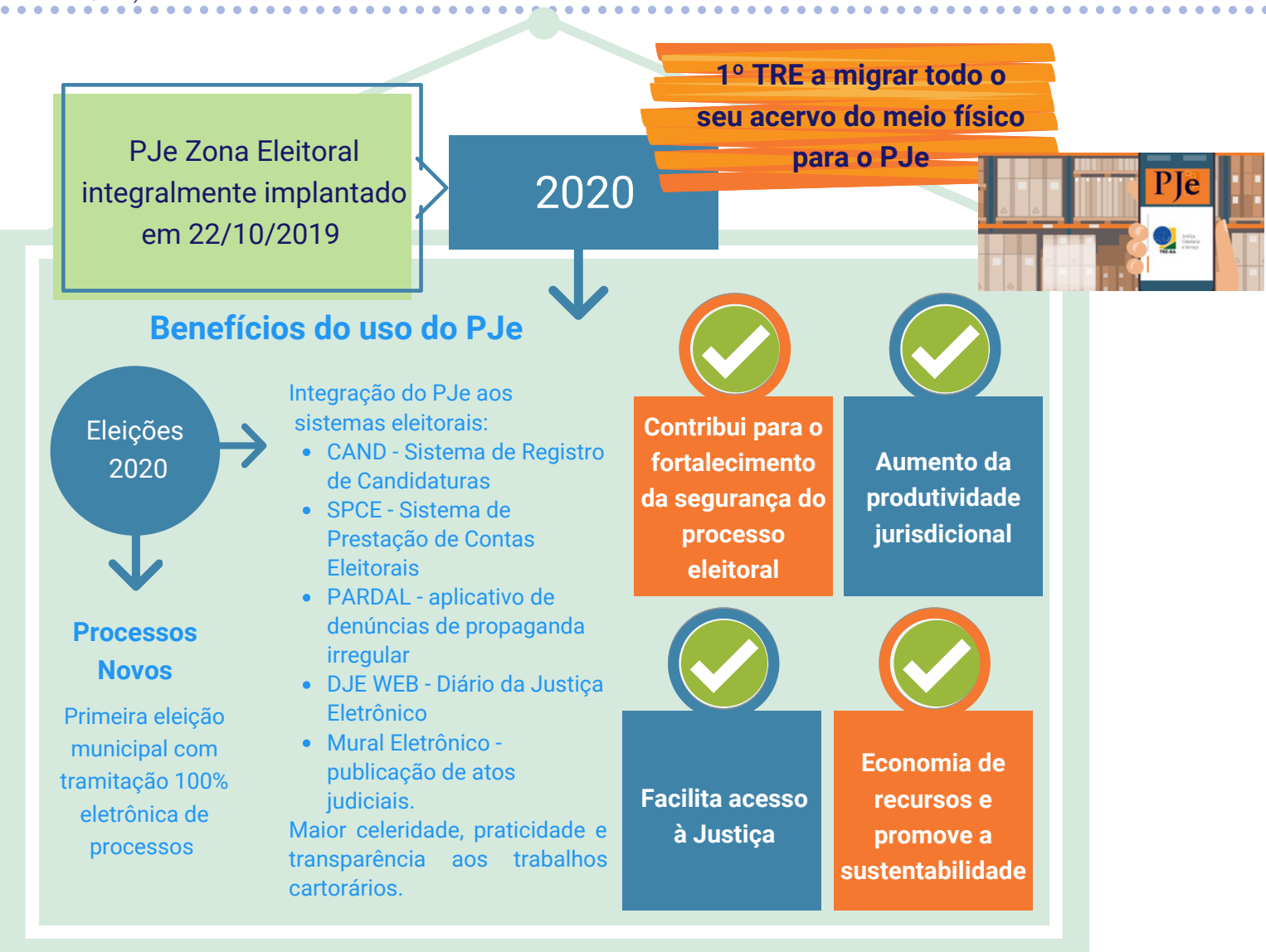
Gráfico 30 17. Taxa de julgamento de processos antigos - 2º grau (Meta Nacional 2/CNJ)

Como o nome do objetivo já revela, ele está relacionado à prestação jurisdicional, especialmente a sua realização de forma efetiva e ágil, preservando-se a segurança jurídica e procedimental na tramitação dos feitos judiciais eleitorais. Também almeja a elevação da produtividade dos magistrados e servidores, a fim de assegurar o princípio constitucional da duração razoável do processo.

Nesse contexto, em 2020, as principais iniciativas relacionadas a este objetivo foram os projetos estratégicos "Justiça em Dia", principalmente no eixo relacionado ao 1º grau, "Evolução da Maturidade dos Processos" (conforme abordado no objetivo anterior) e a migração do acervo processual das zonas eleitorais do meio físico para o meio digital.

MIGRAÇÃO DE PROCESSOS PARA O PJE

Mais de 3.400 processos físicos foram migrados para o Pje 1º grau, o que possibilitou ao órgão ter mais de 95% do seu acervo processual em meio digital. O TRE-BA foi o primeiro Regional Eleitoral a adotar tal procedimento. Apesar das dificuldades para correta extração dos dados estatísticos processuais, pois as ferramentas utilizadas ainda não estavam preparadas para reconhecer os andamentos anteriormente lançados nos processos físicos e a sua continuidade em meio digital, a digitalização de todo o acervo e migração para o PJe possibilitou que a Justiça Eleitoral da Bahia não interrompesse a prestação jurisdicional mesmo com a pandemia e a necessidade de isolamento social. Pelo contrário, com quase todo o acervo no PJe, a produtividade jurisdicional foi ainda mais célere e efetiva, tendo em vista as facilidades do sistema, em especial, para acesso pelas partes e advogados. O processo eletrônico ainda contribui para o fortalecimento da segurança do processo eleitoral (pois os autos podem ser consultados por qualquer interessado, desde que não sejam sigilosos), com a economia de recursos públicos e com o meio ambiente (tendo em vista a não utilização de papel e de outros materiais imprescindíveis aos processos físicos).



PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

No 1º grau, a jurisdição é exercida nas zonas eleitorais, sendo os respectivos indicadores estratégicos de desempenho monitorados pela Secretaria da Corregedoria Eleitoral.

Por sua vez, à Secretaria Judiciária, unidade integrante da Secretaria do TRE-BA, incumbe gerir as atividades cartorárias relativas ao processamento e julgamento dos feitos de competência originária e recursal do Tribunal. A unidade é responsável pela medição e monitoramento dos indicadores utilizados para avaliar e acompanhar o grau de cumprimento, no 2º grau, das metas relacionadas aos objetivos estratégicos jurisdicionais.

Vale ressaltar que, integrados aos objetivos estratégicos, o Tribunal, de igual forma, direciona esforços visando ao cumprimento das metas anualmente estabelecidas pelo CNJ para os órgãos integrantes do Poder Judiciário Nacional, assim como para a melhoria do desempenho de outros aspectos levados em conta pelo Conselho para elaboração do Relatório Justiça em Números.

Números em destaque



Casos novos
1º Grau: 101.175
2º Grau: 4.584
Total: 105.759



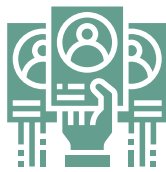
Casos julgados
1º Grau: 55.896
2º Grau: 5.162
Total: 61.058



Casos pendentes*
1º Grau: 60.669
2º Grau: 143
Total: 60.812



Processos finalizados em menos de 1 ano
1º Grau: 58.709
2º Grau: 4.143
Total: 62.852



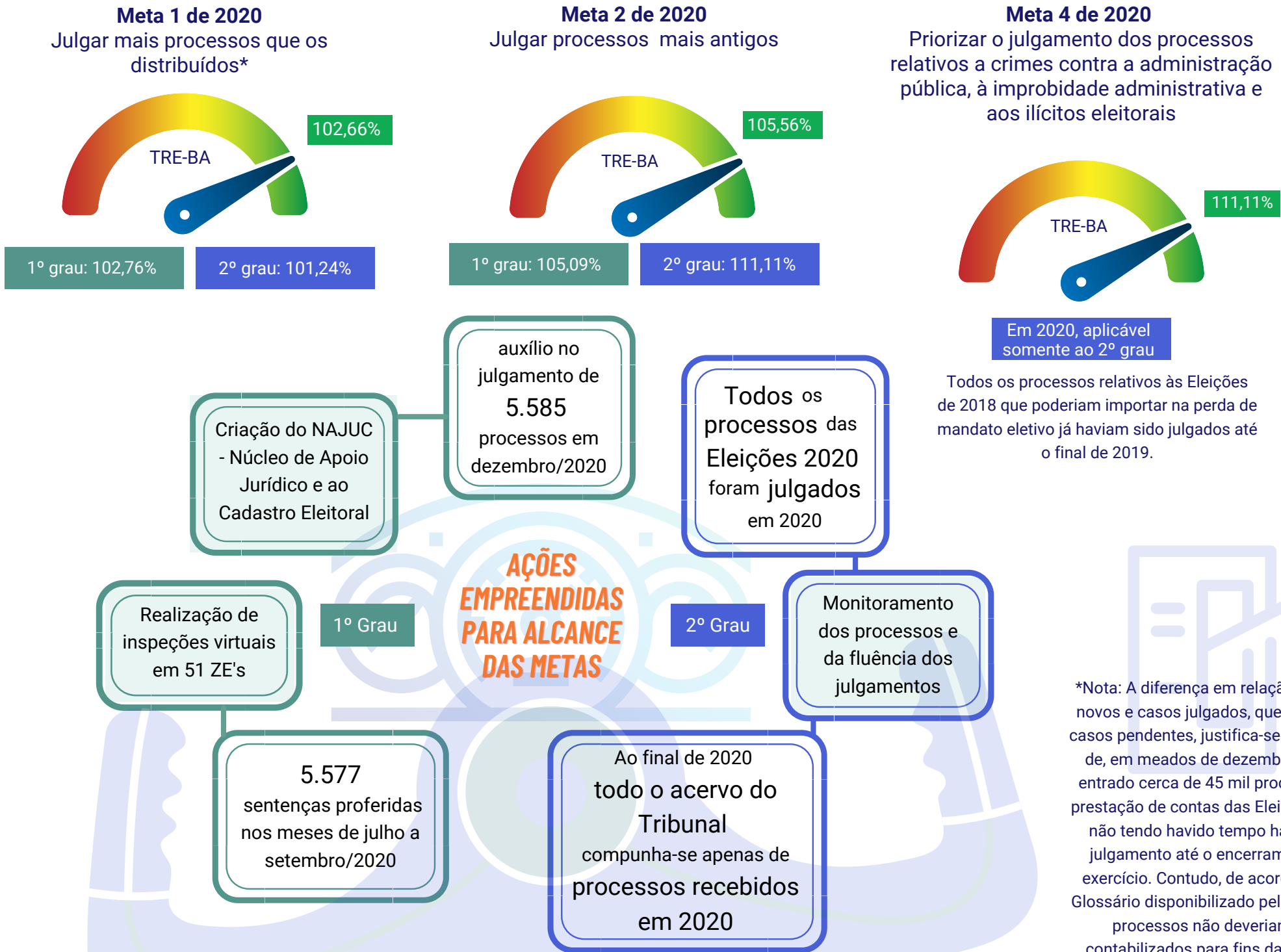
41.599
Pedidos de Registro de candidatura julgados no 1º Grau



5.009
Processos de Propaganda Eleitoral no 1º Grau

Metas Nacionais

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade. Ao segmento da Justiça Eleitoral são aplicadas as metas nacionais 1, 2 e 4, que estarão atendidas quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal.



*Nota: A diferença em relação a casos novos e casos julgados, que reflete os casos pendentes, justifica-se em virtude de, em meados de dezembro, terem entrado cerca de 45 mil processos de prestação de contas das Eleições 2020, não tendo havido tempo hábil para julgamento até o encerramento do exercício. Contudo, de acordo com o Glossário disponibilizado pelo CNJ, tais processos não deveriam ser contabilizados para fins das Metas.

Figura 12 Ações empreendidas para alcance das Metas Nacionais

PROJETO JUSTIÇA EM DIA - 1º GRAU

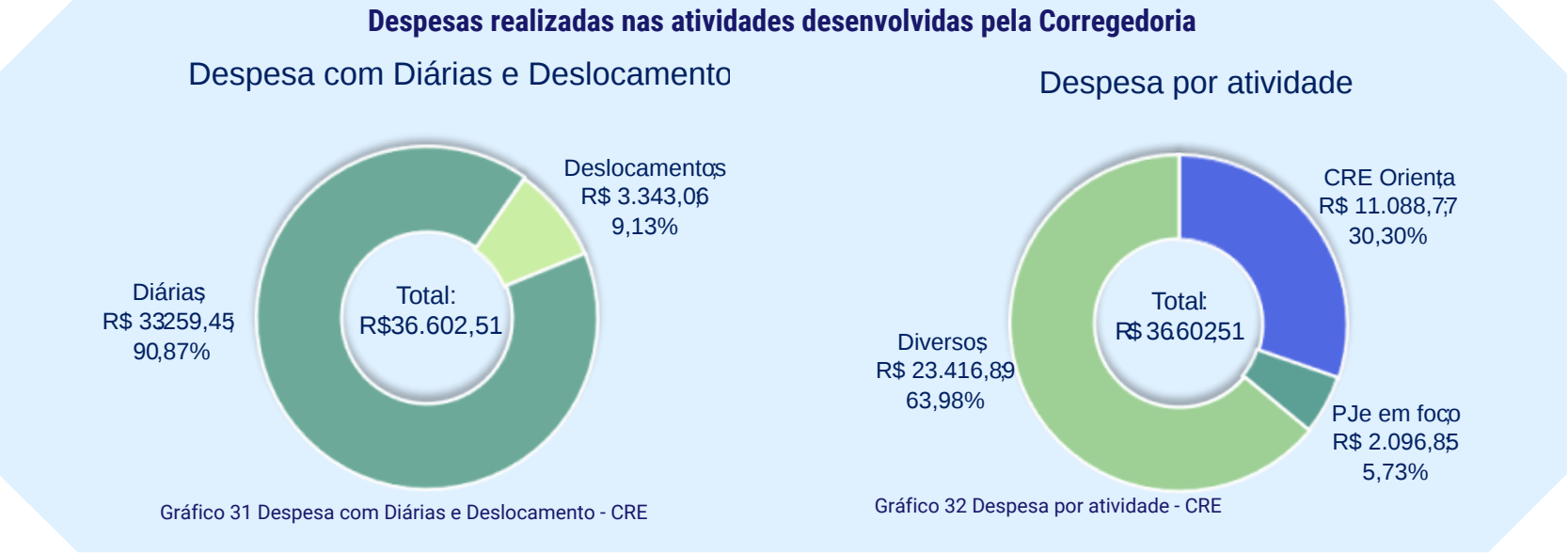
No 1º grau, o objetivo maior do Projeto, gerenciado pela Coordenadoria de Assuntos Jurídicos e Correccionais, é promover a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional. Nesse sentido, foram identificados os cartórios eleitorais com sobrecarga de trabalho, realizadas forças-tarefa, designados servidores para auxiliar as zonas e realizadas inspeções para auxiliar a impulsionar o julgamento de processos. Em decorrência da pandemia, essas ações foram realizadas de forma remota, o que foi possível graças à implementação do PJe no 1º Grau e a migração do acervo físico para ele. Os esforços para reduzir o tempo médio de duração e o acervo de processos em tramitação nos juízos eleitorais têm assegurado resultados positivos, traduzidos nas metas alcançadas e na evolução constante desse projeto.

Acompanhamento da prestação jurisdicional - 1º Grau

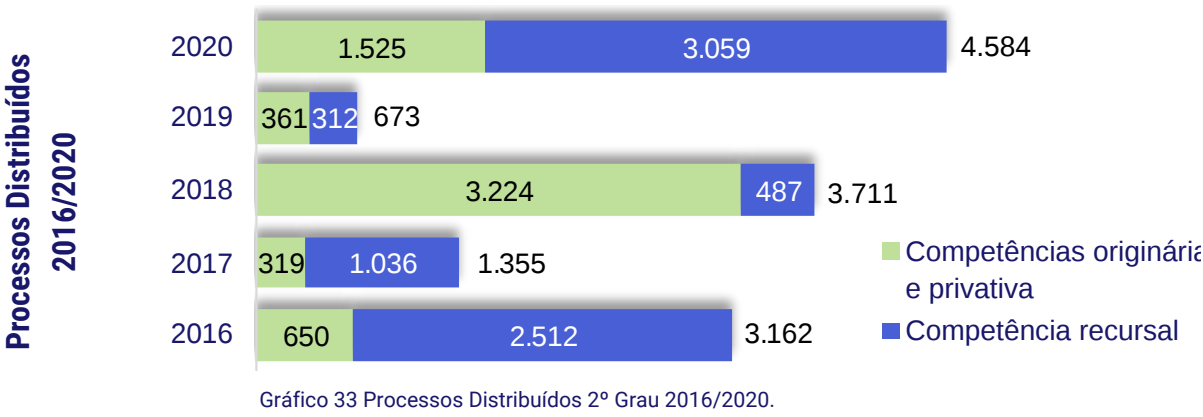
Para orientar sobre a prestação jurisdicional e o cadastro eleitoral, a Corregedoria Regional Eleitoral realizou diversos projetos direcionados aos servidores e envolvidos no pleito 2020, conforme abaixo.

Projeto CRE Orienta - Eleições 2020	Conferências Virtuais	Cartilhas	Roteiros Processuais	Informativos Contagem de Prazos - Eleições
Pesquisas Eleitorais	Representação por Doação Acima do Limite Legal	Convocados para os Trabalhos Eleitorais	Filiação Partidária - Lista Especial	Reunião do Plano de Mídia
Registro de Candidaturas e Ação de Impugnação ao Registro de Candidaturas (AIRC)	Regularização de Direitos Políticos	Final do Alistamento e Cronograma Operacional do Cadastro Eleitoral	Prestação de Contas Anuais Com Movimentação, Sem Movimentação e Partidos Omissos	Agendamento - Registro de Candidaturas
	PJe em foco - Revisão da Autuação	Transporte de Eleitores	Notícia de Irregularidade e Propaganda Eleitoral - NIP	Publicações: Mural X DJE
Perguntas Frequentes	Orientações Processuais sobre Regularização de Contas Não Prestadas, Prestação de Contas Anuais dos Partidos Políticos, Registro de Candidaturas e AIRC	Poder de Polícia Eleitoral	RRC - Requerimento de Registro de Candidaturas, RRC com Impugnação e RRC com Notícia de Inelegibilidade	Tabela Teor de Decisão - RRC
Atendimento Virtual - Final do Alistamento Eleitoral 2020		Pode X Não Pode - Atos de Propaganda Eleitoral	Retificação da Autuação RCAND	Julgamento do DRAP
Cadastro Fechado - Alistamento Eleitoral 2020		Aspectos Processuais do Registro de Candidaturas e da AIRC	Prestação de Contas Eleitorais Parciais - Sobrestamento	
		Fiscalização no dia da Eleição	Apuração de Eleição	Diplomação - Aspectos Jurídicos
			Prestação de Contas Eleitorais	

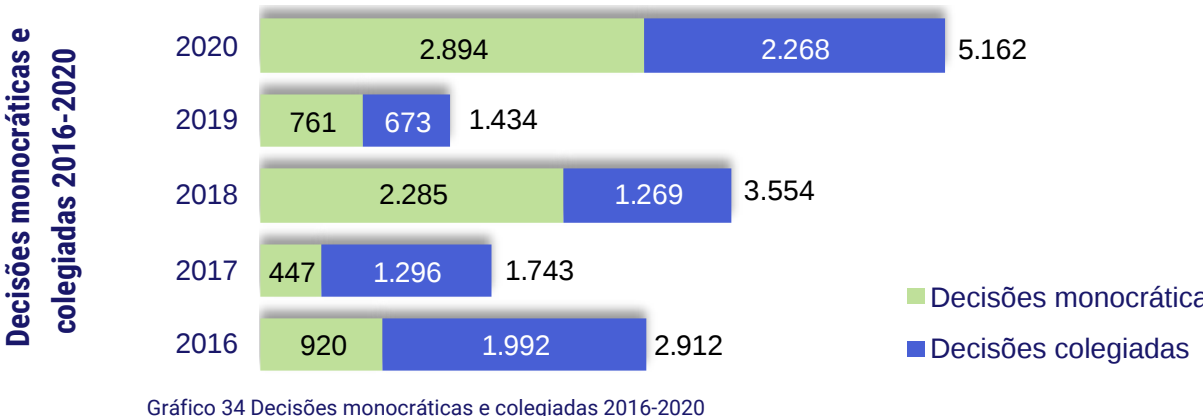
Quadro 6 Projetos da CRE relativos à prestação jurisdicional e ao cadastro eleitoral, para o Pleito 2020



Acompanhamento da prestação jurisdicional - 2º Grau



O julgamento do processo é identificado pela decisão terminativa, assim chamada pois é a que põe fim ao processo. As decisões terminativas podem ser monocráticas ou colegiadas.



Cadastro Eleitoral e
Partidário

Eleições

Gestão Jurídica,
Administrativa e Tecnológica

FORTALECER A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

- Eleitores recadastrados biometricamente em larga escala
- Qualidade dos dados biométricos coletados
- Eleições municipais realizadas de forma íntegra, segura e célere.

JUSTIFICATIVAS

1) Para o resultado 1, foi essencial a mudança de escopo do projeto “Biometria na Bahia” em 2019 e sua conclusão em fevereiro de 2020; 2) Já para realização das eleições 2020, a despeito das dificuldades ocasionadas pela pandemia, o bom resultado foi favorecido pela confecção e execução do Plano Integrado de Eleições e do Plano Sanitário do TRE-BA, além do engajamento de autoridades, servidores e colaboradores da JE.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

Com o encerramento do projeto “Biometria na Bahia” em fevereiro de 2020, 100% do eleitorado baiano regular foi biometrizado e, por essa razão, o Conselho de Governança do órgão reconheceu a realização antecipada do objetivo no ciclo 2016-2021.

RESULTADOS

1) Alcance antecipado da meta almejada para o i12 ao final do ciclo 2016-2021, com a biometrização de 100% do eleitorado baiano regular em fevereiro de 2020; 2) Eleições municipais realizadas de forma íntegra, segura e célere.

INDICADOR ASSOCIADO

PRINCIPAIS INICIATIVAS

I12. Índice de eleitores com cadastro biométrico

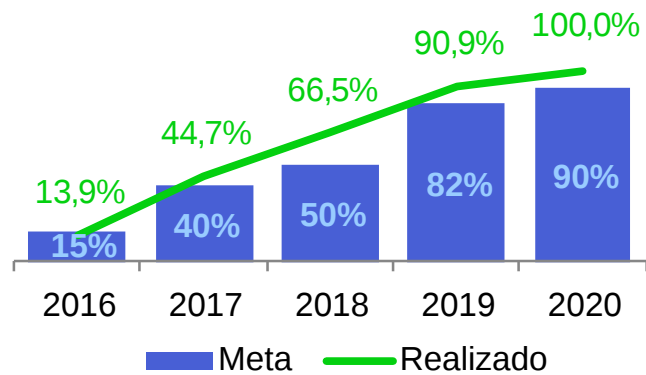


Gráfico 35 I12 Índice de eleitores com cadastro biométrico



DESAFIOS FUTUROS

- Rever o escopo do objetivo para o novo ciclo estratégico 2021-2026
- Melhorar a qualidade dos dados biométricos coletados, quando retomado o atendimento presencial ao eleitor
- Enfrentar a desinformação e as fake news, com foco no aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos.

O presente objetivo estratégico diz respeito ao aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho. Dessa forma, as principais iniciativas e resultados ocorridos em 2020 relacionados a ele foram o encerramento do Projeto "Biometria na Bahia" e a concretização do Plano Integrado das Eleições - PLANEL, com a efetiva realização das Eleições Municipais 2020 no Estado. A elaboração do Plano Sanitário do TRE-BA e o desenvolvimento de ações voltadas ao combate à desinformação e a *fake news* foram necessidades que surgiram em decorrência de fatores externos e curiais para o bom desempenho dos trabalhos afetos ao pleito eleitoral e à consecução da Missão do Órgão de garantir a legitimidade do processo eleitoral a fim de fortalecer a democracia. No exercício, também foi realizada eleição suplementar, no município de Pilão Arcado, que influenciou para os resultados do objetivo de "Fortalecer a Segurança do Processo Eleitoral".

COMBATE À DESINFORMAÇÃO E A FAKE NEWS

Merece destaque o trabalho desenvolvido por este Tribunal, junto com toda a Justiça Eleitoral, com o propósito de combater os efeitos negativos provocados pela desinformação à realização das eleições e aos atores nelas envolvidos. Nesse sentido, o Tribunal criou o hotsite 'Informação TRE-BA', firmou parceria com a Agência Lupa, de verificação de notícias falsas, com a realização de 2 oficinas virtuais: "Combate Sistemático à Desinformação" e "Democracia Digital – Eleições 2020". A Comissão de Combate à Desinformação ainda concebeu, a partir da ideia da urna eletrônica, uma mascote para as eleições, chamada "Ninha" (de "Urninha"), que através de tirinhas bem humoradas apontava notícias falsas, esclarecia o papel da Justiça Eleitoral e indicava como fiscalizar as eleições e garantir um processo eleitoral regular e justo. Todo esse conteúdo também foi disseminado pelas redes sociais.



ELEIÇÃO SUPLEMENTAR NO MUNICÍPIO DE PILÃO ARCADE

Motivada por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que resultou na cassação dos diplomas do prefeito e vice-prefeito do município de Pilão Arcado/BA, eleitos no pleito de 2016, foi realizada, em 2020, Eleição Suplementar no município de Pilão Arcado, para os citados cargos de gestores do executivo municipal. Regulamentada pela Resolução Administrativa n.º 35/2019, a eleição **ocorreu no dia 2 de fevereiro de 2020**. Mais de 19.000 eleitores compareceram às urnas, o que possibilitou a escolha de Orgeto Bastos dos Santos, como novo Prefeito, e Jessé Alves Filho, para Vice, para exercerem o mandato eletivo até o final de 2020. Durante as eleições, nenhuma urna eletrônica precisou ser substituída. Ao todo, 108 equipamentos foram preparados, sendo 21 de contingência. **Dos 25.331 eleitores do município, 19.097 (75,38%) compareceram às urnas e 6.234 (24,62%) se abstiveram. Do total de votos registrados, 1.013 (5,3%) foram nulos e outros 249 (1,3%) foram em branco.**

Nesse pleito suplementar em Pilão Arcado, de forma inédita, **a transmissão de dados da votação ocorreu sem a utilização da solução SM-Sat, o que representou economia de cerca de R\$ 50.000,00 aos cofres públicos**, uma vez que, nas Eleições 2018, nesse município, foram necessárias 5 antenas para transmissão, via satélite, de dados nos locais de votação de difícil acesso. Em seu lugar, foram utilizadas antenas rurais e provedores de internet contratados no local a custo de R\$ 3.100,00, valor bem menor do que o necessário para a locação de antenas SM-SAT.

Para a realização das eleições suplementares de Pilão Arcado foram gastos, aproximadamente, R\$ 76.985,00, distribuídos da seguinte forma:

Custos da Eleição Suplementar de Pilão Arcado



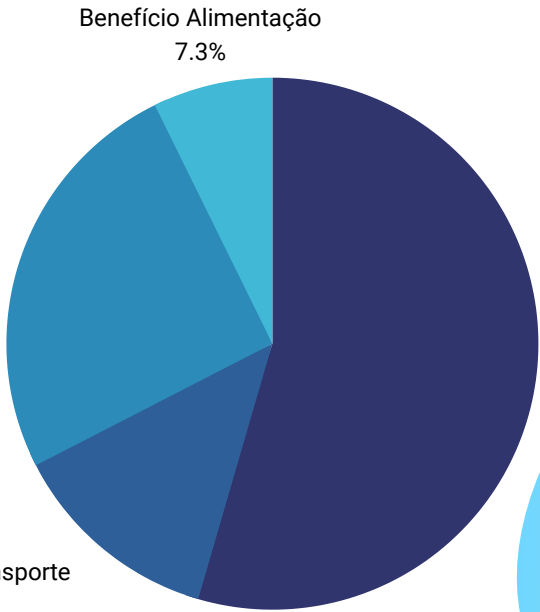
Audiência Pública com a presença do Presidente do Tribunal



Reunião realizada pelo juiz eleitoral para tratar sobre o pleito



Diplomação dos candidatos eleitos: prefeito e vice



Mesários no dia da eleição

Acesse [aqui](#) para ler o Acordo de Cooperação celebrado entre o TSE e a AGU para ressarcimento aos cofres públicos dos valores gastos com eleições suplementares

Fonte: SOF e Tesouro Gerencial
Notas: (¹) Na linha "Suprimento de Fundos" estão inclusos os valores do INSS PATRONAL.
Gráfico 36 Custos da eleição suplementar de Pilão Arcado

PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÕES - PLANEL 2020

O Plano Integrado de Eleições – PLANEL 2020, fruto do amadurecimento de experiências vivenciadas em eleições anteriores, buscou consolidar todas as etapas do processo referente às Eleições 2020, com a principal finalidade de estabelecer ações adequadas para intensificar segurança, rapidez, eficiência e eficácia na realização do pleito, objetivos maiores da Justiça Eleitoral.

Ao adotar um modelo prático e integrado, foi possível o acompanhamento da execução das ações planejadas desde o período do final do alistamento até à diplomação dos eleitos, com monitoramento contínuo para verificação, supervisão, análise crítica e identificação de situações de risco. A existência do plano de eleições foi essencial para minimizar os efeitos da pandemia da Covid-19 no ano eleitoral.

Utilizando a metodologia do Ciclo PDCA, o PLANEL 2020 teve sua estrutura analítica, aprovada pelo Comitê Gestor de Eleições, dividida em macroprocessos e correspondentes processos de trabalho, conforme ilustrado a seguir:



Quadro 7 EAP - Planel 2020

A adoção sistemática de um plano de eleições permitiu a implementação de inovações para o pleito de 2020:



Ampliação do uso do JE-Connect e da quantidade de locais de transmissão dos resultados, com utilização de antenas rurais para conexão com a internet

Nesta eleição de 2020, para aprimorar a performance de totalização, houve a ampliação dos pontos de transmissão remota de resultados.

Os 588 pontos de 2016, que já haviam sido ampliados para 770 em 2018, totalizaram 914 em todo o Estado da Bahia nas Eleições 2020, o que representou um aumento de 18,7% na quantidade de pontos em relação às Eleições 2018 e 55,44% em relação às Eleições 2016. Em todos esses pontos foi utilizada a tecnologia denominada JE-Connect.

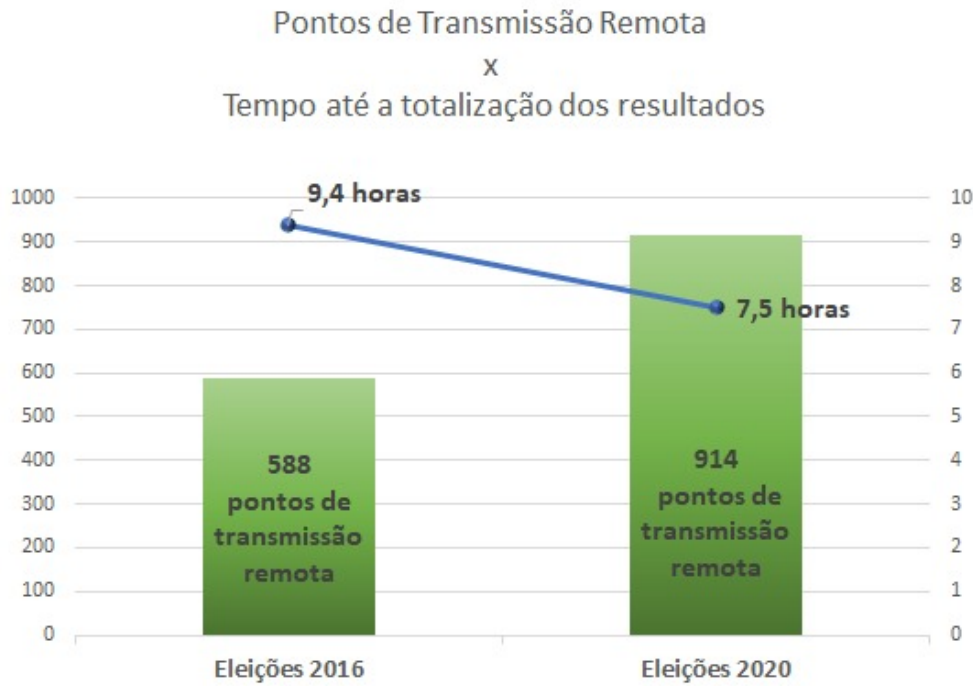


Gráfico 37 Pontos de transmissão remota X Tempo até a totalização dos resultados

A fim de possibilitar a transmissão remota em localidades de difícil acesso foram utilizados provedores de internet contratados no local, antenas rurais e a solução SM-Sat (transmissão via satélite), que favoreceram o uso do JE-Connect. Em razão do alto custo de locação das antenas SM-SAT, o TRE-BA promoveu a redução em 50% do quantitativo desses equipamentos para transmissão de resultados neste Estado, quando comparado com as Eleições 2018, sendo substituídos por provedores de internet locais e antenas rurais, representando uma **economia de cerca de R\$ 60.000,00**.

No 1º turno das Eleições 2020, o último horário previsto para totalização do resultado das Eleições foi 21:00. No entanto, a totalização somente ocorreu às 00:30 do dia 16/11/2020, tendo em vista problemas técnicos identificados nos sistemas de totalização disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral. No 2º turno, a previsão foi reduzida para 20:40, mas às 20:10 ocorreu a totalização.

Em comparação às Eleições municipais de 2016, no 1º turno houve um decréscimo de 01:53 no tempo de totalização, considerando que naquele ano o encerramento das eleições se deu às 02:23. No 2º turno de 2020, realizado nas cidades de Feira de Santana e Vitória da Conquista, a totalização ocorreu 24 minutos após o horário de totalização de 2016, quando só foi realizado 2º turno no município de Vitória da Conquista.



Sistema de Georreferenciamento

No ano de 2020, o TRE-BA adotou a utilização do sistema GEL, de forma facultativa, para todos os cartórios eleitorais do Estado como ferramenta auxiliar das vistorias dos locais de votação.

O Sistema GEL foi criado a partir da parceria entre o TRE-PA, TRE-AC e TSE. O objetivo do sistema é facilitar a captura das coordenadas geográficas e as vistorias dos locais de votação. Além de funcionar em aparelhos de celular e tablets, o que permite que o vistoriador registre os dados levantados no momento em que ele está realizando a vistoria no local de votação, o referido sistema se mostrou muito prático e útil no georreferenciamento preciso do local de votação do eleitor. Foi a partir do uso desse sistema por algumas zonas eleitorais que foi possível a muitos eleitores identificarem a localização exata onde iriam votar nas Eleições 2020, por meio do aplicativo e-Título.

Apesar da praticidade do uso do GEL, muitas zonas eleitorais não o adotaram, vez que já tinham iniciado a atividade de vistoria dos locais de votação utilizando-se do método tradicional que consistia no preenchimento de formulários específicos.

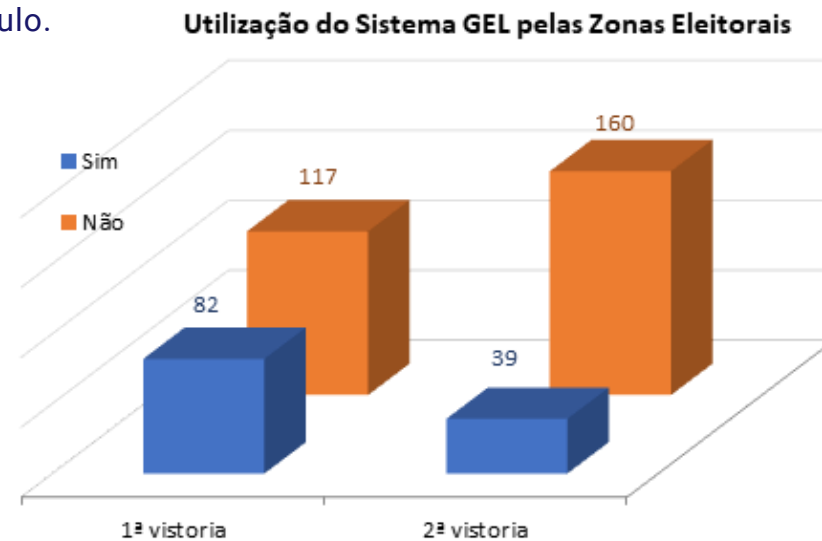


Gráfico 38 Utilização do sistema GEL pelas zonas eleitorais



Criação da figura do coordenador de acessibilidade por local de votação

Nas Eleições 2020, o TRE-BA implantou, em consonância com § 2º do art. 17 da [Resolução TSE n.º 23.611/2019](#), a figura do Coordenador de Acessibilidade. Coube ao juiz eleitoral atribuir a um dos nomeados para apoio logístico a incumbência de verificar se as condições de acessibilidade do local de votação para o dia da eleição estavam atendidas, bem como orientar todos os demais auxiliares do local de votação quanto aos procedimentos necessários para a segurança, o zelo e o bem estar dos eleitores portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

No dia das eleições, o Coordenador de Acessibilidade, identificado por meio de camisa específica, atuou no atendimento ao público com deficiência e mobilidade reduzida juntamente com os demais **auxiliares. Na Bahia funcionaram como Coordenadores de Acessibilidade 9.343 convocados, um para cada local de votação do Estado.**



Equalização de seções através do Transferência Temporária de Eleitor (TTE)

Nessas Eleições, a Justiça Eleitoral, por meio da [Resolução TSE n.º 23.631/2020](#), criou um novo procedimento denominado de Transferência Temporária de Eleitor (TTE) de ofício, também chamado de equalização de seções, complementarmente ao procedimento de agregação de seções, com vistas a equilibrar o número de eleitores em cada seção eleitoral. Esse procedimento consistiu em distribuir temporariamente os eleitores de uma seção para outras, dentro do mesmo local de votação, oferecendo-lhes com isso mais conforto e imprimindo mais celeridade para votar no dia do pleito.

Na Bahia, **foram equalizadas 5.375 seções com 1.596.257 eleitores distribuídos**. Apesar de o TTE de ofício não ter sido criado com o objetivo de reduzir custos, a equalização de 5.375 seções, dispensou a necessidade de convocação de milhares de mesários, como já mencionado anteriormente, diminuindo os gastos com benefício alimentação, e proporcionou uma redução nas despesas com o transporte das urnas eletrônicas. Findo o pleito, a equalização foi revertida e os eleitores foram devolvidos às suas seções de origem.

Tal procedimento ainda permitiu que este Tribunal, de forma inédita, distribuisse eleitores idosos, com deficiência ou mobilidade reduzida que estavam concentrados em seções especiais para outras seções que não possuíam esse perfil de eleitorado, garantindo-lhes no dia da votação a possibilidade efetiva de exercer a sua prioridade para votar. Das 663 seções especiais existentes na Bahia, 459 deixaram, nas Eleições 2020, de concentrar eleitores idosos, com deficiência ou mobilidade reduzida, o que representou ganhos para toda a população baiana.



Coleta TTE

Dentro do período eleitoral, o TSE estabelece prazo para que eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida possam solicitar transferência temporária para votar na seção acessível mais próxima de sua localização no dia do pleito. O procedimento comum para realizar essa solicitação é comparecer no cartório eleitoral dentro do prazo para requerer a transferência. Porém, nesta atípica eleição, em razão do agravamento da Pandemia da Covid-19, o atendimento ao eleitor para realização desse procedimento pôde ser efetuado de forma remota por meio do Sistema ColetaTTE, desenvolvido pelo TRE-BA.

Esse serviço também foi permitido aos mesários e demais convocados interessados em transferir, temporariamente, a seção para o local de votação onde fossem trabalhar no dia do pleito, desde que solicitassem dentro do prazo fixado no Calendário Eleitoral. No total, 1.266 eleitores e mesários utilizaram o serviço do ColetaTTE.



ELEIÇÕES 2020

No ano de 2020 foram realizadas Eleições Municipais para escolha de Prefeitos, Vice Prefeitos e Vereadores para os 417 municípios baianos, eleitos para o mandato de 2021 a 2024.

A realização de eleições envolve, por si só, extenso e minucioso trabalho, com planejamento e execução de atividades em cronograma de curto, médio e longo prazos. Inicialmente, o grande desafio das Eleições Municipais 2020 no Estado da Bahia seria a realização do primeiro pleito com território 100% biometrizado, tendo em vista o encerramento do Projeto de Revisão Biométrica na Bahia.

Com a pandemia da Covid-19, o grande desafio assumido por toda a Justiça Eleitoral foi possibilitar a realização de eleições seguras, conciliando o rito democrático com a saúde da população, permitindo, dessa forma, a consecução da Missão organizacional de garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

Originariamente marcadas para os dias 04/10/2020 (1º turno) e 25/10/2020 (2º turno), as datas das eleições foram adiadas para os dias 15/11/2020 (1º turno) e 29/11/2020 (2º turno), mediante [Emenda Constitucional n.º 107/2020](#).

O TRE-BA, seguindo o direcionamento do Tribunal Superior Eleitoral e demais autoridades governamentais e sanitárias, buscou adotar medidas que pudessem minimizar os impactos da pandemia da Covid-19 no processo eleitoral, bem como com vistas a reduzir o risco de contágio e aumentar a segurança sanitária no processo de votação.



Mapa de Ações Adotadas nas Eleições 2020 em Enfrentamento à Covid-19

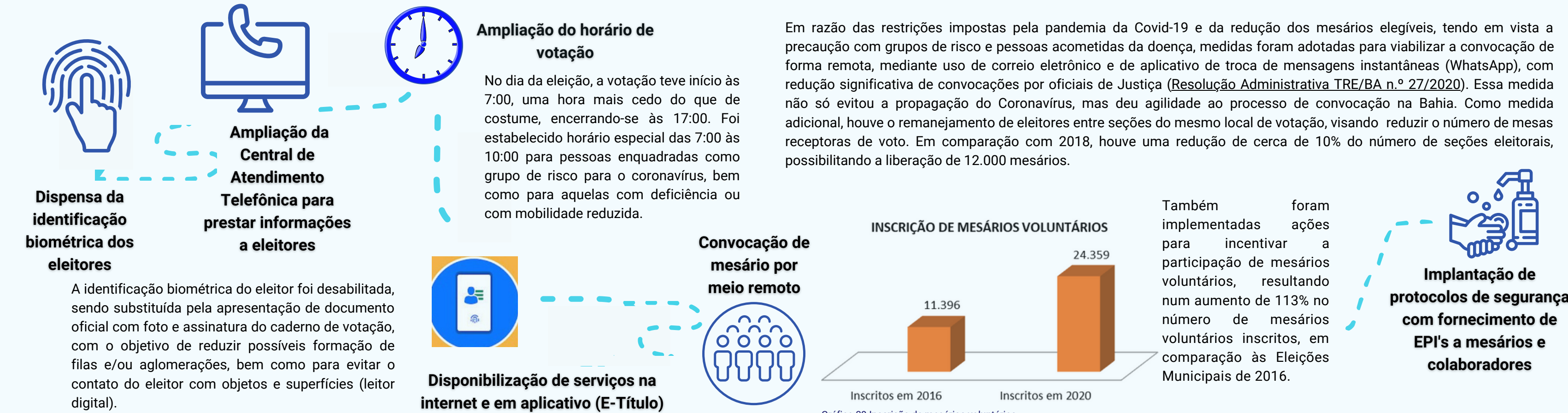


Figura 13 Mapa de ações adotadas nas eleições 2020 em enfrentamento à Cov

Implantação de protocolos de segurança com fornecimento de EPI's a mesários e colaboradores

Sobre a implementação de medidas sanitárias para enfrentamento à Covid-19 nas Eleições 2020, vale destacar que esta foi a primeira vez que o TRE-BA precisou incluir os equipamentos de segurança na sua logística de distribuição de materiais de eleição, providenciando o envio às 199 Zonas Eleitorais do Estado, sendo 19 na capital e 180 no interior.

A fim de preservar a saúde dos mesários e colaboradores no dia do pleito e evitar a propagação do Coronavírus, o Tribunal Superior Eleitoral encaminhou a este Regional doações de Equipamento de Proteção Individual (EPI) por empresas parceiras. Por sua vez, cada Zona Eleitoral ficou responsável pela distribuição dos kits de EPI's para os mesários e demais colaboradores que atuaram nos dois turnos de Eleição.

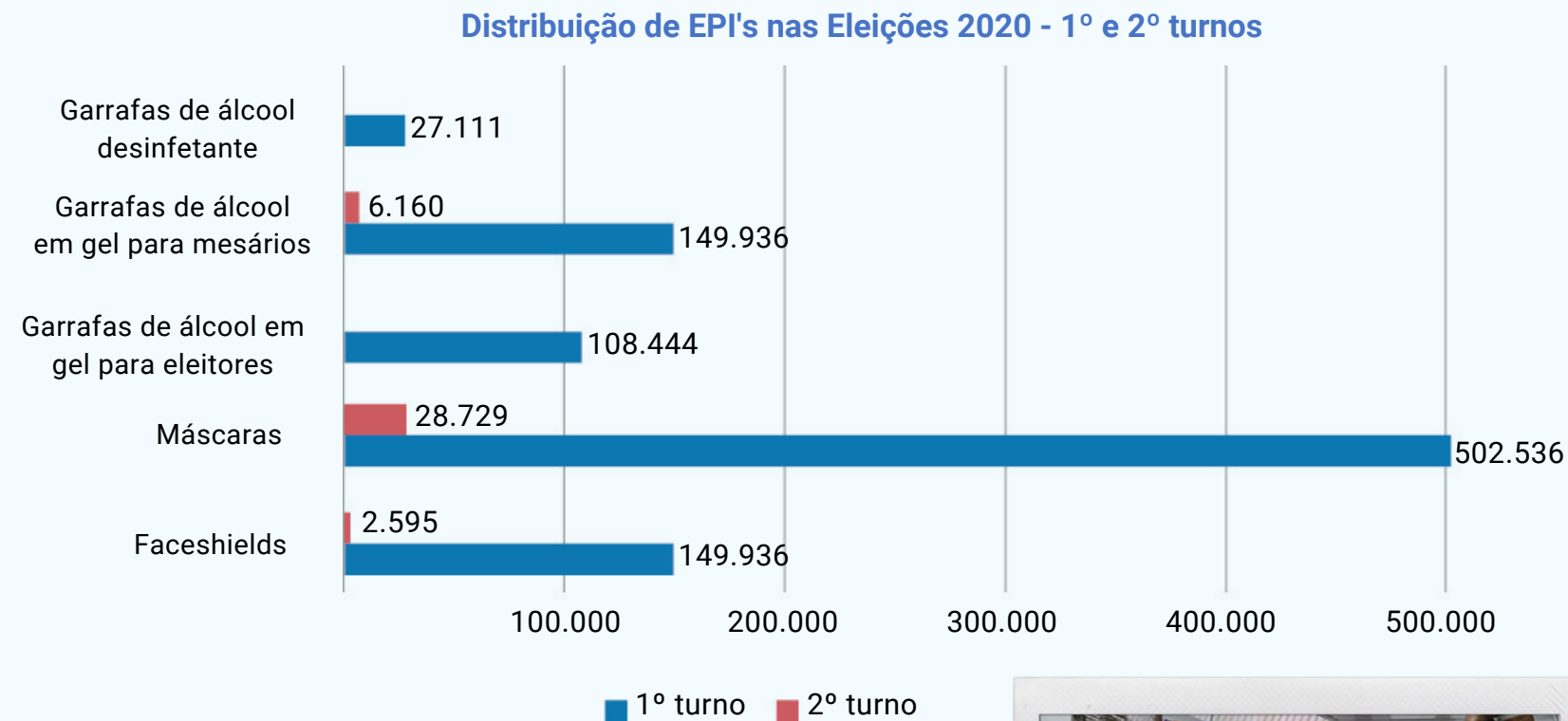


Gráfico 40 Distribuição de EPI's nas eleições 2020 - 1º e 2º turnos



Plano Sanitário do TRE-BA

Alinhado ao PLANEL 2020, foi elaborado o Mapa de Riscos, com o objetivo de relacionar os principais eventos de riscos atinentes às Eleições 2020 em decorrência da pandemia, bem como as ações de tratamento, permitindo o rápido e fácil acesso aos envolvidos, especialmente para subsidiar a tomada de decisões e minimizar danos.

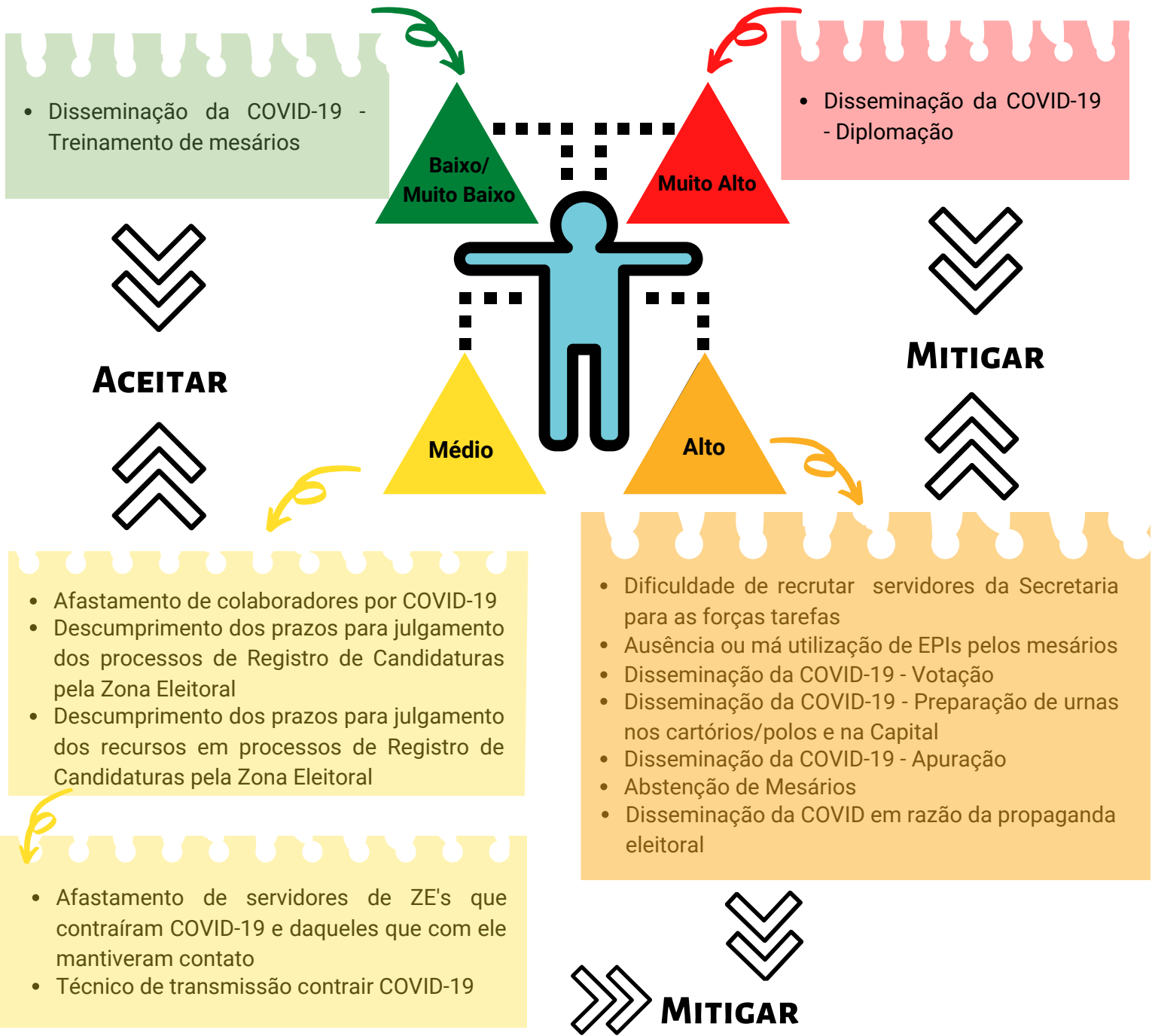
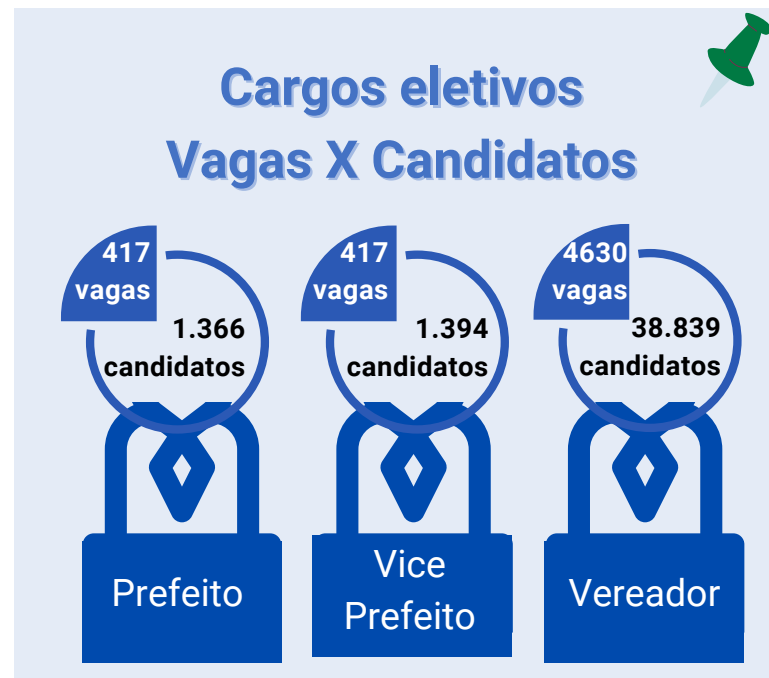


Figura 14 Plano Sanitário do TRE-BA



Fonte: Estatísticas Eleitorais - TSE

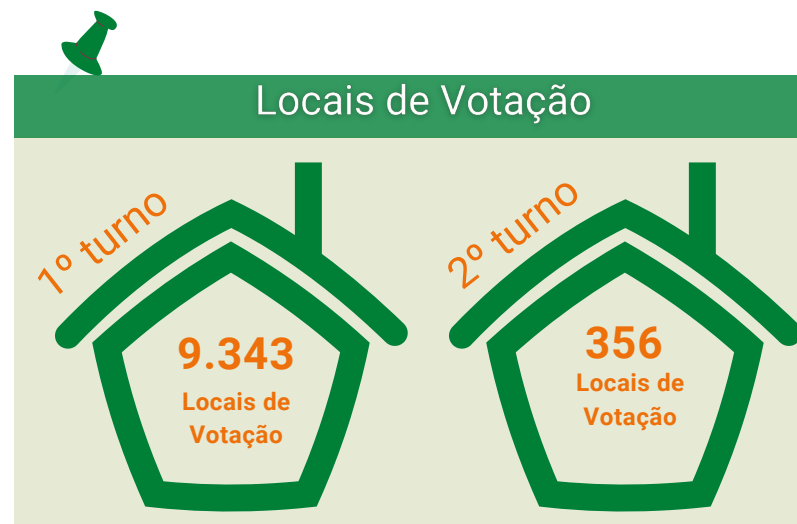
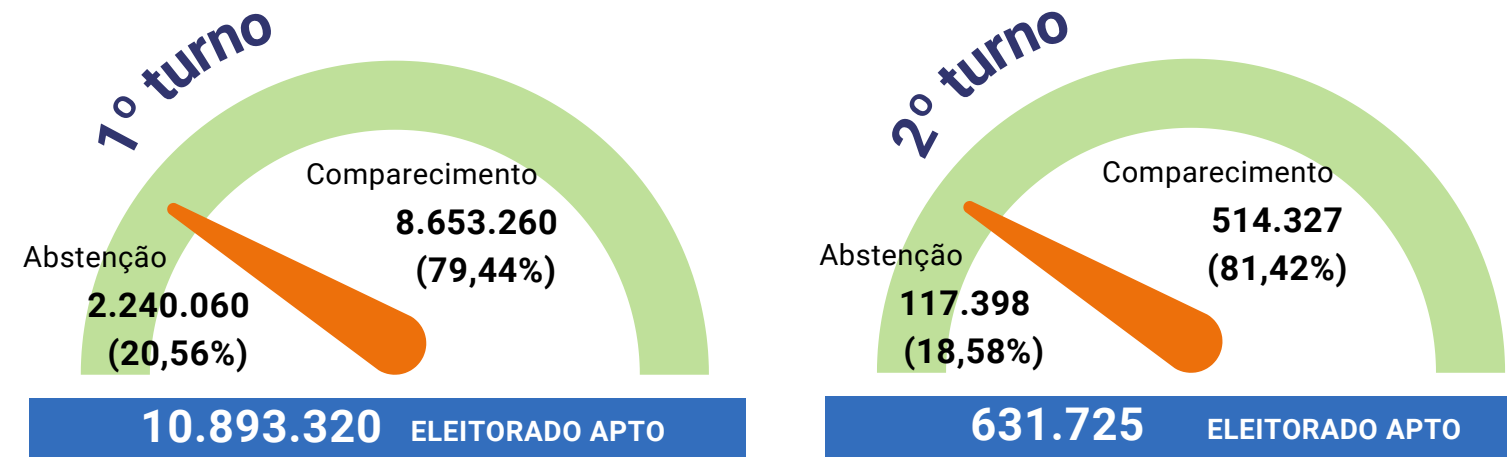


Figura 15 Eleições 2020 - Em números



Eleitorado



Urnas

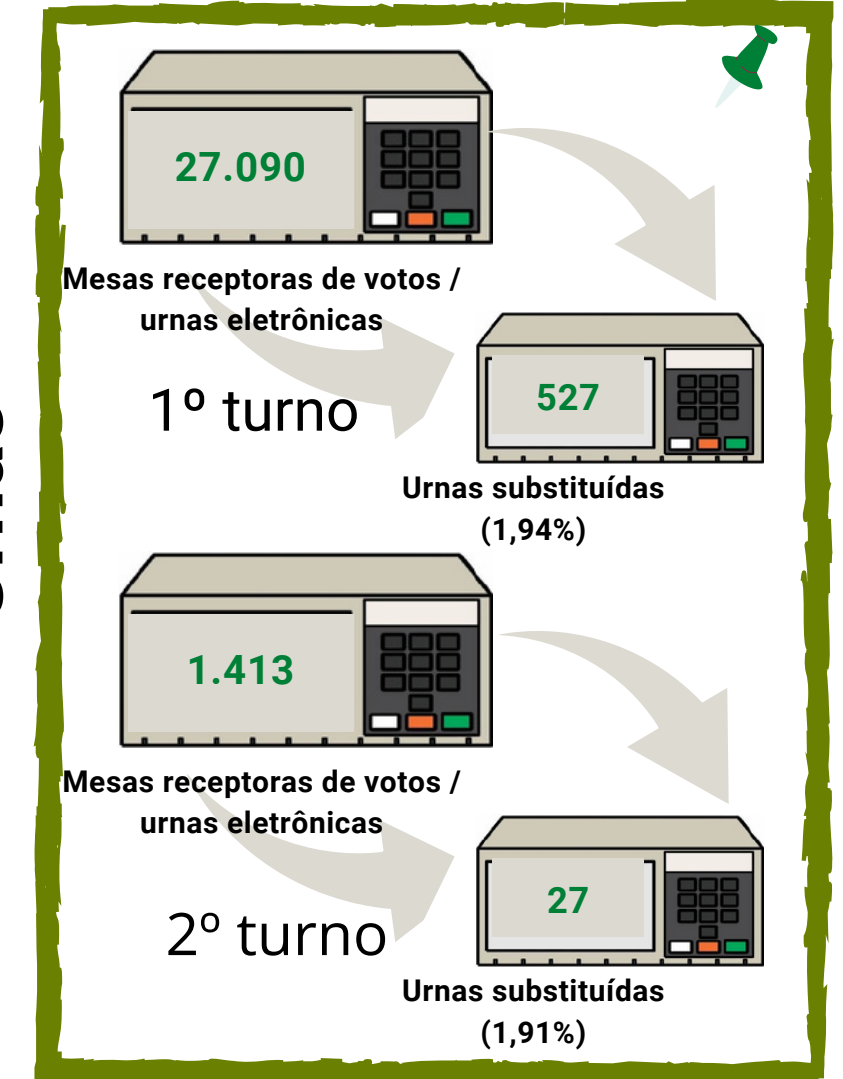


Gráfico 41 Comparativo - Abstenção: Bahia X Média Nacional

Eleições 2020 - Principais Gastos

Os recursos autorizados pelo TSE para pagamento de despesas relacionadas às Eleições Municipais de 2020 totalizaram R\$ 42.550.000,00. Desse total, foi empenhado o montante de R\$ 41.661.572,69, sendo efetivamente pago no ano de 2020 o total de R\$ 36.295.923,20.

Vale dizer que, desse valor pago, cerca de R\$ 15 milhões foram utilizados para pagamento de despesas com pessoal. No tocante às despesas de custeio, destaca-se o aporte de R\$ 6.312.842,11 para pagamento da alimentação dos mesários e colaboradores que atuaram nas seções e nos locais de votação no dia da eleição (primeiro e segundo turno).

Além dos gastos com pessoal e alimentação de mesários/colaboradores, o custo de uma eleição também inclui, dentre outros, despesas com locação de mão de obra para apoio administrativo e com urnas, materiais de consumo, diárias e indenização de transporte. Destaque-se que, para realizar as eleições nos 417 municípios baianos, compostos por 199 zonas e 27.090 seções eleitorais, o TRE-BA concede aos cartórios eleitorais suprimento de fundos para que tais unidades possam providenciar despesas que não são possíveis de serem fornecidas e licitadas pela Secretaria do Tribunal, de forma centralizada, em razão das peculiaridades dos gastos necessários para a preparação, realização e apuração das eleições. No ano de 2020, os gastos de suprimento de fundos totalizaram o montante de R\$ 2.401.776,28.

Considerando um total de 10.893.320 eleitores aptos e o valor total de recursos provisionados pelo TSE para o TRE-BA, pode-se dizer que o custo das eleições 2020, por eleitor, foi de R\$ 3,91.



Auditoria de Funcionamento das Urnas

Como costuma ocorrer nas Eleições, foi realizada no 1º e 2º turnos do pleito de 2020 a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas ([Resolução TSE n.º 23.603/2019](#)). No dia 14/11, véspera do 1º turno, em audiência pública na sede do Tribunal, cinco urnas eletrônicas foram sorteadas para que pudessem ser auditadas em procedimento coordenado pela Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica.



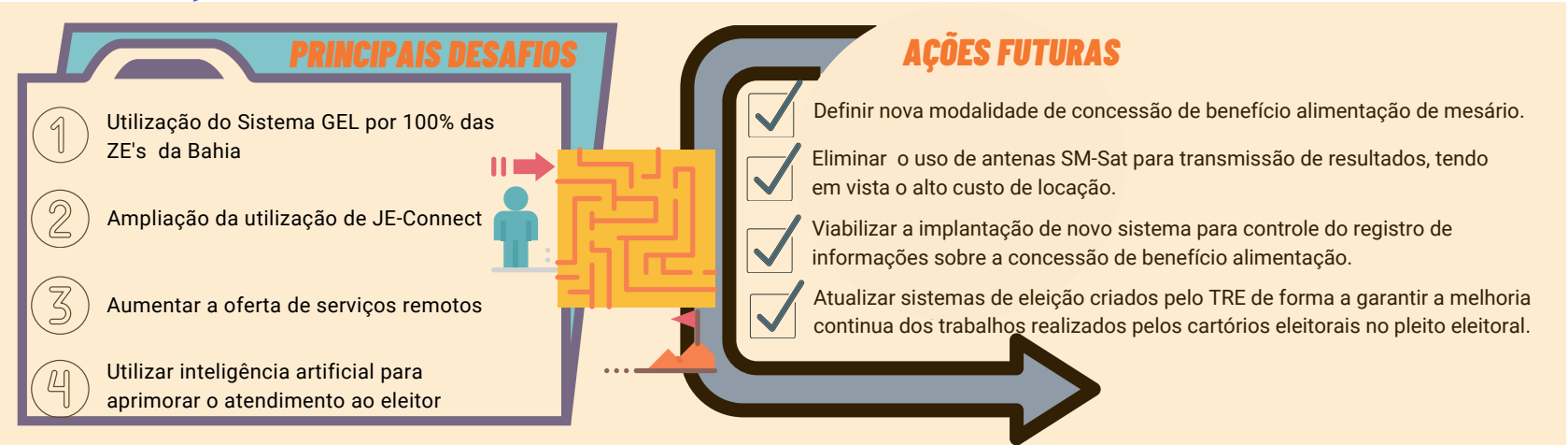
Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade e SIAFI
Gráfico 42 - Eleições 2020 - Valores (Provisionados X Empenhado X Pago)

As urnas sorteadas foram trazidas para a sede do Tribunal e, durante o horário de votação no dia da eleição, foram submetidas ao procedimento conhecido como “votação paralela” com vistas a realizar auditoria do funcionamento dessas urnas eletrônicas em condições normais de uso.

O procedimento também foi realizado no 2º turno, para as urnas dos municípios onde houve eleições.



Desafios e ações futuras



PROJETO BIOMETRIA NA BAHIA

O ano de 2020 foi marcado pelo encerramento do 3º e último Ciclo da Revisão Biométrica no Estado da Bahia e, consequentemente, do Projeto Estratégico Biometria na Bahia.

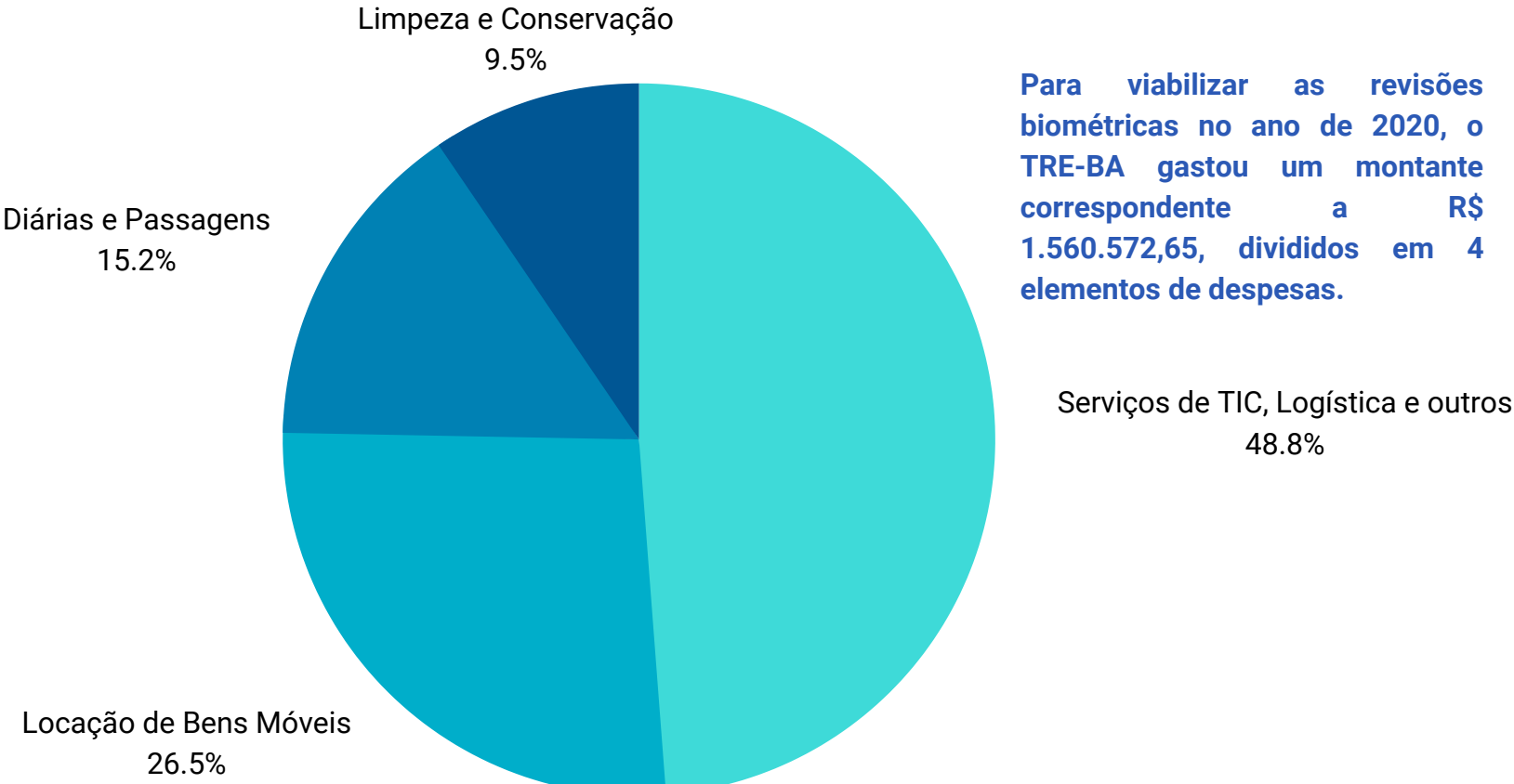
O último ciclo do Projeto Biometria na Bahia, gerenciado por comissão específica presidida pelo Secretário de Planejamento de Estratégia e de Eleições, teve início em maio de 2019 e envolveu 281 cidades pertencentes a 108 zonas eleitorais, sendo dividido em duas fases. A primeira fase – que abrangeu 41 cidades – foi finalizada em 31 de outubro de 2019 e a segunda em 18 de fevereiro de 2020, nos 242 municípios restantes.

Com o fim do último ciclo da biometria, o TRE-BA passou a ser o primeiro dos tribunais de grande porte do Brasil a concluir a revisão do eleitorado, com 100% do território baiano biometrizado, o que foi motivo de celebração por todos, sendo inclusive realizada, no auditório da sede do Tribunal, Sessão Solene Comemorativa de encerramento da Biometria. Na oportunidade, destacou-se o desafio da última etapa, de biometrizar eleitores de 70% dos municípios, muitos localizados em cidades inseridas em áreas mais distantes do interior do Estado.



Sessão solene de encerramento da biometria

Em relação aos dados de atendimento no ano de 2020, os resultados levantados são de que nos 242 municípios que permaneceram em revisão extraordinária até 18/02/2020 foram biometrizados 387.677 eleitores.



Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Gráfico 43 Principais gastos - 3º ciclo do Projeto Biometria na Bahia - Ano 2020

Para viabilizar as revisões biométricas no ano de 2020, o TRE-BA gastou um montante correspondente a R\$ 1.560.572,65, divididos em 4 elementos de despesas.

Estatísticas do 3º Ciclo da Biometria na Bahia (2019/2020)

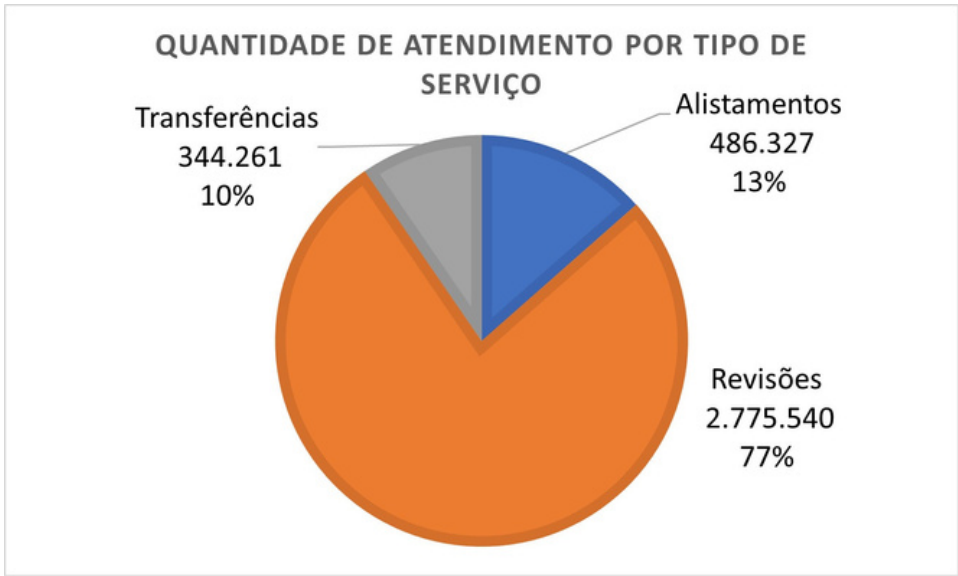


Gráfico 44 Quantitativo de atendimento por tipo de serviço

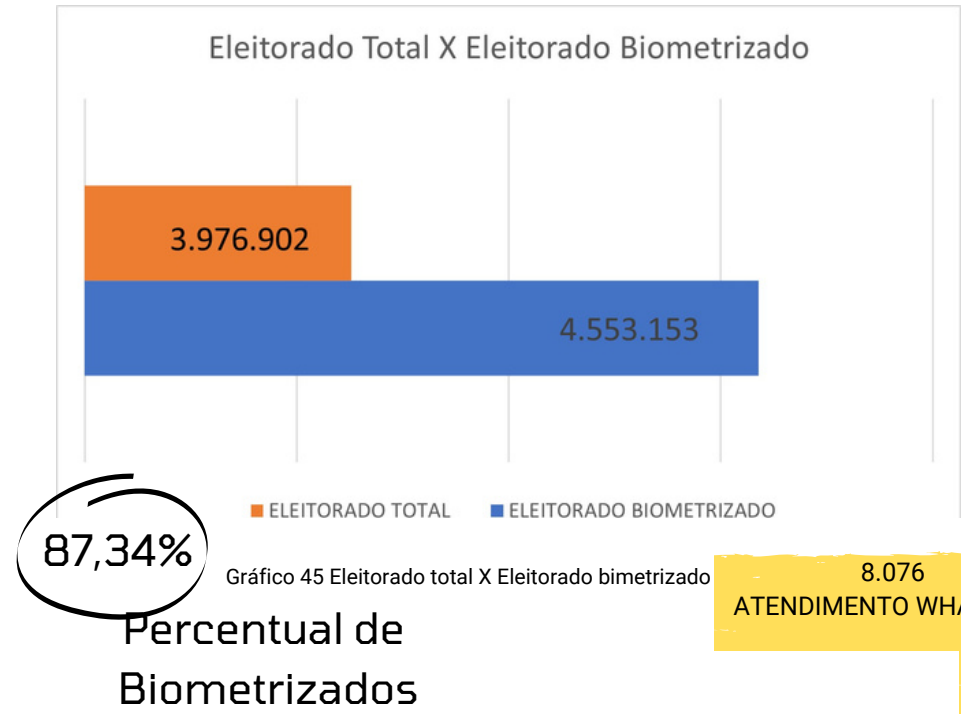


Gráfico 45 Eleitorado total X Eleitorado biometrizado



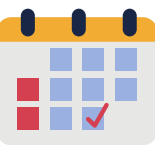
156
POSTOS DE ATENDIMENTO



18
MUTIRÕES



34
MUNICÍPIOS VISITADOS -
CAMINHÃO DA BIOMETRIA



1.348.453
AGENDAMENTOS



8.076
ATENDIMENTO WHATSAPP
365.133
ATENDIMENTO 0800



9
VISITAS TÉCNICAS



25
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

(Fonte: Relatório Final 3º Ciclo do Projeto Biometria na Bahia – Processo SEI nº 0056698-45.2017.6.05.800).

MELHORAR O DESEMPENHO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Planejamento e Gestão Institucional

Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Processos críticos transformados • Trajetória de evolução da maturidade dos processos planejada • Processos de trabalhos identificados e caracterizados.

JUSTIFICATIVAS

1 e 2) Facilitaram os resultados a utilização de ferramentas online que permitiram interação dinâmica do Escritório de Processos com as unidades gestoras e executoras dos processos priorizados, à vista da pandemia, além do comprometimento dos envolvidos no cumprimento dos prazos.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Capacitar servidores para procederem ao mapeamento dos processos de trabalho • Ampliar a oferta de sistemas informatizados, com base no resultado do mapeamento realizado • Envolver os gestores e servidores na utilização do mapeamento como ferramenta para melhoria do desempenho • Promover o mapeamento de, pelo menos, 3 processos constantes da Cadeia de Valor.

RESULTADOS

1) Alcance da meta estratégica do i13, com a melhoria de 80% dos processos priorizados no ciclo 2016-2021, mediante mapeamento, melhoramento, gestão de riscos, manualização e adoção de indicador de desempenho para os processos finalísticos “Monitoramento e Avaliação da Estratégia Institucional”, “Julgamento de Contas Anuais Partidárias” e “Tratamento de Demandas pela Ouvidoria; 2) Manualização e gestão de riscos realizadas para os processos relacionados à Gestão Documental.

INDICADOR ASSOCIADO

I13. Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade

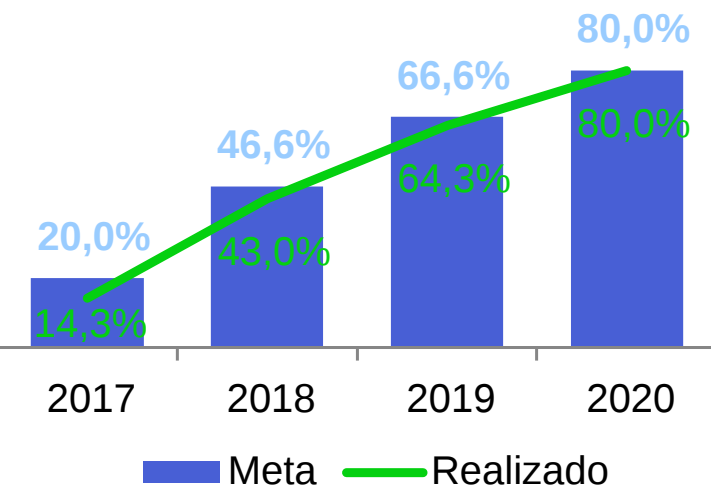
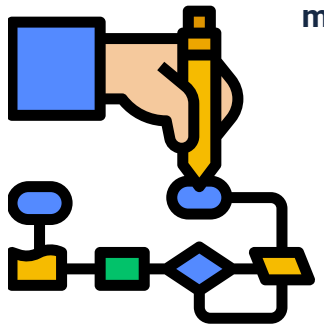


Gráfico 46 I13. Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade

PRINCIPAIS INICIATIVAS

PROJETO EVOLUÇÃO DA MATURIDADE DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Gestão de Processos é uma abordagem disciplinada para identificar, desenhar, medir, monitorar e controlar os processos de trabalho da organização, alinhados aos objetivos estratégicos, por meio do mapeamento, tornando-os mais eficientes e eficazes, cujo resultado é gerar maior valor público para a instituição. Com isso, a gestão de processos tem servido de ferramenta, nas instituições públicas e privadas, para eliminar falhas, extinguir atividades que não agregam valor a serviços/produtos e estabelecer o foco no cliente. Em 2020, foi realizada a evolução da maturidade de 3 processos de trabalho, sendo 2 relacionados a atividades finalísticas do Tribunal (prestação jurisdicional e de informação, mediação para a cidadania) e 1 a atividade de governança (planejamento e gestão institucional). Como resultado de recomendação de auditoria interna, foram ainda redesenhados os principais processos relacionados à gestão documental e da informação do órgão.



Processos manualizados em 2020

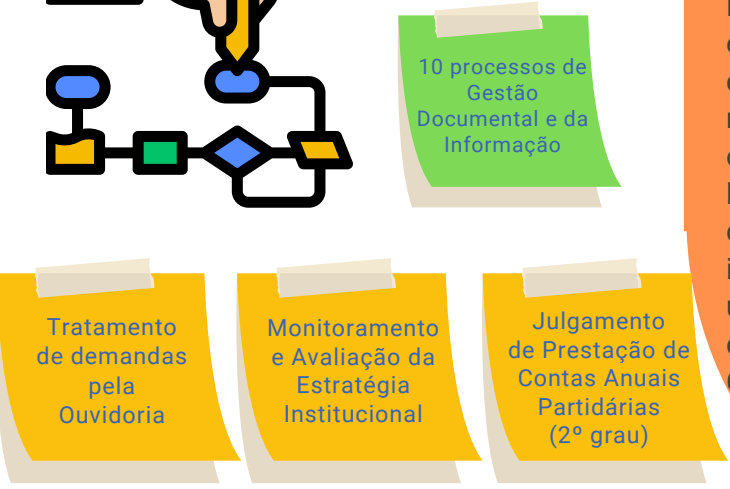


Figura 16 Processos manualizados em 2020

DESAFIOS FUTUROS

• Evoluir a capacitação de servidores em mapeamento de processos • Capacitar servidores do Escritório de Processos em arquitetura de processos e em construção de cadeia de valor • Aperfeiçoar a cadeia de valor do TRE-BA, em consonância com o novo PEI 2021-2026 • Detalhar a cadeia de valor do órgão ao 3º nível, com base nos processos levantados pelo projeto Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) • Fomentar a medição dos indicadores de desempenho dos processos e a utilização dos seus dados, pelos gestores, na busca da melhoria contínua • Evoluir na maturidade em Gestão da Informação

ASSEGURAR A EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Informações institucionais e administrativas disponibilizadas de forma abrangente, clara e tempestiva para o público interno • Servidor conscientizado do seu papel na efetividade da comunicação interna • Serviços de cada área divulgados de forma atrativa • Canais de comunicação ágeis e efetivos • Informações estruturadas e acessíveis • Diretrizes, processos, ferramentas e padrões de comunicação interna estabelecidos.

JUSTIFICATIVAS

• Envio rápido de informações • Utilização de linguagem adequada e familiar ao servidor • Manutenção de boletins extraordinários e ordinários, a exemplo de “O Cafezinho” • Respostas às consultas dos servidores.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

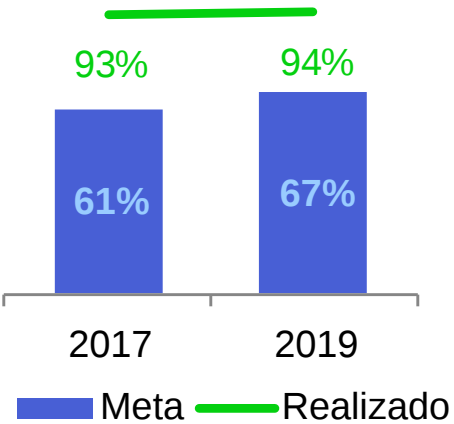
• Difundir as funcionalidades da nova intranet e do repositório digital dentre servidores, magistrados e colaboradores, tornando-os mais familiares aos usuários • Definir rotinas para atualização periódica dos informativos contidos na intranet • Elaborar planos de comunicação das unidades, para divulgação de seus serviços • Disponibilizar carta de serviços internos.

RESULTADOS

• O i14 só é medido em anos não eleitorais, tendo alcançado 94% de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas em 2019. Mereceram destaque em 2020: grande número de acessos ao Blog do TRE-BA, aumento de engajamento nas redes sociais, participação dos servidores nos eventos on-line e nas lives, e retorno, via e-mail, sobre os boletins enviados.

INDICADOR ASSOCIADO

I14. Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas



Nota: Indicador medido bianualmente, em anos não eleitorais.

Gráfico 47 I14. Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas

PRINCIPAIS INICIATIVAS

PROJETO SERVIDOR 2.0

Esse objetivo estratégico visa a fomentar a utilização de meios de comunicação e estratégias específicas para divulgar, entre as unidades, atividades, projetos e ações desenvolvidos em cada área, com o objetivo de torná-los mais efetivos.

O projeto "Servidor 2.0", associado ao objetivo, foi efetivamente iniciado em 2020, e contempla a ideia de identificar as atribuições das unidades, como elas impactam nas outras áreas e como tais informações devem ser divulgadas para favorecer a comunicação no âmbito do Tribunal. Um outro aspecto a ser trabalhado pela iniciativa, gerenciada pela Assessoria de Comunicação do Tribunal é a sensibilização de cada servidor da sua importância no processo de efetivar a comunicação interna do TRE-BA.



DESAFIOS FUTUROS

• Executar o projeto “Servidor 2.0”, conforme cronograma • Informar corretamente sobre os novos protocolos de segurança sanitária • Auxiliar as unidades do Tribunal para melhorar a comunicação administrativa • Avaliar grau de consciência estratégica do TRE-BA, mediante aplicação de pesquisa

APERFEIÇOAR A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Plano operacional em conformidade com as diretrizes e refletido no plano orçamentário • Controle de recebimento, movimentação de crédito e execução da despesa programada • Custos gerenciados • Padrões de compra, consumo e gestão documental sustentáveis • Compras de materiais de consumo racionalizadas • Avaliação da qualidade das contratações.

JUSTIFICATIVAS

1) Prejudicaram: o descumprimento do cronograma de deflagração de processos de contratação; número elevado de contratações incluídas no PLANCONT após aprovação; alteração das demandas a serem priorizadas; e ausência de Estudos Técnicos Preliminares para a maioria das contratações. Além disso, a inadequação do indicador, que mede apenas a aderência ao cronograma de deflagração das contratações. Ainda que todas as contratações previstas sejam concluídas no exercício, caso estas sejam deflagradas com atraso, a meta do i23 nunca será cumprida; 2) Facilitaram: a disponibilização dos créditos da LOA 2020 em janeiro, viabilizando o empenho e a execução das despesas dos contratos contínuos e das estimadas anuais até o final do ano, conforme planejado; os serviços, as aquisições e as despesas relativas ao pleito 2020; a contratação de cursos EAD; crescimento da execução de despesas da Reforma da Sede do TRE-BA; e a tramitação célere e exitosa dos processo de contratação; 3) Impactos da pandemia em projetos de valores expressivos; 4 e 5) Favoreceram: realização de atividades on-line do PLAS, suspensão do atendimento presencial, trabalho remoto, substituição de torneiras tradicionais por modelos com fechamento automático e de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED, desligamento antecipado da central de ar condicionado, gerenciamento do tarifador da central telefônica, substituição da interface 2G pela 3G, e nova contratação dos serviços de telefonia fixa comutada (STFC); 6) De outro lado, a pandemia gerou aumento no consumo de material de limpeza e higienização.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Adequar indicadores de desempenho (i23 e i24) às necessidades do órgão • Atuação efetiva dos Grupos Executivos do PLAS • Reduzir consumo de energia elétrica do órgão • Efetivar os termos da Portaria n.º 103/2018 para os contratos de serviço do órgão e expandi-los para os de bens de consumo ou duráveis • Evoluir a maturidade do órgão em planejamento de contratações, inclusive com gestão de riscos • Implantar sistema para gestão orçamentária, financeira e de custos • Desenvolver Plano Operacional em conformidade com as diretrizes anuais da organização.

RESULTADOS

1) Embora não alcançada a meta do i23, foram realizadas 116 contratações, mais do que o dobro das 54 inicialmente previstas no PLANCONT; 2) Alcance aproximado da meta estratégica do i25, com 81,76% de aderência da execução ao planejamento orçamentário; 3) Apesar de não atingida a meta do i30, o Tribunal alcançou 87,7% de execução financeira no ano (93,27% da meta); 4) Alcance da meta estratégica do i32, com atingimento de 100% das metas do PLS consideradas (água, energia elétrica, copos descartáveis e papel não reciclado); 5) Redução também no consumo de água mineral de 200 ml e de telefonias fixa e móvel; 6) Aumento do consumo de material de limpeza e higienização.

INDICADORES ASSOCIADOS

I23. Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)

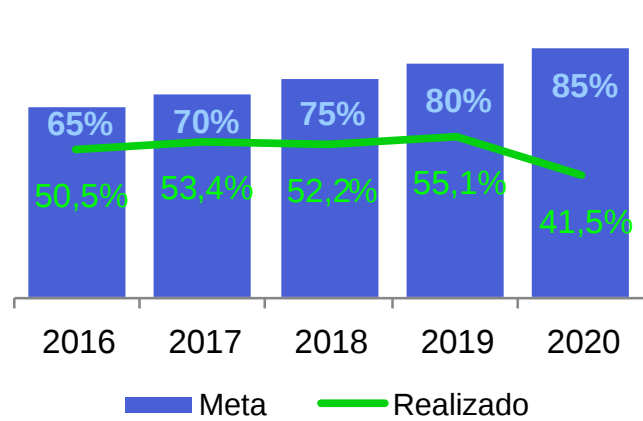


Gráfico 48 I23. Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)

I25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário

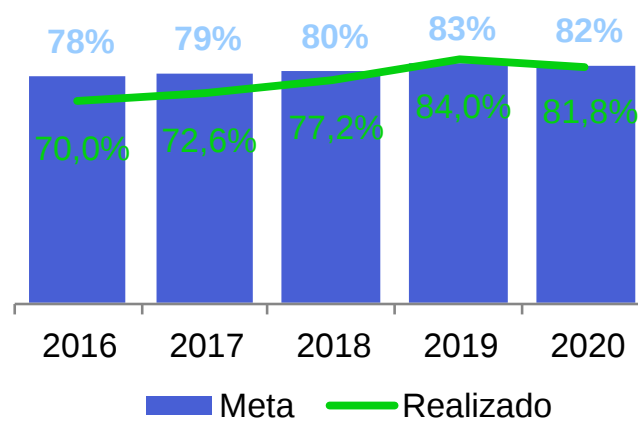


Gráfico 49 I25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário

I30. Taxa de execução financeira

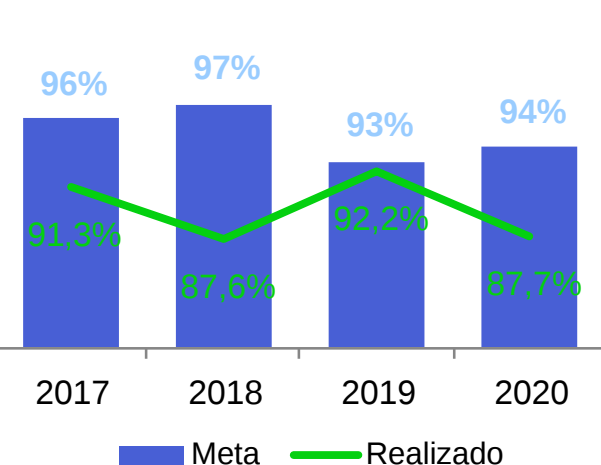


Gráfico 50 I30. Taxa de execução financeira

I32. Taxa de Alcance das metas do PLS 2018- 2021

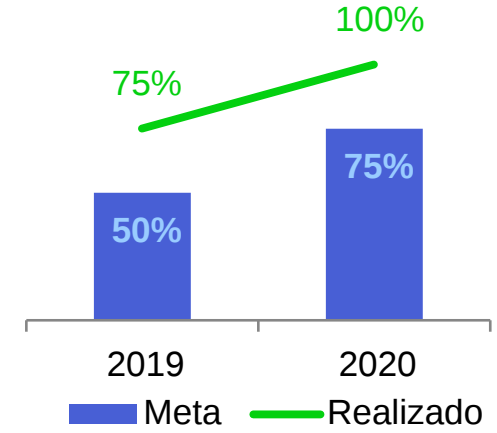


Gráfico 51 I32. Taxa de Alcance das metas do PLS 2018- 2021

DESAFIOS FUTUROS

• Aperfeiçoar a avaliação sobre a qualidade das contratações • Evoluir na liquidação das despesas aprovada e empenhada • Evoluir na liquidação de créditos destinados às iniciativas estratégicas • Elaborar o Plano Diretor Logístico e medir sua execução • Reduzir consumo de água mineral em copos de 200 ml, café e açúcar • Revisar minutas de editais, contratos e demais ajustes, normativos internos e procedimentos, ante a iminente modernização da Lei n.º 8.666/1993 (PL nº 4.253/2020) • Capacitar servidores da área de contratações na nova legislação • Implantar efetivamente o Estudo Técnico Preliminar para todas as contratações • Aprovar novo indicador para medir a aderência ao PLANCONT • Implantar treinamento EAD para gestores e fiscais de contratos • Incrementar a atuação dos grupos executivos do PLAS

Através desse objetivo, o Tribunal deseja implementar metodologias, sistemas e práticas com vistas a alinhar o planejamento e a execução orçamentários às necessidades de recursos para o aperfeiçoamento da prestação dos serviços. Objetiva também desenvolver cultura do uso racional, satisfatório e eficiente dos recursos, evitando o desperdício, bem como promover a qualificação do gasto.

Dentre as iniciativas adotadas pelo TRE-BA, em 2020, com vistas ao aperfeiçoamento do gasto público, destacam-se a inovação do parque de dados e telefonia e a contratação do serviço de intermediação de taxi - Taxigov. Ambas as iniciativas, além de possibilitar a otimização dos recursos, especialmente, em tempos de restrição orçamentária, estão em alinhamento com a necessidade de maior eficiência no serviço público (fazer mais com menos). Contribuem, ainda, com tantos outros objetivos estratégicos do órgão, a exemplo do fomento à práticas sociais e ambientais sustentáveis e da prestação de serviço de excelência ao público. Maiores informações sobre aperfeiçoamento da qualidade do gasto público poderão ser obtidas mais adiante quando da apresentação dos resultados das principais áreas de atuação.

IMPLANTAÇÃO DO TÁXIGOV

A contratação do Serviço de Intermediação de Táxi - “Taxigov”, introduzida em 2020, representou uma busca por práticas modernas de gestão, que redundassem em uma maior eficiência dos serviços prestados, tendo em vista o cenário de restrições orçamentárias pela qual passa a Administração Pública. Tal serviço proporcionou um aumento na capacidade de atendimento, por se tratar de uma solução capaz de se adequar às demandas nas diversas formas e condições que elas se apresentam, sem a necessidade de alteração da estrutura já existente, já que o pagamento do serviço é feito apenas quando do uso. O serviço foi prestado em todo o Estado da Bahia e, principalmente, para a realização de atividades relacionadas às eleições, antes realizadas com veículos próprios, locados ou cedidos por outros órgãos.



Gastos com a intermediação de táxi - Taxigov (CT19/2020)
R\$ 149.203,37

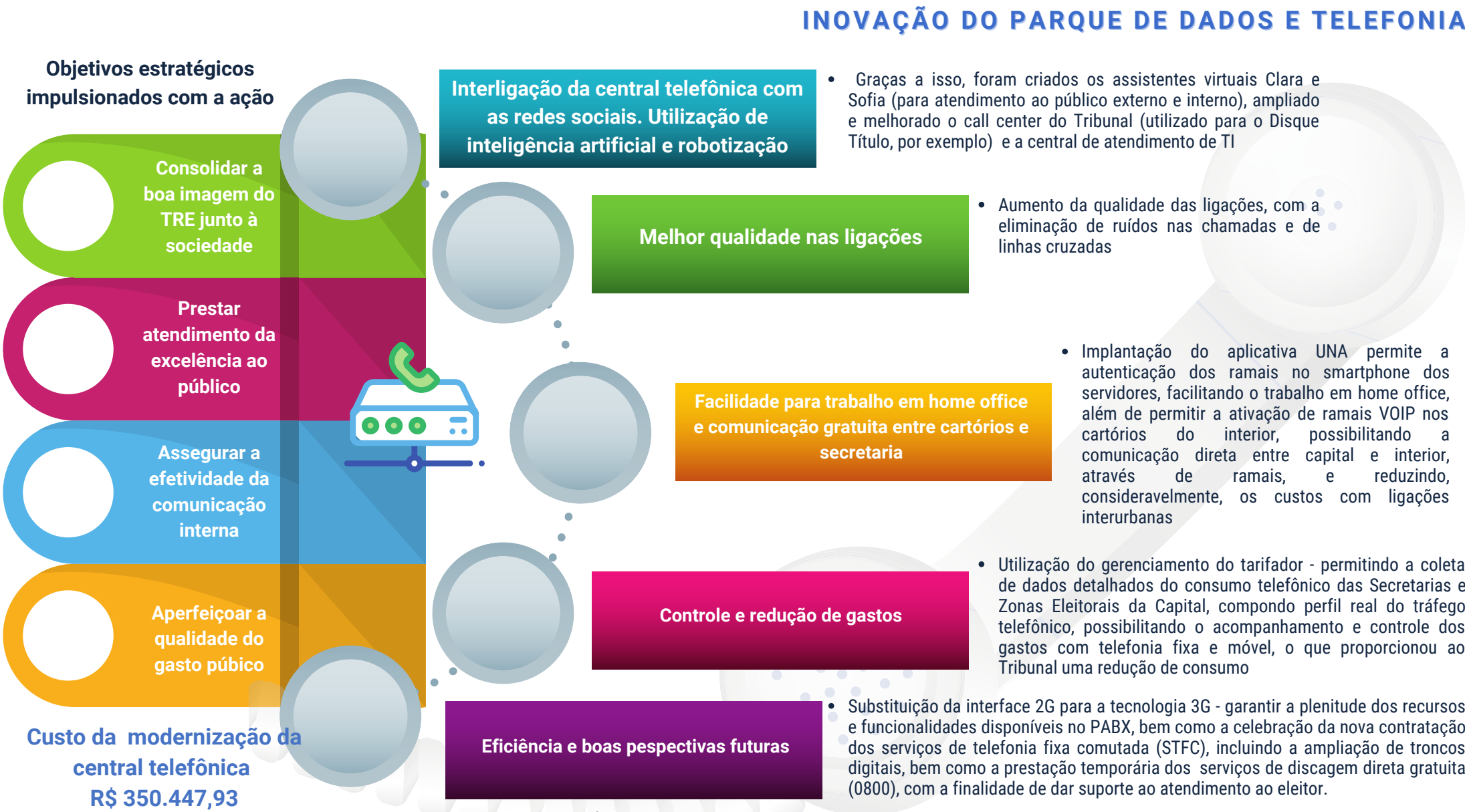


Figura 17 Inovação do parque de dados e telefonia

FOMENTAR AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

- Ações de conscientização para cidadania ampliadas
- Práticas ambientais sedimentadas
- Acessibilidade
- Fomento à participação feminina no processo eleitoral (Meta Específica 2/2020 da JE).

JUSTIFICATIVAS

Possibilitaram os resultados:
1) Plano de ação para cumprimento da Meta Específica 2 e execução do projeto "Politiza Mulher"; 2) Adequação do i15 a fim de obras parciais serem consideradas no seu cômputo; execução e conclusão do Projeto "Melhoracessibilidade"; 3 e 4) Esforços para superar a desaceleração de reformas/manutenção predial ocasionada pela pandemia (interrupção de transporte intermunicipal, proibição de acesso a municípios e suspensão do atendimento presencial em cartórios eleitorais); 5 e 6) Realização de *lives* e postagens abordando os temas: educação eleitoral e cidadania, combate às fake news, mesário voluntário e a importância do voto, além da execução dos projetos "Menor Cidadão", "Eleitor do Futuro" e "Partiu Mudar"; 7) Execução do PLS com foco na distribuição das ações entre os seus 12 eixos temáticos, realização de *lives* sobre sustentabilidade e descarte adequado dos resíduos de saúde.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

- Realizar obras de acessibilidade em, pelo menos, quatro prédios próprios do TRE-BA
- Firmar parcerias com outras entidades para adequação da estrutura dos prédios onde se realizam as eleições
- Realizar ações para conscientização ambiental nos 12 eixos do PLS
- Atuação efetiva dos Grupos Executivos do PLAS
- Ampliar o alcance das ações sociais
- Adequar indicador de desempenho i15 às necessidades do Órgão.

RESULTADOS

1) Cumprimento da Meta Específica 2/2020 da JE, com o fomento da participação feminina no processo eleitoral; 2) Alcance de 600% da meta estratégica do i15, com 12 adequações às normas de acessibilidade, tendo em vista reformas dos Fóruns Eleitorais de Porto Seguro e Vitória da Conquista e intervenções nos Cartórios de Ipiaú, Tremedal, Jeremoabo, São Francisco do Conde, Itabuna, Itambé, Prado, Baianópolis, Araci e Ubatã; 3) Início da reforma do Anexo III, elaboração de projetos do Anexo II e de 19 imóveis do interior, em atenção aos critérios de acessibilidade; 4) Manutenção corretiva em 88 imóveis do interior (54% do total); 5) Amplo alcance da meta estratégica do i16, com mais de 500.000 pessoas atingidas por ações sociais nas mídias do TRE-BA (EJE doc. 1360414); 6) Alcance de quase 300% da meta estratégica do i17 AS, com 239 ações sociais realizadas; 7) Alcance da meta estratégica do i17 AA, com 14 ações ambientais realizadas, distribuídas nos 12 eixos do Plano de Logística Sustentável (PLS).

INDICADORES ASSOCIADOS

I16. Número de pessoas atingidas por ações sociais

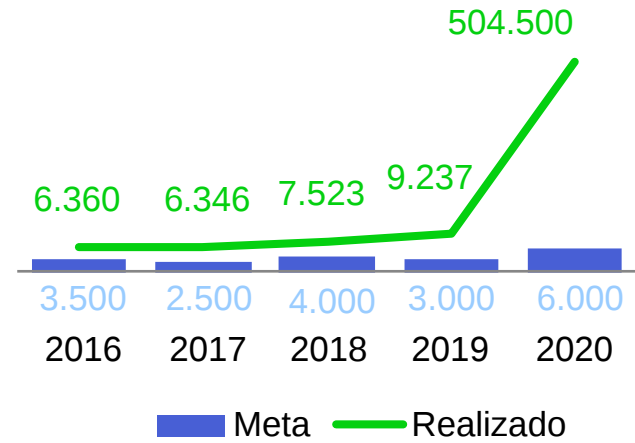


Gráfico 52 I16. Número de pessoas atingidas por ações sociais

I15. Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade

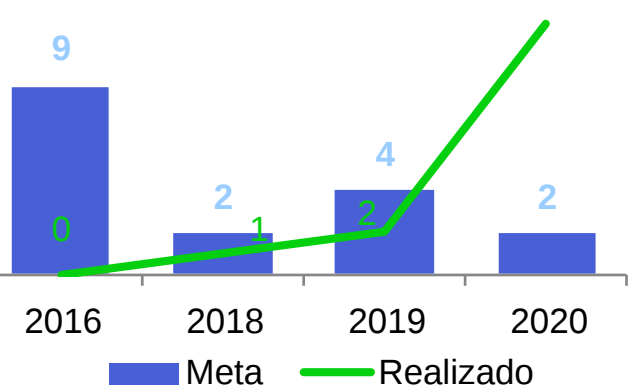


Gráfico 53 I15. Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade

I17AS. Número de ações sociais

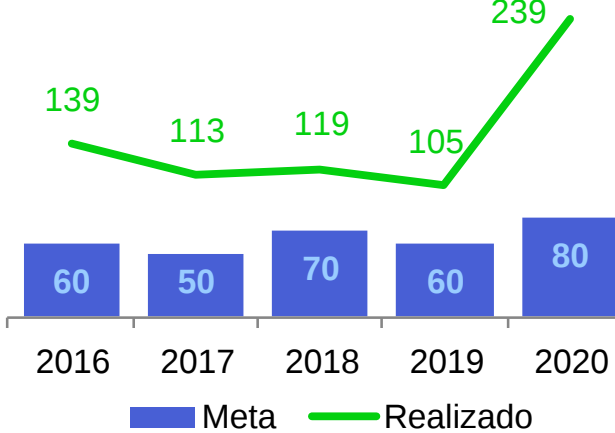


Gráfico 54 I17AS. Número de ações sociais

I17AA. Número de ações ambientais

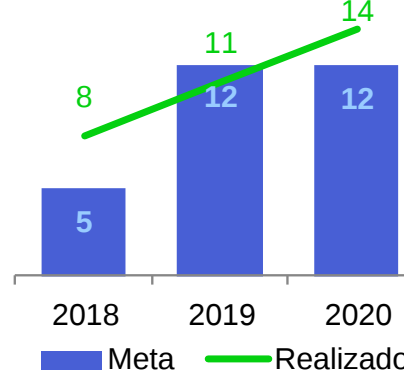


Gráfico 55 I17AA. Número de ações ambientais

DESAFIOS FUTUROS

- Cumprir a Meta Nacional 9/2021
- Fomentar a participação feminina, dos jovens e das minorias no processo eleitoral
- Transformar os programas presenciais de cidadania em virtuais
- Criar eventos para incrementar as ações de responsabilidade social
- Sensibilizar o público interno sobre a necessidade de realização de ações sociais, num momento de crise sanitária, social e econômica
- Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde
- Atender às exigências da NBR 9050 para cegos (instalação de pisos táteis e de sinalização)

Esse objetivo tem como escopo promover a conscientização da importância do voto, dos direitos e deveres inerentes ao exercício da cidadania, bem como o desenvolvimento de ações que contribuam para a preservação do meio ambiente. As principais iniciativas relacionadas a ele executadas em 2020 foram: projetos "Melhoracessibilidade", "Eleitor do Futuro", "Partiu Mudar", "Politiza Mulher", "Menor Cidadão"; plano de ação para cumprimento da Meta Específica n.º 2/2020 e ações para impulsionamento do Plano de Logística Sustentável. Assim, a Escola Judiciária Eleitoral e o Núcleo do Plano de Logística Sustentável exercem papel fundamental para a realização do objetivo, que conta ainda com auxílio da Comissão Permanente de Acessibilidade (promoção de acessibilidade e inclusão), da Secretaria de Gestão Administrativa e de Serviços (adequação das instalações à normas de acessibilidade), da Secretaria de Gestão de Pessoas (promoção de ações sociais) e da Comissão de Participação Feminina (ações com vistas a promoção da participação da mulher na política).

AÇÕES DE CIDADANIA

Com foco no eixo "Informação, Mediação e Conscientização para a Cidadania", inserido na Cadeia de Valor do TRE-BA, o Tribunal realiza projetos e ações de cunho social, voltados para o desenvolvimento da cidadania dos atuais e futuros eleitores e para a aproximação do órgão ao público externo (cidadãos, eleitores, candidatos, partidos políticos e organizações sociais). As iniciativas, além de contribuírem para o objetivo em enfoque, também contribuem para a consecução do objetivo estratégico relativo à consolidação da boa imagem do TRE-BA junto à sociedade.

Em 2020, o Tribunal foi desafiado pela pandemia a dar continuidade aos projetos de cidadania de forma virtual. A nova metodologia promoveu um aumento extraordinário no público atingido. Dessa forma, observa-se que um dos grandes desafios em 2021 será continuar transformando os programas de cidadania presencias em virtuais, assim como criar novos eventos para incrementar as ações de responsabilidade social.

No exercício, atingiu-se um público de 504.500 pessoas, por meio da realização de *lives* com temas de educação eleitoral e cidadania, além das postagens sociais realizadas no período concernentes aos assuntos de campanhas contra *fake news*, *mesário* voluntário, importância do voto.



PROJETO ELEITOR DO FUTURO

Objetivo: Propiciar a vivência da cidadania, expressa no ato de votar e estimular, nos jovens, a conscientização política, despertando-os para sua responsabilidade no exercício pleno da democracia através do voto.

Público alvo: Crianças e adolescentes matriculados em escolas da rede pública e particular de ensino, do 6º ao 9º ano.

PROJETO PARTIU MUDAR

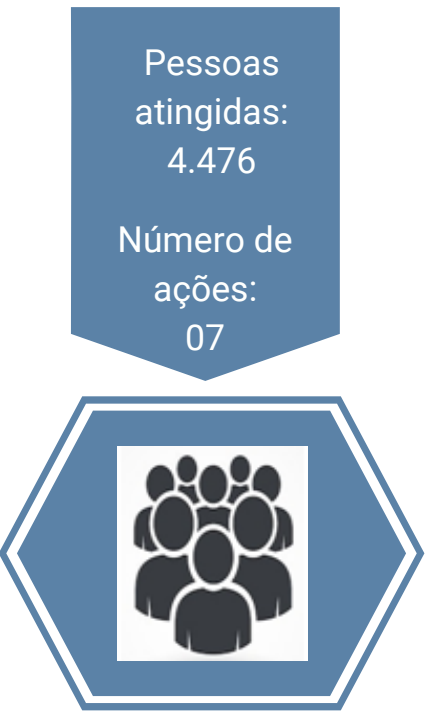
Objetivo: Estimular a curiosidade e o interesse dos jovens pela política, semeando uma postura crítica diante de informações e discursos aos quais sejam expostos no seu cotidiano, aproximando-os do processo eleitoral brasileiro.

Público alvo: Estudantes de escolas da rede pública e particular de ensino, a partir do 6º ano.



Pessoas atingidas: 29.167

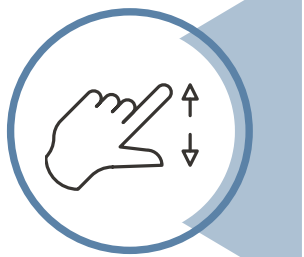
Número de ações: 04



OUTROS EVENTOS

A EJE realizou diversas palestras e cursos abertos para participação da sociedade, dentre as quais se destaca a realização do I Simpósio virtual de Direito Político e Eleitoral.

• Nota: Vale Ressaltar que o Projeto "Universitário Cidadão" ficou prejudicado no exercício por causa da pandemia, tendo em vista que seu escopo prevê a realização de atividades eminentemente presenciais.



Outros Eventos de Promoção da Cidadania



Quadro 8 Outros eventos de promoção de cidadania

CAPACITAÇÕES PROMOVIDAS PELA EJE

Além da realização de ações institucionais de responsabilidade social e o desenvolvimento de atividades de estímulo ao estudo, à discussão e à pesquisa científica em matéria eleitoral, a Escola Judiciária Eleitoral da Bahia tem como atribuição a atualização e especialização em Direito, notadamente Eleitoral, de magistrados, membros do MPE, advogados, servidores e outros interessados. Dessa forma, a EJE promove também ações de capacitação para o público interno e externo, merecendo destaque, em 2020, os seguintes.



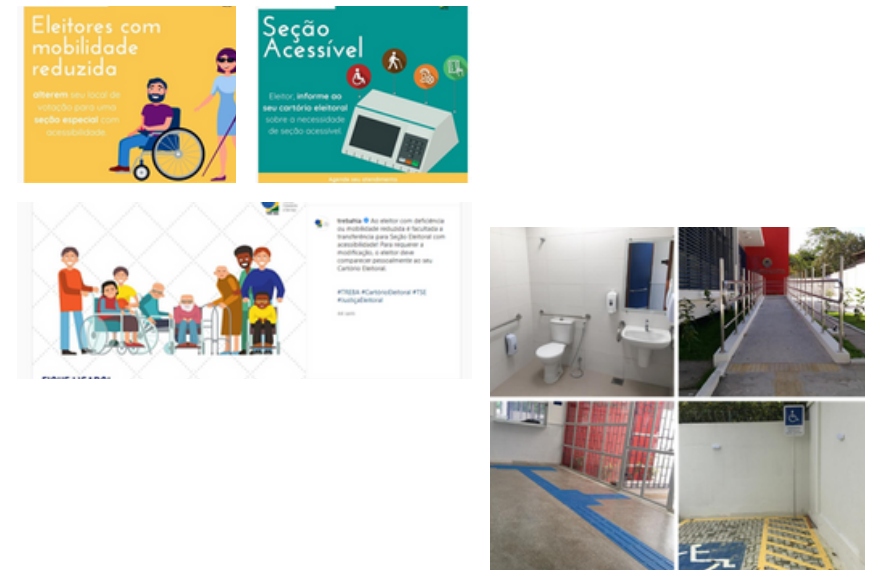
PROJETO MELHORACESSIBILIDADE

A acessibilidade, além de ser um dos atributos de valor que o TRE-BA deseja entregar para a sociedade, é um direito fundamental, pois a Constituição Federal incorporou a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, por força do [Decreto Legislativo 186/2008](#) e pelo [Decreto 6.949/2009](#). Além disso, a [Lei Brasileira de Inclusão](#), a [Resolução TSE n.º 21.381/2012](#) e a [Resolução CNJ n.º 230/2016](#) explicitam a necessidade de promover amplamente a acessibilidade e inclusão, especialmente no âmbito do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral.

Sob esse fundamento, o TRE-BA previu no seu portfólio de iniciativas estratégicas para o ciclo 2016-2021 o **Projeto Melhor Acessibilidade**. O projeto, concluído em 2020, após a revisão do Programa de Acessibilidade no âmbito do TRE-BA ([Resolução Administrativa TRE-BA n.º 21/2019](#)), tem como objetivo a remoção gradual de barreiras físicas e arquitetônicas, de comunicação e atitudinais para promoção do acesso amplo e irrestrito de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Seu objetivo superior é garantir aos eleitores com necessidades especiais o pleno direito ao exercício do voto e a participação efetiva na constante consolidação das bases democráticas do Brasil. Como resultados do projeto e de outras iniciativas adotadas pela [Comissão de Acessibilidade do TRE-BA](#) evidenciam-se os avanços cumpridos por este Tribunal sobre a matéria, tendo se destacado, no exercício de 2020, as ações para melhorar a acessibilidade no dia da eleição, a adequação dos prédios onde funciona a Justiça Eleitoral baiana às regras de acessibilidade e a realização de campanhas de conscientização voltadas ao eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida.



Figura 18 Projeto Melhoracessibilidade



Evolução no quantitativo de seções com acessibilidade 2018 e 2020

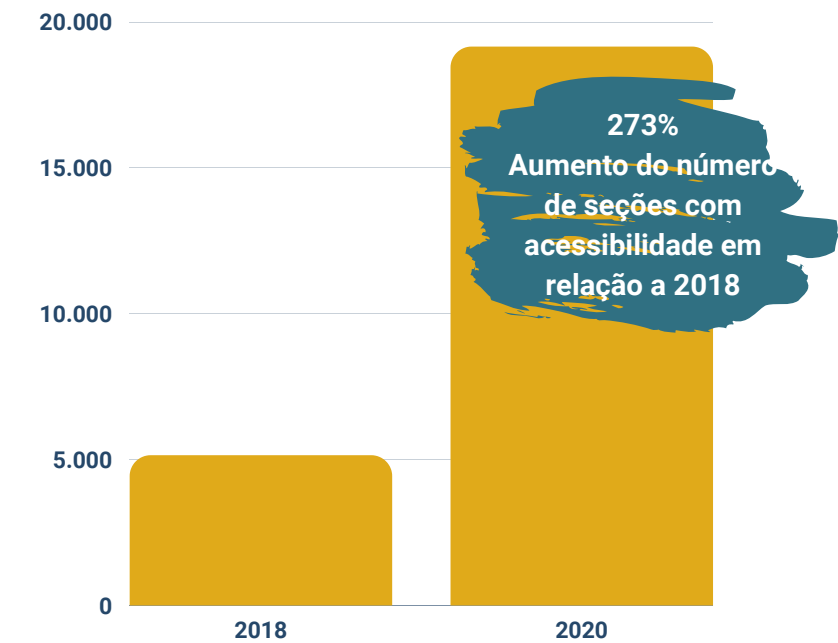


Gráfico 59 Evolução no quantitativo de seções com acessibilidade 2018 e 2020



FOMENTO À PARTICIPAÇÃO FEMININA

A [Resolução CNJ n.º 255/2018](#), que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, estabeleceu, em seu art. 2º que "todos os ramos e unidades do Poder Judiciário deverão adotar medidas tendentes a assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional, propondo diretrizes e mecanismos que orientem os órgãos judiciais a atuar para incentivar a participação de mulheres nos cargos de chefia e assessoramento, em bancas de concurso e como expositoras em eventos institucionais".

Neste sentido, o TRE-BA, através da [Portaria n.º 255/2019](#), instituiu o **Programa de Participação Feminina** no âmbito interno e externo da Justiça Eleitoral da Bahia, com o propósito de propor políticas institucionais internas de valorização da mulher; prevenir ocorrências de assédio, violência ou discriminação da mulher no ambiente interno de trabalho; incentivar a participação de mulheres nos cargos de chefia e assessoramento, em bancas de concurso e como expositoras em eventos institucionais; e incentivar a participação das mulheres no processo democrático por meio de ações institucionais socioeducativas e de projetos voltados à cidadania política. O referido Programa é operacionalizado pela Comissão de Participação Feminina, cuja composição igualmente se encontra disciplinada na mencionada Portaria.

O Programa também tem como fundamento o **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 5 da Agenda 2030 da ONU**, que diz respeito ao **alcance da igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas**. Além disso, as ações desenvolvidas pela Comissão contribuem para o alcance da Meta Específica da Justiça Eleitoral n.º 2/2020 - Fomentar à Participação Feminina no Processo Eleitoral, que visa a promover ações de incentivo à participação das mulheres no processo eleitoral com o intuito de incrementar a voz ativa de mulheres, fortalecendo, assim, valores e princípios de equidade de gênero.

Nesse contexto, as ações da Comissão são voltadas ao público interno e externo e, nesse caso, devem permear todo o processo eleitoral, abarcando, por exemplo: eleitoras, futuras eleitoras, colaboradoras da Justiça Eleitoral (servidoras, técnicas de urna, mesárias, apoios logísticos), advogadas, candidatas, promotoras e magistradas.

O Tribunal alcançou 100% de cumprimento da meta específica ao atender todos os requisitos e responder positivamente aos questionamentos que compõem a sua avaliação, conforme abaixo:

P.1 - O Tribunal possui Plano Específico que vise à promoção de ações relacionadas à meta?	SIM
P.2 - O Tribunal executou 70% das ações planejadas para 2020, a que se refere a pergunta P1?	SIM
P.3 - O Tribunal promoveu ações sobre a participação feminina no processo eleitoral nas redes sociais?	SIM
P.4 - O Tribunal promoveu ações de educação eleitoral que versem sobre a participação da mulher na política?	SIM
P.5 - O Tribunal disponibilizou material, tais como: cartilhas sobre educação jurídica e eleitoral, vídeos, podcasts, etc, que versem sobre a participação da mulher na política?	SIM

Quadro 9 Alcance da meta específica da Justiça Eleitoral nº 2/2020 - Fomentar a participação feminina no processo eleitoral



Figura 19 Fomento à participação feminina

PROMOVER A MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TIC

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Processos internos de TIC otimizados • Promoção de infraestrutura de TIC para realização de trabalho remoto • Ampliação dos serviços direcionadores online para clientes.

JUSTIFICATIVAS

.1 e 2) Favoreceram os resultados: revisão do Caderno de Indicadores do PETIC; adesão ao Juízo 100% Digital; atualização do parque computacional; provimento de solução para o trabalho remoto; implantação de ferramenta para reuniões, audiências e sessões virtuais; disponibilização de notebooks para trabalho remoto e de antenas rurais para transmissão remota de dados; implantação do projeto "Residência em TI" e dos sistemas SEI, Gerenciamento de Eleições (SGIE), Atena/Temis; desenvolvimento e implantação dos sistemas Coleta Doc, Balcão Virtual de Atendimento, Transferência Temporária de Eleitor (TTE), Emissão de Diplomas dos Eleitos, de marcação médico/odontológica, e de painéis para monitoramento de processos do PJE 1º e 2º graus e de processos relacionados a COVID-19; manutenção evolutiva dos sistema de Rotas (SIRO), Benefício Alimentação (BENEALIM), Agenda Eletrônica e de Suprimento de Fundos; aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento à Transmissão Remota (SATRE).

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Implantar o projeto "Residência de TI" • Revisar Caderno de Indicadores do PETI • Aperfeiçoar os processos de trabalho relacionados à área de Tecnologia da Informação.

RESULTADOS

1) Cumprimento de 67% das metas previstas no PETIC, o que corresponde a 95,71% da meta estratégica do i29; • 2) Aprovação de 89,8% dos usuários de TIC que responderam à pesquisa de satisfação.

INDICADOR ASSOCIADO

I29. Taxa de cumprimento das metas do PETI

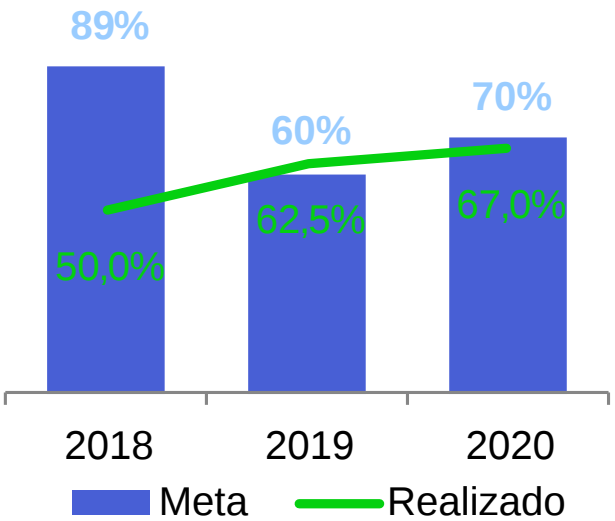


Figura 60 I29. Taxa de cumprimento das metas do PETI

PRINCIPAIS INICIATIVAS



DESAFIOS FUTUROS

• Manter e promover melhorias para o desenvolvimento do trabalho remoto • Estabelecer critérios formais e objetivos para a priorização de sistemas, com apresentação do fluxo de processos • Estabelecer mecanismos mais precisos de valorização/motivação dos servidores da STI • Melhorar os links de comunicação dos cartórios eleitorais, a estrutura de e-mails e arquivos • Implantar wi-fi para todo o Tribunal • Aperfeiçoar o atendimento dos usuários de forma dinâmica, ágil e automática • Criar um planejamento para estrutura de área dedicada a segurança da informação

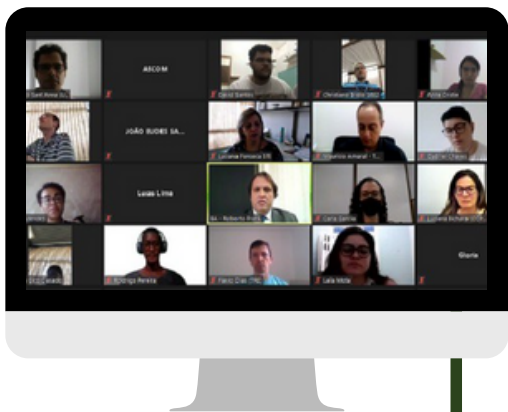
Conforme explicitado anteriormente neste Relato Integrado, o objetivo estratégico relacionado à promoção da melhoria dos serviços de TIC foi um dos priorizados para o exercício, tendo em vista os impactos da pandemia e da necessidade do isolamento social. Assim, graças às ferramentas da Tecnologia da Informação, foram aproveitadas as oportunidade para ampliação dos serviços on-line e viabilização do trabalho remoto, destacando-se, para tanto o desenvolvimento do Balcão Virtual e dos sistemas Coleta DOC e Coleta TTE; a virtualização das máquinas de trabalho e a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI (em substituição ao Processo Administrativo Digital - PAD). Outra iniciativa relacionada ao presente objetivo foi o Projeto estratégico Residência em TI, formalizado e impulsionado em 2020, conforme será demonstrado a seguir. Outras ações e iniciativas direcionadas ao incremento da produção de sistemas informatizados e suprimento das necessidades de infraestrutura, visando ao atendimento das aspirações dos clientes internos e externos do TRE-BA em relação a TIC, com foco na agilidade e modernização dos processos organizacionais, serão apresentadas mais adiante, na parte "**Gestão da Tecnologia da Informação**" (pág.105)

PROJETO RESIDÊNCIA EM TI

O projeto STI/001/2020 - Residência em TI, gerenciado pela área específica do Tribunal, tem como objetivo principal incentivar a formação de recursos humanos (servidores-alunos e residentes da UFBA) com alto grau de especialização na área de Desenvolvimento de Sistemas de Software, pretendendo desenvolver competências para o planejamento e o desenvolvimento de soluções de software para as diversas áreas do TRE-BA.

A iniciativa deu origem ao Programa de Residência em Tecnologia da Informação no TRE-BA, implantado em parceria com a Universidade Federal da Bahia - UFBA, sendo formalizado por meio do Termo de Execução Descentralizada - TED n.º 01/2020, para realização do curso de pós-graduação em tecnologia da informação (especialização lato sensu) para alunos da instituição parceira (denominados residentes) e servidores da área de TI interessados. Essa aproximação com instituições da sociedade facilita tanto os processos de transferência de tecnologias desenvolvidas pela universidade, como permite um melhor entendimento dos problemas enfrentados na prática, em contextos reais, possibilitando um melhor alinhamento das pesquisas realizadas pela universidade.

O processo de seleção e matrícula dos servidores-alunos e dos residentes foram concluídos, realizada também a ambientação virtual com os integrantes do projeto e definidos os projetos a serem desenvolvidos no ciclo (2020.2 - 2021.2), permitindo a operacionalização do Programa de Residência em TI.



BENEFÍCIOS

- Incremento na qualidade dos serviços prestados pela TI
- Aumento no nível de satisfação dos usuários (clientes) de TIC
- Aprimoramento dos processos de trabalho e alcance de metas institucionais das diversas áreas contempladas com soluções resultantes do projeto
- Melhoria do ambiente de trabalho, principalmente na STI
- Uso eficaz e eficiente dos recursos de TIC
- Desenvolvimento profissional dos servidores alunos envolvidos

Iniciativas priorizadas

- Portal de Business Intelligence - BI
- API Rest para o SGRH
- Validador de documentos
- Centralização de serviços ao cidadão (chatboat humanizado)



IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI

Em razão do contexto emergencial do Coronavírus e objetivando aprimorar a constante necessidade de adoção de sistemas que proporcionem melhor gestão dos documentos e processo administrativos, de forma a garantir maior agilidade dos fluxos de trabalho, o Tribunal decidiu substituir o Sistema de Processo Administrativo Digital (PAD) pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

O SEI foi implantado em 27/04/2020, por meio da Portaria TRE-BA n.º 150/2020, possibilitando o acesso remoto de servidores e juízes eleitorais aos expedientes administrativos do Órgão, permitindo a realização dos trabalhos em *home office*. A ferramenta proporcionou também o acesso aos usuários externos, o que favoreceu sobremaneira a transparência que almeja a Administração Pública.

Ressalte-se que o SEI é uma solução desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), cedida gratuitamente para as instituições públicas, avaliado e recomendado pelo Processo Eletrônico Nacional (PEN), além de ser uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da Administração Pública para a construção de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico.

Nesse contexto, a implantação do SEI objetivou atender melhor a necessidade de modernização da estrutura e dos processos organizacionais; oferecer melhores serviços e informações ao cidadão de forma efetiva por intermédio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); a integração de processos e dados visando transparência e efetividade, bem como a uniformização de sistema, vez que é utilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pela maioria dos Tribunais Regionais Eleitorais. Vale ressaltar ainda que, assim como o PAD, o SEI também contribui para a sustentabilidade ambiental e para a racionalização de gastos, tendo em vista, principalmente, a não utilização de papel.



APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA DE TIC

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Evolução na adoção de práticas de governança de TIC • Necessidade de aperfeiçoamento dos processos/procedimentos relativos à segurança da informação.

JUSTIFICATIVAS

• 1) Dificultaram a evolução no IGovTIC-JUD 2020: a priorização de recursos materiais e humanos para prover soluções emergenciais diante da pandemia; a perda de pontos na “Dimensão 7 - Dados Gerais (Detalhamento)”, que está relacionada ao quantitativo mínimo da força de trabalho de TIC, influenciado pelo total de usuários de TIC, inclusive os externos (ex.: advogados cadastrados no PJe); o fato de que o suporte ao PJe é concentrado no TSE e que o atendimento a algumas exigências depende de atuação exclusiva daquele Tribunal, em virtude da padronização dos sistemas da JE (ex.: “Dimensão 5 - Dos Sistemas, Integração e Nivelamento” • 2) De outro lado, as revisões indicadas denotam o comprometimento do Órgão na melhoria contínua da Governança de TIC • 3) Atuação da CSI na proposição das normas mencionadas e, ainda, adoção das medidas recomendadas pelo Grupo de Trabalho de Segurança da Informação da JE, que coordenou os TREs na execução de ações para mitigar o risco de ataque cibernético nas eleições.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Avaliar a pertinência da manutenção das metas dos indicadores para os próximos anos do ciclo • Evoluir a governança de TIC do órgão • Evoluir a maturidade institucional em segurança da informação.

RESULTADOS

• 1) Mantido o índice de 0,8 no Questionário IGovTIC-JUD (nível aprimorado), mesma pontuação de 2019 e alcance de 94,11% da meta estratégica almejada (i27) • 2) Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), do Caderno de Indicadores de Metas e Medição do PETIC e de diversos normativos de TIC • 3) Instituída 1 NSI - “Proteção contra Códigos Maliciosos”, alcançando a meta do i28, e proposta outra relacionadas a “Uso de Redes Sociais”, ambas por iniciativa da Comissão de Segurança da Informação (CSI).

INDICADORES ASSOCIADOS

I27. Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA

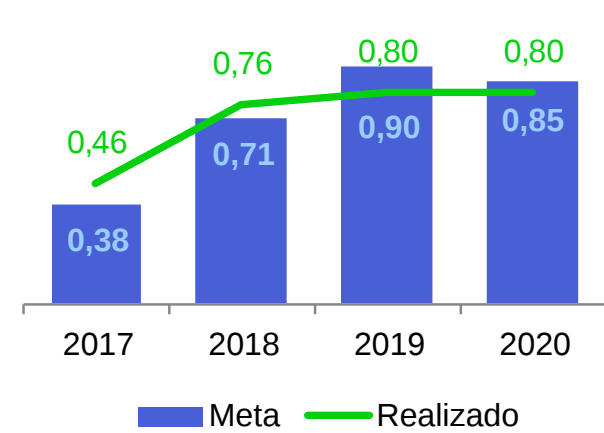


Gráfico 61 I27 Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA

I28. Número de normas de segurança da informação instituídas

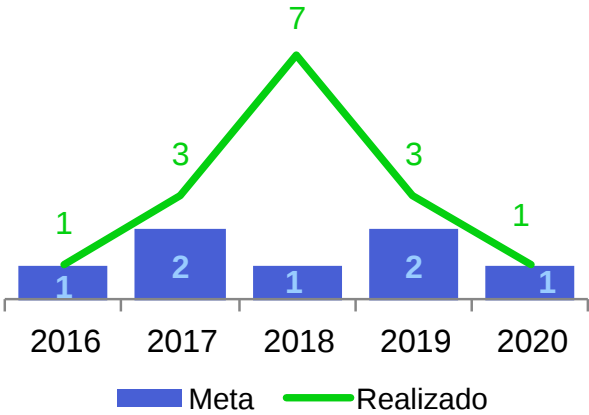


Gráfico 62 I28. Número de normas de segurança da informação instituídas

PRINCIPAIS INICIATIVAS

Esse objetivo estratégico visa a aperfeiçoar e consolidar conjunto de estruturas organizacionais e de processos que envolvam a alta direção, as gerências de TIC e as gerências de negócio, nas tomadas de decisão sobre o uso da tecnologia da informação para garantir o alinhamento entre as estratégias do TRE-BA e as operações das áreas de TIC e de negócio. As ações empreendidas e os resultados da **avaliação do nível de maturidade de governança de TIC** (IGovTIC-JUD) foram abordadas na parte referente à atuação da governança (pág. 33).

Também merecem destaque, em relação ao Objetivo, as ações adotadas para implementação e operacionalização da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** no Tribunal (vide pág. 38). A Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Ela representa um marco histórico na regulamentação sobre o tratamento de dados pessoais no Brasil, tanto em meios físicos quanto em plataformas digitais, pois muda a maneira como instituições privadas e públicas coletam, armazenam e disponibilizam informações de usuários.



DESAFIOS FUTUROS

• Evoluir a governança de TIC do Órgão • Evoluir a maturidade institucional em segurança da informação • Formular novo Plano Estratégico de TIC, conforme [Resolução CNJ n.º 370/2021](#) [Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026] • Implantar a LGPD no Órgão

PROPORCIONAR UM AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL E SEGURO

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Organização do trabalho humanizado • Instalações físicas adequadas e seguras em todas as unidades • Condições ergonômicas de trabalho • Aprimoramento das relações socioprofissionais • Saúde do servidor monitorada e melhorada.

JUSTIFICATIVAS

• Elaboração e execução do Plano Anual de Projetos e Ações do PQVT; execução dos projetos do PQVT, eixos “Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor”, “Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho”, “Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde”; além dos projetos de obras e do “Evolução da Maturidade dos Processos”.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Oferecer aos servidores do Órgão alternativas para usufruírem de serviços de saúde • Proporcionar a todos os servidores e colaboradores mobiliário adequado para o trabalho • Implementar o PQVT.

RESULTADOS

• Primeira medição e alcance da meta estratégica do i18, com realização de 80% das ações previstas no Plano Anual de Projetos e Ações do PQVT (133% da meta).

INDICADOR ASSOCIADO

I18. Taxa de implementação de qualidade de vida no trabalho

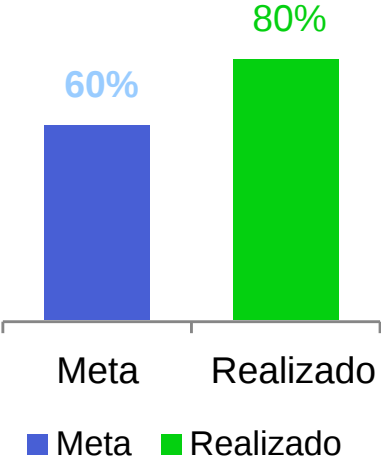


Gráfico 63 I18. Taxa de implementação de qualidade de vida no trabalho

PRINCIPAIS INICIATIVAS



DESAFIOS FUTUROS

• Cumprir a Meta Nacional 10/2021 • Aprimorar as condições de trabalho • Aperfeiçoar as condições ergonômicas de trabalho • Aprimorar as relações socioprofissionais

Esse também foi um dos Objetivos priorizados pelo TRE para o exercício 2020, posto que seu único indicador associado nunca havia sido medido no ciclo, tendo em vista que dependia da implementação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e da elaboração de plano de ação para sua consecução.

O Objetivo tem como finalidade garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais, assim como propiciar ações de valorização dos servidores e magistrados, relacionadas a organização do trabalho, ergonomia, promoção de saúde, melhoria das relações interpessoais e responsabilidade social, com o objetivo de ampliar o bem-estar das pessoas que integram a organização. Nesse sentido, as principais iniciativas relacionadas a ele foram os projetos estratégicos vinculados ao PQVT ("Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor"; "Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho" e "Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde), à "Evolução da Maturidade dos Processos" e à realização de obras.

Vale ainda destacar que as ações relacionadas a QVT, especialmente aquelas afetas à promoção da saúde, foram essenciais no exercício, tendo em vista a pandemia de Covid-19. Tais iniciativas foram curiais para que o Órgão conseguisse desempenhar as suas funções sem descuidar do bem estar e preservando as vidas de magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral.

PROJETOS RELACIONADOS A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO



p6.1 – PQVT - Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor

O projeto abarca a implementação da Instrutoria Interna, além da institucionalização de ações que visem ao reconhecimento, à valorização e integração dos servidores, bem assim à adoção de procedimentos que possam favorecer a relação entre o alcance dos resultados institucionais e o bem estar de todos os envolvidos. Propõe-se, também, a oferecer formação e aperfeiçoamento para servidores do TRE-BA como processo de educação permanente fundamentado em valores éticos, na prática da cidadania e na melhoria da prestação jurisdicional para atender às demandas da sociedade brasileira.

As duas últimas entregas da iniciativa (Regulamentação do Banco de Instrutores e Talentos e a Implantação da Instrutoria Interna no TRE-BA), que se encontra sob a gerência da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, estão em andamento. Como principais entregas do ano de 2020, destaca-se a Implantação do Programa de Incentivos e a homenagem realizada pela SGP aos servidores da capital e interior que tiveram suas práticas e atuações reconhecidas por seus pares com premiação e anotação em registro funcional.



p6.4 – PQVT - Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho

Iniciativa sob gerência da Coordenadoria de Obras e Manutenção Predial. Constituída por duas fases. A primeira foi concluída com a contratação, em 2019, da empresa especializada em Arquitetura/Engenharia para elaboração dos estudos e avaliação ergonômica das instalações físicas do Tribunal, bem como realização de especificações do mobiliário, sistemas e equipamentos adequados ergonomicamente. Esse estudo visa a oferecer condições adequadas de trabalho, proporcionando bem-estar e a qualidade de vida do servidor nas atividades laborais. Diante das prioridades destacadas pela Administração, a empresa ainda não desenvolveu as atividades concernentes à fase 2 deste projeto.

Em 2020, foi realizada a Capacitação em Análise Ergonômica do Trabalho, com ênfase em postos de trabalho em escritórios, para que possibilitasse entendimento mais aprofundado sobre o tema e melhor direcionamento para a equipe do projeto.



p6.5 – PQVT - Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde

O projeto, gerenciado pela Seção de Assistência a Saúde e Benefícios, teve como finalidade conscientizar os servidores/colaboradores sobre a importância de se adotar hábitos de vida saudáveis, através da promoção de espaços de debate por meio de ações educativas, de atividades que permitissem a experiência de cuidados com a própria saúde e a reflexão de que o autocuidado é uma responsabilidade de cada um, bem assim exercício diário e contínuo.

Concluídas todas as atividades atinentes ao seu ciclo de vida, a iniciativa foi encerrada em agosto de 2020 com a palestra virtual, ministrada pelo psicanalista e docente da UFBA, Marcelo Veras. Dessa forma, as duas últimas entregas do projeto, 'Gerenciamento de Estresse' e 'Acompanhamento de Doenças Crônicas "Um toque de Cuidado"', foram efetivadas simultaneamente, uma vez que a primeira entrega foi a implantação do Coral, formalizada por meio da contratação do regente em março de 2020.

PROMOVER A MELHORIA DA GOVERNANÇA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Força de trabalho estrategicamente distribuída • Informações da força de trabalho atualizadas e disponibilizadas • Promoções baseadas no mérito • Recompensas e premiações ativas • Processos de Gestão de Pessoas modernizados • Evolução nas práticas de governança em Gestão de Pessoas • Competências do corpo funcional continuamente gerenciadas • Política de Gestão de Pessoas institucionalizada.

JUSTIFICATIVAS

• 1) Conforme pesquisa de clima organizacional, resultam em insatisfação do servidor: falta de oportunidade de crescimento em razão do desempenho (seleção para FC e CJ); falta de planejamento das atividades do Tribunal; ausência de comunicação sobre aspectos importantes que impactam no trabalho e de divulgação adequada de mudanças; não comunicação das estratégias, prioridades e resultados do Tribunal; ausência de empatia por parte dos colegas e de reuniões de feedback pelos líderes; ausência de estratégias claras da Administração e de tomada de decisões pensando no melhor para a organização; ausência de preocupação com o bem-estar e a qualidade de vida do servidor; e a não promoção de condições para motivar o servidor • 2) A pandemia de COVID-19 comprometeu o resultado do i20, pois gerou necessidade de: suspensão de ações gerais do PQVT, previstas inicialmente como presenciais; direcionamento de esforços para aquisições de EPIs e elaboração de material de prevenção ao contágio; estruturação da unidade de saúde para atendimento aos casos suspeitos/confirmados de COVID-19 • 1 e 2) De outro lado, impactou positivamente os i19 e i20 a execução dos projetos estratégicos “Governança em Gestão de Pessoas”, “Gestão por Competência” e “Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)” • 3 e 4) Priorização dessas demandas pelo Conselho de Governança e comprometimento das unidades envolvidas na sua consecução.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Modernizar os processos de gestão de pessoas • Informatizar as atividades ainda realizadas de forma manual • Identificar as reais lacunas de competências dos servidores e potencializar o desenvolvimento do capital humano • Ampliar as ações de Qualidade de Vida no Trabalho, de modo a elevar a satisfação no trabalho e proporcionar mais saúde e bem-estar psicossocial aos servidores • Transformar os líderes do TRE-BA em verdadeiros gestores de pessoas, de modo a participarem, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, da construção de um ambiente de trabalho salutar e que estimule a motivação do corpo funcional e o desenvolvimento profissional • Revisar o Plano Estratégico Setorial da SGP • Designar membros do Comitê de Gestão de Pessoas.

RESULTADOS

• 1) 66,47% de satisfação e motivação do servidor (i19), com alcance de 88,63% da meta final do ciclo 2016-2021 • 2) Taxa de Governança em Gestão de Pessoas no percentual de 77,5% (i20), com alcance de 86,11% da meta almejada • 3) Revisado o desdobramento da Estratégia na SGP • 4) Designados membros para o Comitê de Gestão de Pessoas (Portaria n.º 282/2020).

INDICADORES ASSOCIADOS

I19. Taxa de satisfação e motivação do servidor

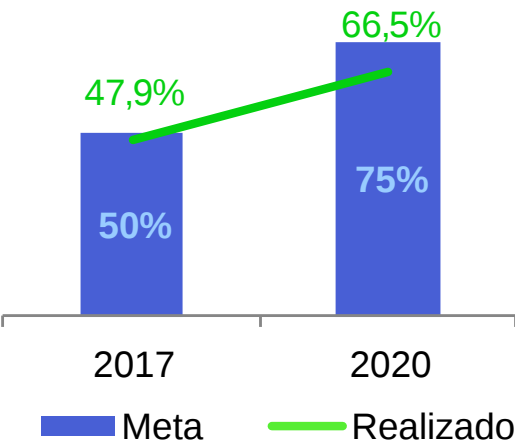


Gráfico 64 I19. Taxa de satisfação e motivação do servidor

I20. Taxa de governança em gestão de pessoas

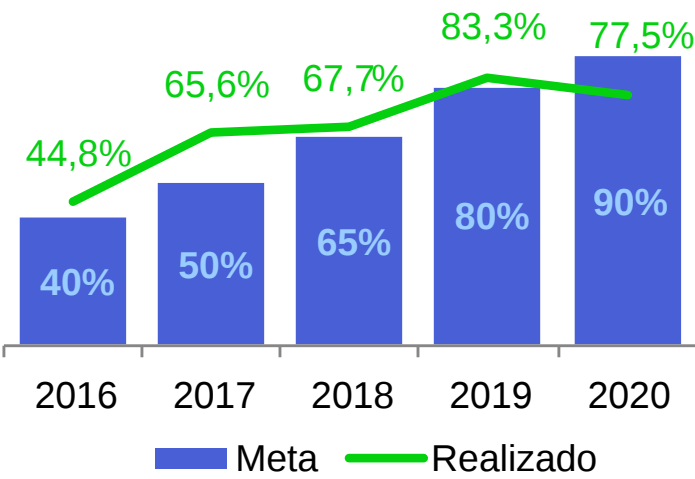


Gráfico 65 I20. Taxa de governança em gestão de pessoas

DESAFIOS FUTUROS

Adequar a força de trabalho às necessidades do Tribunal, automatizando tarefas e mapeando atividades • Motivar servidores num cenário de incertezas quanto aos seus direitos • Fomentar política de integração entre servidores e o sentimento de pertença ao Órgão • Identificar as reais lacunas de competências e potencializar o desenvolvimento do capital humano • Preparar gestores para estimular a motivação do corpo funcional e o desenvolvimento profissional • Alcançar aderência dos servidores quanto às ações de valorização propostas

Esse objetivo visa a modernizar os processos de Gestão de Pessoas com o propósito de potencializar o desempenho do capital humano, a valorização dos colaboradores e a humanização da relação de trabalho, aliado à racionalização dos métodos e práticas adotados e à implementação da governança em Gestão de Pessoas.

No exercício de 2020 as principais iniciativas que o impulsionou foram os projetos estratégicos "Governança em Gestão de Pessoas", "Gestão por Competência" e "Dimensionamento da Força de Trabalho", todos geridos no âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Além deles, também foi realizada a adequação do Plano Estratégico Setorial da SGP, de modo a melhor alinhá-lo à Estratégia Institucional, tendo em vista as alterações estruturais ocorridas na referida Secretaria e revisão realizada pelos gestores da área com apoio da unidade responsável pelo monitoramento do Planejamento Estratégico do Tribunal. Outras informações relacionadas a força de trabalho e gestão de pessoas poderão ser obtidas mais adiante na parte "**Gestão de Pessoas**" (pág.91)



p7- Governança em Gestão de Pessoas

Este projeto tem como objetivo superior, "a institucionalização da prática e melhoria contínua da Governança em Gestão de Pessoas no TRE-BA, a fim de assegurar o alcance dos resultados propostos pela Organização". Nesse sentido, esse objetivo vem sendo atendido ao longo do ciclo da iniciativa através do planejamento em Gestão de Pessoas, da implementação da Política de Gestão de Pessoas, elaboração de normas e políticas relacionadas à governança em gestão de pessoas, composição de planos táticos e operacionais da SGP, definição de instâncias internas de apoio à governança em gestão de pessoas, bem assim a implementação de outras iniciativas estratégicas como a Gestão por Competências e o Dimensionamento da Força de Trabalho. O encerramento foi antecipado para 2020, com a conclusão de suas entregas, que efetivaram a implementação de conjunto de mecanismos de avaliação, direcionamento e monitoramento da Gestão de Pessoas, a fim de assegurar que o capital humano agregue valor ao negócio da organização. A iniciativa foi gerenciada em sua última etapa pela Coordenadoria de Pessoal

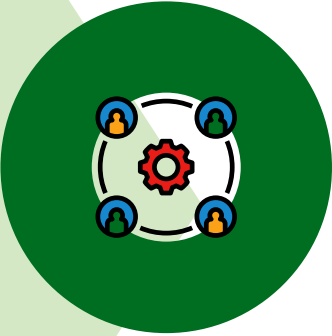


p8 - Projeto Gestão por Competência

O projeto implementou um Modelo de Gestão por Competências no TRE-BA, através do mapeamento das competências técnicas, corporativas e gerenciais de todas as unidades do Tribunal, dos levantamentos dos perfis por competências técnicas, corporativas e gerenciais e da identificação das lacunas de competências para subsidiar o PAC e o PDL. A implantação da gestão por competência contribuirá para a construção de um diferencial qualitativo para a Organização e possibilitará uma profissionalização e objetivação da gestão de pessoas. Auxiliará, ainda, na estruturação de uma visão mais realista do potencial de cada servidor, melhorando o desempenho das equipes e a qualidade das relações, adequando o quadro funcional às necessidades institucionais. Vale destacar que o projeto foi finalizado com quase dois anos de antecedência.

p10 - Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)

Com o propósito de prover a Justiça Eleitoral de informações para construção de estratégias em Gestão de Pessoas, identificando a quantidade ideal de servidor por processo de trabalho, procurando racionalizar e, também, maximizar o uso da força de trabalho disponível, o TSE determinou a implantação de metodologia única e padronizada do Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT em toda Justiça Eleitoral, conforme Portaria TSE nº 140/2019. Dessa forma, estabeleceu um novo modelo de referência para o DFT, que tem como características ser quantitativo, qualitativo, estatisticamente validado, automatizado e nacionalmente unificado. Foram concluídas, em 2020, as etapas de coletas qualitativas e quantitativas nas unidades deste Regional, sob a orientação do TSE e UnB, sendo implantado, como piloto, o Sistema DFT. A implantação do DFT para os Tribunais Eleitorais promoverá uma gestão orientada, permitindo uma avaliação objetiva do que suas equipes devem fazer para gerar resultados esperados na Administração Pública, além de criar rotina de monitoramento do trabalho desempenhado nas unidades. Esse projeto é gerenciado pela Seção de Desenvolvimento Organizacional.



Revisão do Plano Estratégico Setorial (PES)



Em 2020, foi realizada revisão do Plano Estratégico Setorial (PES) da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, instituído mediante edição da Instrução Normativa n.º 9/2018 e revogada pela Instrução Normativa n.º 05/2020. O objetivo específico dessa revisão foi alinhar manutenção, redefinição e exclusão de indicadores relacionados ao Plano Estratégico Setorial da Secretaria de Gestão de Pessoas, diante da reestruturação da Secretaria do Tribunal, promovida em 2019 e da assunção de novos gestores na SGP, ocorridas em 2019 e em 2020. O Plano Setorial Estratégico visa estabelecer e acompanhar práticas de Gestão de Pessoas que objetivem potencializar o desenvolvimento do capital humano, a valorização dos colaboradores e a humanização das relações de trabalho, aliado à racionalização dos métodos e práticas adotadas e à implementação da governança. Como metas específicas para 2021, destacam-se a necessária implementação do Plano Estratégico Setorial da Secretaria de Gestão de Pessoas, ampliar as ações para fomentar uma política de integração e valorização dos servidores, estimulando o sentimento de pertencimento ao ambiente de trabalho e a definição de processos organizacionais prioritários para mapeamento e redesenho, o que impulsionará o alcance dos objetivos organizacionais.

ASSEGURAR A ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Controles

Gestão Jurídica,
Administrativa e Tecnológica

Planejamento e Gestão
Institucional

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Práticas de Gestão de Riscos institucionalizadas • Contribuição das unidades à estratégia mapeadas e monitoradas • Adoção de práticas de gestão inovadoras • Boas práticas de gestão identificadas, catalogadas e compartilhadas.

JUSTIFICATIVAS

1) Facilitaram os resultados do item 1 a capacidade de adaptação diante da pandemia e o comprometimento da equipe do projeto “Desdobramento da Estratégia”; a viabilização do trabalho remoto pela STI; o patrocínio da Alta Gestão; e a adesão das unidades desdobradas; 2) As lacunas identificadas pelo projeto Gestão por Competências permitiram a priorização orçamentária de ações em gestão de riscos no exercício. Além disso, o resultado foi favorecido pelas capacitações on-line; 3) O desenvolvimento de vídeo instrucional para a revisão dos Planos de Tratamento de Riscos, em substituição à consultoria presencial, permitiu o resultado 3; 4) Já o Plano Sanitário para as Eleições, surgiu da necessidade de mitigação do risco de contágio pelo coronavírus no processo eleitoral; 5) Facilitaram os resultados do item 5 a utilização de ferramentas on-line, além do comprometimento dos envolvidos no cumprimento dos prazos.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Desdobrar o Planejamento Estratégico na SGA, SOF e SPL • Revisar o desdobramento da SGP • Implantar sistemática de monitoramento do desdobramento • Evoluir os planos de tratamento de riscos das unidades do órgão • Elaborar Plano de Integridade • Ampliar o intercâmbio das boas práticas entre as unidades do órgão e entre os Tribunais Eleitorais • Elaborar o Planejamento Estratégico - ciclo 2021-2026.

RESULTADOS

1) Alcance de 100% da meta estratégica do i21, com o desdobramento da Estratégia na SGA, SPL e SOF; realização/revisão do desdobramento da Estratégia na SGP e COAUD; unidades desdobradas compreendendo melhor suas contribuições para a Estratégia; 2) Alcance de 200% da meta estratégica do i22, com a realização de 4 ações em gestão de risco; 3) Realizado o primeiro ciclo de monitoramento da gestão de riscos no TRE-BA; 4) Elaborado Plano Sanitário para as Eleições 2020; 5) Elaborados Planos de Tratamento de Riscos para os processos “Julgamento de Contas Anuais Partidárias – 2º Grau”, “Tratamento de Demandas pela Ouvidoria”, “Monitoramento e Avaliação da Estratégia Institucional” e dos principais processos relacionados à Gestão Documental da Organização.

INDICADORES ASSOCIADOS

I21. Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional

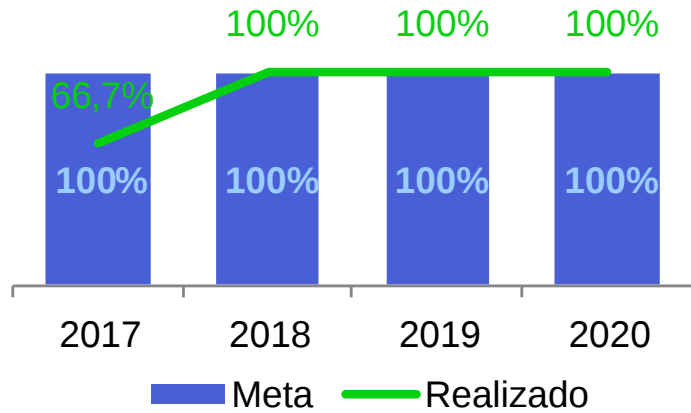


Gráfico 66 I21. Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional

I22. Número de ações de gestão de riscos

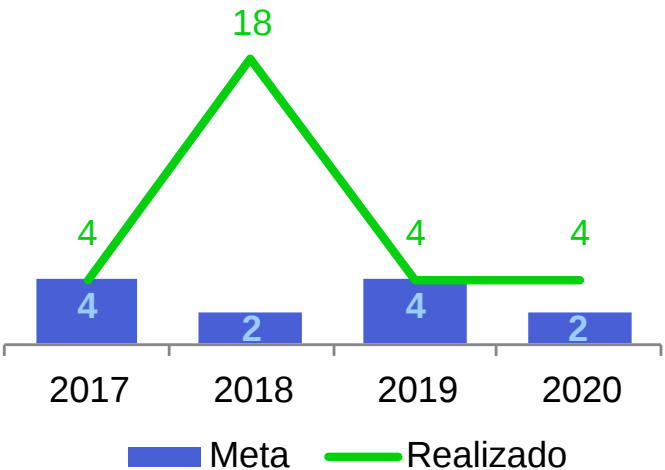


Gráfico 67 I22. Número de ações de gestão de riscos

DESAFIOS FUTUROS

• Capacitar servidores e magistrados para a construção do novo Planejamento Estratégico Institucional (PEI) – 2021/2026 • Instituir formalmente o novo PEI até 30/06/2021 • Promover o alinhamento das unidades ao novo PEI ainda no início do ciclo • Implantar o efetivo monitoramento dos Planos Estratégicos Setoriais • Fomentar a utilização dos resultados dos indicadores setoriais para a tomada de decisões nas searas tática e operacional • Reformular e fomentar a utilização da metodologia de gestão de riscos do TRE • Dar continuidade à evolução e monitoramento dos planos de tratamento de riscos do Órgão • Promover a capacitação continuada de equipe multifuncional na matéria gestão de riscos • Aprimorar a capacitação da unidade de consultoria em gestão de riscos • Amadurecer a Governança do órgão, melhorando o desempenho no Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (IGG-TCU) • Evoluir na implementação de encaminhamentos decorrentes de Auditorias Internas

Dentre as iniciativas adotadas pelo TRE-BA, em 2020, com vistas a assegurar as boas práticas de gestão, destaca-se o projeto *Desdobramento da Estratégia*, previsto pela Resolução Administrativa nº 14/2015. O projeto, gerenciado pela Seção de Planejamento Estratégico, compreende a identificação de objetivos, indicadores, metas e ações departamentais que possam favorecer a execução da Estratégia, permitindo seu funcionamento coordenado e sistemático em todos os níveis organizacionais. Suas etapas são: 1. Questionário on-line a ser respondido por todos os servidores lotados na unidade a ser desdobrada; 2. Entrevistas individuais com gestores da unidade a ser desdobrada; 3. Oficina com gestores da área a ser desdobrada; 4. Validação do Painel de Contribuição pelo gestor máximo da unidade. Como resultado do projeto *Desdobramento*, encontram-se atualmente instituídos os Planos Estratégicos Setoriais da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), da Secretaria Judiciária (SJU), da Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SCR), da Secretaria de Gestão Administrativa e de Serviços (SGA), da Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições (SPL), da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF), das Zonas Eleitorais e da Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD). Importante ressaltar, por fim, que o TRE-BA foi o primeiro Eleitoral a desdobrar a Estratégia até o 1º grau de jurisdição.



Resultados das principais áreas de atuação

Gestão orçamentária e financeira

Perfil de gastos

A Lei Orçamentária Anual - Lei n.º 13.978, de 17 de janeiro de 2020 (LOA/2020), consignou ao TRE-BA o montante de R\$380,71 milhões. As revisões orçamentárias ocorridas no exercício redimensionaram a dotação recebida para R\$393,54 milhões.

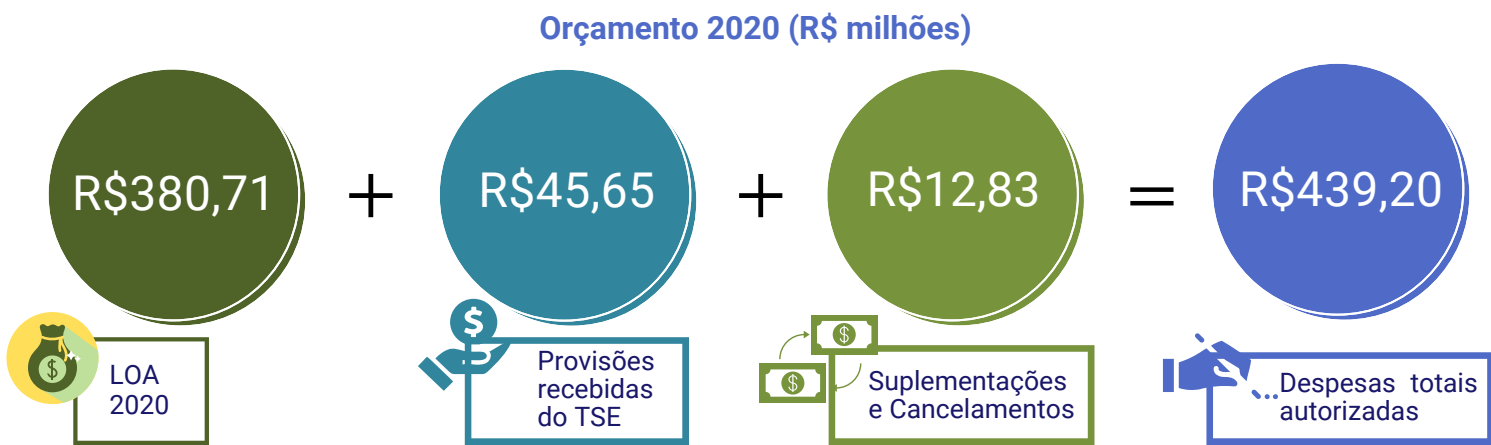


Figura 20 Orçamento 2020 (R\$ milhões)

Analisada isoladamente a dotação recebida na LOA, verifica-se que o orçamento de 2020 apresentou um crescimento de 9,69% em comparação ao total de R\$347,09 milhões recebido em 2019. Este aumento, além da atualização monetária, reflete o recebimento de créditos para as reformas de Cartórios Eleitorais, do Edifício-Sede e do Anexo III do Tribunal. Considerando também as provisões - que incluem o orçamento para a realização das eleições -, as suplementações e cancelamentos no exercício, o acréscimo das despesas autorizadas em 2020 foi de 9,62% em relação ao exercício anterior. Quando relacionada com o orçamento de 2018, último ano eleitoral antes de 2020, este aumento foi menor, correspondente a 1,70%, conforme gráfico a seguir:

Evolução das Despesas Totais Autorizadas 2018-2020

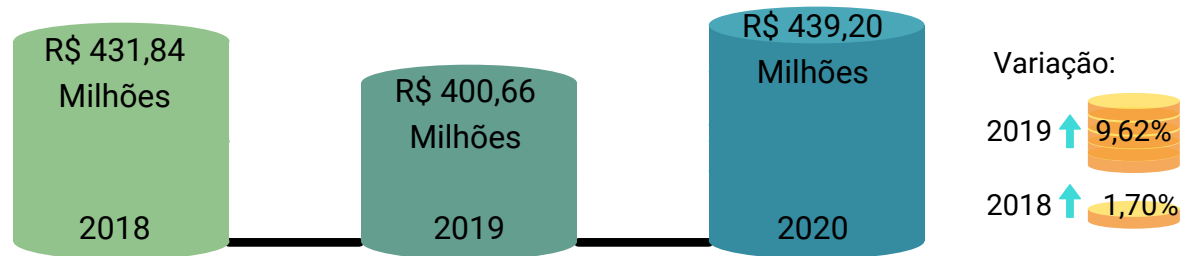


Gráfico 68: Evolução das Despesas Totais Autorizadas 2018-2020

Os créditos recebidos foram empregados, essencialmente, no atendimento das despesas relacionadas à remuneração e ao pagamento de benefícios ao pessoal ativo e inativo; à manutenção organizacional; à melhoria da infraestrutura imobiliária; à capacitação dos servidores e juízes eleitorais; aos investimentos em tecnologia da informação, equipamentos em geral e mobiliário; e, em especial, às despesas necessárias à realização dos Pleitos.

Os gastos envolvem, essencialmente, despesas primárias que visam a manter o regular funcionamento do Órgão e a viabilizar o exercício de suas atribuições finalísticas, bem como o pagamento de remuneração e encargos sociais do pessoal ativo e do pagamento de aposentadorias e pensões, de acordo com os gráficos abaixo:

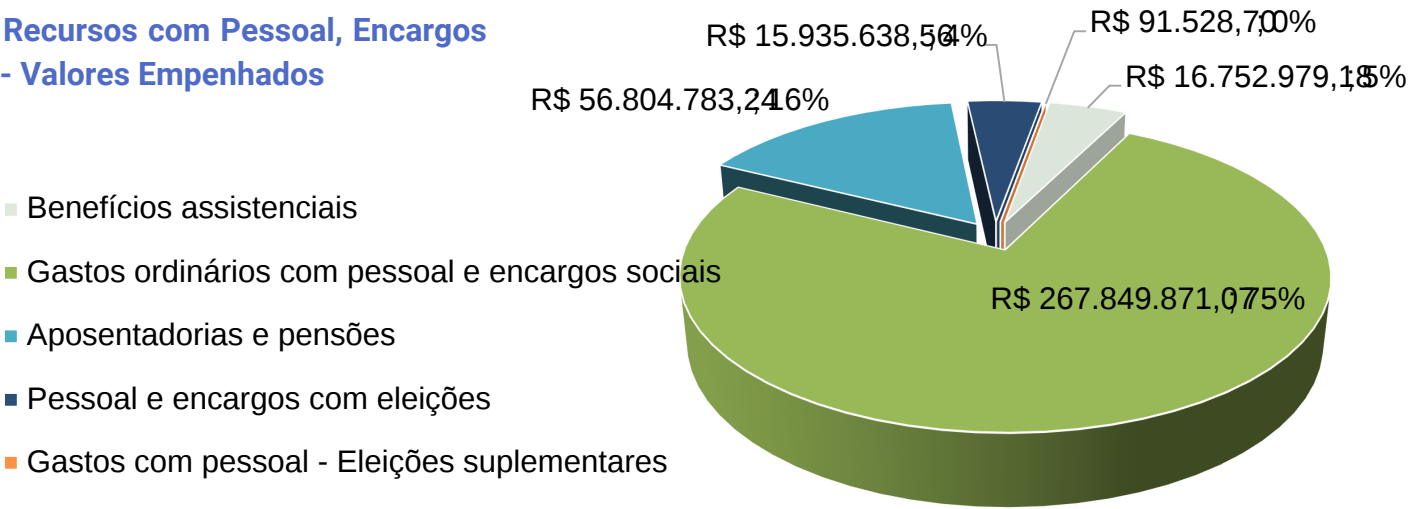
Alocação de Recursos - Valores Empenhados - Custeio e Investimento



Fonte: Tesouro Gerencial
Gráfico 69: Alocação de Recursos - Valores Empenhados - Custeio e Investimento

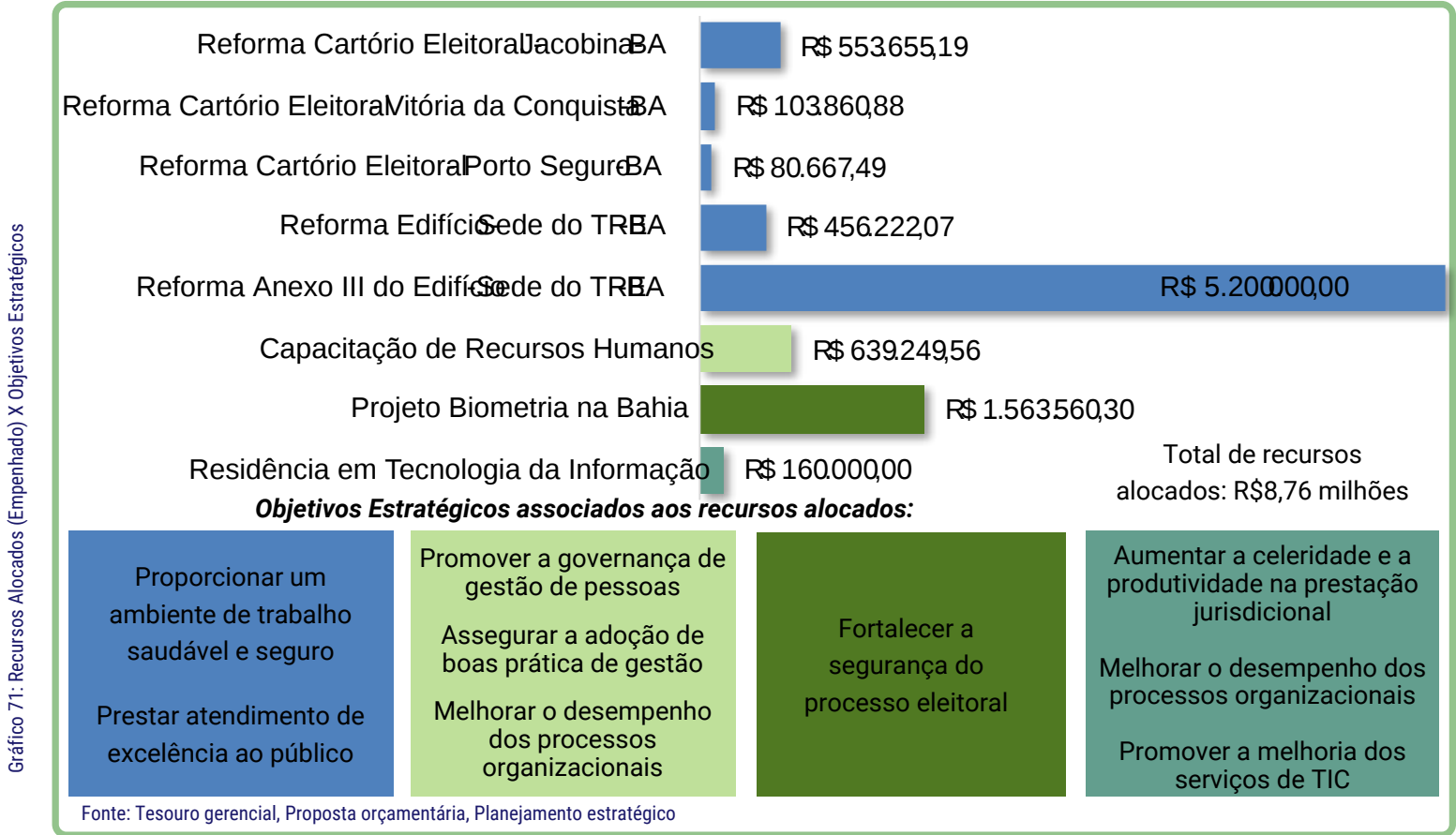
Alocação de Recursos com Pessoal, Encargos e Benefícios - Valores Empenhados

Gráfico 70: Alocação de Recursos com Pessoal, Encargos e Benefícios - Valores Empenhados



Objetivando o alcance dos resultados delineados no planejamento estratégico, foram alocados R\$8,76 milhões para as iniciativas prioritizadas para o exercício, tais como o Projeto Residência em Tecnologia da Informação e reformas de imóveis de Cartórios do Interior do Estado e dos Edifícios Sede e Anexo III da Capital, indispensáveis ao adequado funcionamento do Órgão, à preservação do patrimônio público e à melhoria na prestação dos serviços eleitorais.

Recursos Alocados (Empenhado) X Objetivos Estratégicos



Execução orçamentária e financeira

Os quadros a seguir apresentam o detalhamento da execução orçamentária e financeira do orçamento total do Tribunal por Unidade Orçamentária, Programa e Função nos três últimos exercícios financeiros. Observe-se que em 2020 houve alterações da classificação orçamentária da despesa, e os Programas 0570 - Gestão do Processo Eleitoral - e 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União - foram substituídos pelo Programa 0033 - Gestão e Manutenção do Poder Judiciário.

Evolução das Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas 2018-2020 (R\$ milhões)

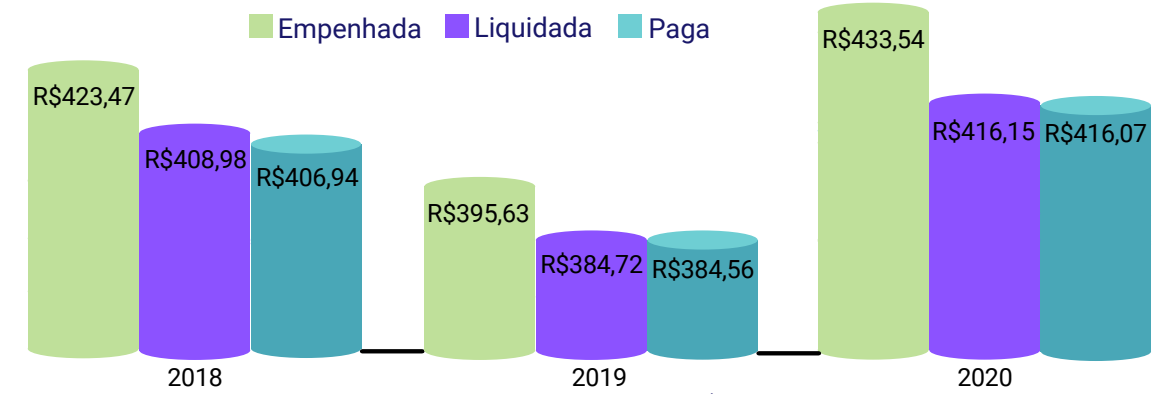


Gráfico 72: Evolução das Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas 2018-2020 (R\$ milhões)

Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2020 (R\$ milhões)

Discriminação	Dotação Inicial	Dotação/Provisão Atual	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos
Programa: 0033 - Programa de Gestão e manutenção do Poder Judiciário	380,4	439,2	433,54	416,15	416,07	6,51
02 - FUNÇÃO JUDICIÁRIA	325,06	381,85	376,73	359,45	359,36	6,42
09 - FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL	55,34	57,35	56,8	56,7	56,7	0,09
Programa: 0999 - Reserva de Contingência	0,32	-	-	-	-	-
099 - FUNÇÃO RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,32	-	-	-	-	-
UO 14105	380,71	439,2	433,54	416,15	416,07	6,51

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: Os Restos a Pagar compreendem os Processados e Não Processados; Em 2020 houve a alteração do Programa que absorveu a Função Previdência Social.

Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2018 e 2019 (R\$ milhões)

Discriminação	Dotação Inicial		Dotação/Provisão Atual		Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Pagas		Restos a Pagar Pagos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral												
02- FUNÇÃO JUDICIÁRIA	295,85	280,23	344,07	379,77	339,13	371,4	328,32	357,17	328,15	355,13	10,84	9,38
Programa: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União												
09- PREVIDÊNCIA SOCIAL	51,25	49,01	56,59	52,07	56,5	52,07	56,4	51,81	56,4	51,81	0,25	0,08
UO 14105	347,09	329,24	400,66	431,84	395,63	423,47	384,72	408,98	384,56	406,94	11,09	9,47

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: Os Restos a Pagar compreendem os Processados e Não Processados

Quadro 11: Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2020 (R\$ milhões)

Quadro 12: Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2018 e 2019 (R\$ milhões)

Gráfico 71: Recursos Alocados (Empenhado) X Objetivos Estratégicos

Analisados os dados dos quadros 11 e 12, verifica-se que, em comparação ao exercício de 2018, houve pouca variação dos totais recebidos e executados em 2020. Isso devido à realização de Eleições Gerais em 2018 e Municipais em 2020, que implica no recebimento de provisões de créditos na ação Pleitos Eleitorais do TSE.

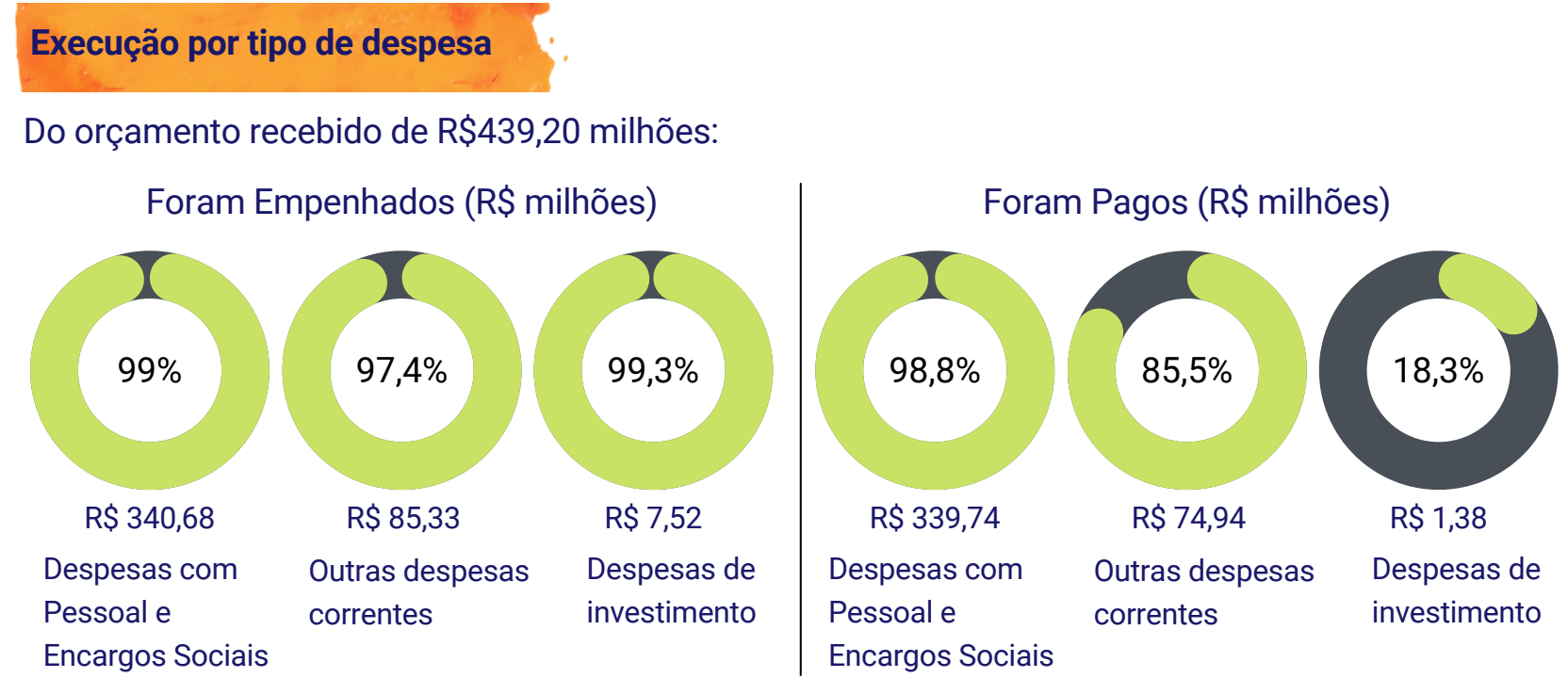
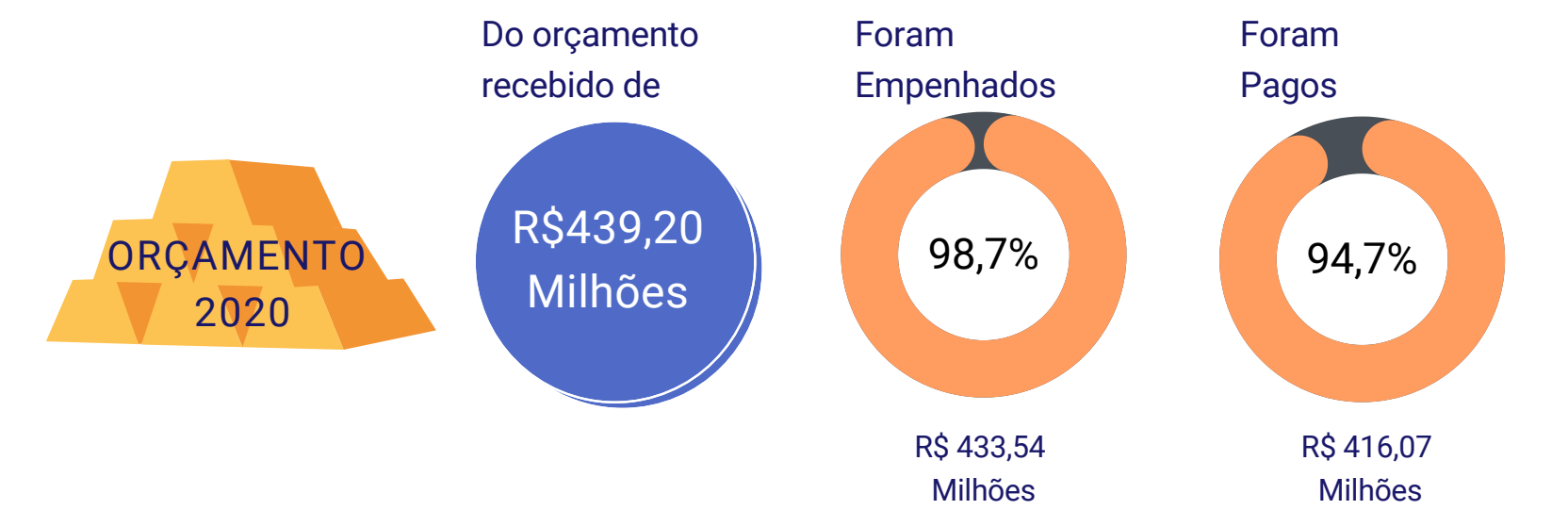
No tocante ao ano de 2019, ano não eleitoral, verifica-se o recebimento e execução de montantes inferiores ao ano de 2020. Ainda, em 2020 ocorreu o recebimento e empenho de créditos adicionais suplementares para aquisição de mobiliário e equipamentos, bem como de créditos destinados às reformas do Edifício-Sede, do Anexo III e do Cartório de Jacobina, que foram empenhados no exercício.

Execução do Orçamento por Programa e Ação Orçamentária (R\$ milhões)

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial	Dotação/ Provisão Atual	Despesas Emepenhadas	Despesas Liquidaas	Despesas Pagas
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	380,40	439,20	433,54	416,15	416,07
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	55,34	57,35	56,80	56,70	56,70
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREV. DOS SERVIDORES PUB. FEDERAIS	36,01	43,19	42,49	42,48	42,48
REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA - NO MUNICÍPIO DE SALVADOR	0,48	0,48	0,46	0,03	0,03
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DA BAHIA	3,90	4,54	4,34	4,27	4,27
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	41,96	42,53	41,89	35,85	35,80
ATOS CIVIS DA UNIÃO - NO ESTADO DA BAHIA	224,03	227,45	225,39	224,90	224,90
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DA BAHIA	14,69	12,81	12,41	12,41	12,41
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	0,00	44,01	43,00	37,57	37,53
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMOÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR - NACIONAL	0,00	1,64	1,56	1,56	1,56
REFORMA DO ANEXO III DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA - NO MUNICÍPIO DE SALVADOR	4,00	5,20	5,20	0,39	0,39

Quadro 13: Execução do Orçamento por Programa e Ação Orçamentária (R\$ milhões)

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do TRE de 2020, apresentou um montante de R\$380,71 milhões, que foi integralmente autorizado na LOA. Conforme mostra a figura 20, a LOA sofreu revisões (suplementações/remanejamentos) no total líquido de R\$12,83 milhões, ampliando o orçamento para R\$393,55 milhões. Também foram recebidas provisões do TSE para ações que incluem Biometria e Eleições, resultando em um orçamento total de R\$439,20 milhões. Considerando o cenário de pandemia e as repercussões nas atividades do Tribunal e nos gastos, e também no desenvolvimento dos projetos, verifica-se que os resultados obtidos atenderam às perspectivas possíveis para o exercício.



Detalhamento da execução por grupo e elemento de despesa (R\$ milhões)

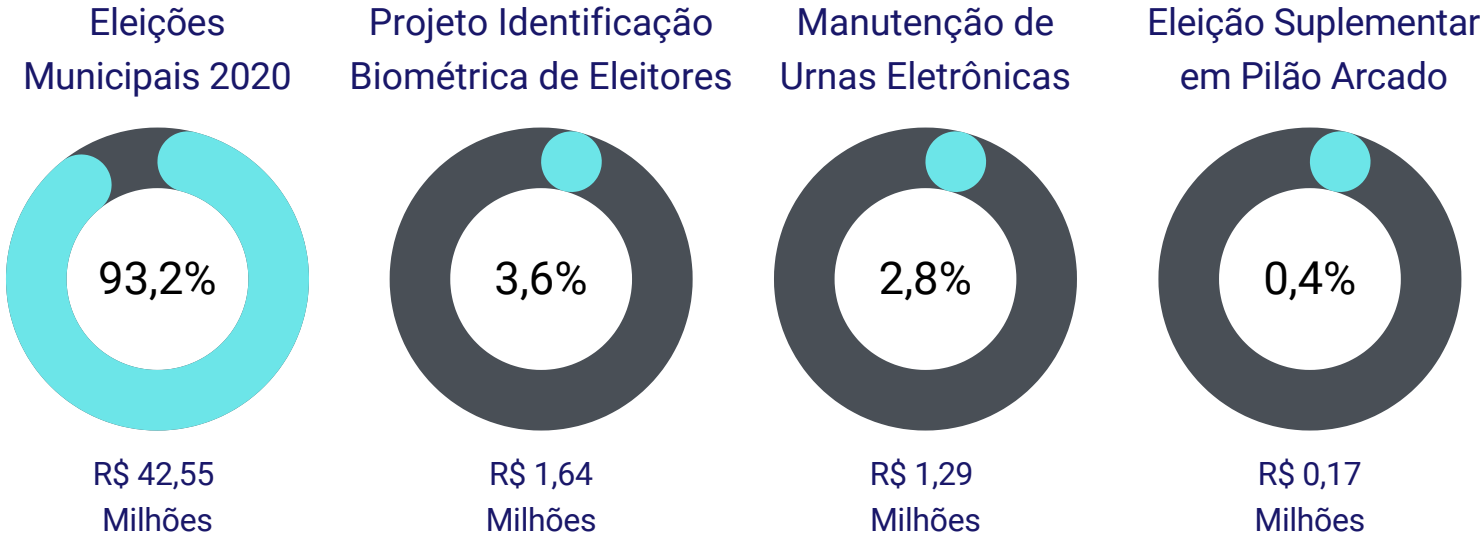
ELEMENTO DE DESPESA	DOTAÇÃO/PROVISÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RP PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	343.993.500	340.681.822	339.743.677	339.743.610	99.505
APOSENT.RPPS, RESERV.REMUNER. E REFOR.MILITAR	43.826.904	43.286.695	43.189.285	43.189.285	88.548
PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	13.489.658	13.486.119	13.481.119	13.481.119	-
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	218.927.540	218.148.950	218.145.025	218.145.025	2.452
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	44.026.456	43.223.134	43.188.301	43.188.301	-
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	19.811.583	19.595.553	18.812.232	18.812.232	-
OUTRAS DESPESAS	3.911.359	2.941.371	2.927.717	2.927.650	8.504
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	87.628.513	85.329.430	75.022.399	74.939.098	4.109.639
OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.018.266	1.868.844	1.868.844	1.868.844	-
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.524.819	1.444.064	1.444.064	1.444.064	-
MATERIAL DE CONSUMO	4.990.000	4.897.286	4.392.877	4.380.184	133.952
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.205.993	985.993	796.138	796.138	30.300
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	4.868.359	4.749.952	4.565.736	4.565.736	138.404
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	25.633.098	25.493.622	20.638.974	20.581.686	1.111.962
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - OP.INT.ORB.	10.661.894	10.589.313	7.978.967	7.972.768	1.697.247
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUM. - PJ	11.468.993	11.422.832	10.458.515	10.455.368	815.729
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.420.016	10.303.155	10.303.155	10.303.155	-
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIRO A PESSOAS FÍSICAS	7.239.104	6.786.932	6.325.092	6.325.092	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.917.103	5.550.855	5.029.717	5.029.646	168.156
OUTROS CUSTEIOS	1.680.868	1.236.583	1.220.319	1.216.416	13.888
INVESTIMENTOS	7.578.476	7.524.791	1.383.319	1.383.318	2.303.657
OBRAS E INSTALAÇÕES	5.641.093	5.619.068	376.298	376.297	452.844
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.267.202	1.240.402	367.944	367.944	1.092.484
OUTRAS DESPESAS	670.180	665.320	639.077	639.077	758.329
TOTAL	439.200.488	433.536.042	416.149.394	416.066.025	6.512.801

Fonte: Tesouro Gerencial (Extração: 08/02/2021)
Nota: 1. RP Pago: Restos a Pagar pagos processados e não processados
Quadro 14: Detalhamento da execução por grupo e elemento de despesa (R\$ milhões)

Provisões recebidas do TSE

O recebimento de provisões de crédito do TSE ocorre em razão dos orçamentos consignados nas ações da Biometria e de Pleitos Eleitorais serem originários da Lei Orçamentária daquele Tribunal Superior. Em 2020, foram descentralizados pelo TSE ao TRE-BA créditos no total de R\$ 45,65 milhões, conforme discriminado a seguir.

Finalidade dos R\$45,65 milhões recebidos do TSE



Do montante descentralizado de R\$45,65 milhões, foram empenhados o total de R\$44,56 milhões (97,6%) e pagos R\$39,10 milhões (85,7%).

→ Eleições Municipais 2020

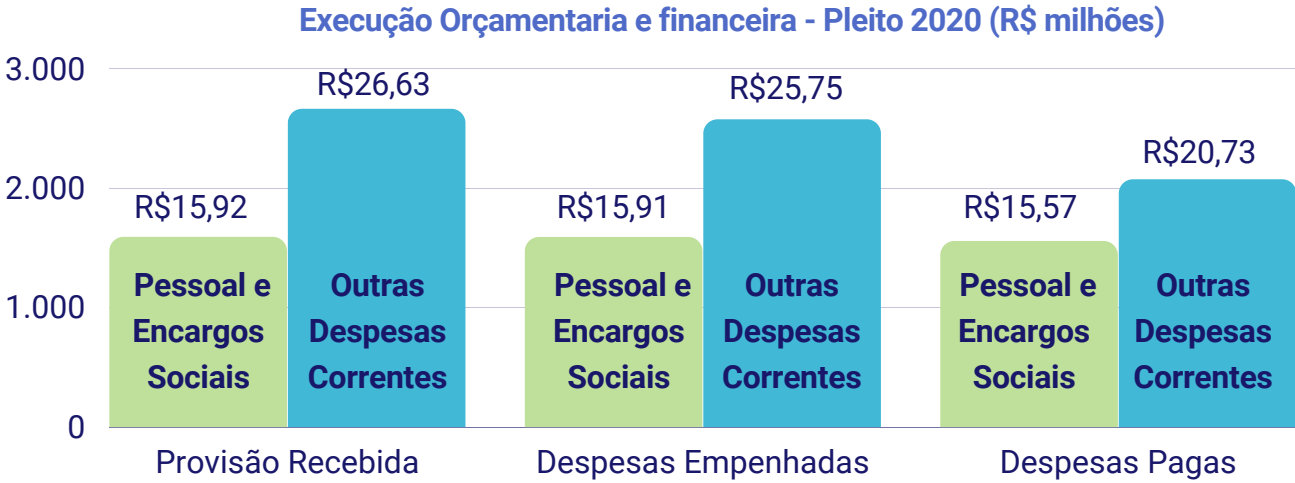


Gráfico 73 Execução Orçamentaria e Financeira - Pleito 2020 (R\$ milhões)

Execução Financeira por Elemento de Despesa - Eleições Municipais (R\$ milhões)

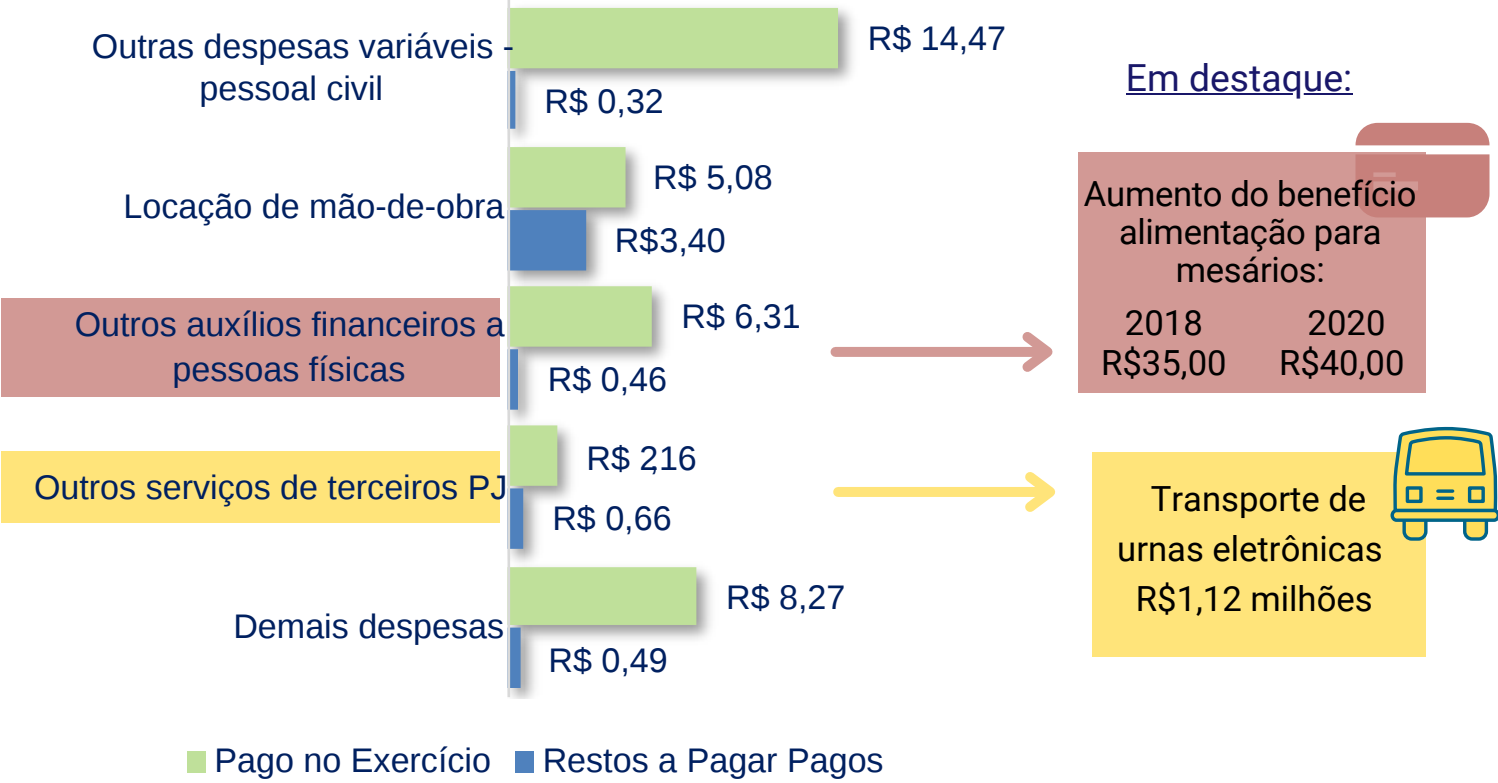


Gráfico 74 Execução Financeira por Elemento de Despesa - Eleições Municipais (R\$ milhões)

→ Eleição Suplementar em Pilão Arcado

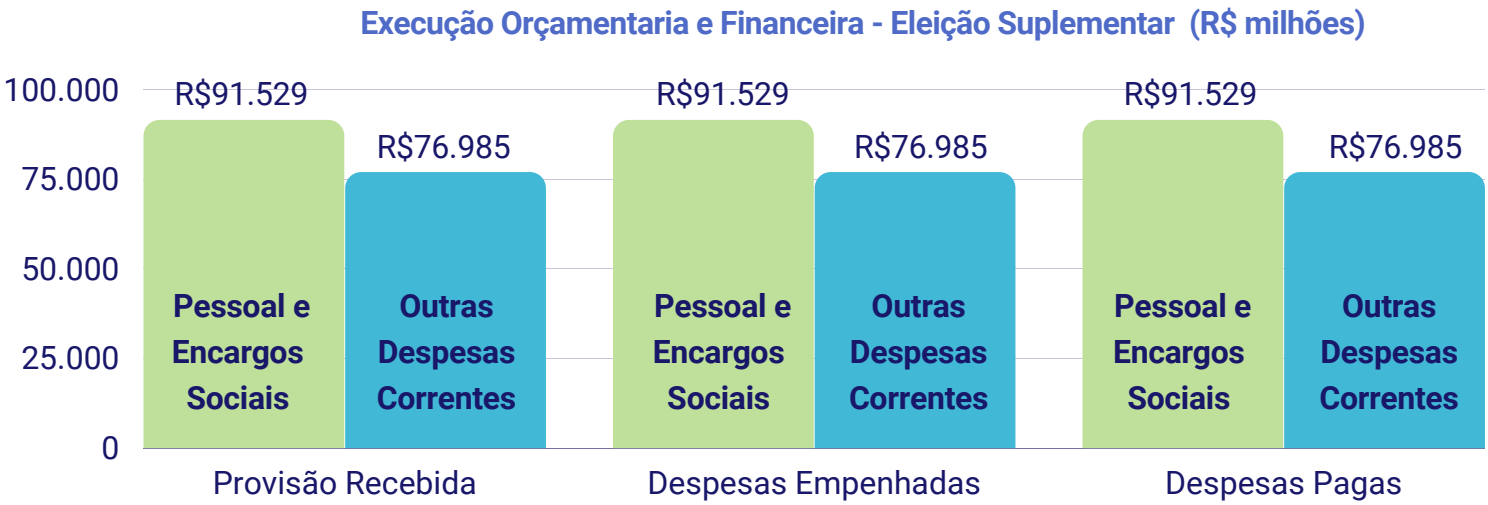


Gráfico 75 Execução Orçamentaria e Financeira - Eleição Suplementar (R\$ milhões)

Do montante de R\$168.514,00 destinados às Eleições Suplementares no Município de Pilão Arcado, R\$91.529,00 foram gastos com a prestação de serviço extraordinário pelos servidores envolvidos nas atividades eleitorais e R\$76.985,00 com despesas correntes, que envolveram gastos como auxílio alimentação dos mesários e demais colaboradores no dia do pleito eleitoral, diárias e indenização de transporte e pagamento a Oficiais de Justiça.

→ Manutenção de Urnas Eletrônicas

Execução Orçamentaria e Financeira - Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração (R\$ milhões)

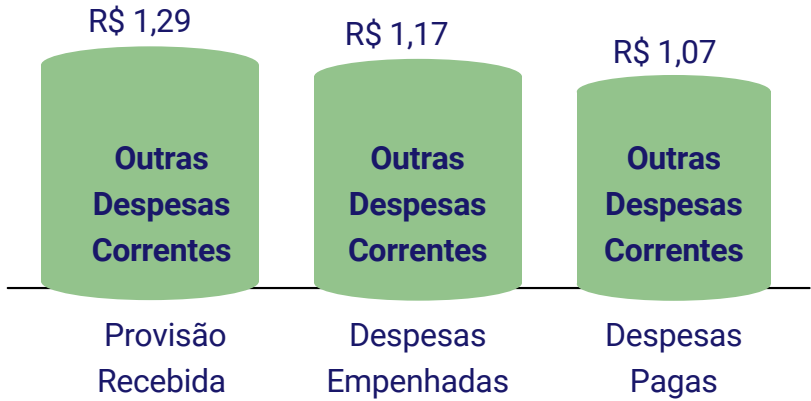


Gráfico 76 Execução Orçamentaria e Financeira - Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração (R\$ milhões)



O valor descentralizado na ação Pleitos Eleitorais, pelo TSE, destinou-se a custear os gastos com os serviços de manutenção do sistema de votação e apuração das urnas eletrônicas, bem como com aquisição de baterias para urnas eletrônicas

→ Projeto Identificação Biométrica de Eleitores



Um dos projetos prioritários da gestão do TRE-BA que abrangeu vários exercícios financeiros, a identificação biométrica dos eleitores no Estado da Bahia envolveu uma execução de despesa de R\$12,2 milhões nos três últimos exercícios financeiros. O orçamento recebido em ação orçamentária específica em 2020 objetivou a realização do terceiro e último ciclo do Projeto, iniciando-se em 05/05/2019 e com término em 18/02/2020.

Evolução da execução com revisão biométrica 2018 - 2020 (R\$ milhões)

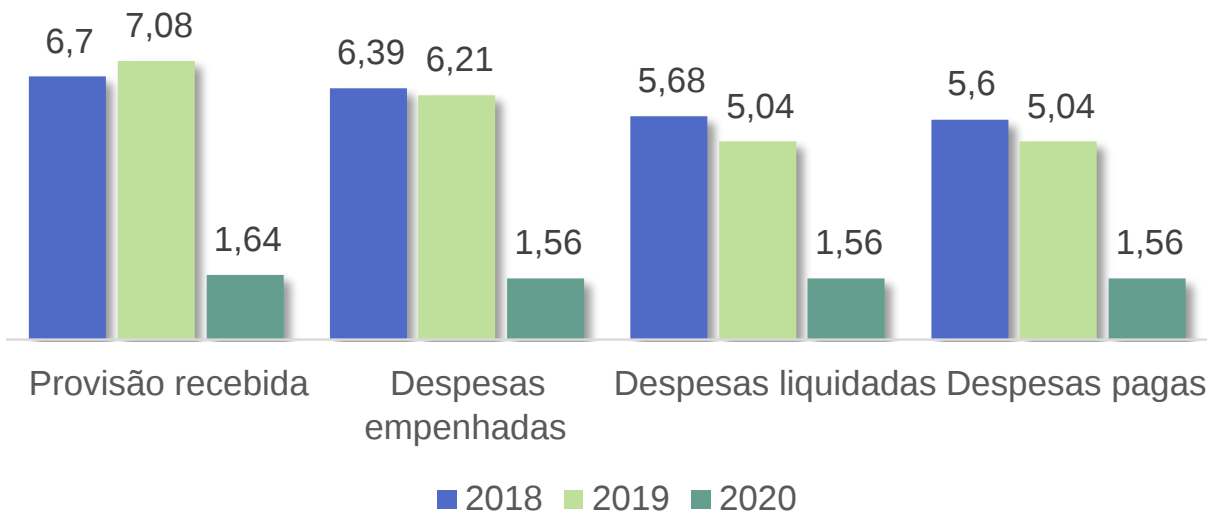


Gráfico 77 Evolução da execução com revisão biométrica 2018 - 2020 (R\$ milhões)

A redução dos custos com a identificação biométrica no exercício de 2020, observada no gráfico anterior, ocorreu em virtude da conclusão do projeto no primeiro semestre do ano, não envolvendo gastos anuais como nos exercícios anteriores

Execução financeira por elemento de despesa da revisão biométrica

Elemento de despesas	Despesas pagas	Restos a pagar
Locação de mão de obra	R\$ 504.488	---
Outros auxílios financeiros a pessoa física	R\$ 511.042	R\$ 2.988
Outros serviços de terceiros PJ	R\$ 297.933	---
Demais despesas	R\$ 247.111	---
Total	R\$ 1.560.573	R\$ 2.988

Quadro 15 Execução Financeira por elemento de despesa da revisão biométrica
Nota explicativa: Valores aproximados/Total exato: R\$ 1.560.572,65

Despesas pagas por elemento de despesa

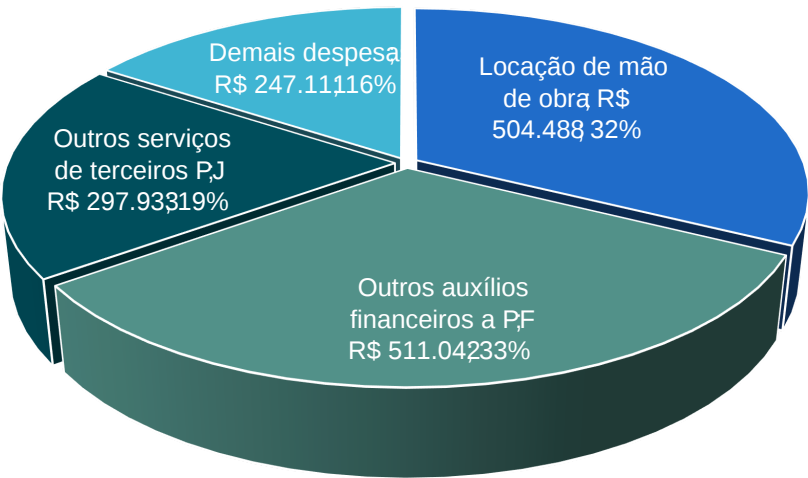


Gráfico 78 Despesas pagas da revisão biométrica 2020

Dentre os custos com a identificação biométrica destacam-se os gastos com serviços de apoio administrativo, de atendimento telefônico, diárias e passagens, de locação de notebooks e de caminhão baú adaptado e estruturado para efetuar atendimento itinerante aos eleitores nos locais de difícil acesso.

Gastos com identificação biométrica (R\$ mil)

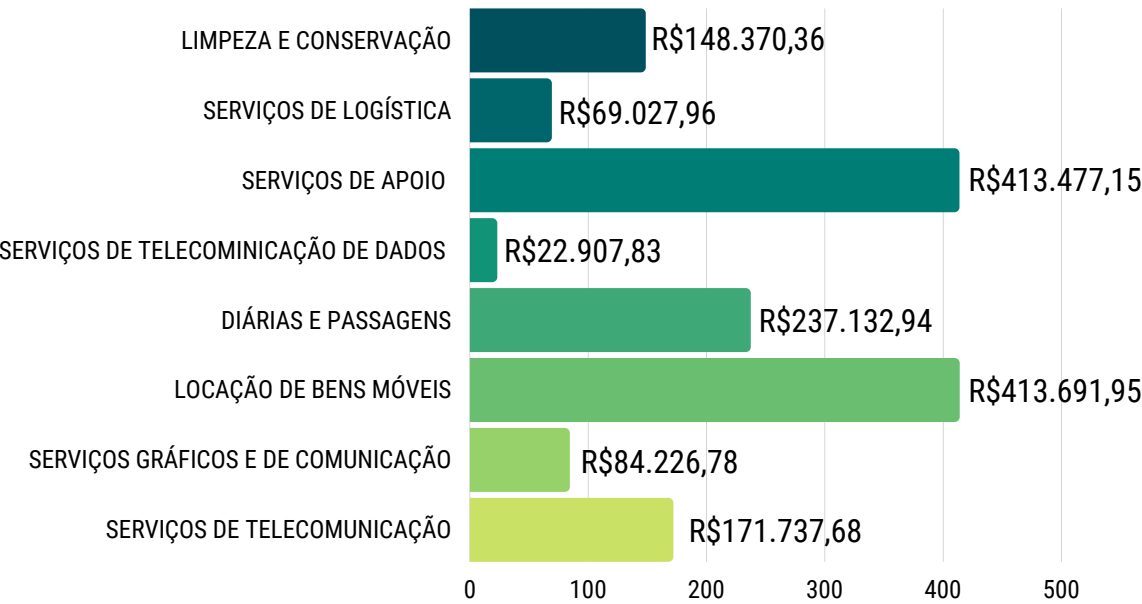


Gráfico 79 Gastos com identificação biométrica

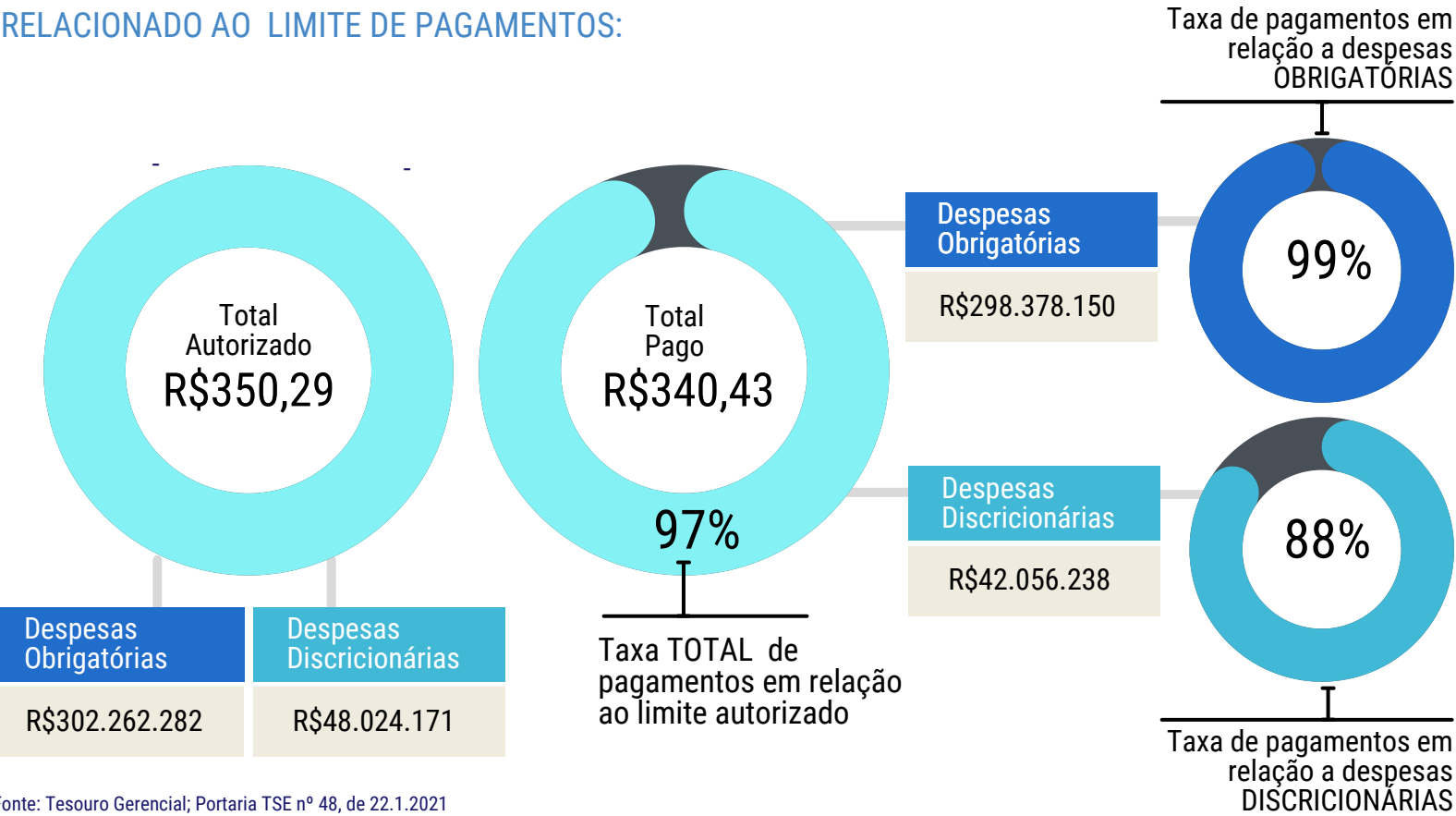


Gestão financeira

Limite de pagamento

O limite para os gastos do TRE-BA em 2020 foi de R\$350,29 milhões, de acordo com a Portaria TSE n.º 48/2021. Deste limite, o Tribunal alcançou um desempenho de 87,67% de pagamentos relacionados a despesas discricionárias (custeio e investimentos), e 99% relativo a pagamentos de despesas obrigatórias, atingindo o total de 97 pontos percentuais de pagamentos em relação ao limite estabelecido.

RELACIONADO AO LIMITE DE PAGAMENTOS:



Fonte: Tesouro Gerencial; Portaria TSE nº 48, de 22.1.2021

*Nota: no limite de pagamento não foram consideradas as despesas financeiras (contribuição patronal), bem como os gastos com Pleitos Eleitorais e com Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor.

Avaliação dos restos a pagar

O quadro a seguir demonstra a trajetória dos Restos a Pagar processados e não processados, inscritos e reinscritos dos exercícios financeiros de 2018 a 2020.

Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2020 (R\$ milhares)						
Exercícios	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Liquidados	Pagos	Estoque para o exercício seguinte	% Pagos em relação aos Restos a Pagar
2018	15.768,48	2.887,74	75,58	9.466.66	3.414,08	73%
2019	19.773,31	4.756,64	82.85	11.087,87	3.928,80	74%
2020	15.000,40	6.381,84	56,65	6.512,80	2.105,76	76%

Fonte: SIAFI; Nota: *Restos a pagar líquidos correspondem ao total de inscritos e reinscritos, subtraindo-se os cancelados.

Quadro 16 Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2020 (R\$ milhares)

Verifica-se que em 2020 houve um decréscimo no estoque dos Restos a Pagar (RP) em relação aos dois anos anteriores. Houve incremento no percentual de execução financeira de RP, resultando em 76% de pagamentos em relação ao estoque de restos a pagar líquidos, enquanto em 2018 e 2019 os pagamentos representaram 73% e 74%, respectivamente. A melhora deste desempenho resulta da maior eficiência na gestão dos estoques, mesmo em um contexto de retração geral das atividades em decorrência da pandemia da Covid-19.

Evolução da execução financeira de Restos a Pagar

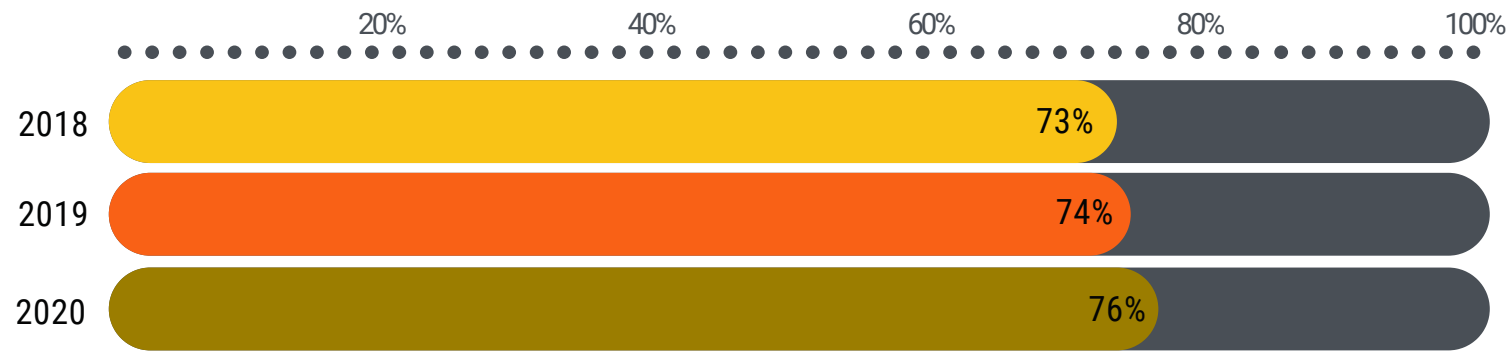


Gráfico 80 Evolução da execução financeira de Restos a Pagar

Quando analisada execução de RP por grupo de despesa (vide quadro abaixo), percebe-se a predominância do grupo ‘Outras Despesas Correntes’, que, em muitos casos, representam despesas referentes ao mês de dezembro do exercício corrente e que serão pagas no início do ano subsequente.

Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2020 (R\$ milhares) - Por grupo de despesa

GRUPO DE DESPESA	2018	2019	2020
Pessoal e Encargos Sociais	441.752,30	336.991,20	2.475.568,81
Outras Despesas Correntes	11.901.938,96	12.968.202,69	9.700.224,71
Investimentos	3.424.790,1	6.438.119,37	2.824.608,76
TOTAL	15.768.481,36	19.773.313,26	15.000.402,28

Fonte: SIAFI. Nota: Restos a Pagar Processados e Não Processados Inscritos e Reinscritos

Quadro 17 Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2020 (R\$ milhares) - Por grupo de despesa

Com relação ao grupo "Investimentos", que correspondeu a 19% do estoque dos Restos a Pagar em 2020, houve redução do estoque, vez que no exercício financeiro de 2018 este grupo representava 22% e, em 2019, 33%. O crescimento em 2019 deve-se, em especial, ao recebimento no último trimestre de 2018 de créditos adicionais para a modernização da infraestrutura de TIC.

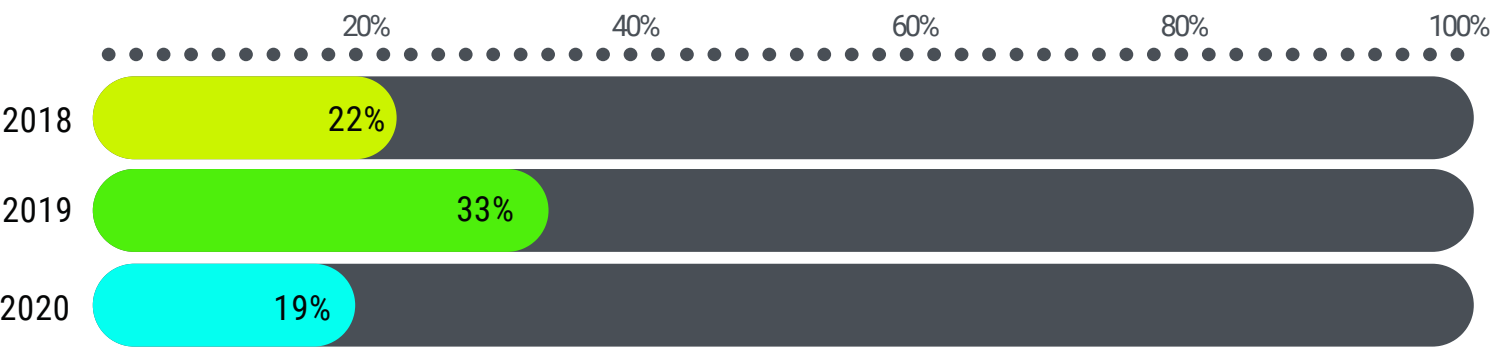


Gráfico 81 Evolução de Restos a Pagar de 2018 a 2020 - Grupo Investimento

Ao final do exercício financeiro de 2020, do total do estoque inicial de RP no grupo de despesa "Investimentos" restaram a pagar 11% (vide quadro abaixo)

Restos a Pagar por grupo de despesa - Exercício 2020 (R\$ milhares)

Grupo de Despesa	Restos a Pagar	Cancelados	Liquidados a Pagar	Pagos	A Pagar	% a Pagar do Estoque Inicial
Pessoal e Encargos Sociais	2.475,57	2.358,89	0,00	99,50	17,17	0,7%
Outras Despesas Correntes	9.700,22	3.813,55	36,24	4.109,64	1.777,03	18,3%
Investimentos	2.824,61	209,40	20,41	2.303,66	311,55	11,0%

Fonte: SIAFI. Quadro Execução dos Restos a Pagar por grupo de despesa
Quadro 18 Restos a Pagar por grupo de despesa - Exercício 2020 (R\$ milhares)

O monitoramento da execução de RP, conjuntamente com o acompanhamento do limite de pagamentos do Tribunal, permitiu assegurar a observância do teto de gastos, bem como analisar o comportamento da execução da despesa no ano, e traçar estratégias para melhoria da execução do orçamento, reduzindo a ocorrência de RP e a inscrição desnecessária. Assim, coíbem-se os cancelamentos nos exercícios seguintes.

Análise de tendências orçamentárias

O Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional n.º 95/2016 (EC/95), que dispõe sobre o teto de gastos para os órgãos públicos federais, tem sido o principal fator de impacto ao orçamento e à execução financeira dos Órgãos Públicos nos últimos anos. A partir de 2017, para fins de verificação do atendimento ao limite de pagamento, a aferição da execução das despesas primárias passou a basear-se no total pago no exercício, inclusive dos Restos a Pagar.

Aliado a isso, em 2020, além das restrições orçamentárias decorrentes do cenário econômico, a pandemia da COVID 19 também impactou a execução do orçamento do Tribunal, ensejando gastos não previstos voltados à prevenção do vírus e reduzindo custos, tais como, as despesas com a manutenção da estrutura física, em virtude do trabalho remoto, e com diárias e indenização de transportes, devido à restrição de circulação e ao isolamento social. Ainda, contribuiu para que as contratações e os pagamentos das despesas no exercício fossem postergadas para o final do ano, aumentando a inscrição de restos a pagar. Estas variações repercutiram negativamente no indicador de aderência, que apresentou resultado de 81,76%, e no de execução financeira, que chegou a 87,67%. Em 2019 estes índices apresentaram desempenhos melhores, de 84,2% e 92,21%, respectivamente.

Cabe ressaltar, que não obstante os impactos supracitados, em 2020, a otimização dos créditos disponíveis permitiu o atendimento das despesas necessárias para o Órgão, não incorrendo em grandes perdas orçamentárias. Porém, houve reflexo na inscrição de restos a pagar: foram R\$17,53 milhões inscritos em 2020, enquanto em 2019 foram inscritos R\$15,00 milhões.

Os impactos da EC/95 apesar de restringir os recursos, têm se caracterizado como uma oportunidade de melhoria da gestão orçamentária e financeira, não inviabilizando o desenvolvimento dos projetos do Tribunal, vez que o órgão vem envidando esforços para otimizar os recursos disponíveis, monitorando periodicamente a execução do orçamento e os pagamentos, por meio de análises bimestrais de desempenho, reuniões e orientações às Unidades Gestoras Responsáveis e fiscais de contratos.

Com a manutenção do panorama de pandemia em 2021, espera-se maior restrição econômica e possível ajuste nos orçamentos dos exercícios subsequentes. Desta forma, o Tribunal já estuda medidas de racionalização de gastos e melhoria da qualidade do planejamento e execução do orçamento. Para tanto, encontra-se em elaboração, por exemplo, o Programa de Qualificação do Planejamento, Orçamento e Gasto - PROQUALI -, bem como o sistema de gestão orçamentária e financeira – GEORFI.

Desafios e ações futuras

O cenário de limitação dos gastos públicos, de restrição orçamentária e de pandemia do coronavírus exige uma estratégia que envolva a qualificação dos planos, a racionalização e qualidade do gasto, a definição de prioridades da gestão e a otimização dos recursos, visando a manter o regular funcionamento da instituição e da prestação dos serviços à sociedade, em paralelo com a viabilização dos recursos para o investimento em avanços.

Neste sentido é que os planos e processos envolvendo o orçamento, finanças, contabilidade e custos têm sido otimizados por meio de informatização, instituição de procedimentos e regulamentação. Estes avanços visam também à disponibilização de informações orçamentário-financeiras como subsídio para assegurar maior segurança na alocação dos recursos e na aferição do custo-benefício da realização do gasto, respaldando decisões relativas à redução ou aumento de despesas.

Assim, os principais desafios e ações futuras da gestão no tocante ao orçamento e finanças são apresentados no quadro abaixo:

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS



ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DA SOF
Ação iniciada em 2020, que objetiva o desdobramento da estratégia do Tribunal na gestão orçamentária, financeira e contábil.



CONCLUSÃO DO "GEORFI"
Software de gestão orçamentária e financeira que possibilitará a evolução em atividades cruciais para a fluidez do ciclo orçamentário e de execução da despesa e qualidade do gasto do Regional. O GEORFI encontra-se em elaboração. Sua conclusão é prevista para o segundo semestre de 2021.



IMPLEMENTAÇÃO DO "PROQUALI"
Programa de Qualificação do Planejamento, Orçamento e Gasto, que objetiva estabelecer medidas para normatização e manualização de procedimentos relacionados ao planejamento e execução operacional e orçamentários, bem como sobre a definição de prioridades da gestão, a qualificação dos fiscais de contratos, dentre outras.

GESTÃO DE CUSTOS

Conformidade legal

Em observância às disposições do art. 50, §3º, da [Lei Complementar n.º 101/2000](#), da [Portaria STN n.º 157/2011](#), da [Resolução TSE n.º 23.504/2016](#) e da [NBC T 16.11 - Sistema de Informações de Custos do Setor Público](#) este Regional efetua a apuração de custos por meio do Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC) desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, para toda Justiça Eleitoral.

O levantamento e acompanhamento dos custos de suas atividades administrativas e finalísticas objetiva fornecer à gestão informações que permitam conhecer os seus custos e a destinação dos recursos, de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto a alocação eficiente de recursos, a necessidade de monitoramento e racionalização dos custos, o custo-benefício dos bens e serviços consumidos e das prestações à sociedade, bem assim, quanto à melhoria da qualidade do gasto público.

Em face ao cenário contínuo de restrição orçamentária e limitação financeira, exigindo melhoria na qualidade dos gastos e racionalização de custos para manter o regular funcionamento do Tribunal e o alcance dos objetivos estratégicos sem, contudo, incorrer no aumento dos gastos, as informações de custos apresentam-se como ferramenta essencial de governança. Considerando, ainda, a necessidade de transparência governamental e *accountability*, além dos novos desafios em busca da eficiência no planejamento e execução do orçamento público, a apuração de custos subsidia a elaboração das Propostas Orçamentárias, a tomada de decisões e orienta a execução do gasto com qualidade.

Metodologia de apuração de custo

Na sistemática de apuração dos custos desenvolvida na Justiça Eleitoral considera-se como “centro de custo” cada imóvel utilizado pelos Tribunais Eleitorais.

A aferição dos custos de manutenção é realizada no Sistema de Gerenciamento de Custos – SIGEC, por tipo de ocupação (alugado, próprio, cedido ou em regime de condomínio) e destinação (sede, anexo de sede, cartório, anexo de cartório, posto de atendimento, depósito de urna, terreno e obra em andamento), permitindo análises comparativas dos custos de imóveis de porte semelhante, a identificação dos custos de maior impacto e o gerenciamento da evolução histórica dos gastos continuados da Justiça Eleitoral.

Em 2020 os créditos recebidos e executados pelo TRE-BA estavam inseridos no programa orçamentário 0033 - Gestão e Manutenção do Poder Judiciário, aferindo-se os custos em consonância com os critérios estabelecidos pelo Órgão Setorial da Justiça Eleitoral (TSE).



Figura 21 Gestão e Manutenção do Poder Judiciário

Custo por programa	
Programa	Liquidado
0033 – Programa de Gestao e Manutenção do Poder Judiciário	R\$416,15 milhões

Tabela 1: Custo por programa

Apuração de custos

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações, quais sejam: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”. No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?” e apresenta-se a destinação dos recursos utilizados.



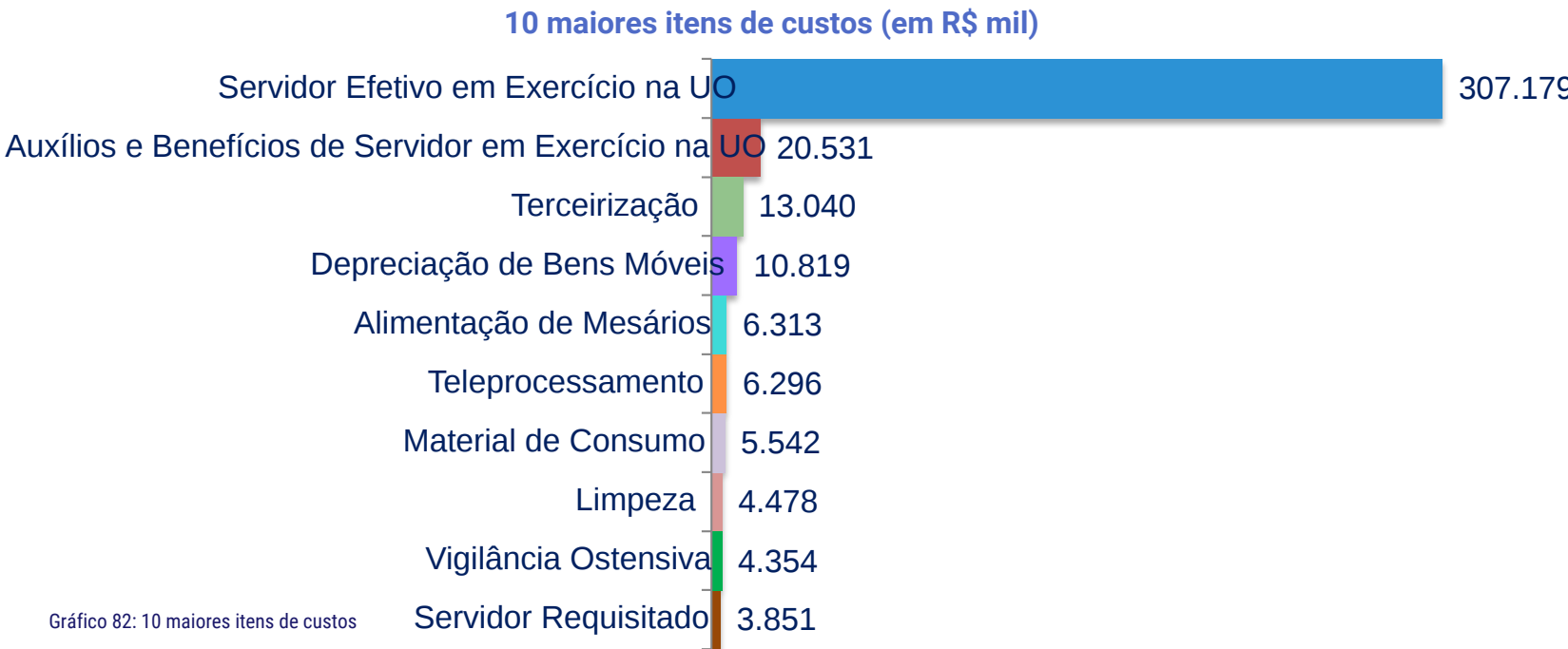
No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?” e apresenta-se o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



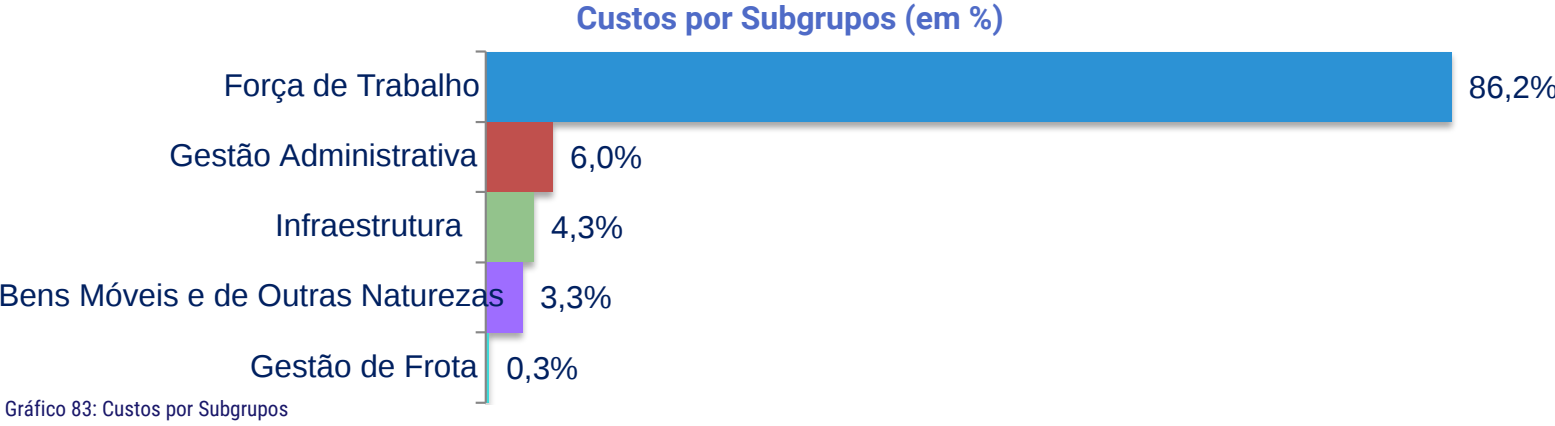
Figura 23 Centro de Custos - Eixo: Atividades/Serviços

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2020, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

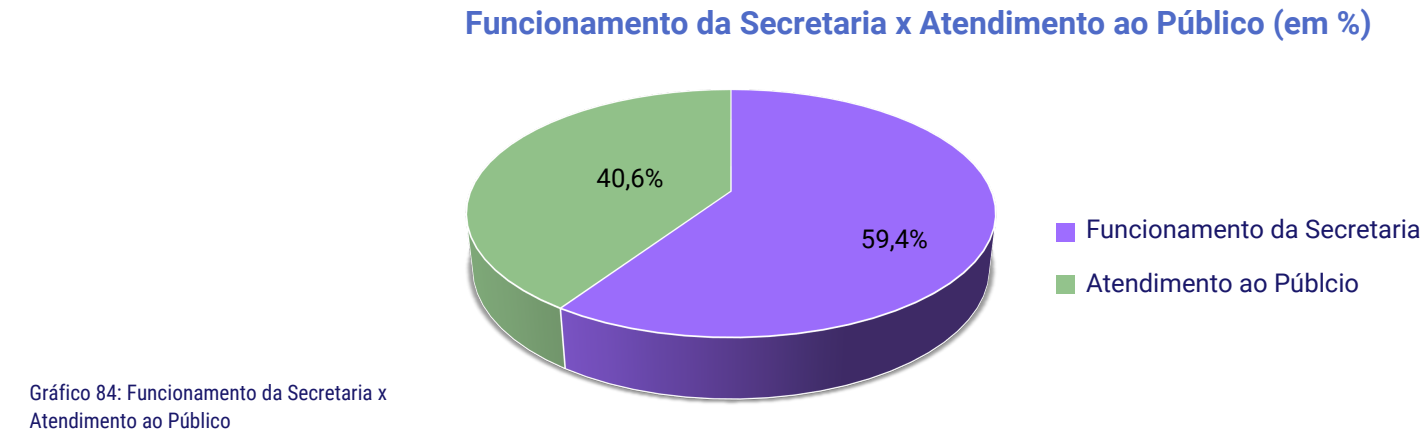
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia no exercício de 2020, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



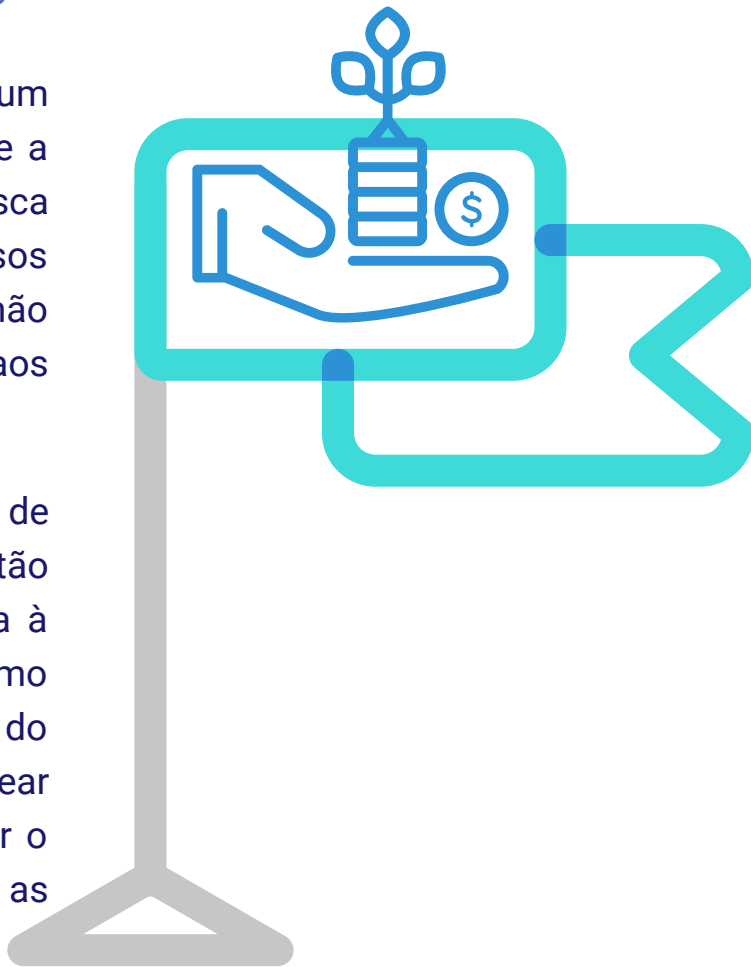
Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Principais desafios e ações futuras

As informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Outros desafios e ações futuras referentes à gestão de custos se confundem com aqueles relacionados à gestão orçamentária e financeira, especialmente no que toca à ampliação do uso das informações de custos como ferramenta essencial ao planejamento e execução do orçamento e alocação de recursos, buscando nortear decisões em cenários de restrição orçamentária, aferir o custo-benefício da realização do gasto e respaldar as decisões relativas à redução ou aumento de despesas.



Gestão de pessoas

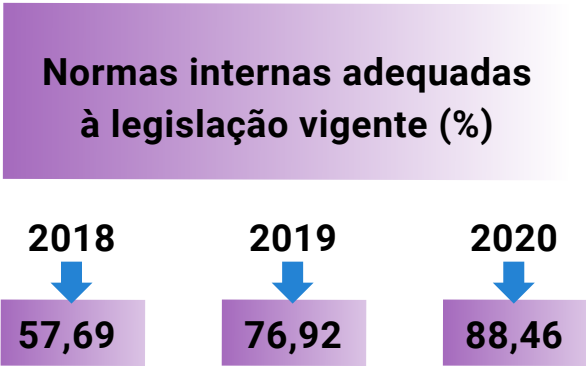
Conformidade legal

A gestão de pessoas no âmbito do TRE-BA é regida, precipuamente, pela Lei n.º 8.112/1990 com suas alterações e mais recentes entendimentos jurisprudenciais decorrentes da evolução do direito e das exigências de conduta no serviço público em geral.

Este Tribunal observa a normatização, as diretrizes e os procedimentos afetos à gestão de pessoas estabelecidos por meio de resoluções, portarias e instruções normativas do TSE, as quais são regulamentadas de forma específica, quando necessário, no âmbito deste Regional.

As normas internas editadas em 2020 envolvem aspectos eminentemente gerenciais e de eficiência administrativa, além do atendimento às determinações constantes do Acórdão TCU n.º 1.824/2016 para adequação das normas internas à legislação vigente.

Normativos relativos à folha de pagamento
Constituição Federal de 1988 e EC nº 103/2019; Lei 8.112/1990; Lei nº 8.212/1991; Lei nº 8.213/1991; Lei nº 8.350/1991; Lei nº 11.416/2006; Lei nº 12.774/2012; Lei nº 13.317/2016; Lei nº 12.618/2012; Lei nº 10.887/2004; Decreto-Lei nº 5.452/1943; Decreto nº 3.048/1999; Portaria TSE nº 17/2019; Portaria Conjunta nº 1/2018; Decreto nº 8.690/2016; Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2013; Resolução TSE nº 22.697/2008; Lei nº 7.713/1988; IN RFB nº 1.500/2014, nº 1.558/2015 e nº 1.756/2017.



Destaques: Normativos relacionados ao enfrentamento da pandemia, com foco na proteção dos colaboradores e clientes da JE, observando as recomendações da OMS e acompanhados por Comissão Provisória Multidisciplinar de Atendimento ao Público e Saúde Coletiva.

Mecanismos de controle na gestão: Servidores autorizam acesso aos dados da declaração do imposto de renda; atos de pessoal registrados no e-pessoal, com acompanhamento através do acesso regular ao sistema no portal do TCU (as decisões são informadas pela Corte de Contas ao gestor por meio de correio eletrônico).

Avaliação da força de trabalho

Força de trabalho é o total de servidores em atividade, exceto os que estão em exercício provisório noutros órgãos. O quadro é formado por servidores das carreiras de analista judiciário e de técnico judiciário, nas áreas de atividade judiciária, administrativa e apoio especializado.

Servidores por situação funcional

Situação Funcional	Quantidade
Efetivos	814
Exercício Provisório	4
Removidos	49
Requisitados	659
Sem Vínculo	4

Gráfico 85: Servidores por situação funcional

Em 2020, a força de trabalho do TRE-BA foi de 1.530 servidores em exercício, sendo que, deste total, 863 ocupantes de cargo efetivo do Poder Judiciário Federal, seja na condição de efetivos ou removidos, 659 requisitados de outros poderes e esferas de governo, 4 em exercício provisório e 4 sem vínculo.

Dos 863 servidores efetivos e removidos, 541 atuam na Secretaria do Tribunal e nos cartórios eleitorais da capital e 322 nos cartórios eleitorais do interior do Estado. Tais números evidenciam o déficit no quantitativo de servidores efetivos neste Regional, resultando na dependência de parcerias com órgãos municipais e estaduais para cessão de servidores de forma a compor a força de trabalho, em especial, nas unidades judiciárias de 1º grau que, em 2020, representaram 44% da força de trabalho.

O incremento no quantitativo de servidores requisitados no exercício de 2020 (cerca de 28% a mais em relação ao ano de 2019) decorre na demanda relativa ao período eleitoral.

Servidores por área de atuação

Área de Atuação	Quantidade
Zonas Eleitorais (efetivos e requisitados)	1.046
Secretaria do Tribunal - Área Judiciária	77
Secretaria do Tribunal - Área Administrativa	407

Gráfico 86: Servidores por área de atuação

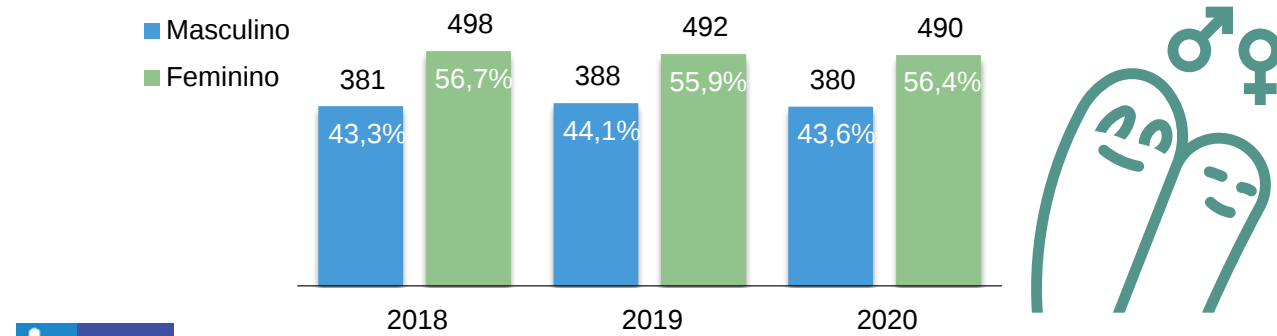
Distribuição na Área Administrativa (Secretaria do Tribunal)

Área Administrativa	Quantidade
Escola Judiciária Eleitoral	7
Secretaria de Tecnologia da Informação	52
Demais Áreas	348

Figura 24: Distribuição na área administrativa

1.123 na área finalística (73,40%)
407 nas áreas de apoio (26,60%)

Evolução do quantitativo por gênero



Nota: Considerados servidores efetivos, sem vínculo, em exercício provisório e removidos para o TRE-BA.

Gráfico 87: Evolução do quantitativo por gênero

Servidores por faixa etária

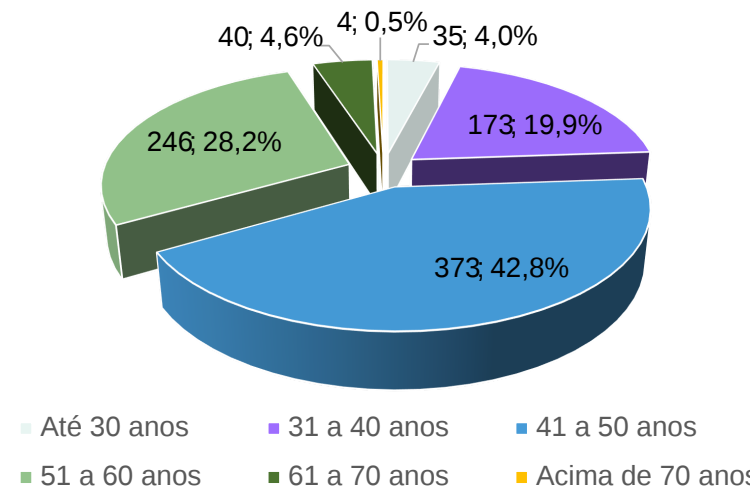


Gráfico 88: Servidores por faixa etária

Servidores por faixa salarial

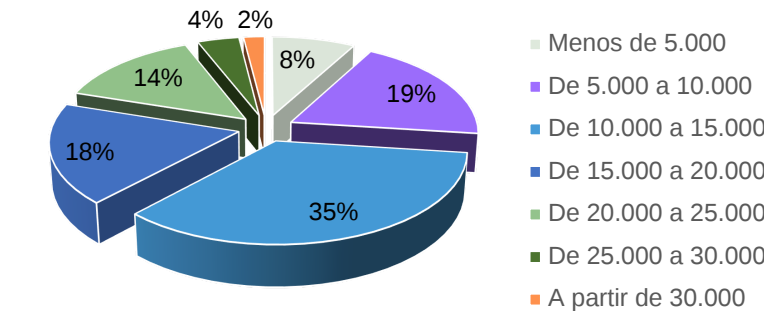


Gráfico 89: Servidores por faixa salarial

**37 SERVIDORES AUTODECLARARAM SUA ETNIA
(18 BRANCOS, 7 NEGROS E 12 PARDOS)**

Servidores por carreira

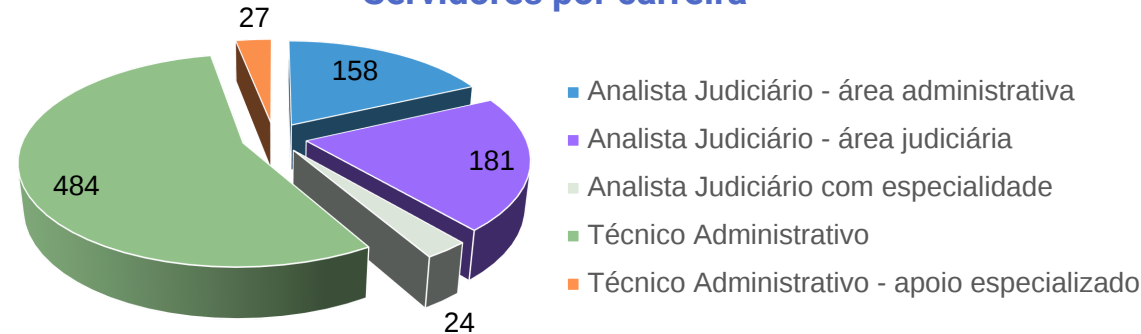


Gráfico 90: Servidores por carreira

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O provimento de cargos efetivos é realizado através de concurso público, cuja última edição (2017), foi prorrogada por mais dois anos a partir de 26 de outubro de 2019. Em 2020, 12 servidores foram nomeados para o quadro de efetivos (5 analistas judiciários e 6 técnicos judiciários, que foram lotados nos cartórios eleitorais do interior e 1 técnico judiciário de apoio especializado na área de segurança). Não foram realizados concursos de remoção no ano. Na alocação de pessoas, destaca-se a existência do Programa Movimentar, que busca compatibilizar o perfil dos servidores com as competências necessárias para o desenvolvimento das atribuições das unidades.

84

SERVIDORES EM CONDIÇÃO DE APOSENTADORIA

Para reposição da força de trabalho, foi provido o máximo de cargos autorizados pelo TSE. Para formação de sucessores, há o Programa de Desenvolvimento de Líderes, com a totalidade

de gestores e respectivos substitutos, além da exigência de indicação de dois substitutos para os cargos e funções gerenciais.

Para atendimento de demandas temporárias e sazonais, foram formadas equipes específicas de trabalho para efetivação e apoio as atividades relacionadas ao pleito, a exemplo da equipe de servidores para apoio às zonas críticas e as comissões de análise de prestação de contas de suprimento de fundos e de benefício-alimentação.

A distribuição de cargos e funções de confiança no âmbito do TRE-BA pode ser acompanhada no site do Tribunal e observa o quanto estabelecido na Lei n.º 11.416/2006.

Distribuição dos Cargos em Comissão

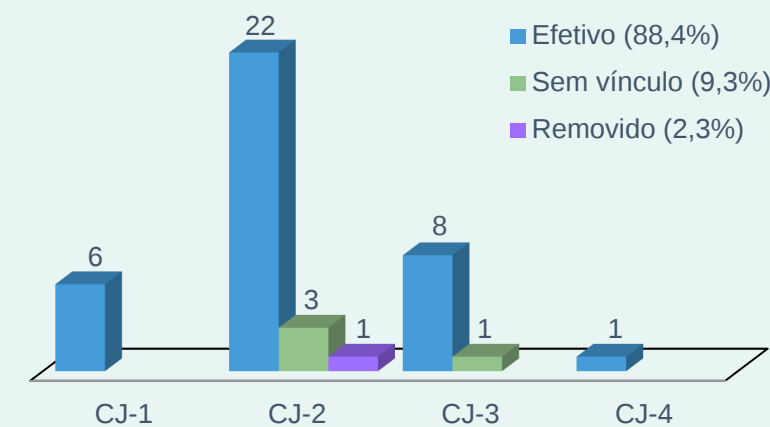


Gráfico 91: Distribuição dos cargos em comissão

Distribuição das Funções Gerenciais

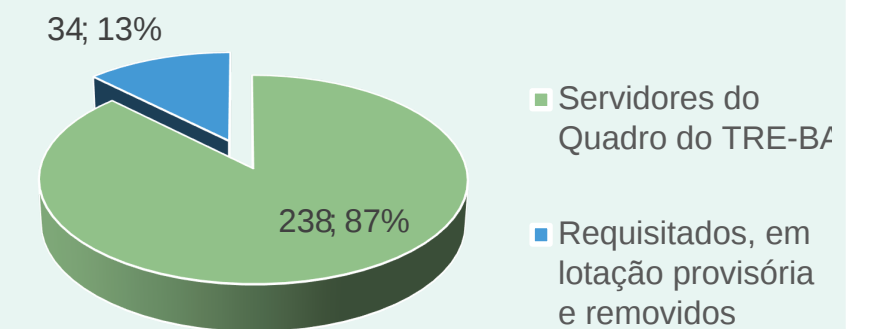


Gráfico 92: Distribuição das funções gerenciais

Detalhamento da despesa de pessoal

Em 2020, as despesas de pessoal, incluindo benefícios, alcançaram um montante de R\$ 356.380.225,61, representando um aumento de 4,75% em comparação com 2019. Justifica-se esse acréscimo em razão do dispêndio com pagamento de serviço extraordinário em decorrência dos trabalhos relativos à eleição municipal.



Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 93: Evolução de gastos com pessoal

Confira a [tabela de remuneração](#) dos servidores efetivos, cargos em comissão e membros da magistratura.

GASTO COM PESSOAL		ATIVO		INATIVO		PENSIONISTA	
Natureza	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 178.137.411,74	69,3%	R\$ 39.843.379,34	92,3%	R\$ 12.442.546,73	92,1%	
Patronal	R\$ 43.797.186,28	17,0%					
Gratificações Natalinas	R\$ 14.506.476,82	5,6%	R\$ 3.345.905,26	7,7%	R\$ 1.038.571,89	7,7%	
Exercício anterior	R\$ 2.235.157,32	0,9%			R\$ 31.969,60	0,2%	
Vantagens variáveis	R\$ 18.567.655,60	7,2%					
Total	R\$ 257.243.887,76		R\$ 43.189.284,60		R\$ 13.513.088,22		

MAGISTRADOS E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL ATIVOS		
Natureza	Valor (R\$)	%
Gratificação de Presença	R\$ 1.004.858,53	3,9%
Gratificação Eleitoral Juiz Eleitoral	R\$ 11.970.949,88	46,4%
Gratificação Eleitoral Promotor	R\$ 12.769.904,14	49,5%
Patronal	R\$ 51.704,05	0,2%
Total	R\$ 25.797.416,60	

Tabela 2: Gasto com pessoal

- Notas:
- (1) No campo "Patronal" estão inclusos os valores do INSS de servidores requisitados, PSSS, FUNPRESP-JUD DEA de Obrigações Patronais e pessoal requisitado de outros entes.
 - (2) No campo "Exercício Anterior", estão inclusos os valores dos débitos de exercício anterior de vencimentos, vantagens fixas e despesas variáveis.
 - (3) Foram consideradas as despesas liquidadas no exercício de 2020 e as inscritas em restos a pagar nas rubricas "Vencimentos e Vantagens Fixas" e "Exercício Anterior".
 - (4) No campo "Gratificação de Presença" foram consideradas as Sessões Ordinárias dos Juízes titulares, substitutos e procuradores titulares.
 - (5) No campo "Gratificação Eleitoral Juiz (1º grau)" estão incluídos os juízes auxiliares.

Evolução de Gastos com Benefícios

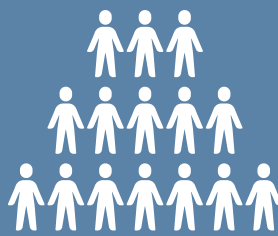
BENEFÍCIOS	VALOR (R\$)		
	2018	2019	2020
AUXÍLIO-TRANSPORTE	R\$ 796.877,00	R\$ 892.324,00	R\$ 199.628,64
REEMBOLSO ASSISTÊNCIA MÉDICA	R\$ 3.841.617,00	R\$ 3.890.689,00	R\$ 4.264.921,13
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R\$ 10.508.151,00	R\$ 10.340.422,00	R\$ 10.303.154,51
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	R\$ 1.867.648,00	R\$ 1.884.388,00	R\$ 1.738.659,00
AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	R\$ 89.297,00	R\$ 188.906,00	R\$ 130.048,83
SALÁRIO FAMÍLIA ATIVOS E INATIVOS*	-----	-----	R\$ 136,32
TOTAL	R\$ 17.103.590,00	R\$ 17.196.729,00	R\$ 16.636.548,43

*A classificação orçamentária dessa despesa foi alterada para "benefício assistencial" através da Portaria-Conjunta nº 1 - ME - SEF/STN, de 21 de fevereiro de 2020.

Tabela 3: Evolução de gastos com benefícios

Desempenho e eficiência

Com foco no objetivo estratégico de "Promover a melhoria da Governança em Gestão de Pessoas" e na valorização do desempenho do servidor, destacam-se as seguintes ações em 2020:



PROJETO DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT)

- Conclusão da coleta qualitativa do projeto DFT em todas as unidades no prazo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral, obtendo o 1º lugar no ranking dos Regionais que replicaram este novo modelo.
- Coleta quantitativa (quantificação das entregas) em 96,98% dos cartórios eleitorais.
- Execução de projeto piloto do ciclo DFT em unidades da SGP.



PERFIL POR COMPETÊNCIAS

- Conclusão do levantamento de Perfil por Competências que subsidiou a elaboração do Plano Anual de Capacitação e do PDL de 2020, encerrando-se o projeto estratégico de implantação da gestão de competências no TRE-BA.
- Conclusão de 42 processos de autoavaliação gerencial por competências junto aos gestores nomeados para cargos e funções gerenciais em 2020.

Desenvolvimento do projeto para implantação da gestão por desempenho

Concessão de 12 auxílios-bolsa graduação e pós-graduação para servidores

Concessão de 27 bolsas de Mestrado *Stricto Sensu* Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania para servidores e magistrados

Criação da área de desenvolvimento organizacional na página transparência do site do TRE-BA

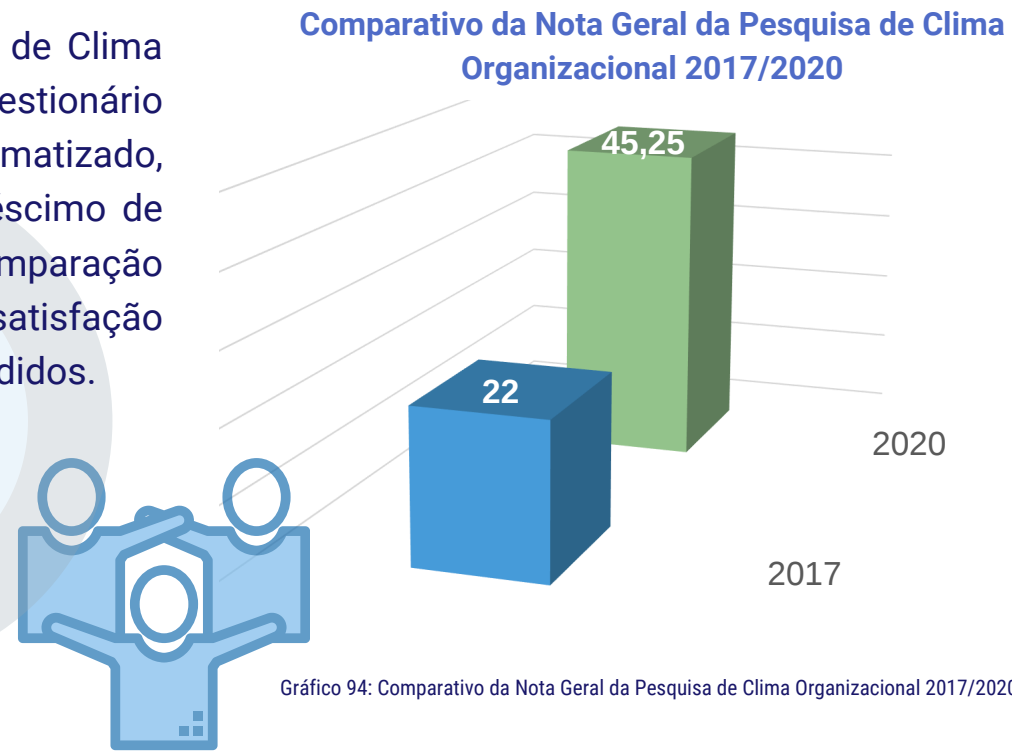
Disponibilização de 8 vagas de pós-graduação para servidores na área de Tecnologia da Informação em coparticipação financeira (Projeto Residência em TI)

56 servidores concluíram o estágio probatório

Ambientação dos novos servidores

Pesquisa de clima Organizacional

Em 2020, foi realizada nova Pesquisa de Clima Organizacional, por meio de questionário confidencial, aplicado via sistema informatizado, na qual foi possível observar um acréscimo de 105,68% no nível de satisfação em comparação ao ano de 2017. Contudo, o nível de satisfação geral ainda está abaixo dos 75% pretendidos.



Comparativo pesquisa organizacional 2017/2020 por categoria

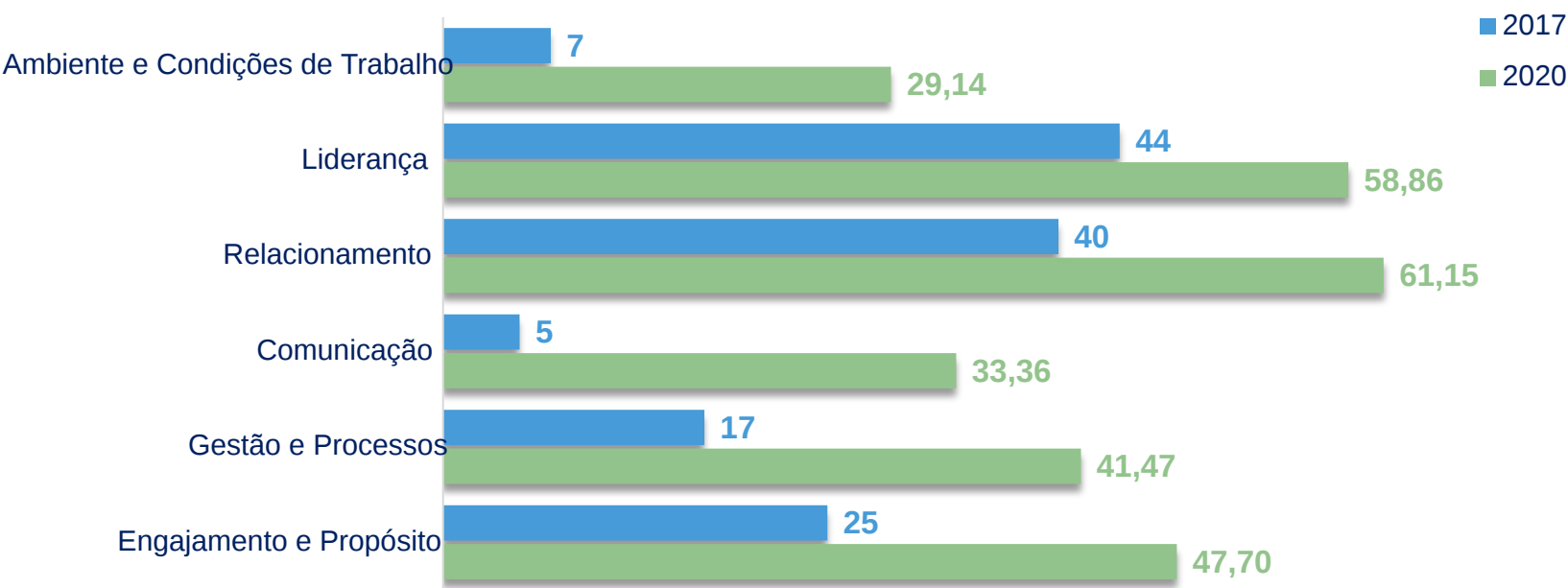
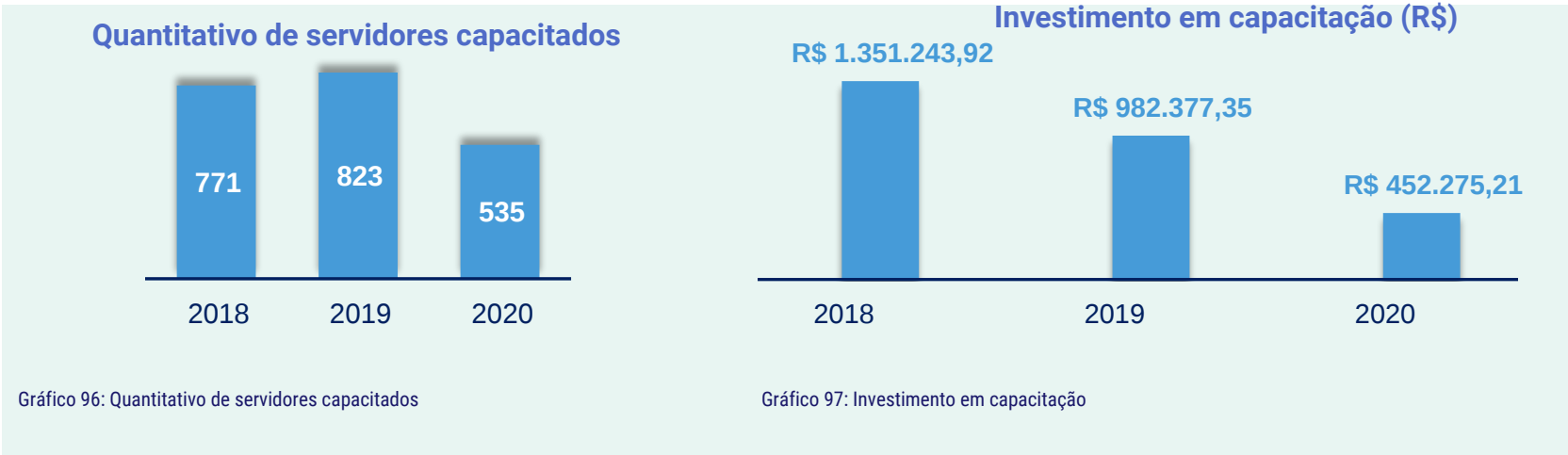


Gráfico 95: Comparativo pesquisa organizacional 2017/2020 por categorias

Capacitação

No cenário de pandemia, somado às prioridades do ano eleitoral, quase a totalidade dos cursos foi à distância (EaD). O levantamento das necessidades levou em conta o alinhamento com o PEI, o PES da SGP, o Plano Estratégico Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário e com o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores da JE; atuação participativa dos gestores; resultados da Gestão por Competências; priorização da instrutoria interna; estímulo ao autodesenvolvimento e à participação contínua dos servidores nas ações.



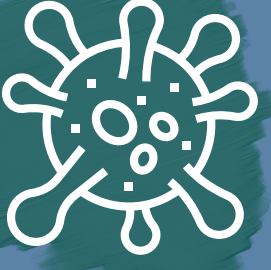
Destaques da Capacitação

- Capacitações voltadas para minimizar os efeitos do distanciamento social
- Legislação de Pessoal com enfoque nas competências da Área de Saúde
- Indicadores estratégicos - melhores práticas para a efetividade da avaliação de desempenho das organizações
- COSO ERM - Gerenciamento de Riscos - Estrutura Integrada
- Legislação de Pessoal incluindo seus reflexos na folha pagamento
- 10982 - Supporting and Troubleshooting Windows 10
- Novidades e repercussões da Pandemia nas Contratações Públicas de Acordo com a [Lei n.º 13.979/2020](#) e a [MP n.º 961/2020](#)
- Prevenção contra incêndios em edificações

Ações de valorização do ambiente e das condições de trabalho

Em março de 2020, as atividades presenciais previstas para execução das ações das campanhas de saúde foram suspensas em virtude da pandemia da Covid-19, razão pela qual as ações desenvolvidas para prevenção de doenças e promoção da saúde foram ofertadas aos servidores preferencialmente por meio de plataformas virtuais, observando-se às diretrizes do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - PQVT.

CAMPANHAS ANUAIS	JANEIRO BRANCO		Informativos e Palestra "Saúde Mental e Mal-estar no Trabalho"
	SETEMBRO AMARELO		Informativos e Live com o tema "Prevenção ao Suicídio"
	OUTUBRO ROSA		Cards via e-mail, distribuição de fitas rosa e iluminação da fachada
	NOVEMBRO AZUL		Cards via e-mail, distribuição de fitas azuis e Palestra "A Saúde do homem"
	DEZEMBRO VERMELHO		Cards via e-mail e iluminação da fachada



Disponibilização de espaço para vacinação contra Influenza e Tríplice Viral pela Secretaria de Saúde de Salvador. Vacinação contra o vírus Influenza com imunizantes doados pelo Instituto. Reembolso de despesas com vacinação contra o vírus Influenza.



VACINAÇÃO

PROJETO UM TOQUE DE CUIDADO
(ACOMPANHAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS)

- Palestra "Ergonomia no Home Office"
- Palestra "Mundo Novo, velhos sintomas: como retomar?"



O Programa em parceria com o **Vigilantes do Peso** foi reformatado para o ambiente virtual após breve período suspenso

AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DO COVID-19

Aquisição de EPIs:

- 14.144 máscaras de tecido reutilizáveis
- 1.905 protetores tipo face shield
- 44 termômetros infravermelhos sem contato

Elaboração e divulgação do Protocolo Clínico de Manejo do Covid-19

Disponibilização de formulário de caso suspeito ou confirmado

Pesquisa para mapeamento de circunstâncias relacionadas ao Covid-19

Classificação dos servidores integrantes do grupo de risco

Reembolso de despesas com a realização de teste de detecção do Covid-19 e com a aquisição de máscaras e face shields

Divulgação da campanha "TRE de mãos limpas e contra o Coronavírus"

Aplicação de testes rápidos de detecção do Covid-19 em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador

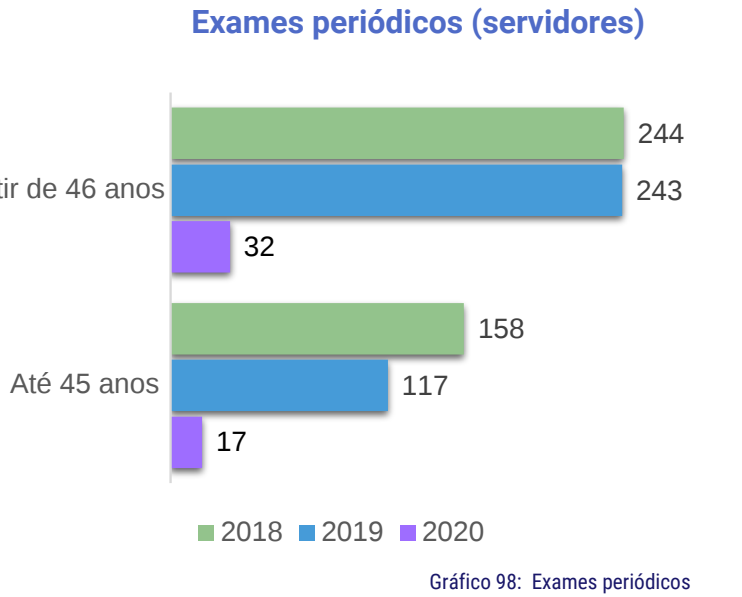
Implementação da ação "Como posso melhorar? A SGP quer ouvir você"

Campanhas "Servidor Nota 10" e "Equipe Nota 10"

Adaptação dos sistemas de forma a assegurar o direito ao uso do nome social por servidores (Res. CNJ n.º 270/2018)

II ENCONTRO TI VALORIZA

O Projeto visa a capacitar e motivar os profissionais da área de TIC com foco na saúde mental, desenvolvimento humano e organizacional.





Criação do BLOG da SGP: canal alternativo de comunicação para aproximar a SGP dos servidores ativos e inativos, de forma rápida, eficiente, dinâmica e leve, diante do cenário da pandemia do Covid-19 e ferramenta de apoio para publicação de informações de interesse do público interno.

PALESTRAS

Live sobre meditação
Ser mulher nos dias atuais

Mundo V.U.C.A. e novas competências no cenário dinâmico

As emoções e a alimentação: como está sua relação com a comida

Investimentos Criativos para o futuro (com atendimento individualizado para os participantes)



Principais desafios

Em 2020, a área de gestão de pessoas do TRE-BA foi compelida a readequar suas ações e programas inicialmente previstos às necessidades de **isolamento social** e priorização das medidas para enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Considerando que a prestação do serviço público não pode ser interrompida, sobretudo num ano de eleição, foi necessária a adaptação, num momento inicial, da quase totalidade do quadro funcional, ao **trabalho remoto**. Nesse sentido, o corpo técnico do Tribunal apresentou cartilha específica para orientações com vistas a garantir um ambiente de trabalho ergonômico nas residências dos servidores.



O maior desafio, no entanto, foi conciliar as necessidades de atendimento às demandas do Órgão à realidade pessoal vivenciada por cada um dos seus servidores, considerando a existência de pessoas classificadas como grupo de risco ou coabitando com outras nessa situação. Essa avaliação demandou atuação permanente da área de saúde do Tribunal, o que acabou impactando na execução de ações inicialmente formatadas.

Ações futuras

Os esforços da área de gestão de capital humano necessitam estar constantemente voltados ao atendimento dos seguintes desafios:

- Adequação às limitações de reposição da força laboral ante o elevado e crescente quantitativo de servidores em condição de aposentadoria.
- Melhoramento dos seus processos e rotinas organizacionais, de forma a tornar as entregas mais completas e eficientes, sobretudo diante do cenário de redução do quadro funcional.
- Sensibilização do corpo funcional para a importância do envolvimento com as demandas e ações da área de gestão de pessoas, a exemplo da avaliação de competências técnicas, gerenciais e corporativas, da realização dos exames periódicos e da implementação da gestão por desempenho.
- Aperfeiçoamento dos critérios de distribuição da força laboral.
- Implementação do Plano Estratégico Setorial (PES) da SGP.
- Intensificação das campanhas de prevenção ao contágio de COVID-19, com adesão às orientações sanitárias.
- Continuidade de ações de saúde e de capacitação em ambiente virtual, modelo que promove redução de custos, economia de tempo e boa adesão por parte dos servidores.
- Planos de capacitação lastreados em dados da gestão por competências do Tribunal, que direciona e orienta o aperfeiçoamento e qualificação do quadro de pessoal com base nas lacunas de competências levantadas

Gestão de licitações e contratos

Conformidade legal

A análise dos processos de contratação pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e pela Assessoria Especial do Diretor-Geral garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis [n.º 8.666/93](#) e [n.º 10.520/02](#), [Decreto n.º 7.892/2018](#), [Decreto n.º 10.024/2019](#), Resoluções Administrativas TRE-BA n.º [28/2018](#), [3/2019](#), [33/2019](#), Portarias da Presidência TRE-BA n.º [192/2015](#), [4/2016](#), [103/2018](#), [97/2019](#), [305/2019](#), [451/2020](#), dentre outras.

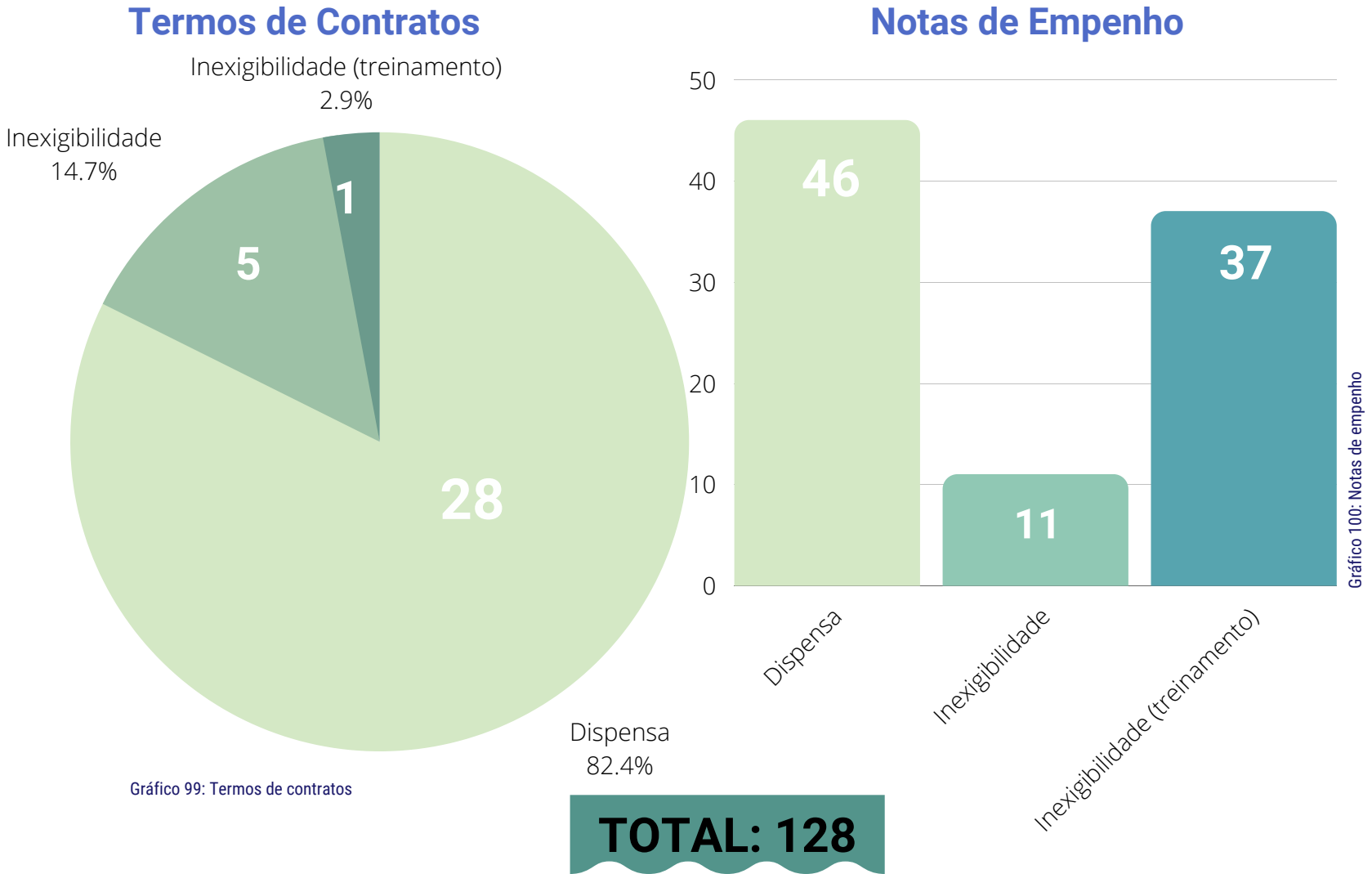
Licitações e contratações em números



Figura 25: Licitações e contratações em números

Contratações diretas

As contratações diretas realizadas correspondem a 38,44% do total das contratações celebradas pelo Órgão, inclusive aquelas destinadas a cursos e treinamentos. Esse percentual de contratações diretas decorreu principalmente do quantitativo de locações de imóveis (art. 24, X, da [Lei n.º 8.666/1993](#)), dispensas em razão do valor (art. 24, II, da [Lei n.º 8.666/1993](#)), de treinamentos e de outras contratações decorrentes de inexigibilidade (art. 25 da [Lei n.º 8.666/1993](#)) e em decorrência da [Lei n.º 13.979/2020](#) (prevenção Covid-19) e as emergenciais (art. 24, IV, da [Lei n.º 8.666/1993](#)). Todos os objetos e fundamentações legais das contratações realizadas encontram-se no Portal da Transparência deste Tribunal, acessível em: <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/compras/compras-realizadas-em-2020>.





O quantitativo de 58 licitações corresponde às licitações concluídas e homologadas, sendo que, dentre essas, tem-se 52 licitações homologadas com sucesso e 6 licitações homologadas com fracasso. Cumpre esclarecer, ainda, que 1 licitação homologada foi revogada e que foram publicados 62 procedimentos licitatórios no ano.



Gastos das contratações por modalidade

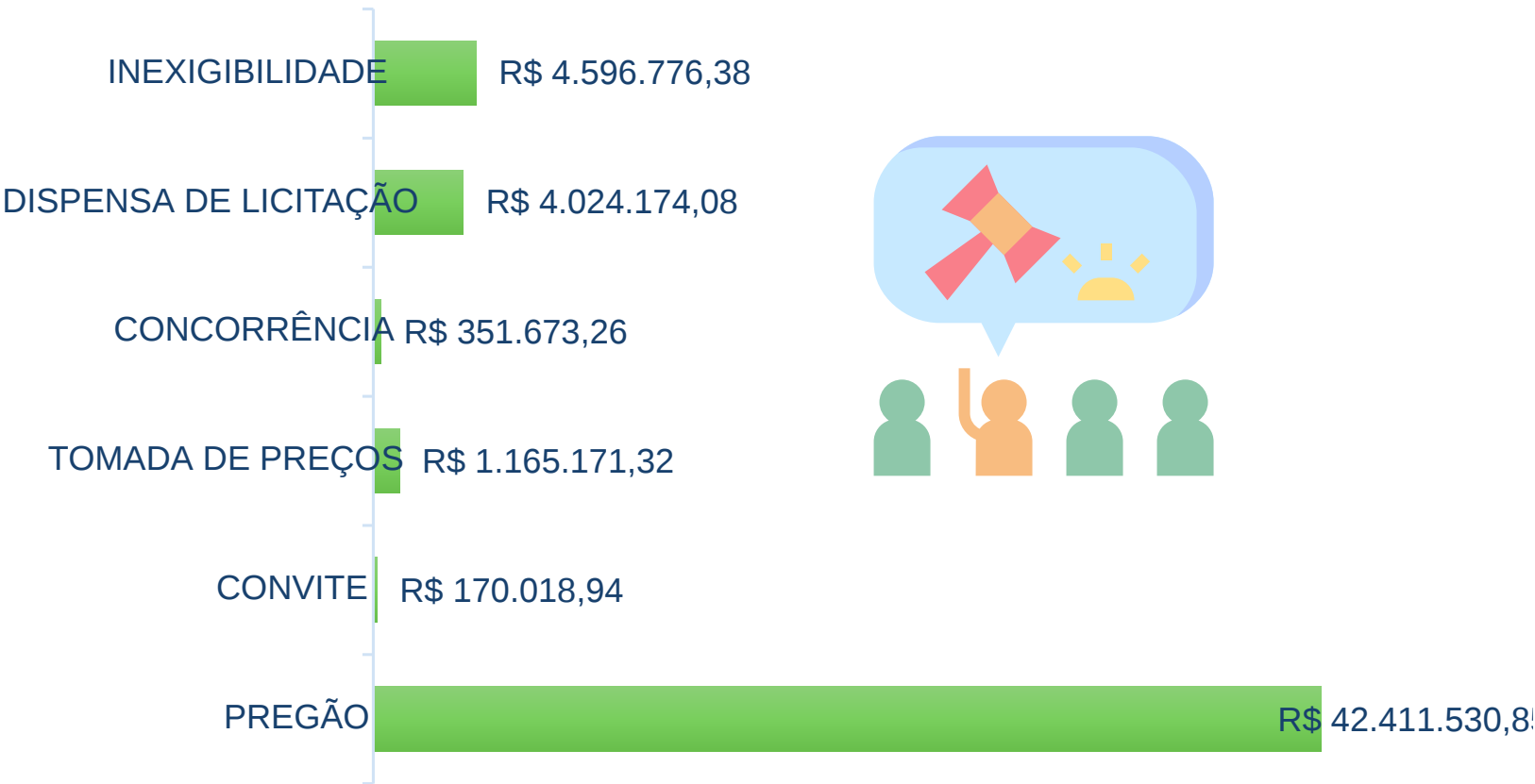


Gráfico 101: Gastos das contratações por modalidade

Gastos das contratações por finalidades

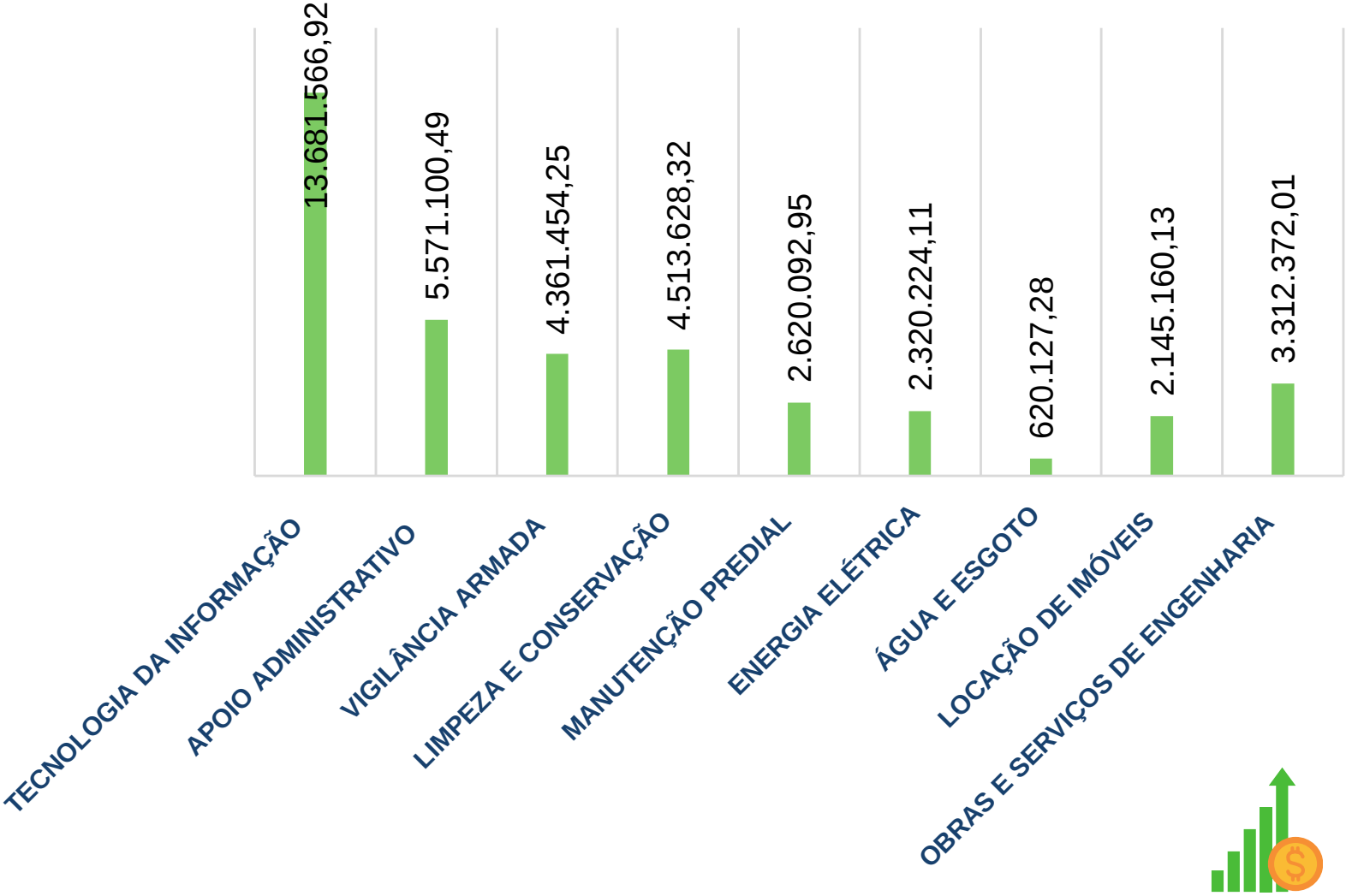


Gráfico 102: Gastos das contratações por finalidades



Fonte: SIAFI/SOF

Principais serviços contratados para o funcionamento administrativo

Além dos serviços corriqueiros para funcionamento do Órgão, merecem destaque as contratações advindas da crise imposta pela pandemia do coronavírus, que possibilitaram o retorno seguro dos servidores às atividades presenciais, em consonância com os objetivos estratégicos de *proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro* e *prestar atendimento de excelência ao público*, bem assim a realização das eleições municipais de 2020 com segurança sanitária para eleitores, candidatos e mesários, cumprindo, assim, a Missão do TRE-BA

FOTO DO ANEXO III

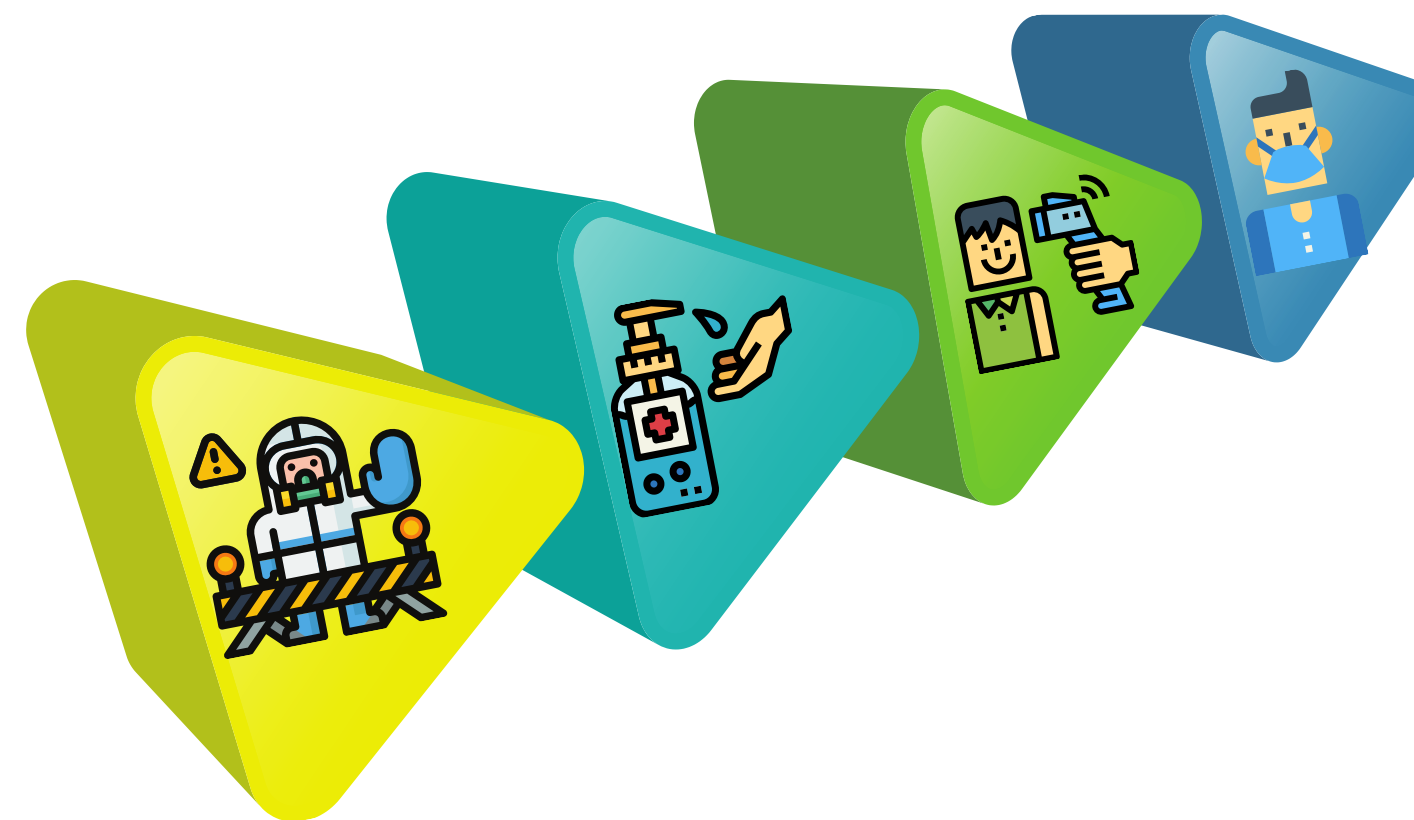


Fonte: COMANP/SEPROB

Destaca-se, também, a contratação de serviços especializados na área de **engenharia e arquitetura**, alinhado aos já mencionados objetivos estratégicos, além de *melhorar o desempenho dos processos organizacionais* e os serviços de apoio administrativo, abrangendo a **modernização da central telefônica** da sede do Tribunal e sua integração com as redes sociais mais conhecidas (*whatsapp, telegram, facebook*) e a implantação do atendimento robotizado (*chatbot*) e substituição da interface 2G para a tecnologia 3G, destinados a *prestar atendimento de excelência ao público* e a *consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade*.

Contratações mais relevantes

Dentre as contratações realizadas, releva-se a contratação da **reforma do edifício Anexo III** do TRE-BA, assim como as contratações de reforma das dependências do Edifício Sede, ambos na capital, e do Fórum Eleitoral de Jacobina, todas com o propósito de *prestar atendimento de excelência ao público* e de *proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro*. No que se refere às **contratações realizadas em função da pandemia de Covid-19**, ressalta-se a sanitização dos dutos de ar condicionado das instalações do TRE-BA e sanitização das instalações da capital e do interior, bem como aquisição de materiais de Proteção e Segurança, como máscaras, *dispensers* e *totens* de álcool em gel, protetores faciais *Face Shield*, termômetros de testa e protetores salivares, também com o intuito de *prestar atendimento de excelência ao público* e *proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro*.



Ações preventivas contra o novo coronavírus

Destacam-se também a aquisição de tapetes sanitizantes, distribuídos estrategicamente nos locais de acesso ao edifício Sede, Anexo II, Cartórios eleitorais da capital e do interior, bem como para o Centro de Apoio Técnico (CAT); a plotagem de piso para sinalização, com vistas a manter o distanciamento; instalação de setas direcionais, *banners* e placas de identificação (serviços de plotagem) e divisórias de acrílico para a Sala de Sessões e Auditório. Os EPIs (máscaras cirúrgicas, face shields), álcool em gel e líquido a 70% e adesivos sinalizadores disponibilizados às seções eleitorais foram doados pela iniciativa privada, por intermédio do TSE. Os serviços de plotagem realizados no Tribunal foram pautados na saúde de clientes nas eleições 2020, servidores e frequentadores dos fóruns eleitorais.



Reforma do Fórum Eleitoral de Vitória da Conquista

Releva-se, também, a execução da obra no Fórum Eleitoral de Vitória da Conquista, cuja reforma consistiu na reparação do telhado, estrutura de drenagem e escoamento das águas pluviais, bem como pinturas interna e externa, com adequação do prédio às normas de segurança do Corpo de Bombeiros.

Reforma do Fórum Eleitoral de Porto Seguro

A execução da reforma do Fórum Eleitoral de Porto Seguro, por sua vez, consistiu na redistribuição funcional dos espaços para abrigar mais uma Zona Eleitoral que fora transferida para o município em razão do rezoneamento. O imóvel foi adequado de acordo com as normas de acessibilidade, como a implantação de sirene áudio visual com botão *wireless* nos banheiros para pessoas com deficiência, bem como a modificação das rampas de acessibilidade. O imóvel foi vistoriado pelo Corpo de Bombeiros – AVBC, e atende às normas de segurança contra incêndio e pânico, previstas na legislação e no PPCI (Plano de Prevenção e Combate de Incêndios). A edificação passou por melhorias para atender aos critérios de sustentabilidade, como diminuição da área de grama e instalação de piso drenante.



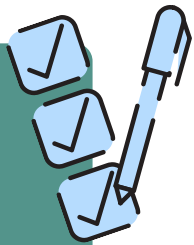
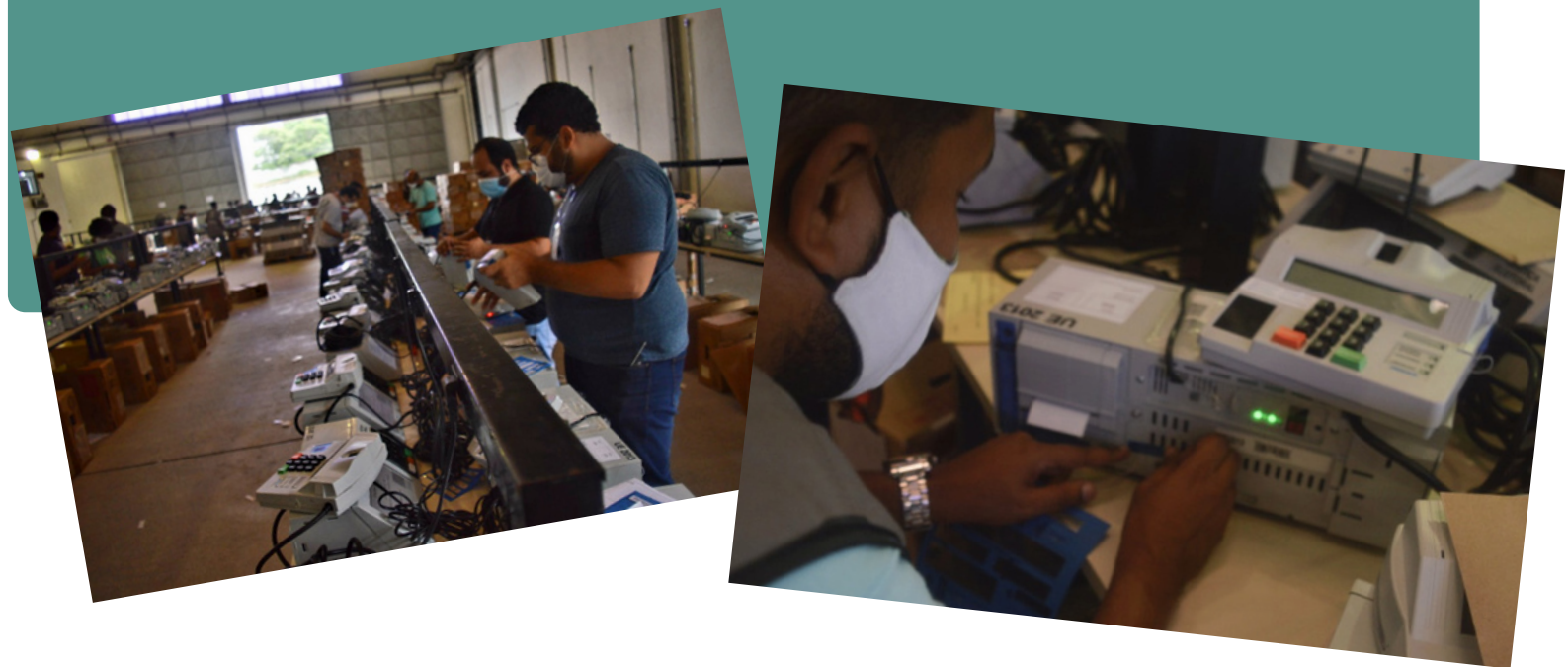
Fonte: COMANP/SEPROB

Auxiliares administrativos e operacionais

PARA FORTALECER A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

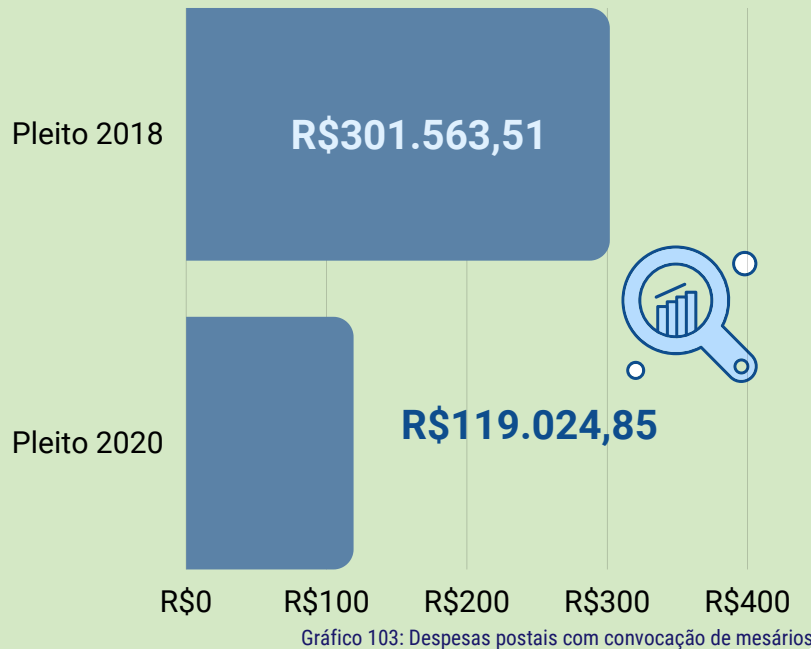
Foram contratados 104 auxiliares administrativos e operacionais para apoiar as atividades realizadas pelos cartórios eleitorais da capital durante as eleições de 2020, cuja atuação compreendeu:

- auxílio nas atividades relacionadas a treinamento e apoio aos mesários e demais colaboradores convocados para atuarem nos locais de votação;
- auxílio na preparação e distribuição dos materiais utilizados nas seções e locais de votação;
- auxílio na preparação, instalação, suporte e procedimentos de recolhimento e armazenamento das urnas eletrônicas para as eleições;
- prestação de suporte à geração de BU, via sistemas de apuração.



Despesas postais com convocação de mesários

Houve uma **redução significativa** das despesas postais relativas às cartas de convocação de mesários – Eleições 2020 – cartórios eleitorais da capital, tendo em vista que a maioria das zonas realizou a convocação por meio de *e-mail* e *whatsapp business*. As despesas com convocação de mesários na capital apresentaram redução em torno de 60% em relação ao total gasto no Pleito de 2018, conforme gráfico ao lado.



Principais desafios e ações futuras



Dentre os principais desafios da gestão, destacam-se revisão das minutas de editais, de contratos e demais ajustes, assim como dos normativos internos e procedimentos até então adotados, haja vista a iminente sanção do PL nº 4.253/2020, do Senado Federal, pelo Presidente da República, o qual substituirá a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011), causando grande impacto nas contratações; capacitação de todos os servidores da área de contratações na nova legislação a ser sancionada; efetiva implantação do Estudo Técnico Preliminar para todas as contratações e aprovação de novo indicador para medir a aderência ao Plano Anual de Contratações.

Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

Na área de gestão patrimonial e infraestrutura, as atividades do TRE-BA estão alinhadas ao previsto nos artigos 37 e 70 da Constituição Federal, Lei n.º 4.320/1964, Lei Complementar n.º 101/2000, Decreto-lei n.º 200/1967, Lei n.º 8.429/1992, Emenda Constitucional n.º 95/2016, Lei n.º 8.666/1993, Portaria da Presidência TRE-BA n.º 364/2017, Normas Brasileiras de Contabilidades e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial no âmbito da União.

Investimento em infraestrutura e equipamentos

Os investimentos e as despesas realizadas estão relacionados com os seguintes objetivos estratégicos: *proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro, prestar atendimento de excelência ao público, fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis e aperfeiçoar a qualidade do gasto público.*

Foram investidos **R\$3.050.099,59** em obras, aquisição de mobiliário, equipamento (exceto de TIC) e veículos, assim distribuídos:

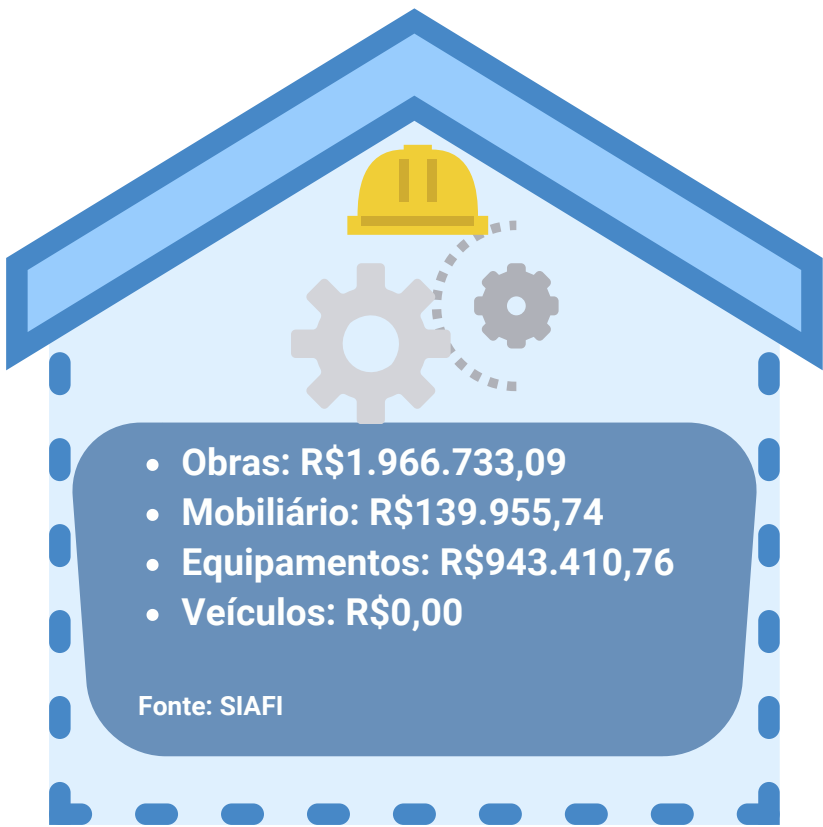


Figura 26: Investimento em infraestrutura e equipamentos

Manutenção da infraestrutura

Foram despendidos **R\$17.274.055,08** em manutenção da infraestrutura mobiliária (exceto de TIC e veículos) e imobiliária, distribuídos da seguinte forma:

- 
- Manutenção Predial: R\$3.443.993,40
 - Água/Esgoto: R\$620.127,28
 - Energia Elétrica: R\$2.320.224,11
 - Telefonia: R\$783.961,65
 - Limpeza: R\$4.513.628,32
 - Vigilância: R\$ 4.378.854,25
 - Manutenção de máquinas, equipamentos e bens móveis: R\$ 813.148,26
 - Seguro de imóveis: R\$ 14.800,00
 - Taxas condominiais: R\$ 18.671,30
 - Despesas com os SACs*: R\$ 366.646,51

Fonte: SIAFI

Figura 27: Manutenção da infraestrutura

Desfazimento de ativos



Não houve doação de bens em 2020, em função da vedação imposta pelo art. 73, §10, da Lei n.º 9.504/1997, que não permite o desfazimento de ativos em ano eleitoral.

Frota de veículos

A frota do Tribunal é composta por **39 veículos**, tendo sido despendidos **R\$2.762.563,14** com a sua utilização e conservação:

- **Serviços de condução:** R\$ 1.755.291,01
- **Manutenção:** R\$ 591.166,20
- **Combustíveis e lubrificantes:** R\$ 397.647,93
- **Seguro:** R\$ 18.458,00

Fonte: SIAFI



Figura 28: Frota de veículos

Relevante notar, pelo ineditismo, as contratações de serviços de monitoramento por GPS/GSM e de gestão por sistema de B.I. dos veículos pertencentes à frota do TRE-BA. A contratação do Serviço de Rastreamento dos Veículos permitiu o acompanhamento, em tempo real, do deslocamento de cada veículo em todo o território nacional, através de mapa digital, aumentando a segurança dos servidores, terceirizados e materiais durante os deslocamentos, bem como o aperfeiçoamento da logística do Órgão, ao custo de **R\$ 5.517,75**.

Imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral na Bahia

Atualmente, a Justiça Eleitoral da Bahia está instalada em **220 imóveis**, assim distribuídos: 21 imóveis próprios; 71 locações; 87 imóveis em cessão de uso; 04 imóveis em comodato; 37 cedidos por prefeituras/TJ para funcionarem como Postos de Atendimento ao Eleitor.

Locações de imóveis e equipamentos/mudanças e desmobilizações

Em 2020, o Tribunal despendeu **R\$4.151.314,05** com a locação de equipamentos, veículos e de imóveis para atendimento de demandas temporárias, cujos valores foram assim distribuídos:

- **Equipamentos:** R\$ 960.267,00
- **Mobiliários:** R\$ 22.030,27
- **Veículos:** R\$ 657.210,14
- **Imóveis:** R\$ 2.511.806,61

Fonte: SIAFI



Figura 29: Locação de Imóveis e Equipamentos/Mudanças e Desmobilizações

Em relação à despesa com locação de equipamentos, pontua-se que R\$292.319,46 (30,44%) diz respeito à ação Caminhão da Biometria e outros equipamentos destinados à realização das Eleições 2020. Ressalta-se, ainda, que 48,33% do valor total com locação de equipamentos são provenientes de Restos a Pagar 2019, o que poderia em parte explicar a baixa execução identificada no exercício 2019 (R\$109.560,35), conforme demonstrado na evolução histórica da página seguinte.

Custo com locação de imóveis e equipamentos



Figura 30: Evolução histórica equipamentos

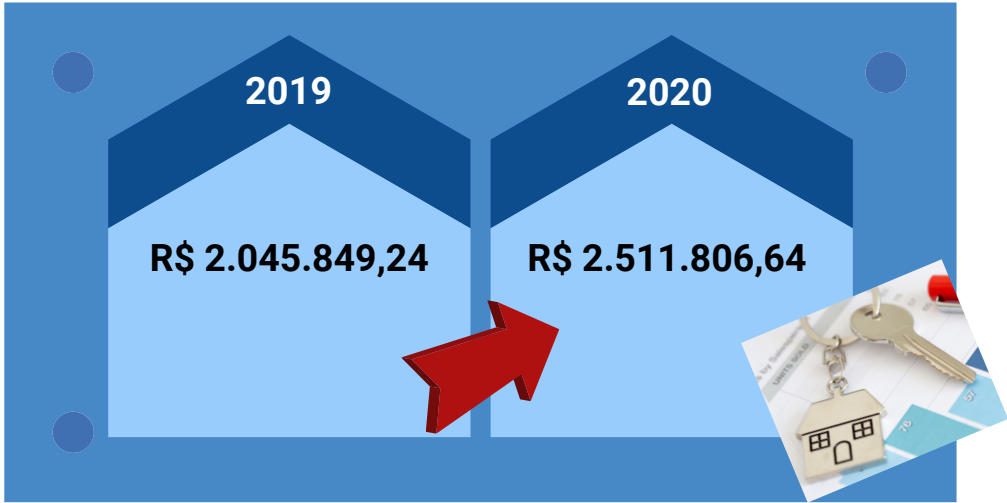


Figura 31: Custo com locação de Imóveis

A variação de custos com a gestão da infraestrutura imobiliária resulta essencialmente dos seguintes aspectos: locação de imóveis para servirem de locais de armazenamento provisório de urnas eletrônicas durante o período das Eleições, bem assim do imóvel locado emergencialmente em razão dos protocolos exigidos pela pandemia; ajustes locatícios contratualmente previstos; novas locações, decorrentes da mudança de alguns cartórios eleitorais de salas dos Fóruns de Justiça local para imóveis locados.

Resultados dos investimentos realizados

Os investimentos realizados na gestão da infraestrutura imobiliária tiveram como principal resultado a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, principalmente, no que se refere a:



Principais desafios e ações futuras

Dentre os desafios para o próximo exercício, destaca-se a meta estabelecida para atender também às exigências da NBR 9050 para cegos, como a instalação de pisos táteis e sinalização, dentre outras especificações; regularização das escrituras junto aos Cartórios de Registro de Imóveis e perante o Patrimônio da União, dos imóveis de propriedade deste Tribunal e, na sequência, no sistema patrimonial e SIAFI; implantação de Política de Gestão de Estoque e a devida capacitação da equipe.

Gestão da tecnologia da informação

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o TRE-BA segue regras e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ n.º 211/2015 e Resolução CNJ n.º 182/2013); Tribunal de Contas da União (Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria); da Justiça Eleitoral (a exemplo da Política de Segurança da Informação do TSE - Resolução Administrativa TSE n.º 23.501/2016); Governo Federal; padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC, além de obedecer a normas internas, a exemplo da Resolução Administrativa n.º 17/2018, que instituiu o Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC) neste Tribunal, alterada pela Resolução nº 29/2019, e das normas internas de segurança da Informação, disponíveis no link <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/seguranca-da-informacao-1>.

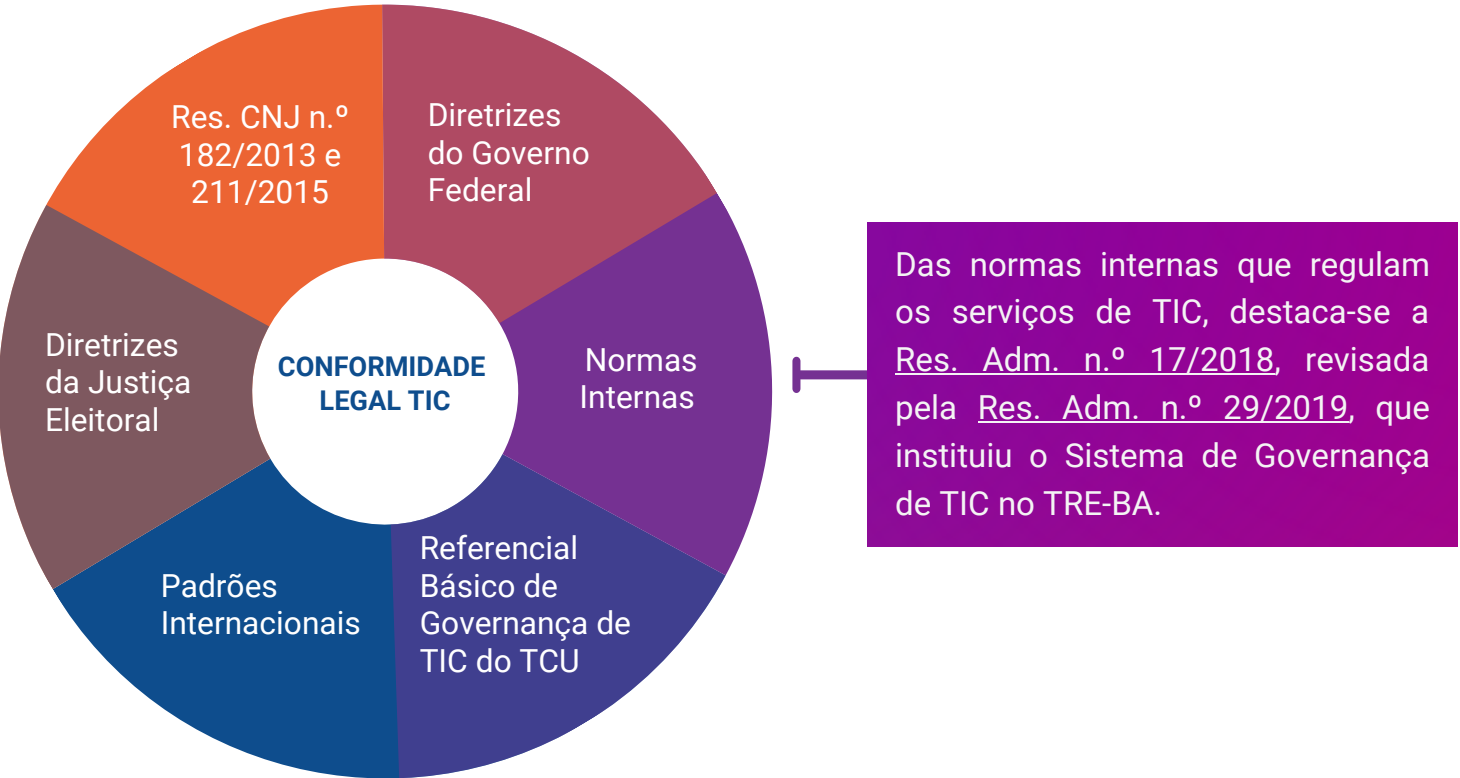


Figura 32: Conformidade Legal - TIC

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC 2016 – 2021), aprovado pela Portaria n.º 634/2016, foi formulado com base no Planejamento Estratégico do TRE-BA (PEI), e na Resolução CNJ n.º 211/2015. A Estratégia de TIC é fundamentada por sua missão, visão e valores, assim detalhados:



Figura 33: Direcionadores de TIC

As ações da área de TIC são direcionadas primordialmente pelos objetivos estratégicos “Aperfeiçoar a Governança de TIC” e “Promover a Melhoria dos Serviços de TIC” do PEI Institucional -, cujos desempenhos são mensurados por meio dos indicadores “i27 – Evolução do Índice de Governança de TIC” e “i29 – Taxa de Cumprimento das Metas do PETIC”, respectivamente, conforme já abordado na parte “Foco em objetivos estratégicos”.

O PETIC traz 10 (dez) objetivos específicos da área, conforme ilustrado no mapa estratégico abaixo:

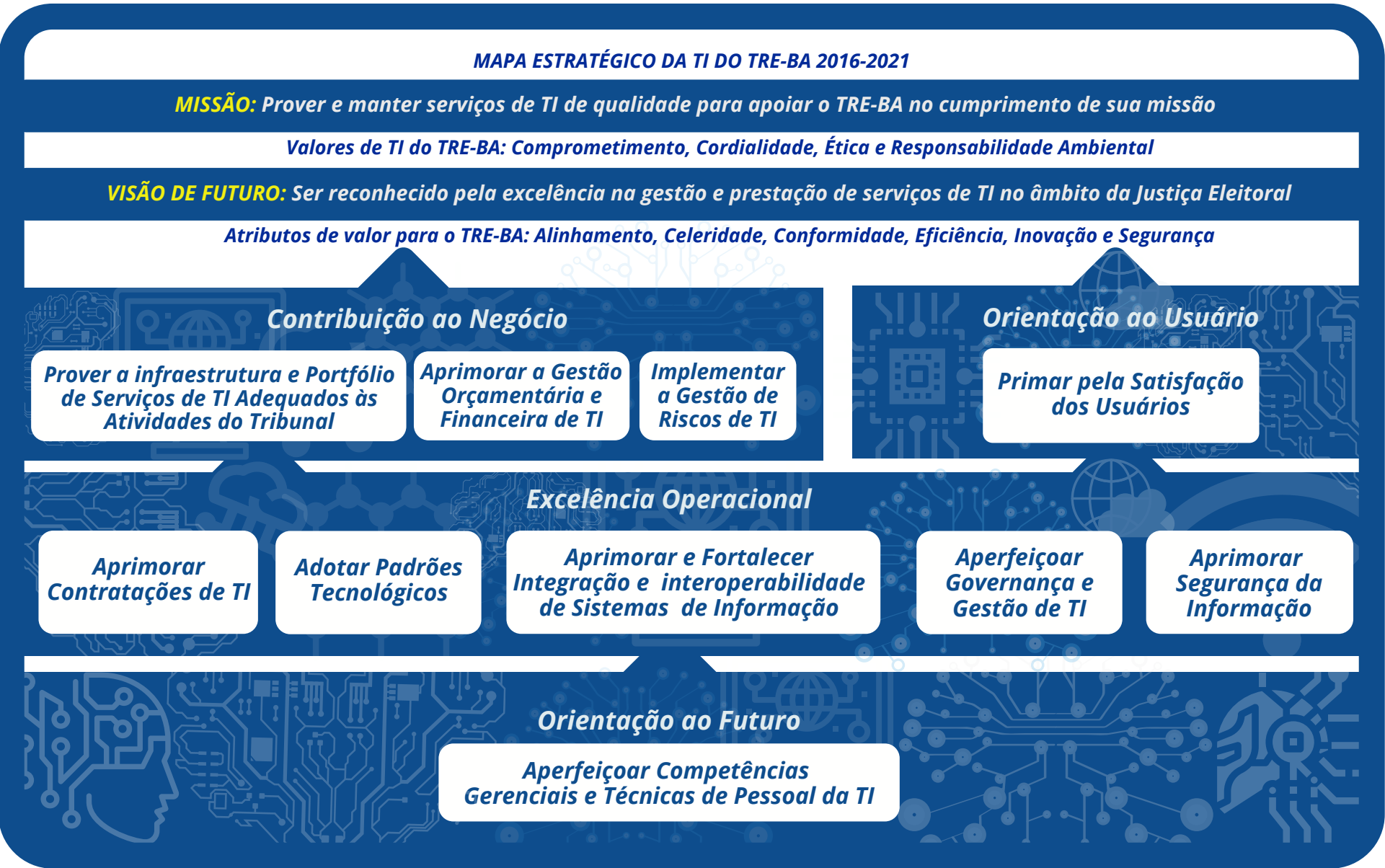
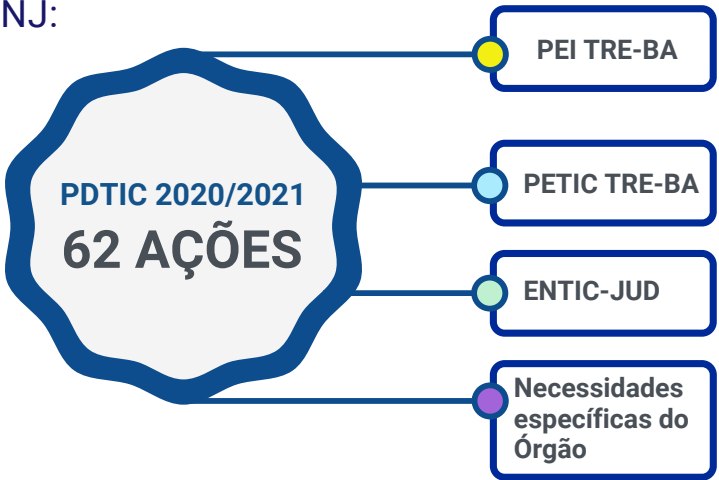


Figura 34: Mapa estratégico da área de tecnologia da informação do TRE-BA para o período de 2016 a 2021

Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2020/2021

Para alcance das metas estabelecidas no PETIC, foi aprovado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o biênio 2020-2021, formalizado pela Portaria n.º 81/2020, contemplando 62 ações da área.

O PDTIC consiste em instrumento de desdobramento da estratégia, que contempla diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos que visam a atender às necessidades de TIC do Órgão, incluindo as relacionadas às metas do PETIC, do PEI do TRE-BA e da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pelo CNJ:



Andamento das Ações do PDTIC 2020/2021

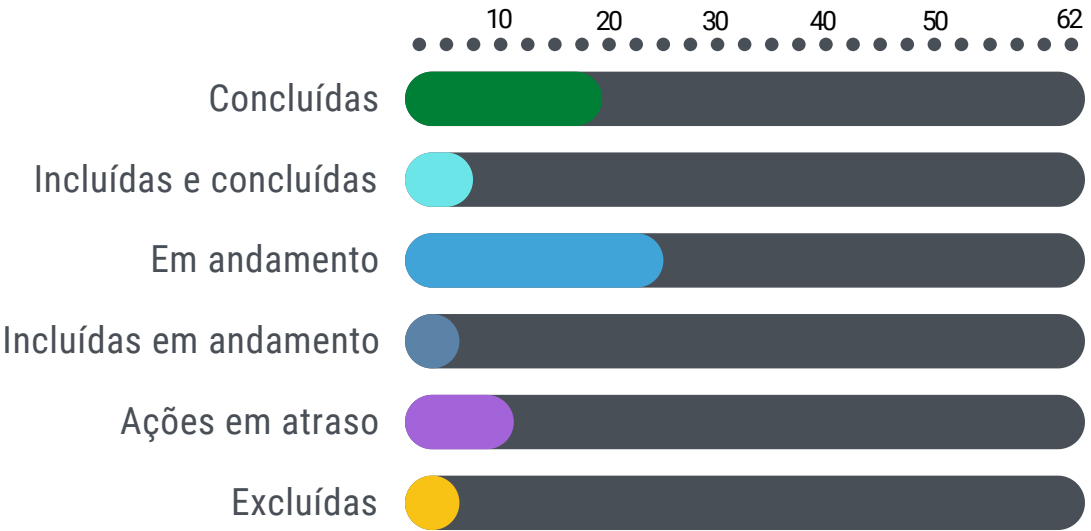


Gráfico 104: Estatísticas das ações do PDTIC 2020/2021

Modelo de governança

O modelo de governança de TIC do TRE-BA está alinhado ao modelo de governança do TRE-BA, baseando-se também nas normas definidas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). Sua principal finalidade é apoiar a Organização em decisões estratégicas relacionadas ao direcionamento dos recursos empregados na gestão e no uso da tecnologia da informação, observando os riscos e as prioridades do negócio e maximizando a geração de valor para as partes interessadas.



Figura 35. Modelo de Governança de TIC

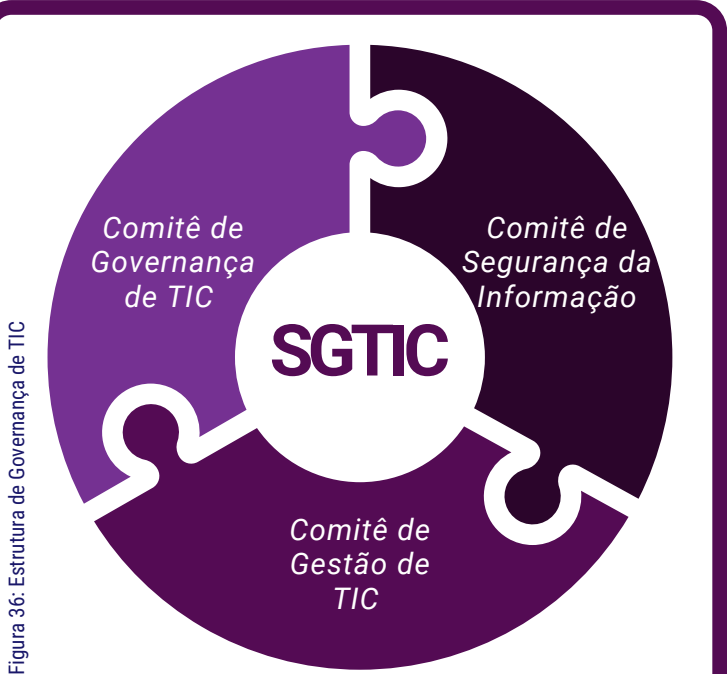


Figura 36: Estrutura de Governança de TIC

O Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC) foi instituído Resolução Administrativa TRE-BA n.º 17/2018 e revisado pela Resolução Administrativa TRE-BA n.º 29/2019. O SGTIC é quem determina princípios, políticas, diretrizes, estruturas, processos, papéis e responsabilidades para avaliar, direcionar e monitorar a gestão e o uso dos recursos de TIC. Sua estrutura vai ilustrada acima.

Indicadores e resultados alcançados6

INDICADORES DO PETIC	META 2020	ALCANÇADO
i1.Taxa de disponibilidade dos serviços críticos e essenciais de TIC	90% de disponibilidade	99,93%
i2.Taxa de execução orçamentária dos gastos em TIC	81% de execução orçamentária	93,79%
i3.Taxa de aderência orçamentária dos gastos em TIC	81% de aderência orçamentária	91,94%
i4 Número de processos críticos de TIC com riscos geridos	Avaliar e gerenciar riscos de 1 processo crítico	1
i5.Grau de satisfação com os serviços de TIC	80% de satisfação	89,8%*
i6. Quantidade de padrões tecnológicos executados em conformidade	Identificar os processos que serão priorizados e elevados à categoria "adota integralmente"	Processos identificados
i7.Evolução do índice de Governança de TIC	0,85 do Índice de Governança	0,80
i8. Índice de aderência ao MNI (jud. e adm)	90% de novos sistemas judiciais e 85% de novos sistemas administrativos aderentes ao MNI	Suspenso temporariamente
i9.Taxa de aderência do plano de contratações de TIC	70% de aderência	37,50%
i10. Índice de serviços de TIC implementados com requisitos de segurança da informação estabelecidos	80% de serviços de TIC, novos ou modificados, com requisitos de SI	Suspenso temporariamente
i11. Taxa de execução do plano anual de capacitação de pessoal da TIC	75% de execução do PAC TIC	76%

*Pesquisa não atingiu o percentual mínimo de 40% dos usuários de TIC

Tabela 4: Indicadores e resultados alcançados - TIC

 METAS DO PETIC NÃO ALCANÇADAS E DIFICULDADES RELACIONADAS

-  **i5.Grau de satisfação com os serviços de TIC:** embora o grau de satisfação dos respondentes à pesquisa tenha superado à meta proposta, o número de respondentes foi de 279, inferior ao suficiente para a consideração do resultado como representativo para o Órgão (40% do total de servidores).
-  **i7.Evolução do índice de Governança de TIC:** prejudicado pela ocorrência da pandemia, que demandou concentração de esforços de uma equipe já reduzida na viabilização do trabalho remoto. Ainda, sofreu impacto direto do decréscimo da avaliação na Dimensão 7 do IGovTIC-JUD, devido à consideração dos usuários do PJE no cálculo da força de trabalho ideal para a área - ressalta-se que o suporte ao PJE é feito pela TSE, sem ingerência do TRE. Diante do contexto, a manutenção do índice em 0,8 foi considerado um bom resultado.
-  **i9.Taxa de aderência do plano de contratações de TIC:** impactado pela inclusão de grande número de novas contratações, influenciado também pelas mudanças de planos decorrentes da pandemia.

Evolução da Taxa de Cumprimento do PETIC

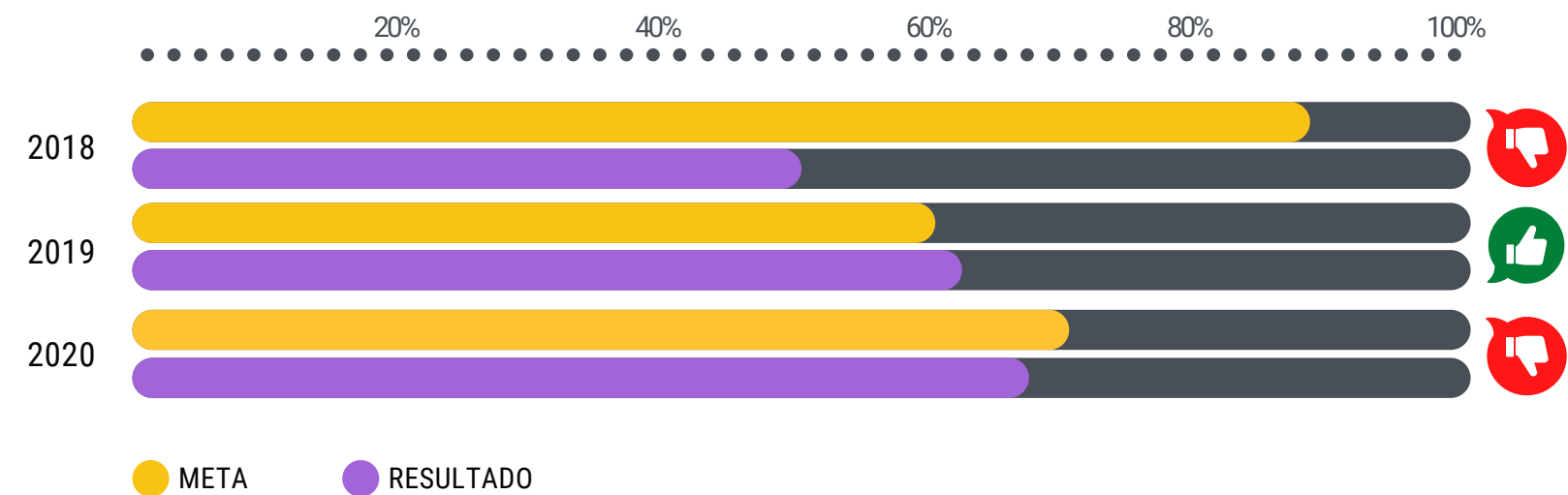


Gráfico 105: Evolução da taxa de cumprimento do PETIC

Montante de recursos aplicados em TIC

O total de despesas empenhadas na área de TIC em 2020 foi de **R\$ 12.893.713,00**. Este valor inclui os créditos adicionais recebidos no exercício, bem como os remanejamentos realizados no decorrer do ano. Seguem, nas tabelas abaixo, os recursos aplicados em TIC, separados por ação orçamentária.

RECURSOS APLICADOS EM TIC: IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR - BIOMETRIA (R\$)			
Grupo Despesa	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Valor pago em RP em 2020
Investimento	-----	-----	-----
Custeio	393.677	390.689	495.584
TOTAL	393.677	390.689	495.584

Fonte: SIAF/SOF - Tesouro Gerencial, em 31.12.20
Tabela 5: Recursos aplicados em TIC/Ação Orçamentária Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - BIOMETRIA

RECURSOS APLICADOS EM TIC: 20GP - JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA DA JUSTIÇA ELEITORAL (R\$)			
Grupo Despesa	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Valor pago em RP em 2020
Investimento	702.269	676.026	1.853.780
Custeio	9.734.725	9.115.483	3.542.900
TOTAL	10.436.994	9.791.509	5.396.680

Fonte: SIAF/SOF - Tesouro Gerencial, em 31.12.20
Tabela 6: Recursos aplicados em TIC/Ação Orçamentária 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral

RECURSOS APLICADOS EM TIC: PLEITOS ELEITORAIS NACIONAL (R\$)			
Grupo Despesa	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Valor pago em RP em 2020
Investimento	-----	-----	-----
Custeio	1.372.000	1.336.369	71.155
TOTAL	1.372.000	1.336.369	71.155

Fonte: SIAF/SOF - Tesouro Gerencial, em 31.12.20
Tabela 7: Recursos aplicados em TIC/Ação Orçamentária Pleitos Eleitorais

RECURSOS APLICADOS EM TIC: PLEITOS ELEITORAIS NACIONAL - ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO (R\$)			
Grupo Despesa	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Valor pago em RP em 2020
Investimento	-----	-----	-----
Custeio	691.042	590.961	-----
TOTAL	691.042	590.961	-----

Fonte: SIAF/SOF - Tesouro Gerencial, em 31.12.20
Tabela 8: Recursos aplicados em TIC/Ação Orçamentária atualização e manutenção do sistema de votação e apuração

Contratações mais relevantes

Em meio a um cenário de pandemia e de significativas mudanças nos processos de trabalho, o planejamento de contratações de TIC sofreu significativas e necessárias mudanças que impactaram a aderência ao que inicialmente havia sido planejado, conforme já mencionado na análise dos indicadores do PTIC. Assim, as novas contratações firmadas no decorrer do exercício, além das atinentes ao processo eleitoral, envolveram prioritariamente equipamentos que viabilizassem o trabalho remoto pelos servidores do Órgão, em cumprimento à recomendação de isolamento social. No tocantes às eleições, a aquisição de Antena Rural possibilitou a transmissão remota dos resultados do pleito em pontos de difícil acesso, utilizando-se de tecnologia 4G, o que conferiu maior agilidade à apuração dos votos. Confira as contratações novas mais relevantes para o TRE-BA na planilha abaixo:

CONTRATAÇÕES NOVAS MAIS RELEVANTES DA ÁREA DE TIC

CONTRATAÇÕES	N.º DO CONTRATO OU EMPENHO	PAGO EM 2020 (R\$)
6.000 baterias para urnas eletrônicas	Notas de Empenho n.º 2020NE000696 e n.º 2020NE001490	R\$ 498.780,00
22 licenças de ferramenta de acesso a Webconferência (ZOOM)	Nota de Empenho n.º 2020NE001440	R\$ 24.141,62
06 Notebooks destinados à Corte Eleitoral	Nota de Empenho n.º 2020NE001624	R\$ 27.480,00
Antena Rural para pontos de transmissão remota nas Eleições	Nota de Empenho n.º 2020NE001806	R\$ 30.881,20
Microtiks para o trabalho remoto	Nota de Empenho n.º 2020NE00689	R\$ 22.232,60

Fonte: STI
Tabela 9: Contratações novas mais relevantes com recursos de TIC

Em relação às contratações continuadas mais relevantes de TIC vigentes no exercício, destacam-se as relacionadas à comunicação de dados entre as unidades remotas e a sede do Tribunal - *Backbone* VPN/VIP, *Links de Internet* e Serviços de Telecomunicações -, a de serviços de service desk e sustentação de infraestrutura e tecnologia, que fornecem suporte aos usuários internos, contribuindo para a continuidade dos serviços, e a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de urnas, de fundamental importância para o bom andamento das eleições. Essas contratação estão detalhadas na planilha abaixo:

CONTRATAÇÕES CONTINUADAS MAIS RELEVANTES DA ÁREA DE TIC

CONTRATAÇÕES	N.º DO CONTRATO OU EMPENHO	PAGO EM 2020 (R\$)
Serviços de terceirização de impressão (outsourcing)	Contrato n.º 109/2014; Contrato n.º 62/2020	R\$ 794.821,47
Certificados digitais para pessoa física (e-CPF), TIPO A3	Nota de Empenho n.º 2020NE001144	R\$ 22.462,95
Contratação de Serviço de Service Desk e Sustentação de Infraestrutura de Tecnologia para Organização, Desenvolvimento, Implantação e Execução Continuada de Tarefas de Suporte	Contrato n.º 122/2018	R\$ 2.198.621,37
Prestação de serviços de conservação das urnas eletrônicas da Justiça Eleitoral	Contrato n.º 12/2016	R\$ 544.484,79
Locação de 350 notebooks, incluindo a prestação de serviços de manutenção corretiva	Contrato n.º 116/2018; Contrato n.º 46/2019	R\$ 459.360, 80
Backbone - VPN/VIP	Contrato n.º 55/2015	R\$ 3.878.391,09
Links de Internet/Sede	Contrato n.º 83/2015	R\$ 154.036,12
Serviços de telecomunicação de dados	Contrato n.º 56/2015	R\$ 2.151.320,49

Fonte: STI
Tabela 10: Contratações continuadas mais relevantes com recursos de TIC

Projetos, ações e sistemas

As principais iniciativas do TRE-BA em TIC envolveram ações emergenciais voltadas à continuidade dos serviços eleitorais durante a pandemia, o atendimento ao cronograma eleitoral e à demandas internas relacionados à área de TIC.

Esta parte trás maiores informações sobre tais ações e busca mostrar a participação, em 2020, da função de TIC na cadeia de valor do Tribunal.

viabilização: TRABALHO REMOTO

- Implantação de infraestrutura para acesso à rede interna com o uso de *Microtik*s, VDI e JecDesktop, viabilizando o trabalho remoto de servidores, magistrados e demais colaboradores
- Disponibilização de notebooks para o uso de servidores em trabalho remoto
- Implantação de sessões virtuais do Pleno por meio de plataformas de webconferência
- Implantação do SEI - Sistema Eletrônico de Processos -, software de tramitação de processos administrativos acessível de forma remota
- Migração dos processo administrativos em tramitação no sistema PAD para o SEI
- Disponibilização de ferramenta para reuniões virtuais, capacitações on-line e audiências virtuais

benefícios das ações

- Continuidade das atividades administrativas e jurisdicionais durante a pandemia
- Preservação da saúde de servidores e colaboradores
- Redução de custos de manutenção da estrutura física do Órgão
- Estas ações devem continuar gerando valor mesmo após a pandemia, em vista da possibilidade da efetivação do Teletrabalho no Órgão

associação à Cadeia de Valor

- MACROPROCESSO DE APOIO: Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica
- PROCESSO: Disponibilizar Tecnologias de Gestão

projeto RESIDÊNCIA em TI

O projeto é uma iniciativa estratégica fruto da parceria do TRE-BA com a Universidade Federal da Bahia - UFBA, que promove o curso de Pós-Graduação em TI para estudantes bolsista e servidores do TRE, com foco no planejamento e desenvolvimento de soluções de *software* para as diversas áreas do Tribunal.

benefícios da projeto

- Capacitação e desenvolvimento de servidores e acadêmicos de TIC;
- Desenvolvimento de soluções de *software* para atender à necessidades do TRE-BA

associação à Cadeia de Valor

- MACROPROCESSO DE APOIO: Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica
- PROCESSO: Disponibilizar Tecnologias de Gestão

implantação: PAINÉIS DE MONITORAMENTO

implantação de painéis de monitoramento de processos do PJE do 1º e do 2º grau de jurisdição

Implantação de painel de monitoramento dos processos relacionados ao tema COVID-19

benefícios das ações

- Prover à gestão com informações para a tomada de decisão relacionada a processos jurisdicionais
- Prover à gestão com informações para a tomada de decisão relacionada ao enfrentamento da pandemia

associação à Cadeia de Valor

- MACROPROCESSO FINALÍSTICO: Prestação Jurisdicional
- PROCESSO: Realizar a Gestão Processual

apoio aos TRABALHOS ELEITORAIS

Apoio às Eleições Municipais do Estado

Apoio à Eleição Suplementar de Pilão Arcado

Implantação do SGIE - Sistema de Gerenciamento das Eleições

Aperfeiçoamento do SATRE - Sistema de Acompanhamento da Transmissão Remota

Manutenção evolutiva de sistemas de logística e de concessão de benefícios a mesários

benefícios das ações

Prestação de suporte para os sistemas eleitorais, compatibilização da nova infraestrutura implantada no TSE e viabilização de trabalho remoto para as atividades preparatórias

Suporte para instalação, configuração e operação dos sistemas eleitorais, preparação das urnas eletrônicas e uso do "JEConnect" para transmissão de resultados

O uso do *software* desenvolvido pelo TRE-TO otimizou a convocação e a gestão das atividades relacionadas aos mesários

O aprimoramento permitiu a emissão de alertas que possibilitaram a confrontação do horário previsto para transmissão dos boletins de urna com o horário efetivamente transmitido

Aprimoramento das atividades de logística das Eleições e utilização da Carteira Digital para pagamento do auxílio alimentação aos mesários, facilitando esta atividade

associação à Cadeia de Valor

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: Eleições

PROCESSOS: Realizar Atos Preparatórios
Realizar Eleição

viabilização: SERVIÇOS ON-LINE

Implantação do Balcão Virtual

Implantação do TítuloNet

Implantação do Coleta TTE

Implantação do ColetaDoc

benefícios das ações

Possibilitou a comunicação on-line do cidadão com unidades do TRE-BA durante a pandemia, contribuindo para a continuidade dos serviços

A solução possibilitou o atendimento on-line do eleitor para o uso de serviços de alistamento, regularização, transferência e revisão de seu cadastro eleitoral

Permitiu a transferência temporária dos locais de votação dos eleitores de forma remota, viabilizando o serviço e respeitando o isolamento social

Também contribuiu para a continuidade dos serviços eleitorais durante a pandemia, na medida em que permitiu a coleta virtual de documentos de eleitores com demandas eleitorais, para posterior processamento pelas Zonas

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: Cadastro Eleitoral e Partidário

PROCESSO: Prestar Atendimento ao Eleitor

outras AÇÕES de TIC

Suporte ao último ciclo da Biometria

Desenvolvimento do Sistema da Ouvidoria

Suporte à implantação do novo Diário de Justiça Eletrônico

Desenvolvimento do Sistema de Agenda Institucional

Desenvolvimento do sistema de Gasto Postal

Implantação do Sistema de Agenda Médica/Odontológica on-line e de controle de avaliações

Implantação do GPT - novo sistema de Gestão de Postos de Trabalho

Desenvolvimento do sistema para emissão de Diplomas para as Eleições 2020

Início do desenvolvimento do GEORFI - Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira

Desenvolvimento de Sistema de Gerenciamento das Solicitações de Serviços à Seção de Apoio à Capital

Desenvolvimento de sistema de apoio ao Cerimonial

Desenvolvimento do sistema de gerenciamento para Seção de Manutenção dos Cartório do Interior

Segurança da informação

Em 2020, o assunto segurança da informação ganhou mais importância no TRE-BA em razão da necessidade de concessão de acesso remoto à rede interna do Órgão e de ofertar serviços on-line aos clientes desta Justiça Eleitoral. Aliado a este contexto, pouco antes da realização das Eleições foram identificadas invasões *hakers* a algumas instituições públicas, o que tornou o tema ainda mais prioritário para a Administração deste Tribunal.

Para mitigar o risco de ataque cibernético durante os trabalhos eleitorais foram seguidas as recomendações do "Grupo de Trabalho de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral" acatadas pelo TSE, que coordenou os Regionais na execução de ações neste sentido durante as Eleições 2020. Com base nessas recomendações, diversas ações foram executadas para prevenção ao risco durante as Eleições Municipais. Abaixo, listamos algumas delas e outras medidas adotadas após a concessão de acesso remoto à rede interna.

Conforme já falado na parte afeta à Governança, vale lembrar que o Comitê de Segurança da Informação, com apoio da Comissão de Segurança da Informação, e subsidiado pela ETIR, deu continuidade, em 2020, ao trabalho de fortalecimento da segurança da informação do órgão. Este trabalho vem sendo desenvolvido desde a adoção da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral (Resolução TSE n.º 23.501/2016), regulamentada pelo TRE-BA pela Portaria n.º 611/2017.

**AÇÕES DE CONTROLE AO RISCO DE ATAQUE CIBERNÉTICO**

**ORIENTAÇÕES AOS USUÁRIOS PARA:**

- troca de senha de rede e de bancos de dados;- desligamento de todos os computadores ao final do expediente, evitando vulnerabilidades em horários em que não haja o monitoramento da infraestrutura;
- atualização do antivírus *Trend Office Scan* nos computadores e *notebooks* do TRE.

**DESLIGAMENTO DE EQUIPAMENTOS** de servidores de teste, homologação e de serviços não críticos. Foram desligados até após a conclusão de cada pleito.

**EXCLUSÃO DE ACESSO A CORREIO ELETRÔNICO** pela internet desde a antevéspera até o encerramento de cada turno das Eleições.

**DESATIVAÇÃO DAS REDES SEM FIO** até após o encerramento de cada pleito.

**SUSPENSÃO DO ACESSO À INTERNET** desde a antevéspera de cada pleito.

**EXCLUSÃO DE ACESSO PELA INTERNET** a sistemas internos desde 3 dias antes de cada pleito até após os respectivos encerramentos.

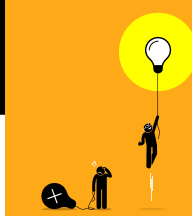
**INÍCIO DE PROJETO** para habilitação de duplo fator de autenticação.

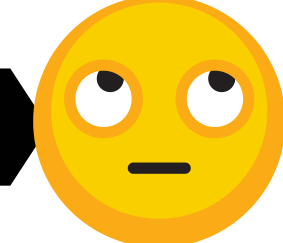
Dificuldades e desafios futuros em TIC

O incremento das tecnologias de informação e comunicação e a inclusão digital da sociedade canalizam cada vez mais os processos de trabalho a melhorias relacionadas à automação ou à disponibilização de serviços on-line. Também a busca por maior eficiência em uma estrutura que se espera cada vez mais enxuta impõe à Administração Pública o direcionamento do trabalho humano a atividades que não possam ser executadas pela máquina. Neste sentido, se espera que as demandas de TIC continuem crescentes, e os recursos desta área, inclusive de pessoal, devem ser priorizados.

Mesmo diante deste cenário, atualmente a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-BA conta com *deficit* de pessoal, segundo os cálculos recomendados pelo CNJ para definir o quantitativo ideal da força de trabalho do Órgão. Assim, dentre outras adversidades, o grande desafio do Tribunal é mudar esta avaliação a curto prazo, reconhecendo o imperativo protagonismo da área de TIC, sob o risco de não acompanhar as oportunidades advindas do desenvolvimento tecnológico.

**DIFICULDADES ENFRENTADAS**



**DESAFIOS FUTUROS**

**DÉFICIT DE PESSOAL**
segundo cálculos do CNJ, a área de TIC tem *deficit* de servidores efetivos

**SURGIMENTO DE DEMANDAS IMPREVISTAS**
em razão da Covid-19, ações emergenciais, para a viabilizar o trabalho remoto pesaram para o planejamento da área

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA**
sobretudo as de Governança, Segurança da Informação e Gestão de Contratos, que sobrecarregam as unidades de TIC

**FORTALECER A ÁREA DE TIC**
resolver o *deficit* de pessoal, priorizar recursos para a área e instituir mecanismos efetivos de valorização do servidor

**CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DE SISTEMAS**
definir formalmente critérios objetivos de priorização de desenvolvimento de sistemas, exigindo o desenho do fluxo do processo relacionado antes do desenvolvimento

**ALAVANCAR O ÍNDICE DO IGovTIC**
por meio do apoio às ações das unidades relacionadas ao questionário do CNJ

Sustentabilidade ambiental

O termo sustentabilidade em um conceito mais amplo está associado a soluções, caminhos e planos que busquem resgatar adoções de práticas capazes de administrar a atuação do indivíduo ou grupo de pessoas, no espaço que os rodeiam, de forma a causar o menor impacto possível ao meio ambiente.

Perfilado a esse conceito, o Plano de Logística Sustentável - PLS do TRE-BA, elaborado para o ciclo 2018 a 2021 e revisado nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, alinha-se ao Planejamento Estratégico Institucional e ao disposto nas Resoluções CNJ n.º 201/2015 e TSE n.º 23.474/2016.

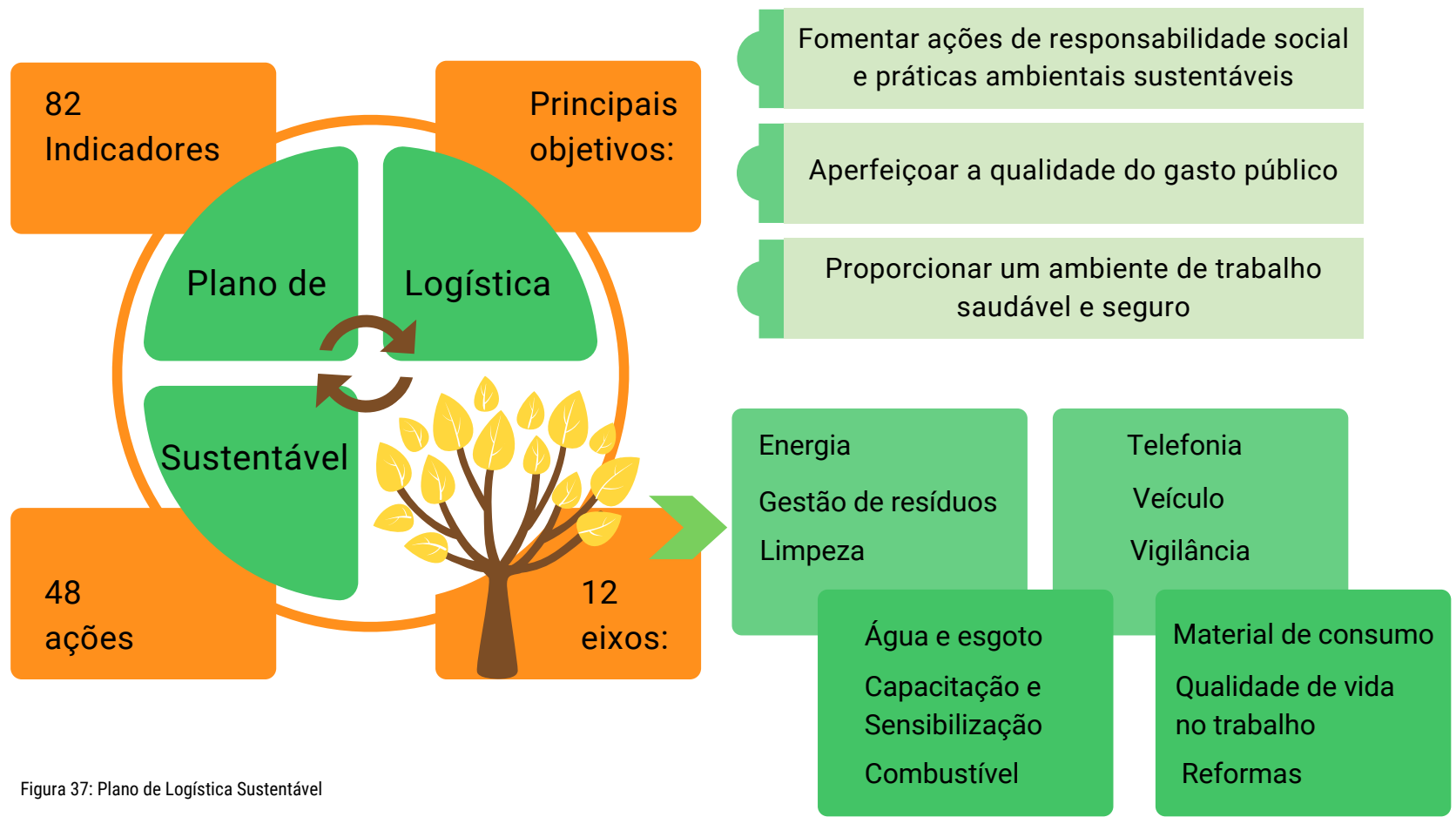


Figura 37: Plano de Logística Sustentável

Em 2020, a revisão do PLS 2018-2021 teve por base o impacto do distanciamento social sobre as ações do Plano; a necessidade de impulsionar a atuação dos Grupos Executivos; e o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) face a iminente alteração da Resolução CNJ n.º 201/2015.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

- Exclusividade e cota de participação para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- Observância às normas técnicas da ABNT e do INMETRO e Exigência do selo PROCEL.
- Destinação ambientalmente adequada para materiais recicláveis ou reutilizáveis, de acordo com as diretrizes fixadas pela Lei n.º 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Exigência de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- Direito de preferência assegurado, conforme art. 3º da Lei n.º 8.248/1991, regulado pelo art. 5º, do Decreto n.º 7.174/2010.
- Previsão de logística reversa, em atendimento à Lei n.º 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e visando a preservação do meio ambiente.
- Adoção das práticas de sustentabilidade na execução dos serviços de limpeza, conforme normas estabelecidas na IN MPOG/SLTI n.º 1/2010.
- Exigência de assento e encosto revestidos em couro ecológico, no caso de aquisição de cadeiras (mobiliário geral).
- Exigência de fabricação de paletes em madeira de reflorestamento e paletes plásticos em material atóxico e reciclável.
- Exigência de aquisição de detergentes e limpadores instantâneos com tensoativo biodegradável.
- Exigência de utilização de fluido refrigerante ecológico e de compressor rotativo ou Scroll, de alta eficiência energética, além do Selo Procel, nas aquisições de condicionadores de ar.
- Aquisição de assinaturas de periódicos em formato eletrônico; Coletânea de Normas Eleitorais e Partidárias – Eleições 2020 em meio eletrônico.
- Respeito à racionalização no uso da água de acordo com o exigido no art. 6º, inciso II da IN SLTI/MPOG n.º 01/2010, no serviço de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água e utilização de produtos de baixa toxicidade, inodoros, inócuos à saúde e liberados pelo Ministério da Saúde.
- Observância ao disciplinado pela Resolução CONAMA n.º 401/2008, que estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas e o gerenciamento ambientalmente adequado, nas aquisições de pilhas (material de processamento de dados e outros).
- Aquisição de lâmpadas de LED, para redução do consumo energético e geração de economia.

Nota: ">" Critérios adotados a partir de 2020

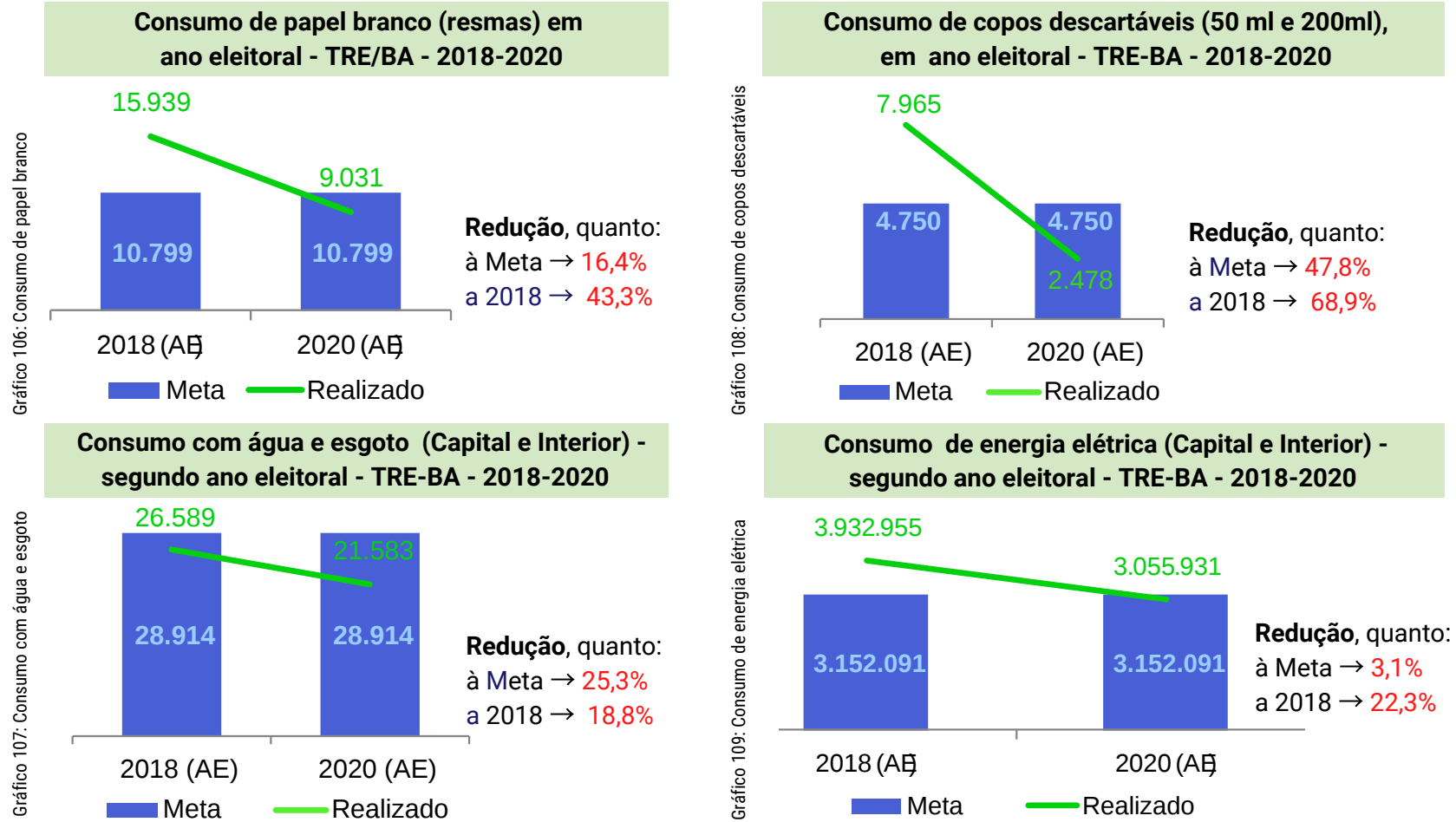
Quadro 19: Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

Resultados alcançados

O isolamento social imposto como medida de prevenção ao novo coronavírus dificultou bastante a concretização das ações planejadas pelo PLAS, embora o Órgão tenha dado preferência à realização de eventos por meio virtual. Observa-se que foram impactadas a quantidade de material coletado pelas cooperativas e as campanhas voltadas à conscientização direcionada ao cuidado com o meio ambiente. Os resultados indicam uma posição satisfatória e compatível com o cenário vivenciado no exercício de 2020.

Foram alcançadas as metas estabelecidas nos dois indicadores vinculados ao Planejamento Estratégico Institucional, destacando-se o consumo de energia elétrica, que nos últimos exercícios apresentou resultado negativo, e a redução de mais de 60% no consumo de copos descartáveis, em relação ao ano de 2018.

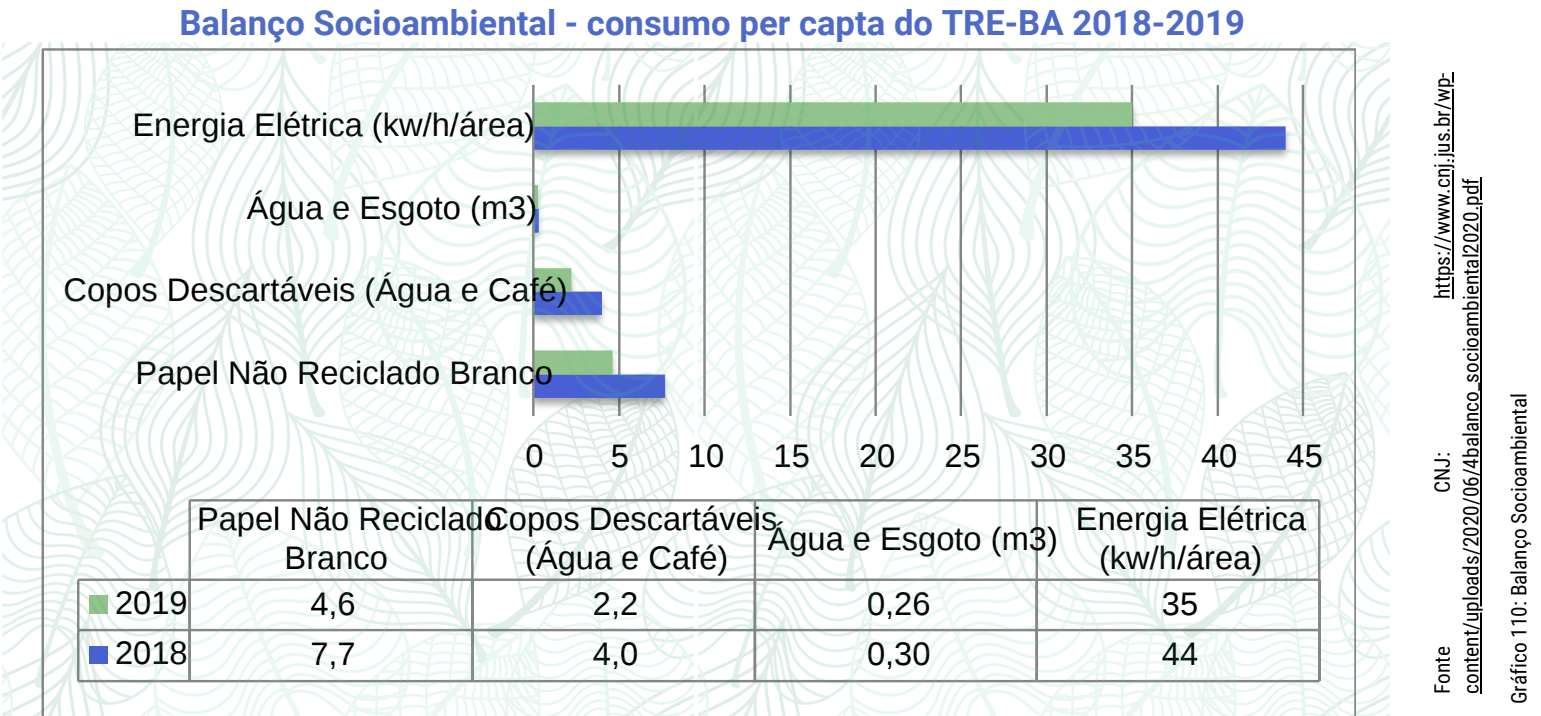
Seguindo o disposto na Resolução TSE n.º 23.474/2016, os gráficos a seguir demonstram o comportamento do consumo quando comparados os exercícios de 2018 e 2020, ambos anos eleitorais:



Desempenho do TRE-BA no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário

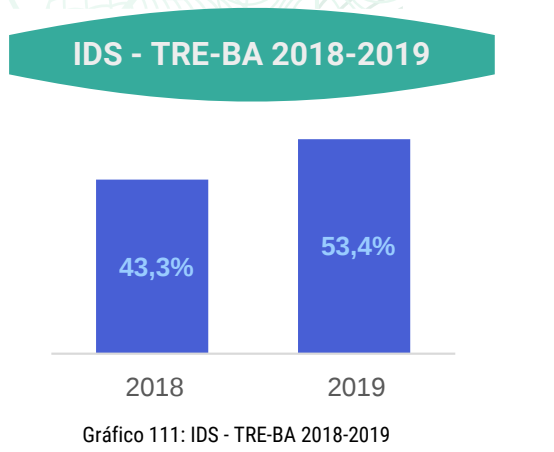
O monitoramento da execução dos Planos de Logística Sustentável pelos tribunais e conselhos judiciais compete ao CNJ. Mensalmente, são encaminhados ao Conselho dados detalhados sobre o consumo de papel, gastos com água e energia elétrica, consumo de combustível, material destinado à reciclagem, entre outros.

Os resultados da análise desses dados e de informações consolidadas nos relatórios de acompanhamento dos PLS de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário compõem o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, publicado anualmente em consonância com os princípios da transparência, da eficiência e da responsabilidade.



O Índice de Desempenho de Sustentabilidade - IDS tem o intuito de avaliar, em uma única dimensão, o resultado combinado de vários indicadores distintos, permitindo, assim, a comparação objetiva entre os tribunais. Quanto mais próximo de 100%, melhor o resultado alcançado.

Vale ressaltar a melhoria do desempenho do Tribunal no IDS, com acréscimo de 10,1 pontos percentuais em relação ao resultado obtido em 2018. Destacamos que o IDS do ano de 2020 não foi ainda disponibilizado pelo CNJ.



Fonte: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/06/4balanco_socioambiental2020.pdf
Gráfico 110: Balanço Socioambiental

Ações para redução do consumo de recursos naturais e de resíduos poluentes

Ao longo do ano foram desenvolvidas ações para que o Tribunal pudesse alcançar os resultados elencados. Merecem destaque algumas ações implementadas em favor da redução do consumo de recursos naturais e poluentes:

TRANSPORTE

Contratação do serviço TAXIGOV que proporcionará a redução de custo com transporte, incluindo aquisição de veículos, manutenção, seguro, combustíveis e demais gastos relacionados. Essa contratação permite o uso por demanda de serviços de transporte.

LACRE DO BEM

Parceria firmada com a entidade Lacre do Bem, cujo objetivo é arrecadar lacres de latinhas de alumínio para que, com o dinheiro das vendas seja possível adquirir cadeiras de rodas para doação.

LIMPEZA

Implantação de controles para otimização dos gastos com o material de limpeza.

TELEFONIA

Atualização da central telefônica do Tribunal permitindo o melhor uso da tecnologia VoIP, uma vez que dispensa a utilização da rede da operadora com consequente redução de gastos.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Publicação da Ordem de Serviço TRE-BA n.º 12/2020 com objetivo de dirimir as dificuldades de operacionalização dos suprimentos utilizados em impressoras próprias.

MATERIAL DE CONSUMO

Aquisição de modernos purificadores de água de parede, que deverão contribuir para a redução do consumo de água mineral em embalagens descartáveis. Aquisição de coletores para ampliação da Coleta Seletiva.

REFORMAS

Instalação de bicicletário a fim de estimular a utilização de bicicletas como meio de transporte, fomentando o menor uso de veículo automotor.

QUALIDADE DE VIDA

Realização de reforma em oito banheiros e uma copa no edifício-sede do TRE-BA, proporcionando modernização das instalações físicas e dos equipamentos, atendendo aos critérios de sustentabilidade, objetivando garantir a eficiência dos serviços ali prestados, a segurança e o conforto para o público que frequenta o Órgão.

ENERGIA ELÉTRICA

Realização da live “DICAS PARA ECONOMIZAR ENERGIA”, visando sedimentar práticas de responsabilidade quanto ao uso racional da energia elétrica.
Realização de levantamento luminotécnico e da estrutura dos telhados para provimento de dados necessários ao projeto de eficiência energética a ser realizado em parceria com a COELBA em 12 Fóruns Eleitorais.

ÁGUA E ESGOTO

Instalação de torneiras com temporizador em todos os sanitários do edifício-sede, mesmo aqueles que ainda não foram reformados, gerando economia de consumo e impedindo o desperdício.

PAPEL

Migração dos processos físicos em tramitação nas zonas eleitorais para o Processo Judicial Eletrônico - PJe, proporcionando economia de consumo de papel.

VIGILÂNCIA

Contratação de serviço de vigilância eletrônica e videomonitoramento 24 horas por dia, nas dependências dos Fóruns Eleitorais do interior do estado. A medida imprimirá maior economicidade se comparado aos serviços de vigilância armada.

Principais desafios e ações futuras

Vale ressaltar como dificuldade ainda não superada, o descarte adequado dos resíduos de saúde. Ressalte-se que embora o Serviço de Saúde tenha empreendido esforços para concretizar a contratação de empresa que possa operacionalizar o descarte, ainda será necessária a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde para nortear a futura contratação.

Apresentamos alguns desafios que deverão ser vencidos na última etapa do ciclo do PEI 2018-2021.

Estender a coleta seletiva aos Cartórios do Interior

Implementar a destinação sustentável para os resíduos de saúde

Incrementar a atuação dos Grupos Executivos

Operacionalizar o Programa “Lacre do Bem” para captar e doar lacres de alumínio

Eliminar copos de água mineral de 200 ml

Clique aqui para conhecer outras ações: <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/logistica-sustentavel-1/planos-de-logistica-sustentavel-2018-2021>

Capítulo 4

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Declaração do Contador

A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIC) compõe a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF) e atua como Setorial Contábil do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), no acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão, certificando, por meio da conformidade contábil, os registros dos atos e fatos da gestão e seus reflexos nas demonstrações contábeis.



Integram a estrutura da COFIC, as Seções de Contabilidade Analítica (SECONTA), de Contabilidade Gerencial (SECONGE) e a de Programação, Acompanhamento e Execução Financeira (SEAFIN), que somam 19 servidores no total. O contador responsável desde 1º de agosto de 2018 é Márcio de Oliveira Rezende, Analista Judiciário – Área Administrativa. Atuam como 1º e 2º substitutas, respectivamente, Flávia Maria Almeida Primo, Analista Judiciário – Área Administrativa e Rute dos Santos Pereira, Técnico Judiciário – Área Administrativa, ambas Bacharéis em Ciências Contábeis e designadas a partir 15.10.2018. Ainda na estrutura da COFIC, as servidora Isabel Cristina Sousa de Araújo Sá e Silvânia Amaral de Jesus, lotadas na SECONGE, atuam como responsáveis pela conformidade de gestão do órgão, desde 12.12.2017, que conta também com a servidora Cristiane Mendes Lima Nogueira, lotada na COORC, na SEPLAN, como substituta interina.

Os registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) obedecem ao princípio da segregação de funções, que consiste, essencialmente, na separação de atribuições entre pessoas, mitigando conflito de interesses, erros, fraudes, disfunções ético-comportamentais, entre outros. Nessa esteira, tomando como exemplo as fases da despesa, a autoridade competente autoriza a emissão de empenhos e os procedimentos de liquidação e pagamento são realizados por atores distintos. Saliente-se, ainda, que a gestão patrimonial é promovida por Unidade específica, cabendo à contabilidade a conciliação mensal entre os registros dos sistemas de patrimônio e contábil e orientações que porventura sejam necessárias.

Objetivando o incremento da qualidade das informações contábeis, considerando que a sua elaboração e divulgação são necessárias para fins de prestação de contas e de responsabilização (*accountability*), tomada de decisão, dentre outras análises, observa-se o equilíbrio apropriado entre as características qualitativas das informações contábeis, quais sejam: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade, associadas às restrições relativas à materialidade e custo-benefício.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 do TRE-BA, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, pautada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), tabela de eventos, Conformidade dos Registros de Gestão, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil – presente no Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis, quais sejam: **Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas**, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os normativos acima descritos, exceto quanto à falta do registro da amortização do ativo intangível, bem assim, quanto à falta de registro da depreciação dos bens imóveis não cadastrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

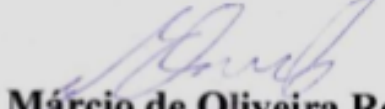
Ademais, importante destacar a impossibilidade da realização do inventário anual, conforme decisão constante do SEI n.º 0062198-87.2020.6.05.8000, fundamentada, essencialmente, pelo impacto causado pela Covid-19, que não só exigiu o isolamento social, como também inviabilizou o deslocamento de servidores ao interior do Estado, em razão da suspensão de acesso aos fóruns e cartórios eleitorais. Com isso, foi deferida a realização do inventário para o exercício financeiro de 2021.

Em que pese a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL constar do rol das demonstrações contábeis, não está divulgada neste relatório, tendo em vista que é obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas.*

Utilizou-se como fonte de dados o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI para a Unidade Gestora 070013 – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Os balanços e demonstrações mencionados estão acessíveis no link https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gestao-orcamentaria-e-financeira/demonstracoes-contabeis/arquivos/tre-ba-demonstracoes-contabeis-2020/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gestao-orcamentaria-e-financeira/demonstracoes-contabeis/arquivos/tre-ba-demonstracoes-contabeis-2020/at_download/file

Salvador, 24 de março 2021,


Márcio de Oliveira Rezende

Coordenador de Finanças e Contabilidade
CRC nº 038080/O

Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A seguir, os principais critérios, bem como os princípios, as bases, as regras e práticas contábeis aplicadas na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis, baseados nos normativos citados na "Declaração do Contador".

PERÍODO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações divulgadas referem-se ao exercício financeiro de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

IDIOMA E MOEDA FUNCIONAL

Os registros foram efetuados em idioma nacional e em unidade de Real

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São os ativos disponíveis para realização imediata, ou com expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Representa valores disponíveis na conta única do Tesouro Nacional, derivada do princípio da unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), e demais depósitos no Banco do Brasil e/ou Caixa Econômica Federal referentes a cauções.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Dizem respeito a direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos (ii) créditos a receber decorrentes de infração contratual; (iii) acertos financeiros com servidores decorrentes da folha de pagamento; (iv) e outros créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos. Em relação aos itens (ii) e (iii), caso não haja o pagamento do débito, os valores inferiores a R\$1.000,00 serão atualizados até alcançarem o valor passível de encaminhamento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para registro no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do setor público federal (CADIN) e inscrição na dívida ativa e os que originalmente superam R\$1.000,00, são encaminhados à PGFN para a mesma finalidade. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor histórico. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic.

ESTOQUES

Os bens de almoxarifado são mensurados inicialmente pelo custo de aquisição e, quando da saída, pelo preço médio ponderado das compras.



(-) AJUSTES PARA PERDAS

Este elemento do Balanço Patrimonial reduz, exclusivamente, as contas analíticas contidas no tópico "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", que correspondem às contas 113811700 – Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento e a 113810700 – Créditos a Receber Decorrentes de Infrações.

Aplicou-se a metodologia descrita na Macrofunção SIAFI 020342 – AJUSTE PARA PERDAS ESTIMADAS, que consiste no seguinte:

Obtenção dos percentuais referentes aos ajustes para perdas estimadas baseadas no histórico de recebimentos passados. Nesta metodologia a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado desta mesma conta.

O valor da variável quociente médio de recebimentos é encontrado calculando, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios.

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3, e dividindo-se o resultado da soma por três exercícios.

DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Os bens móveis são reconhecidos pelo valor da aquisição e depreciados regularmente. A depreciação é realizada pelo método das quotas constantes com base no Manual SIAFI - Macrofunção 020330, bem como as Orientações nº 1/2010 e 03/2012 da COFIC/SOF/TSE.

As urnas eletrônicas têm tratamento diferenciado em decorrência de sua especificidade. Segundo a referida Macrofunção, os objetos classificados como equipamentos de processamento de dados têm vida útil de cinco anos, no entanto as urnas eletrônicas alcançam o valor residual em dez anos, conforme estudo técnico realizado pelo TSE.



DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		
Elementos do Ativo	Taxa Residual	Vida Útil Estimada (anos)
123110101 - APARELHOS DE MEDIÇÃO	10%	15
123110102 - APARELHOS E EQUIP DE COMUNICAÇÃO	20%	10
123110103 - APAR. EQUIP. MED. ODONT. LAB. HOSP	20%	15
123110104 - AP. E EQUIP. P/ESPORTE E DIVERSÕES	10%	10
123110105 - EQUIP. PROTEÇÃO SEGURANÇA E SOCORRO	10%	10
123110106 - MAQ. E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTRIAL	10%	20
123110107 - MAQUINAS E EQUIPAMENTO ENERGÉTICOS	10%	10
123110108 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10%	15
123110109 - MAQ., FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	10%	10
123110112 - ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	10%	5
123110121 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRIC.	10%	10
123110125 - MAQ. UTENSÍLIOS E EQUIP. DIVERSOS	10%	10
123110201 - EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10%	5
123110301 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10%	10
123110302 - MAQ. INST. UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10%	10
123110303 - MOBILIÁRIO EM GERAL	10%	10
123110402 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	0%	10
123110405 - EQUIP. P/ÁUDIO VÍDEO E FOTO	10%	10
123110406 - OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	-	-
123110501 - VEÍCULOS DIVERSOS	10%	15
123110503 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	10%	15
123110900 - ARMAMENTOS	15%	20
123119909 - PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10%	10

Tabela 11: Depreciação acumulada - Bens móveis

DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUnet

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, apurado e registrado mensalmente.

BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUnet

Em atenção à Orientação SOF/TSE nº 03/2020, Procedimentos Para o Encerramento do Exercício 2020, os bens não registrados no SPIUnet que estavam registrados no SIAFI em Imóveis a Registrar foram transferidos para as contas do grupo 12.321.02.00 – Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet.

VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE

Referem-se a pagamentos de prêmios de seguros e assinaturas de periódicos, cujos lançamentos das variações patrimoniais diminutivas são registrados quando da ocorrência do fato gerador, em atenção ao princípio da competência.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os ativos que tem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, que é reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção e quando os elementos do imobilizado têm vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

Em caso de gastos posteriores à aquisição, construção ou produção, esses são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviço ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram esses benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quanto aos ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Esses bens podem ser classificados como de vida útil definida ou indefinida. A amortização do intangível de vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso até a vigência do contrato de licenciamento ou cessão de uso. Quando a vida útil é indefinida, os ativos não sofrem amortização.

Vale ressaltar que, de acordo com a Portaria STN n.º 548/2015, o registro contábil dos intangíveis passou a ser obrigatório para a União em 2019, especificamente em relação a softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres.

Nesse sentido, a Setorial Contábil de Órgão Superior de Contabilidade (TSE), expediu a Orientação SOF/TSE n.º 12/2019, de 05 de novembro de 2019, na qual padronizou, no âmbito da Justiça Eleitoral, os procedimentos de reconhecimento, mensuração, evidenciação e amortização do Ativo Intangível.

Em que pese o constante da Portaria STN n.º 548/2015, bem assim, da orientação supramencionada, este Regional não efetuou, no exercício de 2020, o lançamento da amortização dos ativos intangíveis, acarretando superavaliação do grupo Intangível.

PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Esses passivos compreendem as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações, cujos valores são mensurados ou avaliados pelo valor histórico. As obrigações perante fornecedores de bens e serviços, bem como as decorrentes de benefícios a servidores (13º salário, férias e outros) são reconhecidas, mensuradas e evidenciadas por competência.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No patrimônio líquido se evidencia o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho da entidade.

Demonstrativos Contábeis

Balanço Patrimonial

Exercício 2020; R\$ 1,00

Ativo	NE*	31/12/2020	31/12/2019	Passivo e Patrimônio Líquido	NE*	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	4.570.252,21	2.911.007,83	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8	919.043,31	7.806.421,99
Créditos a Curto Prazo	2	7.875.653,38	116.512,47	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		459.484,79	465.097,68
Demais Créditos e Valores		9.023.293,59	2.115.668,68	Demais Obrigações a Curto Prazo		883.515,73	924.853,55
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		(1.147.640,21)	(1.999.156,21)				
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3	-	-				
Estoques	4	3.437.575,32	2.200.192,44				
VPDs Pagas Antecipadamente	5	80.174,78	117.916,66				
Total do Ativo Circulante		15.963.655,69	5.345.629,40	Total do Passivo Circulante		2.262.043,83	9.196.373,22
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Imobilizado	6	121.395.257,62	131.744.529,49	Demais Obrigações a Longo Prazo		156.050,38	167.300,38
Bens Móveis		28.386.229,17	39.807.228,17	Total do Passivo Não Circulante		156.050,38	167.300,38
Bens Móveis		62.025.922,97	101.067.810,79				
(-) Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Móveis		(33.639.963,80)	(61.260.582,62)	Total do Passivo Exigível		2.418.094,21	9.363.673,60
Bens Imóveis		93.009.028,45	91.937.301,32				
Bens Imóveis		96.369.959,13	95.515.801,18	Patrimônio Líquido	9		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis		(3.360.930,68)	(3.578.499,86)	Resultados Acumulados		139.406.169,77	130.828.311,15
Intangível	7	4.465.350,67	3.101.825,86	Resultado do Exercício		(4.407.720,69)	10.600.276,90
Softwares		4.465.350,67	3.101.825,86	Resultados de Exercícios Anteriores		130.828.311,15	110.084.779,44
Softwares		4.465.350,67	3.101.825,86	Ajustes de Exercícios Anteriores		12.985.579,31	10.143.254,81
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-	Total do Patrimônio Líquido		139.406.169,77	130.828.311,15
Total do Ativo Não Circulante		125.860.608,29	134.846.355,35				
Total do Ativo		141.824.263,98	140.191.984,75	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		141.824.263,98	140.191.984,75

Fonte: Siafi
Tabela 12 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

*NE significa Nota Explicativa. Observa-se que todas as Notas estão ao final deste capítulo, em item específico.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício 2020; R\$ 1,00

Ativo			Passivo		
Especificação	31/12/2020	31/12/2019	Especificação	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Financeiro	4.570.252,21	2.911.007,83	Passivo Financeiro	19.769.089,60	15.172.698,47
Ativo Permanente	137.254.011,77	137.280.976,92	Passivo Permanente	976.080,64	5.519.647,33
			Saldo Patrimonial	121.079.093,74	119.499.638,95

Fonte: Siafi
Tabela 13 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro das Contas de Compensação (Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício 2020; R\$ 1,00		
Especificação	31/12/2020	31/12/2019
Atos Potenciais Ativos		
Atos Potenciais Ativos	8.847.063,42	7.930.730,16
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	8.847.063,42	7.773.348,89
Direitos Contratuais	-	157.381,27
Total dos Atos Potenciais Ativos	8.847.063,42	7.930.730,16
Atos Potenciais Passivos		
Atos Potenciais Passivos	81.745.268,22	66.470.361,24
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	887.161,90	-
Obrigações Contratuais	80.858.106,32	66.470.361,24
Total dos Atos Potenciais Passivos	81.745.268,22	66.470.361,24

Fonte: Siafi
Tabela 14 Quadro das Contas de Compensação

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício 2020; R\$ 1,00	
Destinação de Recursos	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários	(16.471.130,73)
Recursos Vinculados	1.272.293,34
Seguridade Social (exceto Previdência)	11.231,64
Previdência Social (RPPS)	6.362,52
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.254.699,18
Total	(15.198.837,39)

Fonte: Siafi
Tabela 15 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Demonstração das Variáveis Patrimoniais

Exercício 2020; R\$ 1,00

Especificação	NE	31/12/2020	31/12/2019
Variações Patrimoniais Aumentativas		483.035.502,46	423.443.120,70
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	579,33
Venda de Mercadorias		-	579,33
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	10	3.079,68	28.229,40
Juros e Encargos de Mora		1.531,65	4.713,93
Variações Monetárias e Cambiais		1.548,03	23.515,47
Transferências e Delegações Recebidas	11	428.701.668,10	417.680.618,45
Transferências Intragovernamentais		424.240.120,46	387.577.719,40
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.461.547,64	30.102.899,06
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos	12	3.423.316,88	99.393,60
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.185.652,13	11.982,15
Ganhos com Desincorporação de Passivos		2.237.664,75	87.411,45
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	13	50.907.437,80	5.634.299,92
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		851.516,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		50.055.921,80	5.634.299,92

Demonstração das Variáveis Patrimoniais - continuação

Exercício 2020; R\$ 1,00

Especificação	NE	31/12/2020	31/12/2019
Variações Patrimoniais Diminutivas		487.443.223,15	412.842.843,80
Pessoal e Encargos		302.918.083,22	287.932.055,67
Remuneração a Pessoal		246.702.223,30	233.923.535,31
Encargos Patronais		43.856.272,40	36.746.300,75
Benefícios a Pessoal		12.347.337,52	17.252.769,61
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		12.250,00	9.450,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		60.458.197,75	58.246.742,80
Aposentadorias e Reformas		43.174.071,75	44.850.042,23
Pensões		12.897.704,52	13.207.794,92
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4.386.421,48	188.905,65
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14	66.188.195,14	56.591.550,83
Uso de Material de Consumo		6.502.521,28	2.148.585,94
Serviços		50.067.991,75	43.005.142,48
Depreciação, Amortização e Exaustão		9.617.682,11	11.437.822,41
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		13.357,97	13.758,69
Juros e Encargos de Mora		13.270,31	13.643,97
Descontos Financeiros Concedidos		87,66	114,72
Transferências e Delegações Concedidas	15	51.761.097,81	5.280.652,02
Transferências Intragovernamentais		50.079.977,93	5.191.630,21
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.681.119,88	89.021,81
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16	5.078.393,54	3.957.081,79
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		1.511,74	1.999.156,21
Perdas Involuntárias		4.015,27	3.212,54
Desincorporação de Ativos		5.072.866,53	1.954.713,04
Tributárias		400.156,91	11.518,21
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		400.156,91	11.518,21
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	17	625.740,81	809.483,79
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		625.740,81	809.483,79
Resultado Patrimonial do Período		(4.407.720,69)	10.600.276,90

Fonte: Siafi
Tabela 16 Demonstração das Variáveis Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.



Balanço Orçamentário

Exercício 2020; R\$ 1,00					
Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes		-	-	-	-
Receita Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Receita agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-
Receitas de Capital		-	-	-	-
Operações de Créditos		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Subtotal de Receitas		-	-	-	-
Déficit	18	-	-	433.347.470,99	433.347.470,99
Total		-	-	433.347.470,99	433.347.470,99

Fonte: Siafi
Tabela 17 Balanço Orçamentário - Receitas

Exercício 2020; R\$ 1,00							
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes		375.367.091,00	385.969.769,00	425.822.679,92	414.578.781,32	414.495.413,48	(39.852.910,92)
Pessoal e Encargos Sociais		315.377.257,00	327.985.521,00	340.681.821,57	339.743.677,18	339.743.610,08	(12.696.300,57)
Outras Despesas Correntes		59.989.834,00	57.984.248,00	85.140.858,35	74.835.104,14	74.751.803,40	(27.156.610,35)
Despesas de Capital		5.029.114,00	7.578.476,00	7.524.791,07	1.383.318,57	1.383.317,57	53.684,93
Investimentos		5.029.114,00	7.578.476,00	7.524.791,07	1.383.318,57	1.383.317,57	53.684,93
Reserva de Contingência		318.319,00	-	-	-	-	-
Total		380.714.524,00	393.548.245,00	433.347.470,99	415.962.099,89	415.878.731,05	(39.799.225,99)

Fonte: Siafi
Tabela 18 Balanço Orçamentário - Despesas

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.



ANEXO 1 – Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar não Processados

Exercício 2020; R\$ 1,00

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior				
Despesas Correntes		2.696.312,04	8.352.584,78	4.055.750,31	4.019.506,92	6.171.405,88	857.984,02
Pessoal e Encargos Sociais		-	2.473.977,53	98.271,18	98.271,18	2.358.889,70	16.816,65
Outras Despesas Correntes		2.696.312,04	5.878.607,25	3.957.479,13	3.921.235,74	3.812.516,18	841.167,37
Despesas de Capital		98.889,28	2.554.443,15	2.293.494,46	2.273.086,78	209.402,41	170.843,24
Investimentos		98.889,28	2.554.433,15	2.293.494,46	2.273.086,78	209.402,41	170.843,24
Total		2.795.201,32	10.907.027,93	6.349.244,77	6.292.593,70	6.380.808,29	1.028.827,26

Fonte: Siafi
Tabela 19 Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar não Processados



ANEXO 2 – Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

Exercício 2020; R\$ 1,00

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes		927.111,48	199.785,22	189.637,07	1.036,21	936.223,42
Pessoal e Encargos Sociais		1.591,28	-	1.233,40	-	357,88
Outras Despesas Correntes		925.520,20	199.785,22	188.403,67	1.036,21	935.865,54
Despesas de Capital		123.643,86	47.632,47	30.570,05	-	140.706,28
Investimentos		123.643,86	47.632,47	30.570,05	-	140.706,28
Total		1.050.755,34	247.417,69	220.207,12	1.036,21	1.076.929,70

Fonte: Siafi
Tabela 20 Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados



Balanço Financeiro

Exercício 2020; R\$ 1,00

Especificação	NE	31/12/2020	31/12/2019
Ingressos			
Receitas Orçamentárias		-	-
Ordinárias		-	-
Vinculadas		-	-
Previdência Social (RPPS)		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		424.240.120,46	387.577.719,40
Resultantes da Execução Orçamentária		421.409.319,94	380.948.069,43
Sub-repasse Recebido		421.409.319,94	380.948.069,43
Independentes da Execução Orçamentária	11	2.830.800,52	6.629.649,97
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.807.270,43	6.616.034,28
Demais Transferências Recbidas		11.102,41	5.702,82
Movimentação de Saldos Patrimoniais		12.427,68	7.912,87
Recebimentos Extraorçamentários		68.844.725,47	17.186.360,61
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		83.368,84	164.570,12
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		17.385.371,10	10.907.027,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.506.150,77	935.898,57
Outros Recebimentos Extraorçamentários	13	49.869.834,76	5.178.863,99
Arrecadação de outra unidade		49.869.365,73	5.178.863,99
Demais Recebimentos		469,03	-
Saldo do Exercício Anterior		2.911.007,83	10.569.314,94
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.911.007,83	10.569.314,94
Total de ingressos		495.995.853,76	415.333.394,95



O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. É composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

Balanço Financeiro - continuação

Especificação	NE	31/12/2020	31/12/2019
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias		433.347.470,99	395.204.718,94
Ordinárias		367.483.567,29	343.957.602,25
Vinculadas		65.863.903,70	51.247.116,69
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.340.051,13	-
Previdência Social (RPPS)		55.331.131,36	51.247.116,69
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		6.192.721,21	-
Transferências Financeiras Concedidas		50.081.467,25	5.192.479,68
Resultantes da Execução Orçamentária		188.571,43	-
Repasse Concedido		188.571,43	-
Independentes da Execução Orçamentária	13	49.892.895,82	5.192.479,68
Movimento de Saldos Patrimoniais		49.892.895,82	5.192.479,68
Pagamentos Extraorçamentários		7.996.663,31	12.025.188,50
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		220.207,12	1.587.775,87
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		6.292.593,70	9.500.089,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.483.862,49	936.059,26
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	1.264,08
Demais Pagamentos		-	1.264,08
Saldo para o Exercício Seguinte		4.570.252,21	2.911.007,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	4.570.252,21	2.911.007,83
Total de dispêndios		495.995.853,76	415.333.394,95

Fonte: Siafi
Tabela 21 Balanço Financeiro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício 2020; R\$ 1,00

Especificação	NE	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		5.346.218,78	(584.283,17)
Ingressos		475.616.105,99	393.692.481,96
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias			
Transferências Recebidas			
Outros Ingressos Operacionais		475.616.105,99	393.692.481,96
Ingressos Extraorçamentários		1.506.150,77	935.898,57
Transferências Financeiras Recebidas		424.240.120,46	387.577.719,40
Arrecadado de Outra Unidade	13	49.869.365,73	5.178.863,99
Demais Recebimentos		469,03	-
Desembolsos		(470.269.887,21)	(394.276.765,13)
Pessoal e Demais Despesas		(375.138.878,44)	(351.877.527,01)
Legislativo		-	-
Judiciário		(318.347.957,19)	(295.221.880,06)
Administração		-	-
Previdência Social		(56.790.921,25)	(56.655.646,95)
Transferências Concedidas		(43.565.679,03)	(36.269.435,10)
Intragovernamentais		(43.565.679,03)	(36.269.435,10)
Outros Desembolsos das Operações		(51.565.329,74)	(6.129.803,02)
Dispêndios Extraorçamentários		(1.483.862,49)	(936.059,26)
Transferências Financeiras Concedidas	13	(50.081.467,25)	(5.192.479,68)
Demais Pagamentos		-	(1.264,08)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos: operacional, de investimento e de financiamento. Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - continuação

Especificação	NE	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		(3.686.974,40)	(7.074.023,94)
Ingressos		-	-
Alienação de Bens		-	-
Desembolsos		(3.686.974,40)	(7.074.023,94)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(2.289.568,80)	(7.013.440,71)
Outros Desembolsos de Investimentos		(1.397.405,60)	(60.583,23)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.659.244,38	-7.658.307,11
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		2.911.007,83	10.569.314,94
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	<u>1</u>	4.570.252,21	2.911.007,83

Fonte: Siafi
Tabela 22 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos.

Tabela Caixa e equivalentes de caixa R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH*
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	156.050,38	167.300,38	-6,72%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	4.414.201,83	2.743.707,45	60,88%
Saldo	4.570.252,21	2.911.007,83	57,00%

Fonte: Siafi. *AH - Análise Horizontal
Tabela 23 Caixa e equivalentes de caixa

Demais contas – Caixa Econômica Federal

O valor total desta conta se refere a garantia contratual (caução).

Limite de saque com vinculação de pagamento

Maior parte do valor se refere ao financeiro necessário para quitação de despesas de custeio deste Regional que serão pagas no início do exercício financeiro seguinte a título de Restos a Pagar.

Nota 2 – Créditos a curto prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis a curto prazo, cuja composição está apresentada na tabela abaixo:

Tabela Créditos a curto prazo R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Adiantamentos Concedidos	7.447.979,15	814.568,73	814,35%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	1.575.314,44	1.301.099,95	21,08%
Demais Créditos e Valores	9.023.293,59	2.115.668,68	326,50%
(-)Ajuste para perda demais créditos/valor a curto prazo	-1.147.640,21	-1.999.156,21	-42,59%
Saldo de Créditos a Curto Prazo	7.875.653,38	116.512,47	6.659,49%

Fonte: Siafi (Balancete)
Tabela 24 Créditos a curto prazo

Adiantamentos concedidos

O grupo de conta adiantamentos concedidos teve a variação de 814,35% em decorrência da concessão de auxílio alimentação aos colaboradores das Eleições Municipais de 2020, bem assim de Suprimento de Fundos concedidos aos servidores para o custeio das despesas relativas ao Pleito Eleitoral mencionado. Esses dispêndios contribuíram para que o saldo da conta Créditos a Curto Prazo variasse 6.659,49%.

Nota 3 – Demais créditos e valores a curto prazo

Em virtude de alteração na estrutura do Balanço Patrimonial, o saldo do grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo foi deslocado para o grupo Créditos a Curto Prazo.

Nota 4 – Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos principalmente com objetivo de utilização no curso normal das atividades ou para manutenção do patrimônio.

Tabela Estoques R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Materias de Consumo	3.437.575,32	2.200.192,44	56,24%
Saldo de Estoque	3.437.575,32	2.200.192,44	56,24%

Fonte: Siafi
Tabela 25 Estoques

A variação de 56,24% decorreu da entrada de materiais de consumo destinados à realização das Eleições Municipais de 2020.

Nota 5 – VPDs pagas antecipadamente

Referem-se a pagamentos de aquisição de periódicos e contratação de seguros ocorridos antecipadamente, cuja Variação Patrimonial Diminutiva-VPD é apropriada por cotas mensais, proporcionalmente ao período de entrega do periódico ou de cobertura do seguro, em atenção ao regime de competência.

Tabela VPDs Pagas Antecipadamente R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	80.174,78	117.916,66	-32,01%
Total	80.174,78	117.916,66	-32,01%

Fonte: Siafi
Tabela 26 VPDs pagas antecipadamente

Nota 6 – Imobilizado

Bens Móveis

Conforme definido no Plano de Contas Aplicados ao Setor Público-PCASP, a conta de bens móveis compreende o valor da aquisição e incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, que constituem meios para a produção de outros bens ou serviços.

Tabela Bens Móveis R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Bens Móveis	62.025.922,97	101.067.810,79	-38,63%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulados	33.639.693,80	61.260.582,62	-45,09%
Total	28.386.229,17	39.807.228,17	-28,69%

Fonte: Siafi
Tabela 27 Bens Móveis

A variação negativa de 38,63%, na conta de bens móveis e de 45,09% na conta de depreciação acumulada é decorrente da reavaliação das urnas eletrônicas realizada em 2020.

Bens Imóveis

Os bens imóveis tem como principal característica a vinculação ao solo e restrição física de movimentação e, segundo o PCASP, devem ser destinados ao uso e que a entidade não os esteja explorando comercialmente. O valor total dos bens imóveis do Tribunal é de R\$93.009.028,45 (noventa e três milhões, nove mil e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos), que consiste no somatório dos saldos das Tabelas 6 e 7, acrescido do valor registrado em Obras em Andamento.

Tabela Bens Imóveis Registrados no SPIUNet R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Bens de Uso Especial Registrado no SPIUNet	46.948.494,80	46.948.494,80	0,00%
Edifícios	44.529.896,01	44.529.896,01	0,00%
Armazens e Galpões	2.418.598,79	2.418.598,79	0,00%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulados	-3.360.930,68	-3.578.499,86	-6,08%
Saldo Bens de Uso Especial Registrado no SPIUNet	43.587.564,12	43.369.994,94	0,50%

Fonte: Siafi
Tabela 28 Bens Imóveis Registrados no SPIUNet

Os bens imóveis não registrados no SPIUNet representam o montante de R\$48.642.807,10 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sete reais e dez centavos), cujo lançamento da depreciação não está sendo realizado, impactando no resultado do exercício apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais-DVP. Vale registrar que estão sendo tomadas medidas no sentido de regularizar o registro dos imóveis, por meio de Processos Administrativos específicos para essa finalidade.

Bens Imóveis - continuação

Tabela Bens Imóveis Não Registrados no SPIUNet

R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Anexo Sede	30.535.193,77	30.499.361,18	0,12%
Reforma do Anexo III	16.043,44	0,00	-
Reforma no Edfício Sede	3.286.323,70	3.286.323,70	0,00%
Forum Eleitoral de Juazeiro	521.848,38	521.848,38	0,00%
Forum Eleitoral de Vitória da Conquista	785.801,78	778.499,78	0,94%
Forum Eleitoral de Camaçari	866.029,44	866.029,44	0,00%
Forum Eleitoral de Feira de Santana	878.245,89	878.245,89	0,00%
Forum Eleitoral Barreiras	637.176,84	637.176,84	0,00%
Forum Eleitoral de Jequié	838.299,09	773.406,99	8,39%
Forum Cruz das Almas	421.234,06	421.234,06	0,00%
Forum Eleitoral de Alagoinhas	699.768,28	699.768,28	0,00%
Forum Eleitoral de Guanambi	469.471,28	469.471,28	0,00%
Forum Ekitoral de Jacobina	746.637,05	746.637,05	0,00%
Fórum Eleitoral de Ipirá	404.162,62	404.162,62	0,00%
Fórum Eleitoral de Itaparica	344.437,26	344.437,26	0,00%
Fórum Eleitoral de Porto Seguro	443.922,46	443.922,46	0,00%
Fórum Eleitoral de Tucano	493.276,45	493.276,45	0,00%
Fórum Eleitoral de Irecê	516.471,87	516.471,87	0,00%
Fórum Eleitoral de Eunápolis	544.445,38	544.445,38	0,00%
Fórum Eleitoral de Ilhéus	1.175.252,17	1.175.252,17	0,00%
Fórum Eleitoral de Valença	1.475.909,92	1.475.909,82	0,00%
Fórum Eleitoral de Brumado	863.291,38	863.291,38	0,00%
Fórum Eleitoral de Seabra	799.087,55	799.087,55	0,00%
Fórum Eleitoral de Ribeira do Pombal	880.477,04	880.477,04	0,00%
Saldo Imóveis de Uso Especial Não Registrados no SPIUNet	48.642.807,10	48.518.736,87	0,26%

Fonte: Siafi
Tabela 29 Bens Imóveis Não Registrados no SPIUNet

Tabela Obras em Andamento e Saldo Total de Bens Imóveis

Detalhamento	2020	2019	AH
Obras em Andamento	778.657,23	48.569,41	1.503,18%
Saldo Total de Imóveis	93.009.028,45	91.937.301,22	1,17%

Fonte: Siafi
Nota: Somatório dos saldos das tabeça 6,7 e Obras em Andamento
Tabela 30 Obras em Andamento e Saldo Total de Bens Imóveis

Dos R\$778.657,23 (setecentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos) registrados em Obras em Andamento, R\$407.030,94 (quatrocentos e sete mil, trinta reais e noventa e quatro centavos) representam o gasto com projeto e reforma realizada no Edifício Sede do Tribunal. Quanto aos R\$371.626,29 (trezentos e setenta e um mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte e nove centavos) restantes, refere-se à reforma do Anexo III à Sede deste Regional, cujo valor da obra está orçado em R\$7.778.900,88 (sete milhões, setecentos e setenta e oito mil, novecentos reais e oitenta e oito centavos).

Nota 7 – Intangível

A variação de 182,22% é formada por gastos com licenças de direitos de uso de programas de computação, bem como pelo serviço de desenvolvimento e manutenção de sistemas. Em 2019, essas despesas somaram R\$741.714,39 (setecentos e quarenta e um mil, setecentos e quatorze reais e trinta e nove centavos), enquanto que, em 2020, passaram para R\$2.093.240,20 (dois milhões, noventa e três mil, duzentos e quarenta reais e vinte centavos).

Tabela Composição do Intangível

R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Softwares com Vida Útil Definida	2.372.110,47	2.360.111,47	0,51%
Softwares com Vida Útil Indefinida	2.093.240,20	741.714,39	182,22%
Total	4.465.350,67	3.101.825,86	43,96%

Fonte: Siafi
Tabela 31 Composição do Intangível

Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações e férias, bem como os respectivos benefícios previdenciários.

O decréscimo no valor registrado em Pessoal a Pagar no valor de R\$6.880.627,93 (seis milhões, oitocentos e oitenta mil, seiscentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos), ocorreu, grande parte, em virtude da regularização de passivos por competência no exercício de 2020 das depesas reconhecidas em 2019 nas contas 2.1.1.1.1.01.01 – Salários, Remunerações e Benefícios e 2.1.1.1.1.01.03 – Férias a Pagar, reperesentando um registro de desincorporação de passivos no valor de R\$5.302.666,74 (cinco milhões, trezentos e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos).

Compõe, ainda, esse decréscimo, o cancelamento no valor de R\$2.236.628,54 (dois milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos) na conta de pessoal a pagar, em atendimento a determinação da Presidência constante do processo SEI nº 0052073-94.2019.6.05.8000, e de R\$112.841,43 (cento e doze mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e três centavos) na conta de PSSS a pagar, correspondentes à correção monetária e juros da VPNI do período de 1998 a 2001 que estavam registrados como passivo do Órgão.

Tabela Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Composição

R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Pessoal a Pagar	774.082,40	7.654.710,33	-89,89%
Encargos Socias a Pagar	144.960,91	151.711,66	-4,45%
Total	919.043,31	7.806.421,99	-87,99%

Fonte: Siafi
Tabela 32 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Nota 9 – Patrimônio Líquido

O resultado do exercício é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais-DVP, mediante a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas-VPA e Diminutivas-VPD. O detalhamento da DVP consta de notas explicativas que estão na sequência deste Relatório.

Tabela Patrimônio Líquido – Composição				R\$1,00
Detalhamento	2020	2019	AH	
Resultado do Exercício	(4.407.720,69)	10.600.276,90	-141,58%	
Resultado de Exercícios Anteriores	130.828.311,15	110.084.779,44	18,84%	
Ajustes de Exercícios Anteriores	12.985.579,31	10.143.254,81	28,02%	
Total	139.406.169,77	130.828.311,15	6,56%	

Fonte: Siafi
Tabela 33 Patrimônio Líquido - Composição

Na tabela abaixo, construída com informações retiradas das Variações Patrimoniais Diminutivas, constam os valores mais relevantes de despesa, que, somados, representam um acréscimo na ordem de R\$22.458.116,38 (vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, cento e dezesseis reais e trinta e oito centavos), de uma diferença total de R\$74.600.379,35 (setenta e quatro milhões, seiscentos mil reais, trezentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), entre os exercícios de 2019 e 2020.

No entanto, o total acima informado não representa efetivamente despesas realizadas com custeio ou investimentos, vez que, em sua composição, encontra-se o pagamento de uma multa eleitoral aplicada pelo Tribunal Regional da Bahia no valor de R\$46.371.119,00 (quarenta e seis milhões, trezentos e setenta e um mil e cento e dezenove reais), sensibilizando tanto a VPA (Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas) quanto a VPD (Transferências Intragovernamentais), a fim de demonstrar que o fato gerador adveio deste Regional, mas o registro de receita compõe saldo do Fundo Partidário.

Tabela Composição para Demonstrar Despesas que Mais Impactaram no Resultado do Exercício					R\$1,00
Detalhamento	2020	2019	Diferença	AH	
Pessoal e Encargos	302.918.083,22	287.932.055,67	14.986.027,55	5,20%	
Uso de Material de Consumo	6.502.521,28	2.148.585,94	4.353.935,34	202,64%	
Desincorporação de Ativos	5.072.866,53	1.954.713,04	3.118.153,49	159,52%	
Total	314.493.471,03	290.080.641,61	22.458.116,38	8,42%	

Fonte: Siafi
Tabela 34 Composição para Demonstrar Despesas que Mais Impactaram no Resultado do Exercício

Pessoal e Encargos

A despesa deste grupo foi impactada, grande parte, pelas horas extraordinárias pagas em virtude das Eleições Municipais de 2020

Uso de Material de Consumo

A variação mais relevante refere-se aos 202,64% no subgrupo Uso de Materias de Consumo, que representa o registro de reclassificação das despesas utilizadas nas Eleições Municipais de 2020 e concedidas por meio de suprimento de fundos, como também ao aumento de registros de saídas de materias de consumo do estoque em virtude das Eleições e da Pandemia.

Desincorporação de Ativos

A variação de 159,52% no subgrupo Desincorporação de ativos corresponde aos registros de baixa de responsabilidade de suprimento de fundos, de débitos de servidores, e ajustes de baixas nas contas de bens móveis após a reavaliação das urnas eletrônicas.

Nota 10 – Variação Patrimonial Aumentativa Financeira

A variação negativa decorre, principalmente, da redução do pagamento de guias de recolhimento da união - GRU's de partidos políticos e candidatos e lançamentos de atualização monetária de débitos com o Erário no exercício de 2020.

Tabela Variação Patrimonial Aumentativa Financeira – Composição				R\$1,00
Detalhamento	2020	2019	AH	
Juros e Encargo de Mora	1.531,65	4.713,93	-67,51%	
Variações Monetárias e Cambiais	1.548,03	23.515,47	-93,42%	
Total	3.079,68	28.229,40	-89,09%	

Fonte: Siafi
Tabela 35 Variação Patrimonial Aumentativa Financeira

Nota 11 – Transferências e Delegações Recebidas

As duas maiores variações ocorreram nos subgrupos Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária e Outras Transferências e Delegações, negativas em 57,30% e 85,18%, respectivamente.

Tranferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária

A maior parte se refere a valores recebidos para pagamento de despesas inscritas em Restos a pagar. Em 2019, do total foram transferidos R\$6.616.034,28 (seis milhões, seiscentos e dezesseis mil, trinta e quatro reais e vinte e oito centavos). Enquanto que em 2020, as transferências para essa finalidade somaram R\$2.807.270,43 (dois milhões, oitocentos e sete mil, duzentos e setenta reais e quarenta e três centavos) de um total de R\$2.830.800,52 (dois milhões, oitocentos e trinta mil, oitocentos reais e cinquenta e dois centavos).

Outras Transferências e Delegações

Em 2019, a composição se refere a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que decorreram da doação, pela União, de imóvel tipo Edifício/Prédio, nos valores de R\$15.242.006,21 (quinze milhões, duzentos e quarenta e dois mil, seis reais e vinte e um centavos) (terreno) e R\$14.757.993,79 (quatorze milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos) (benfeitorias), destinado à ampliação da Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme processo n.º 04941.004409/2018-63. Os R\$102.899,05 restantes, foram do recebimento de impressoras doadas pelo TRE-SE.

Quanto a 2020, os R\$2.373.302,38 (dois milhões, trezentos e setenta e três mil, trezentos e dois reais e trinta e oito centavos) são relativos ao recebimento de urnas eletrônicas a título de doação e R\$2.088.245,36 (dois milhões, oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos) correspondem à diversas doações de material de consumo para enfrentamento da Pandemia.

Tabela Transferências Intragovernamentais – Composição

R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Sub-repasse Recebido	421.409.319,94	380.948.069,43	10,62%
Transferências Recebidas Indepen. Execução Orçamentária	2.830.800,52	6.629.649,97	-57,30%
Outras Transferências e Delegações	4.461.547,64	30.102.899,05	-85,18%
Total	428.701.668,10	417.680.618,45	2,64%

Fonte: Siafi
Tabela 36 Transferências Intragovernamentais - Composição

Nota 12 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O percentual de 9.795,15% na conta Ganhos com Incorporação de Ativos corresponde ao registro do recebimento de materiais utilizados nas Eleições Municipais de 2020, adquiridos pelo TSE e incorporados ao Ativo do TRE-BA. Quanto à variação de 2.459,92%, na conta Ganhos com a Desincorporação de Passivos, corresponde ao registro contábil do cancelamento de empenho inscritos em restos a pagar relativo à correção monetária e juros referentes à vantagem, nominalmente identificada, concedida aos servidores efetivos do quadro do TRE-BA em relação ao período de 1998 a 2001, conforme determinado no Processo Administrativo Digital-PAD nº 16.835/2019.

Tabela Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.185.652,13	11.982,15	9.795,15%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.237.664,75	87.411,45	2.459,92%
Total	3.423.316,88	99.393,60	3344,20%

Fonte: Siafi
Tabela 37 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Nota 13 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O valor de R\$851.516,00 (oitocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e dezesseis reais) refere-se ao registro contábil de lançamento em duplicidade no exercício de 2019. Diante disso, houve a necessidade de efetuar a Reversão de Ajustes e Perdas, sensibilizando conta de VPA.

A variação de 1.198,98% no subgrupo Multas Administrativas é decorrente, grande parte, do pagamento de uma multa eleitoral aplicada pelo Tribunal Regional da Bahia no valor de R\$46.371.119,00 (quarenta e seis milhões, trezentos e setenta e um mil e cento e dezenove reais), conforme explicitado na Nota Explicativa nº 09.

As variações negativas de 58,42% e 85,78%, respectivamente, nos subgrupos Indenizações e Restituições decorrem da redução de registro de débitos diversos em favor deste Regional no exercício de 2020. A variação positiva de 358,14% no subgrupo VPA Decorrentes de Fatos Geradores é resultante da arrecadação de multas eleitorais.

Tabela Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição

R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Reversão de Ajustes e Perdas	851.516,00	-	
Multas Administrativas	48.717.538,05	3.750.458,82	1.198,98%
Indenizações	193.197,52	464.648,71	-58,42%
Restituições	171.636,33	1.206.693,51	-85,78%
VPA Decorrentes de Fatos Geradores	973.549,90	212.498,88	358,14%
Total	50.907.437,80	5.634.299,92	803,53%

Fonte: Siafi
Tabela 38 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição

Nota 14 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

A variação mais relevante refere-se aos 202,64% no subgrupo Uso de Materias de Consumo, que representa o registro de reclassificação das despesas utilizadas nas Eleições Municipais de 2020 e concedidas por meio de suprimento de fundos, como também ao aumento de registros de saídas de materias de consumo do estoque em virtude das Eleições e da Pandemia.

Tabela Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Composição

R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Uso de Materias de Consumo	6.502.521,28	2.148.585,94	202,64%
Serviços	50.067.991,75	43.005.142,48	16,42%
Depreciação, Amortização e Exaustão	9.617.682,11	11.437.822,41	-15,91%
Total	66.188.195,14	56.591.550,83	16,96%

Fonte: Siafi
Tabela 39 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição

Nota 15 – Transferências e Delegações Concedidas

A variação de 864,63% no subgrupo Transferências Intragovernamentais é decorrente do pagamento de uma multa eleitoral (ver nota n.º 13).

Tabela Transferências e Delegações Concedidas – Composição R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Transferências Intragovernamentais	50.079.977,93	5.191.630,21	864,63%
Outras Transferências e Delegações	1.681.119,88	89.021,81	1788,44%
Total	51.761.097,81	5.280.652,02	880,20%

Fonte: Siafi
Tabela 40 Transferências e Delegações Concedidas - Composição

Nota 16 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

O valor de R\$1.999.156,21 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil, cento e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos) corresponde ao registro de ajustes para perdas de demais créditos. O valor referente aos ajustes de 2020 serão lançados em 2021.

A variação de 159,52% no subgrupo Desincorporação de Ativos corresponde aos registros de baixa de responsabilidade de suprimento de fundos, de débitos de servidores, e ajustes de baixas nas contas de bens móveis após a reavaliação das urnas eletrônicas.

Tabela Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos - Composição R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Reavaliação de Imobilizado	1.511,74	1.999.156,21	-99,92%
Perdas Involuntárias	4.015,27	3.212,54	24,99%
Desincorporação de Ativos	5.072.866,53	1.954.713,04	159,52%
Total	5.078.393,54	3.957.081,79	28,34%

Fonte: Siafi
Tabela 41 Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos - Composição

Nota 17 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

A variação negativa de 22,72% é decorrente do registro de pagamentos de indenizações e restituições a Oficiais de Justiça e ao pagamento de correções monetárias pagas aos prestadores de serviços quando da liberação em favor da empresa de valor retido cautelarmente.

Tabela Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Composição R\$1,00

Detalhamento	2020	2019	AH
Indenizações e Restituições	625.740,81	809.483,79	-22,72%
Total	625.740,81	809.483,79	-22,72%

Fonte: Siafi
Tabela 42 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Composição

Nota 18 – Déficit

O déficit corresponde à diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O valor é encontrado quando a linha Subtotal com Refinanciamento da coluna Receitas Realizadas é menor do que o valor da linha Subtotal com Refinanciamento da coluna Despesas Empenhadas. O déficit orçamentário no exercício financeiro de 2020 foi de R\$433.347.470,99 (quatrocentos e trinta e três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e nove centavos), igual ao valor das despesas empenhadas, vez que este Regional não é Órgão arrecadador de Receitas. O total do orçamento corresponde à Dotação Inicial, acrescida dos Créditos Adicionais, resultando na Dotação Atualizada de R\$393.548.245,00 (trezentos e noventa e três milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais). Vale esclarecer que da despesa empenhada o valor aproximado de R\$44,56 milhões, conforme informação da COORC no tópico – Provisões Recebidas do TSE, refere-se a valores empenhados da provisão recebida do TSE no valor de R\$45.652.243,42 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos) que não estava consignado na LOA. A composição desse valor encontra-se no item Perfil de Gastos – Gestão Orçamentária e Financeira disponibilizado pela COORC.

Da diferença entre a Dotação Atualizada e as Despesas Empenhadas, encontra-se o Saldo de Dotação no valor negativo de R\$39.799.225,99 (trinta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, duzentos e vinte e cinco reais e noventa e nove centavos). Caso o saldo fosse positivo, indicaria uma economia em relação ao autorizado a gastar e o inverso representa que o gasto foi maior do que a dotação disponível.

No entanto, o saldo negativo supramencionado, não representa uma inconsistência, haja vista que houve descentralização de crédito oriundo do Tribunal Superior Eleitoral-TSE, nas ações Pleitos Eleitorais e Implantação do Sistema de Automação – Biometria no valor superior ao Saldo da Dotação.

Capítulo 5

Anexos e apêndices e *links*

Lista de figuras, tabelas, quadros e gráficos

Lista de figuras

Tipo	Nome	Pág.
Figura 1	Composição da Justiça Eleitoral	7
Figura 2	Missão, Visão e Valores do TRE-BA	8
Figura 3	Organograma do TRE-BA	9
Figura 4	Cadeia de Valor	11
Figura 5	Estrutura de Governança do TRE-BA	12
Figura 6	Matriz de Materialidade	16
Figura 7	IModelo das 3 linhas do IIA	18
Figura 8	Matriz SWOT atualizada em 2020	22
Figura 9	Mapa Estratégico do TRE-BA	26
Figura 10	Modelo de Governança e Gestão	29
Figura 11	Desempenho dos Objetivos Estratégicos em 2020	41
Figura 12	Ações empreendidas para alcance das metas relacionadas à Prestação Jurisdicional	51
Figura 13	Mapa de ações adotadas nas eleições 2020 em enfrentamento à Covid-19	57
Figura 14	Plano Sanitário do TRE-BA	58
Figura 15	Eleições 2020 - Em números	59
Figura 16	Processos manualizados em 2020	62
Figura 17	Inovação do parque de dados e telefonia	65
Figura 18	Projeto Melhor acessibilidade	69
Figura 19	Fomento à participação feminina	70
Figura 20	Orçamento 2020 (R\$ milhões)	80
Figura 21	Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	89
Figura 22	Centro de Custos - Eixo: Itens de Custo	89
Figura 23	Centro de Custos - Eixo: Atividades/Serviços	89
Figura 24	Distribuição na área administrativa	91
Figura 25	Licitações e contratações em números	97
Figura 26	Investimento em infraestrutura e equipamentos	102
Figura 27	Manutenção da infraestrutura	102
Figura 28	Frota de veículos	103
Figura 29	Locação de Imóveis e Equipamentos/Mudanças e Desmobilizações	103
Figura 30	Evolução histórica equipamentos	104
Figura 31	Custo com locação de Imóveis	104
Figura 32	Conformidade Legal – TIC	105
Figura 33	Direcionadores de TIC	105
Figura 34	Mapa estratégico da área de tecnologia da informação do TRE-BA para o período de 2016 a 2021	106
Figura 35	Modelo de Governança de TIC	107
Figura 36	Estrutura de Governança de TIC	107
Figura 37	Plano de Logística Sustentável	113

Lista de tabelas

Tipo	Nome	Pág.
Tabela 1	Custo por programa	89
Tabela 2	Gasto com pessoal	93
Tabela 3	Evolução de gastos com benefícios	93
Tabela 4	Indicadores e resultados alcançados – TIC	107
Tabela 5	Recursos aplicados em TIC/Ação Orçamentária Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor – BIOMETRIA	108
Tabela 6	Recursos aplicados em TIC/Ação Orçamentária 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral	108
Tabela 7	Recursos aplicados em TIC/Ação Orçamentária Pleitos Eleitorais	108
Tabela 8	Recursos aplicados em TIC/Ação Orçamentária atualização e manutenção do sistema de votação e apuração	108
Tabela 9	Contratações novas mais relevantes com recursos de TIC	109
Tabela 10	Contratações continuadas mais relevantes com recursos de TIC	109
Tabela 11	Depreciação acumulada - Bens móveis	119
Tabela 12	Balanco Patrimonial	121
Tabela 13	Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	121
Tabela 14	Quadro das Contas de Compensação	122
Tabela 15	Quadro do Superávit/Déficit Financeiro	122
Tabela 16	Demonstração das Variáveis Patrimoniais	123/124
Tabela 17	Balanco Orçamentário – Receitas	125
Tabela 18	Balanco Orçamentário – Despesas	125
Tabela 19	Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar não Processados	126
Tabela 20	Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados	126
Tabela 21	Liquidados	127/128
Tabela 22	Balanco Financeiro	129/130
Tabela 23	Demonstração dos Fluxos de Caixa	131
Tabela 24	Caixa e equivalentes de caixa	131
Tabela 25	Créditos a curto prazo	131
Tabela 26	Estoques	131
Tabela 27	VPDs pagas antecipadamente	132
Tabela 28	Bens Móveis	132
Tabela 29	Bens Imóveis registrados no SPIUNet	132
Tabela 30	Bens Imóveis não registrados no SPIUNet	133
Tabela 31	Obras em Andamento e Saldo Total de Bens Imóveis	133
Tabela 32	Composição do Intangível	133
Tabela 33	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	133
Tabela 34	Patrimônio Líquido – Composição	134
Tabela 35	Composição para Demonstrar Despesas que Mais Impactaram no Resultado do Exercício	133
Tabela 36	Variação Patrimonial Aumentativa Financeira	133
Tabela 37	Transferências Intragovernamentais – Composição	135
Tabela 38	Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	135
Tabela 39	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição	135
Tabela 40	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição	135
Tabela 41	Transferências e Delegações Concedidas - Composição	136
Tabela 42	Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Composição	136
Tabela 43	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Composição	136

Lista de quadros

Tipo	Nome	Pág.
Quadro 1	Monitoramento dos Riscos das Unidades	20
Quadro 2	Quadro comparativo de Riscos-Chave	20
Quadro 3	Principais Riscos Enfrentados	21
Quadro 4	Resultados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia no iGovTIC-JUD 2020	33
Quadro 5	Farol de Projetos	39
Quadro 6	Projetos da CRE relativos à prestação jurisdicional e ao cadastro eleitoral, para o Pleito 2020	52
Quadro 7	EAP - Planel 2020	55
Quadro 8	Outros eventos de promoção de cidadania	67
Quadro 9	Alcance da meta específica da Justiça Eleitoral nº 2/2020 - Fomentar a participação feminina noprocesso eleitoral	70
Quadro 10	Projetos relacionados a qualidade de vida no trabalho	75
Quadro 11	Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2020 (R\$ milhões)	81
Quadro 12	Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2018 e 2019 (R\$ milhões)	81
Quadro 13	Execução do Orçamento por Programa e Ação Orçamentária (R\$ milhões)	82
Quadro 14	Detalhamento da execução por grupo e elemento de despesa (R\$ milhões)	83
Quadro 15	Execução Financeira por elemento de despesa da revisão biométrica	85
Quadro 16	Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2020 (R\$ milhares)	86
Quadro 17	Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2020 (R\$ milhares) - Por grupo de despesa	86
Quadro 18	Restos a Pagar por grupo de despesa - Exercício 2020 (R\$ milhares)	87
Quadro 19	Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições	113

Lista de gráficos

Tipo	Nome	Pág.	Tipo	Nome	Pág.	Tipo	Nome	Pág.	
Gráfico 1	Demandas recebidas através do sistema da Ouvidoria	15	Gráfico 48	I23. Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)	64	Gráfico 94	Comparativo da Nota Geral da Pesquisa de Clima Organizacional 2017/2020	94	
Gráfico 2	Perfil de Governança e Gestão Públicas 2018Relatório Individual. Levantamento	31	Gráfico 49	I25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário	64	Gráfico 95	Comparativo pesquisa organizacional 2017/2020 por categorias	94	
Gráfico 3	de Governança e Gestão Públicas TRE-BA 2020	31	Gráfico 50	I30. Taxa de execução financeira	64	Gráfico 96	Quantitativo de servidores capacitados	94	
Gráfico 4	Evolução da Capacidade de Governança e Gestão 2018 X 2020	31	Gráfico 51	I32. Taxa de Alcance das metas do PLS 2018- 2021	64	Gráfico 97	Investimento em capacitação	94	
Gráfico 5	Média de resultados TRE-BA iGovTIC-JUD por dimensão e anos 2016-2020	33	Gráfico 52	I16. Número de pessoas atingidas por ações sociais	66	Gráfico 98	Exames periódicos	95	
Gráfico 6	Evolução do TRE-BA no Ranking da Transparência 2018-2020	34	Gráfico 53	I15. Número de adequações das instalações físicas às normas de	66	Gráfico 99	Termos de contratos	97	
Gráfico 7	Atendimento aos quesitos do Prêmio CNJ de Qualidade	35		acessibilidade		Gráfico 100	Notas de empenho	97	
Gráfico 8	Desempenho em relação aos eixos do Prêmio CNJ de Qualidade	35	Gráfico 54	I17AS. Número de ações sociais	66	Gráfico 101	Gastos das contratações por modalidade	98	
Gráfico 9	Quantitativo de Correições Ordinárias e Inspeções	36	Gráfico 55	17AA. Número de ações ambientais	66	Gráfico 102	Gastos das contratações por finalidades	98	
Gráfico 10	Objetivos estratégicos alcançados no exercício	39	Gráfico 56	Evolução de gastos com o programa de estágio (R\$)	68	Gráfico 103	Despesas postais com convocação de mesários	101	
Gráfico 11	Indicadores estratégicos alcançados no exercício	39	Gráfico 57	Distribuição por grau de escolaridade	68	Gráfico 104	Estatísticas das ações do PDTIC 2020/2021	106	
Gráfico 12	Projetos estratégicos com desempenho conforme planejado	39	Gráfico 58	Distribuição de estagiários de nível superior por formação	68	Gráfico 105	Evolução da taxa de cumprimento do PETIC	108	
Gráfico 13	Evolução de desempenho dos indicadores 2016-2020	40	Gráfico 59	Evolução no quantitativo de seções com acessibilidade 2018 e 2020	69	Gráfico 106	Consumo de papel branco	114	
Gráfico 14	I1. Taxa de atendimento às metas de cidadania	41	Gráfico 60	I29. Taxa de cumprimento das metas do PETI	71	Gráfico 107	Consumo com água e esgoto	114	
Gráfico 15	I2. Taxa de confiança no TRE-BA	42	Gráfico 61	I27 Evolução de índice de governança de TIC do TRE-BA	73	Gráfico 108	Consumo de copos descartáveis	114	
Gráfico 16	I3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA	42	Gráfico 62	I28. Número de normas de segurança da informação instituídas	73	Gráfico 109	Consumo de energia elétrica	114	
Gráfico 17	I34. Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral (Meta Específica 1/2020da JE/CNJ)	42	Gráfico 63	I18. Taxa de implementação de qualidade de vida no trabalho	74	Gráfico 110	Balanço Socioambiental	114	
Gráfico 18	I11. Taxa de satisfação dos clientes	44	Gráfico 64	I19. Taxa de satisfação e motivação do servidor	76	Gráfico 111	IDS - TRE-BA 2018-2019	114	
Gráfico 19	I8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 2º grau (MetaNacional 4)	46	Gráfico 65	I20. Taxa de governança em gestão de pessoas	76				
Gráfico 20	I9PP. Taxa de julgamento das prestações de partidos políticos - 2º grau	46	Gráfico 66	I21. Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional	78				
Gráfico 21	I10. Número de ações de promoção de valores éticos	46	Gráfico 67	I22. Número de ações de gestão de riscos	78				
Gráfico 22	Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos	47	Gráfico 68	Evolução das Despesas Totais Autorizadas 2018-2020	80				
Gráfico 23	I4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 1º grau	49	Gráfico 69	Alocação de Recursos - Valores Empenhados - Custeio e Investimento	80				
Gráfico 24	I4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 2º grau	49	Gráfico 70	Alocação de Recursos com Pessoal, Encargos e Benefícios - Valores	81				
Gráfico 25	I5. Taxa de agilidade no Julgamento - 1º grau	49		Empenhados					
Gráfico 26	I5. Taxa de agilidade no Julgamento - 2º grau	49	Gráfico 71	Recursos Alocados (Empenhado) X Objetivos Estratégicos	81				
Gráfico 27	I6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 1º grau (Meta Nacional 1/CNJ)	50	Gráfico 72	Evolução das Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas 2018-2020 (R\$ milhões)	81				
Gráfico 28	I6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 2º grau (Meta Nacional 1/CNJ)	50	Gráfico 73	Execução Orçamentaria e Financeira - Pleito 2020 (R\$ milhões)	83				
Gráfico 29	I7. Taxa de julgamento de processos antigos - 1º grau (Meta Nacional 2/CNJ)	50	Gráfico 74	Execução Financeira por Elemento de Despesa - Eleições Municipais (R\$ milhões)	84				
Gráfico 30	I7. Taxa de julgamento de processos antigos - 2º grau (Meta Nacional 2/CNJ)	50	Gráfico 75	Gráfico 75 Execução Orçamentaria e Financeira - Eleição Suplementar (R\$ milhões)	84				
Gráfico 31	Despesa com Diárias e Deslocamento	52	Gráfico 76	Execução Orçamentaria e Financeira - Atualização e Manutenção do Sistema de	84				
Gráfico 32	Despesa por atividade Processos Distribuídos 2016/2020	52		Votação e Apuração (R\$ milhões)					
Gráfico 33	Processos Distribuídos 2016-2020.	52	Gráfico 77	Evolução da execução com revisão biométrica 2018 - 2020 (R\$ milhões)	85				
Gráfico 34	Decisões monocráticas e colegiadas 2016-2020	52	Gráfico 78	Despesas pagas da revisão biométrica 2020	85				
Gráfico 35	I12 Índice de eleitores com cadastro biométrico	53	Gráfico 79	Gastos com identificação biométrica	85				
Gráfico 36	Custos da eleição suplementar de Pilão Arcado	54	Gráfico 80	Evolução da execução financeira de Restos a Pagar	86				
Gráfico 37	Pontos de transmissão remota X Tempo até a totalização dos resultados	55	Gráfico 81	Evolução de Restos a Pagar de 2018 a 2020 - Grupo Investimento	87				
Gráfico 38	Utilização do sistema GEL pelas zonas eleitorais	56	Gráfico 82	10 maiores itens de custos	90				
Gráfico 39	Inscrição de mesários voluntários	57	Gráfico 83	Custos por Subgrupos	90				
Gráfico 40	Distribuição de EPI's nas eleições 2020 - 1º e 2º turnos	58	Gráfico 84	Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público	90				
Gráfico 41	Comparativo - Abstenção: Bahia X Média Nacional	59	Gráfico 85	Servidores por situação funcional	91				
Gráfico 42	Eleições 2020 - Valores (Provisionados X Empenhado X Pago)	60	Gráfico 86	Servidores por área de atuação	91				
Gráfico 43	Principais gastos - 3º ciclo do Projeto Biometria na Bahia - Ano 2020	61	Gráfico 87	Evolução do quantitativo por gênero	92				
Gráfico 44	Quantitativo de atendimento por tipo de serviço	61	Gráfico 88	Servidores por faixa etária	92				
Gráfico 45	Eleitorado total X Eleitorado biometrizado	61	Gráfico 89	Servidores por faixa salarial	92				
Gráfico 46	I13. Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade	62	Gráfico 90	Servidores por carreira	92				
Gráfico 47	I14. Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas	63	Gráfico 91	Distribuição dos cargos em comissão	92				
			Gráfico 92	Distribuição das funções gerenciais	92				
			Gráfico 93	Evolução de gastos com pessoal	93				

Lista de links

Nome do link	Disponível em
Ações de supervisão e controle	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acoes-de-supervisao-e-correicao
Acórdão TCU nº 199/2011-Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-1170692%22
Acórdão TCU nº 1.599/2019	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2353671%22
Acórdão TCU nº 78/2020-Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2389745%22
Acórdão TCU nº 798/2020-Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2403635%22
Acórdão TCU nº 827/2020-2ª Câmara	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2393897%22
Acórdão TCU nº 1.111/2020	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2395587%22
Acórdão TCU nº 1.345/2020-Plenário	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2407139%22
Acórdão TCU nº 1.408/2020	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2282542%22
Acórdão TCU nº 1.424/2020	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2410645%22
Acórdão TCU nº 2.175/2020	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2424116%22
Acórdão TCU nº 4.397/2020	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2446789%22
Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2018	https://www.conjur.com.br/dl/acordo-agu-tse-ressarcimento-eleicoes.pdf
Autoavaliação Voluntária IGG – TCU	https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/autoservico-igg/
Balancos e Demonstrações mencionados na Declaração do Contador	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gestao-orcamentaria-e-financeira/demonstracoes-contabeis/arquivos/tre-ba-demonstracoes-contabeis-2020/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gestao-orcamentaria-e-financeira/demonstracoes-contabeis/arquivos/tre-ba-demonstracoes-contabeis-2020/at_download/file
Balanco Socioambiental do Poder Judiciário	https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-socioambiental/balanco-socioambiental/
Balcão Virtual	https://balcaovirtual.tre-ba.jus.br/
Blog da SGP	https://sgptre-bacomunica.blogspot.com/
Cadeia de valor	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gestao-de-processos-e-da-qualidade
Carta de Serviços	https://www.tre-ba.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos/cartas-de-servicos
Certidões	https://www.tre-ba.jus.br/eleitor/certidoes/certidoes
Código Eleitoral	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm
Comissão de Acessibilidade do TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/responsabilidade-socioambiental/acessibilidade/acessibilidade-no-tre-ba
Comissões e Comitês do TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/comissoes-e-comites/comissoes-e-comites
Constituição Federal	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Contratações no TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/compras/compras-realizadas-em-2020
Decisão Normativa TCU n.º 187/2020	https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/normas-e-orientacoes-para-contas-do-exercicio-de-2020-e-seguintes.htm
Decreto Legislativo n.º 186/2008	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm
Decreto n.º 10.024/2019	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm
Decreto n.º 6.949/2009	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
Decreto n.º 7.174/2010	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7174.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207174&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.174%2C%20DE%20I,di reto%20ou%20indireto%20da%20Uni%C3%A3o,
Decreto n.º 7.892/2018	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm
Decreto nº 3.048/1999	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm
Decreto nº 8.690/2016	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8690.htm
Decreto nº 93.872/1986	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm
Decreto-lei n.º 200/1967	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm
Decreto-Lei nº 5.452/1943	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
Demonstrações Contábeis TRE-BA EJE-BA	http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/gestao-orcamentaria-e-financeira/demonstracoes-contabeis
Emenda Constitucional n.º 107/2020	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc107.htm
Emenda Constitucional n.º 95/2016	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm
Emenda Constitucional n.º 103/2019	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm
Gestão de Pessoas no TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao-de-pessoas
Gestão de Riscos no TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gestao-de-riscos
Gestão Orçamentária no TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-e-financeira/execucao-orcamentaria-e-financeira-1
Gestão Patrimonial no TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-patrimonial/gestao-patrimonial
Governança e Gestão de TIC. no TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/governanca-e-gestao-de-tic/governanca-de-tic
Governança no TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/sistema-de-governanca-e-gestao
Guia da Transparência	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/lei-de-acesso-a-informacao/guia-da-transparencia-cnj
Hotsite e de Guia para os Coordenadores de Acessibilidade	https://apps.tre-ba.jus.br/ouvidoria/assets/acessibilidade/index.html#header3-1
Imóveis do TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gestao-patrimonial/infraestrutura-imobiliaria/infraestrutura-imobiliaria
IN RFB nº 1.500/2014	http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=57670&visao=anotado
IN RFB nº 1.558/2015	http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=62637
IN RFB nº nº 1.756/2017	http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=87661&visao=anotado
Índice de Governança e Gestão de TIC	https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/rendoc.htm?document=qvw_l%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shlGTGraficos
Instrução Normativa TCU n.º 84/2020	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795
Lei Complementar n.º 101/2000	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
Lei n.º 13.979/2020	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm
Lei n.º 11.416/2006	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11416.htm
Lei n.º 12.305/2010	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm
Lei n.º 12.462/2011	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm
Lei n.º 12.527/2011	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
Lei n.º 13.416/2015 - Lei Brasileira de Inclusão	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
Lei n.º 13.979/2020	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm
Lei n.º 4.320/1964	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
Lei n.º 8.248/1991	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8248.htm
Lei n.º 8.429/1992	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm
Lei n.º 8.666/1993	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm
Lei n.º 9.504/1997	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm
Lei nº 10.887/2004	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.887.htm
Lei nº 12.618/2012	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12618.htm
Lei nº 12.774/2012	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/L12774.htm
Lei nº 13.317/2016	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13317.htm
Lei nº 7.713/1988	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7713.htm
Lei nº 8.212/1991	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm
Lei nº 8.213/1991	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm
Lei nº 8.350/1991	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8350.htm
Lei nº n.º 10.520/02	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm
Lei nº. 13.978/2020	https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.978-de-17-de-janeiro-de-2020-238773215
Lei nº. 8.112/1990	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm
Licitações e contratos no TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes
Locais e Horários de atendimento	https://www.tre-ba.jus.br/eleitor/servicos-horarios-e-locais/servicos-horarios-e-locais
Logística Sustentável no TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/logistica-sustentavel-1/logistica-sustentavel
Manual de Gestão de Riscos do TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/segepro/tre-ba-manual-de-gestao-de-riscos-v2-1-out-2020-1583781987712/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/segepro/tre-ba-manual-de-gestao-de-riscos-v2-1-out-2020-1583781987712/at_download/file

Lista de links

Nome do link	Disponível em	Nome do link	Disponível em
Manual do Processo Julgamento de Contas Anuais Partidárias – 2º grau	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/segepro/tre-ba-manual-do-processo-julgamento-de-contas-anuais-partidarias-2o-grau/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/segepro/tre-ba-manual-do-processo-julgamento-de-contas-anuais-partidarias-2o-grau/at_download/file	Portaria Conjunta nº 1/2018 (CNJ / Poder Judiciário)	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/16930432/do1-2018-06-04-portaria-conjunta-n-1-de-1-de-junho-de-2018-16930364
Mapa Estratégico	https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-mapa-estrategico-do-tre-ba-2016-a-2021/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-mapa-estrategico-do-tre-ba-2016-a-2021/at_download/file	Portaria Conjunta nº 1/2020 (ME/SEF/STN)	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-1-de-21-de-fevereiro-de-2020-244806754
Medida Provisória nº 961/2020	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv961.htm	Portaria STN n.º 157/2011	
NBC T 16.11 - Sistema de Informações de Custos do Setor Público	http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/NBCT-16_1-a-16_11_Setor_P%C3%BAblico.pdf	Portaria TRE-BA n.º 634/2016	
Normas de Segurança da Informação	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/seguranca-da-informacao-1	Portaria TRE-BA n.º 611/2017	https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/integra/programas-antiores/pmimf/frentes-de-atuacao/frente-de-custos/download-de-arquivos/portstn_157_09mar2011.pdf
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 5 da Agenda 2030 da ONU	http://www.agenda2030.org.br/ods/5/	Portaria TRE-BA n.º 369/2018	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/governanca-e-gestao-de-tic/normativos-1
Organograma do TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/organograma-contatos/organograma-tre-ba		https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2017/portaria-no-611-de-30-de-novembro-de-2017
Ouvidoria do TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria		https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-portaria-369-2018-tivaloriza/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-portaria-369-2018-tivaloriza/at_download/file
Perfil de Governança e Gestão 2018 – TRE-BA	">https://www.tcu.gov.br/igg2018//18-TRE-BA%20(Tribunal%20Regional%20Eleitoral%20da%20Bahia).pdf>	Portaria TRE-BA n.º 255/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2019/portaria-no-255-de-16-de-julho-de-2019
Perguntas Frequentes – FAQ	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-de-ti	Portaria TRE-BA n.º 27/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-27-de-29-de-janeiro-de-2020
PETIC 2016 – 2021	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/planejamento-estrategico	Portaria TRE-BA n.º 61/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-61-de-12-de-fevereiro-de-2020
Planejamento Estratégico do TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/ouvidoria/duvidas-frequentes	Portaria TRE-BA n.º 81/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-diretoria-geral/2020/portaria-no-81-de-25-de-agosto-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/plano-anual-de-contratacoes/plano-anual-de-contratacoes	Portaria TRE-BA n.º 150/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-150-de-27-de-abril-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/logistica-sustentavel-1/planos-de-logistica-sustentavel-2018-2021	Portaria TRE-BA n.º 174/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-174-de-18-de-maio-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/governanca-e-gestao-de-tic/arquivos-estrategia-de-tic/2020/tre-ba-pdtic-2020-2021/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/governanca-e-gestao-de-tic/arquivos-estrategia-de-tic/2020/tre-ba-pdtic-2020-2021/at_download/file	Portaria TRE-BA n.º 273/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-273-de-31-de-julho-de-2020
	https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-2018-2019/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-2018-2019/at_download/file	Portaria TRE-BA n.º 275/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-275-de-03-de-agosto-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/coordenadoria-de-auditoria-interna-coaud	Portaria TRE-BA n.º 282/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-282-de-12-de-agosto-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/secretaria-da-corregedoria-regional-eleitoral-scr	Portaria TRE-BA n.º 350/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-350-de-29-de-setembro-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/secretaria-de-gestao-administrativa-e-de-servicos-sga	Portaria TRE-BA n.º 391/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-391-de-23-de-outubro-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/secretaria-de-gestao-de-pecoas-sgp	Portaria TRE-BA n.º 443/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-443-de-30-de-novembro-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/secretaria-judiciaria-sju	Portaria TRE-BA n.º 455/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-455-de-30-de-novembro-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/secretaria-de-orcamento-e-financas-sof	Portaria TRE-BA n.º 479/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-479-de-21-de-dezembro-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/secretaria-de-planejamento-de-estrategia-e-de-eleicoes-spl	Portaria TRE-BA n.º 482/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-482-de-21-de-dezembro-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/secretaria-de-planejamento-de-estrategia-e-de-eleicoes-spl	Portarias TRE-BA n.º 488/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-488-de-22-de-dezembro-de-2020
	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/zonas-eleitorais-zes	Portaria TSE nº 140/2019	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2019/portaria-no-140-de-20-de-fevereiro-2019
	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-institucional-2016-2021/planejamento-estrategico	Portaria TSE nº 17/2019	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2019/portaria-no-17-de-7-de-janeiro-de-2019
	www.tre-ba.jus.br	Portaria TSE nº 48/2021	http://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Jan/25/diario-oficial-da-uniao-secao-1/portaria-no-48-de-22-de-janeiro-de-2021-estabelece-o-limite-de-pagamento-dos-tribunais-eleitorais-e-gestao/gerenciamento-de-projetos
	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3453	Projetos Estratégicos do TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gerenciamento-de-projetos
	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3252	Provimento CRE-BA n.º 02/2019	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/corregedoria-regional-eleitoral/arquivos/provimento-cre-n-o-02-2019-correicoes-ordinarias/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/corregedoria-regional-eleitoral/arquivos/provimento-cre-n-o-02-2019-correicoes-ordinarias/at_download/file
	https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/06/Portaria-88-GP-2020.pdf	Provimento CRE-BA n.º 03/2020	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/corregedoria-regional-eleitoral/arquivos/provimento-cre-n-o-03-2020/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/corregedoria-regional-eleitoral/arquivos/provimento-cre-n-o-03-2020/at_download/file
		Quitação débitos	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3205
		Ranking da Transparência do Poder Judiciário	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3433
		Recomendação CNJ n.º 61/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3432
		Recomendação CNJ n.º 70/2020	https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F7595543501762EB92E957799
		Recomendação CNJ n.º 73/2020	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao
		Referencial Básico de Governança	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/auditoria-interna-1/auditoria-interna
		Relatório de Gestão do TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2013/resolucao-administrativa-no-2-de-12-de-marco-de-2013
		Relatórios de Auditoria	
		Resolução Administrativa TRE-BA n.º 02/2013	

Lista de links

Nome do link	Disponível em
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 12/2013	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2013/resolucao-administrativa-no-2-de-12-de-marco-de-2013
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 01/2015	http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-regimento-interno-da-corregedoria-resolucao-no-01-2015/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-regimento-interno-da-corregedoria-resolucao-no-01-2015/at_download/file
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 14/2015	https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-no-14-2015-pe-2016-2021/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-no-14-2015-pe-2016-2021/at_download/file
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 8/2016	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2016/res-8-16
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 21/2016	http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-no-21-2016-1519238729287/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-no-21-2016-1519238729287/at_download/file
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 01/2017	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2017/resolucao-administrativa-no-01-de-27-de-abril-de-2017
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 16/2018	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2018/resolucao-administrativa-no-16-de-13-de-junho-de-2018?texto=compilado
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 17/2018	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2018/resolucao-administrativa-no-17-de-13-de-junho-de-2018
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 31/2018	http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-no-31-2018-regimento-interno-da-eje/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-no-31-2018-regimento-interno-da-eje/at_download/file
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 21/2019	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/responsabilidade-socioambiental/acessibilidade/arquivos-acessibilidade/tre-ba-resolucao-21-2019-programa-acessibilidade/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/responsabilidade-socioambiental/acessibilidade/arquivos-acessibilidade/tre-ba-resolucao-21-2019-programa-acessibilidade/at_download/file
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 28/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2019/resolucao-administrativa-no-28-de-22-de-novembro-de-2019
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 29/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2019/resolucao-administrativa-no-29-de-22-de-novembro-de-2019
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 33/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2019/resolucao-administrativa-no-33-de-16-de-dezembro-de-2019
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 35/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2019/resolucao-administrativa-ndeg-35-de-18-de-dezembro-de-2019
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 02/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2020/resolucao-administrativa-no-2-de-16-de-janeiro-de-2020
Resolução Administrativa TRE-BA n.º 03/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2020/resolucao-administrativa-no-3-de-18-de-fevereiro-de-2020
Resolução Administrativa TRE/BA n.º 27/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2020/resolucao-administrativa-no-27-de-17-de-agosto-de-2020
Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 28/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2020/resolucao-administrativa-no-28-de-28-de-agosto-de-2020-1
Resolução CNJ n.º 198/2014	https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2017/05/resol_gp_198_2014_copiar.pdf
Resolução CNJ n.º 201/2015	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2126#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20e,Sustent%C3%A1vel%20(PLS%2DPJ).
Resolução CNJ n.º 182/2013	https://atos.cnj.jus.br/files/compilado022819202007095f0680c330e50.pdf
Resolução CNJ n.º 211/2015	https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_211_15122015_18122015173345.pdf
Resolução CNJ n.º 215/2015	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2236
Resolução CNJ n.º 227/2016	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2295
Resolução CNJ n.º 230/2016	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2301#:~:text=%C3%89%20proibida%20qualquer%20forma%20de,a%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20por%20qualquer%20motivo.
Resolução CNJ n.º 255/2018	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2670
Resolução CNJ n.º 260/2018	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2694
Resolução CNJ n.º 287/2019	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2959
Resolução CNJ n.º 291/2019	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2992
Resolução CNJ n.º 315/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3290
Resolução CNJ n.º 316/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3291

Nome do link	Disponível em
Resolução CNJ n.º 324/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3376
Resolução CNJ n.º 331/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3428
Resolução CNJ n.º 337/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3498
Resolução CNJ n.º 343/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3459
Resolução CNJ n.º 350/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3556
Resolução CNJ n.º 351/2020	https://atos.cnj.jus.br/files/original192402202011035fa1ae5201643.pdf
Resolução CNJ n.º 370/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3706#:~:text=Art.e%20a%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20de%20Dados%E2%80%9D.
Resolução CONAMA n.º 401/2008	http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=589
Resolução TSE n.º 22.697/2008	https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2008/RES226972008.html
Resolução TSE n.º 21.381/2012	https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2012/RES233812012.htm
Resolução TSE n.º 23.474/2016	https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2016/RES234742016.htm
Resolução TSE n.º 23.501/2016	https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2016/RES235012016.html
Resolução TSE n.º 23.501/2016	https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2016/RES235042016.html
Resolução TSE n.º 23.504/2016	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-603-de-12-de-dezembro-de-2019
Resolução TSE n.º 23.603/2019	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-604-de-17-de-dezembro-de-2019
Resolução TSE n.º 23.604/2019.	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-607-de-17-de-dezembro-de-2019
Resolução TSE n.º 23.607/2019	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-611-de-19-de-dezembro-de-2019-1
Resolução TSE n.º 23.611/2019	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2020/resolucao-no-23-631-de-1o-de-outubro-de-2020
Resolução TSE n.º 23.631/2020	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/seguranca-da-informacao-1/seguranca-da-informacao
Segurança da Informação no TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/recursos-humanos-e-remuneracao
Tabela de remuneração	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-e-financeira/arquivos-ted/tre-ba-termo-de-execucao-descentralizada-no-01-2020/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-e-financeira/arquivos-ted/tre-ba-termo-de-execucao-descentralizada-no-01-2020/at_download/file
Termo de Execução Descentralizada - TED n.º 01/2020	https://www.tre-ba.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/titulo-e-local-de-votacao
Título e local de votação	http://www.tre-ba.jus.br/eleitor/titulo-net/titulo-net
Título Net	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas
Transparência e Prestação de Contas	http://www.facebook.com/trebahia
TRE-BA no Facebook	http://www.instagram.com/trebahia
TRE-BA no Instagram	http://twitter.com/trebahia
TRE-BA no Twitter	https://api.whatsapp.com/send?phone=5571996027777&text=Ol%C3%A1!%2C%20poderia%20me%20ajudar%20Ouvidoria%20do%20TRE-BA
TRE-BA no Whatsapp - Clara	http://www.youtube.com/tvtreba
TRE-BA no YouTube	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/lista-de-veiculos-oficiais-em-uso/relacao-de-veiculos-da-frota-do-tre-ba
Veículos do TRE-BA	https://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/
#ParticipaMulher	

Lista de siglas e abreviaturas

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	DG	DIRETORIA-GERAL	LAI	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
AE	ANO ELEITORAL	DJe	DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO	LED	LIGHT-EMITTING DIODE
AIJE	AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL	DN TCU	DECRETO NORMATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	LGPD	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
AIME	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	DFT	DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO	LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
AIRC	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA	DRAP	DEMONSTRATIVO DE REGULARIDADE DE ATOS PARTIDÁRIOS	ME	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
AGU	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	EC	EMENDA CONSTITUCIONAL	MGR	MANUAL DE GESTÃO DE RISCOS
AMAVE	ASSISTÊNCIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	EAD	ENSINO À DISTÂNCIA	MNI	MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE
API	APPLICATION PROGRAMMING INTERFACE (EM PORTUGUÊS, INTERFACE DE PROGRAMAÇÃO DE APLICAÇÕES)	EFAS	ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES	MP	MEDIDA PROVISÓRIA
ASCEP	ASSESSORIA DE EXAME DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS	EJE	ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL	MPE	MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
ASCR	ASSISTÊNCIA DE CERIMONIAL	ELO	SISTEMA ELEITOR ONLINE	NAJUC	NÚCLEO DE APOIO JURÍDICO AO CADASTRO ELEITORAL
ASCOM	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	ENFAM	ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	NBR 9050	NORMA BRASILEIRA SOBRE ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS
ASER	ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	ENTIC-JUD	ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	NIP	NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE EM PROPAGANDA ELEITORAL
ASJUIZ	GABINETE DE JUIZ DO TRIBUNAL	EPC	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO COLETIVA	NSI	NORMA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
ASJUR 1	ASSESSORIA JURÍDICA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	EPI	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	OAB	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ASJUR 2	ASSESSORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA	ERM	ENTERPRISE RISK MANAGEMENT	ODS	OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ASSAD	ASSISTÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO	ETIR	EQUIPE DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO E RESPOSTA A INCIDENTES CIBERNÉTICOS	OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
ASEGU	ASSISTÊNCIA DE SEGURANÇA	ETP	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
ASSED	ASSESSORIA ESPECIAL DO DIRETOR-GERAL	FC	FUNÇÃO COMISSIONADA	OUV	OUVIDORIA
ASSET	ASSESSORIA DE SEGURANÇA E TRANSPORTE	FOFA	FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS	PABX	PRIVATE AUTOMATIC BRANCH EXCHANGE (TROCA AUTOMÁTICA DE RAMAIS PRIVADOS)
ATRA	ASSISTÊNCIA DE TRANSPORTE	FUNPESP-JUD	FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER JUDICIÁRIO	PAC	PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO
BI	BUSINESS INTELLIGENCE	GAB-CRE	GABINETE DA SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	PAC-AUD	PADRÕES E OREINTAÇÕES DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE
BU	BOLETIM DE URNA	GAB-PRE	CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	PAD	PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL
CADIN	CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL	GAB-SEP	GABINETE DA SECRETARIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA	PDCA	PLAN, DO, CHECK and ACT or ADJUST
CAND	SISTEMA DE REGISTRO DE CANDIDATURAS	GEL	SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO ELEITORAL	PDTIC	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CAT	CENTRO DE APOIO TÉCNICO	iGestContrat	ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE CONTRATAÇÕES	PDL	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA
CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	iGestTI	ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE TI	PEI	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL
CGOVTIC	CONSELHO DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	iGG	ÍNDICE INTEGRADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICAS	PEN	PROCESSO ELETRÔNICO NACIONAL
CJ	CARGO EM COMISSÃO	iGovContrat	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRTRATAÇÕES	PES	PLANO ESTRATÉGICO SETORIAL
CNJ	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	iGovPessoas	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS	PETI	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COAJUC	COORDENADORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E CORRECIONAIS	IGovPub	ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA	PETIC	PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
COAUD	COORDENADORIA DE AUDITORIA	IGovTi	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI	PF	PESSOA FÍSICA
COEDE	COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, ATENÇÃO À SAÚDE E BENEFÍCIOS	iGovTic-JUD	ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	PGFN	PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COELBA	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	GEORFI	SISTEMA DE GETÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	PGRC	PLANO DE GESTÃO DE RISCOS-CHAVE
COFIC	COORDENADORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	GPS	GLOBAL POSITION SYSTEM (SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL)	PJ	PESSOA JURÍDICA
COJAP	COORDENADORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA DA PRESIDÊNCIA	GR	GESTÃO DE RISCOS	PJe	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
COLETA DOC	SISTEMA SIMILAR AO TÍTULO NET DESENVOLVIDO PELO TRE-BA	GSM	GLOBAL SYSTEM for MOBILE COMMUNICATIONS 2G (SISTEMA GLOBAL PARA MÓVEIS)	PL	PROJETO DE LEI
COLETA TTE	SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DE ELEITOR	IDS	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PLANCONT	PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES
COMANP	COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL	IIA	INSTITUTO DE AUDITORES INTERNOS DO BRASIL	PLAS	NÚCLEO DE PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
COMAP	COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES, MATERIAL E PATRIMÔNIO	INMETRO	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	PLANEL	PLANO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES
CONAMA	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	IN MPOG/SLTI	INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	PLS	PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
CONUSE-BA	CONSELHO DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS ELEITORAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL DA BAHIA	IN RFB	INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	PMC	PROGRAMA MENOR CIDADÃO
CNJ	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	IN TCU	INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	PPCI	PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIO
COPEG	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE ESTRATÉGIA E GESTÃO	INSS	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	PQVT	PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
COSCAD	COORDENADORIA DE SUPERVISÃO DO CADASTRO E ORIENTAÇÃO ÀS ZONAS ELEITORAIS	IPRADE	INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO ELEITORAL	PROQUALI	PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO, ORÇAMENTO E GASTO
COSO	COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY	JE	JUSTIÇA ELEITORAL	PSSS	PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO
COVID-19	CORONAVIRUS DISEASE 2019	JE-Connect:	FERRAMENTA QUE POSSIBILITA O ENVIO DE INFORMAÇÕES PELA REDE VIRTUAL PRIVATE NETWORK (VPN), COM A FINALIDADE DE AGILIZAR A CONTABILIZAÇÃO DE VOTOS NAS ELEIÇÕES.	PTR	PLANO DE TRATAMENTO DE RISCOS
CPE	COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA			QVT	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
CRE	CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL			RES	RESOLUÇÃO
CSI	COMISSÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO			RAE	REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA
DEA	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			RFB	SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
				RG	RELATÓRIO DE GESTÃO

Lista de siglas e abreviaturas

RI	RELATO INTEGRADO	TáxiGov	SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO DE TÁXI UTILIZADO PELO TRE-BA
RP	RESTOS A PAGAR	TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RPPS	REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	TED	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA
RRC	REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CANDIDATURA	TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SAC	SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	TIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
SATRE	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO À TRANSMISSÃO REMOTA	TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SCR	SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	TRE-BA	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
SEAFIN	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	TSE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SEAGO	SEÇÃO DE AUDITORIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ORGANIZACIONAL	UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SEAJE	SEÇÃO DE APOIO AOS JUÍZES ELEITORAIS	UO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SEAJU	SEÇÃO DE APOIO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA	UPB	UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA
SEALIC	SEÇÃO DE AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	VDI	VIRTUAL DESKTOP INFRASTRUCTURE
SEAPE	SEÇÃO DE AUDITORIA DE PESSOAL	VOIP	VOICE OVER INTERNET PROTOCOL
SEAIUI	SEÇÃO DE ANÁLISE E AQUISIÇÕES	VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
SECAU	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E INSTRUÇÃO PROCESSUAL	VPN	VIRTUAL PRIVATE NETWORK (REDE PRIVADA VIRTUAL)
SECOD	SEÇÃO DE INSPEÇÕES, CORREIÇÕES E DIREITOS E DEVERES	VPNI	VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL
SECONGE	SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL	ZE	ZONA ELEITORAL
SECONT	SEÇÃO DE CONTRATOS		
SECONTA	SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA		
SEDIN	SEÇÃO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS		
SEDIP	SEÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS		
SEF	SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA		
SEI	SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES		
SELIC	SEÇÃO DE LICITAÇÕES		
SEORZE	SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS ZONAS ELEITORAIS		
SEPLANE	SEÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		
SEPPA	SEÇÃO DE PESQUISA E PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS		
SEPRI	SEÇÃO DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS		
SEPRO	SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E DE PROCESSOS ORIGINÁRIOS		
SEPROB	SEÇÃO DE PROJETOS E OBRAS		
SERSE	SEÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ELEITOR		
SESTE	SEÇÃO DE ESTUDOS ELEITORAIS		
SGA	SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS		
SGIE	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ELEIÇÕES		
SGP	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS		
SGR	SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS		
SGRH	SISTEMA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		
SGTIC	SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL		
SIESPJ	SISTEMA DE ESTATÍSTICA DO PODER JUDICIÁRIO		
SIGEC	SISTEMA DE REGISTRO DE IMÓVEIS E GERENCIAMENTO DE CUSTOS		
SIRO	SISTEMA INTERNO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE ELOBORAÇÃO DE ROTAS		
SJU	SECRETARIA JUDICIÁRIA		
SOF	SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE		
SPCE	SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS		
SPL	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE ESTRATÉGIA E DE ELEIÇÕES		
STI	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
STFC	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA		
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		
SWOT	STRENGTHS, WEAKNESS, OPPORTUNITIES AND THREATS (EM PORTUGUÊS: ANÁLISE “FOFA”: FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS)		

